

ISSN 2318-2695

REVISTA GEONORDESTE



Ano XXVII

Nº 2

**São Cristóvão – SE
Julho – Dezembro de 2016**

**As contribuições assinadas são de responsabilidade exclusiva dos
autores**

GEONORDESTE (Publicação do) Núcleo de Pós-Graduação
em Geografia, Universidade Federal de Sergipe – Ano 1, nº. 1,
1984. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2016, nº 2.

Semestral

1984 – 2016, II – XXVII

1. Geografia – Brasil – Nordeste – Periódicos. I- Universidade
Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Geografia.

CDU 91 (812/813) (05)

ISSN 2318-2695

GEONORDESTE é editada pelo Núcleo de Pós-Graduação em
Geografia, da Universidade Federal de Sergipe. Avenida Marechal
Rondon, S/N, Didática II, Cidade Universitária Professor José Aloísio
de Campos, CEP: 49.100-000, São Cristóvão (SE). Tel.: (79) 2105-6782.
E-mail geonordeste@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Reitor

Ângelo Roberto Antonioli

Vice-Reitor

André Maurício C Souza

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Marcus Eugênio Oliveira Lima

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PP GEO

José Eloízio da Costa

Editor Responsável

José Wellington Carvalho Vilar, Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Instituto Federal (IFS), Brasil

Conselho Editorial

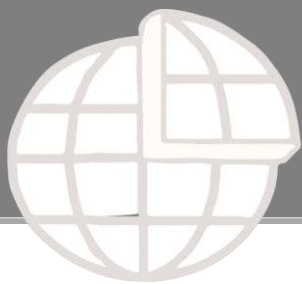
Sônia de Souza Mendonça Menezes, Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Comissão Editorial

Alberlene Ribeiro Oliveira
Ozéas Péricles Silva Damasceno
Priscila Pereira Santos
Solimar Guindo Messias Bonjardim
Vanessa Santos Costa
Vanilza da Costa Andrade

Comissão Científica desta edição

Profª Drª Sônia de Souza Mendonça Menezes (UFS)
Profª Drª Josefa de Lisboa Santos (UFS)
Prof. Dr José Wellington Carvalho Vilar (IFS- UFS)
Profª Drª Alexandrina Luz Conceição (UFS)
Prof. Dr. José Eloizio da Costa (UFS)
Profª Drª Núbia Dias dos Santos (UFS)
Profª Drª Vera Lúcia Alves França (UFS)



EDITORIAL

Com o objetivo de ampliar a divulgação de estudos e pesquisas com temáticas relevantes para a Geografia, neste número especial, a Revista GeoNordeste apresenta aos seus leitores artigos selecionados versando sobre o espaço rural. Esses trabalhos são procedentes do XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária desenvolvidos a partir da temática norteadora Ajuste Espacial x Soberania(s): a Multiplicidade das Lutas e Estratégias de Reprodução no Campo, realizado na Universidade Federal de Sergipe, no Campus de São Cristóvão - SE, em novembro de 2016.

O lastro que orienta os artigos fundamenta-se no ajuste espacial no quadro atual das relações capitalistas, seus desdobramentos no campo e as diversas estratégias de busca por soberania pelos diferentes sujeitos que produzem esse espaço. Apresentam-se reflexões sobre a produção do espaço rural, seus desafios e as alternativas de reprodução social engendradas para os que aí vivem. Almeja-se que a iniciativa de reunir artigos que tratem dessas temáticas, contribua para adensar o debate científico em torno do campo e seus desafios.

Desde já agradecemos à Coordenação Geral do XXIII ENGA que permitiu a publicação dos artigos, à Comissão Organizadora do evento, responsável pela seleção dos textos, e igualmente, à Comissão Científica que avaliou os trabalhos.

Boa leitura a todos!!!

APRESENTAÇÃO

Os objetivos e motivações que orientaram o XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária estão presentes na organização dessa coletânea de artigos selecionados para uma Edição Especial da Revista GeoNordeste. A presente edição mostra a pluralidade de olhares sobre a dinâmica do espaço rural, ao mesmo tempo em que nos dá a possibilidade de conhecimento sobre o campo latino-americano. Para contribuir com esses objetivos, apresentamos os artigos que compõem esse periódico.

No artigo inicial intitulado **Incremento de las actividades agropecuarias y disminución de la cobertura forestal en la cuenca del río puyo en la Amazonia ecuatoriana, durante el período 2000 – 2013**, Darwin Javier Sucoshañay Villalba e Víctor Hugo del Corral Villarroel entendem que o aumento da fronteira agrícola e o crescimento da população são os principais fatores de intensificação e perda da cobertura vegetal na bacia do rio Puyo, localizada em elevadas altitudes da Amazônia Equatorial.

No trabalho **Os programas de desenvolvimento rural no EDR de Dracena – SP**, os autores Carlos de Castro Neves Neto e Rosangela Ap. Medeiros Hespanhol analisam a natureza do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, e de dois programas implementados pelo governo de São Paulo: o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - Acesso ao Mercado e o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), voltados para a agricultura familiar.

Angela Yesenia Olaya Requene, no artigo **La racialización del despojo: territorios y migración forzada de pueblos afrodescendientes en el pacífico colombiano**, reflete sobre as diferentes configurações em torno da distribuição espacial da afrodescendência nos territórios do Pacífico colombiano. Ao mesmo tempo, a autora analisa como o capital extrativista a partir das dinâmicas de acumulação privada dos recursos naturais e da apropriação de terras tem gerado práticas de despejo e migração forçada de populações afrodescendentes.

Na sequência, o trabalho elaborado por Amadeu de Farias Cavalcante Júnior e Nelcilene da Silva Palhano, intitulado **Conflitos ambientais: o caso da usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós na região oeste do estado do Pará e os grandes projetos**, apresenta os conflitos que envolvem projetos do Governo Federal para expansão do agronegócio através das hidrelétricas e obras de infraestrutura logística em Território Indígenas, e os interesses que se sobrepõem como política econômica de desenvolvimento estrito a uma visão de investimento em infraestrutura para o

setor do agronegócio e energético, em detrimento da proteção aos povos tradicionais indígenas e seus territórios.

No que diz respeito ao tema da educação no campo merece destaque o artigo **Universidade, Escola camponesa e convivência com o semiárido**, elaborado por Alexandra Maria de Oliveira. Ao apresentar uma análise sobre a importância do ensino da Geografia na Escola Família Agrícola (EFA) Dom Fragoso, localizada no município de Independência, Ceará, a autora observa que no movimento de luta pela reforma agrária, a escola camponesa se revela como um projeto que se recusa a aceitar a inevitabilidade do desaparecimento do campesinato e a desigualdade social no campo.

O artigo intitulado **Capitalismo y luchas socio-territoriales en Chiapas, México**, elaborado por Agustín Ávila Romero, retrata que o capitalismo requer novos espaços de acumulação de capital, para isso faz uso do processo de expansão geográfica, numa nova dinâmica de conquista territorial sobre lugares indígenas e camponeses. Ademais, destaca que esse quadro tem gerado um grande processo de resistência em diferentes partes da América Latina, como é o caso do estado de Chiapas no México onde se encontra um processo de expansão geográfica dentro dos planos transnacionais como o Plan Mesoamérica e a declaração de Zonas Econômicas Especiais.

Marleide Maria Santos Sérgio, no artigo **De Canudos às ligas Camponesas: luta e resistência pelo território camponês**, reflete sobre a memória da resistência camponesa a partir do final do século XIX até o protagonismo assumido pela organização das Ligas Camponesas. Considera a dimensão política das lutas consagradas em seu caráter místico, a exemplo de Canudos e Contestado, e as mediações e disputas pela representação camponesa no Nordeste do Brasil. A autora reconhece que a existência desses movimentos como reação às investidas do capital no campo brasileiro é de fundamental importância para a compreensão da questão agrária na atualidade.

No artigo intitulado **Do sistema agrário colonial ao processo de modernização na agricultura familiar do município de Lajeado – RS: as permanências e rupturas**, Juliana Cristina Franz e Giancarla Salamoni analisam os elementos do sistema colonial que persistem mesmo com o avanço do processo de modernização na agricultura familiar do referido município. As autoras identificaram as permanências relacionadas ao sistema agrário colonial, principalmente, na dimensão sociocultural, a centralidade da família e da propriedade da terra, além das rupturas, com destaque às dimensões técnicas e de produção.



João Cleps Junior, no artigo **a Expansão e territorialização das agroindústrias do setor sucroenergético em Minas Gerais e o contexto das lutas sociais no campo**, analisa a crescente demanda mundial de combustíveis alternativos que tem ampliado a expansão da produção de agrocombustível no Brasil, em especial do etanol a partir da cana-de-açúcar, ampliando a produção nos últimos dez anos para os cerrados e novas áreas (fronteiras) do Centro-Sul do Brasil. No texto, o autor avalia os efeitos da expansão da produção canavieira no contexto do aumento dos conflitos socioterritoriais e da concentração de capitais e de terras com uma análise relativa a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

A professora Maria Geralda de Almeida, no estudo **Mulheres rurais - a descoberta e conquista da cidadania pela valorização dos quintais**, retrata que a economia rural é marcada pela divisão sexual do trabalho. A autora apresenta como as mulheres de três assentamentos rurais no Estado de Goiás, conseguiram adquirir visibilidades, ganhar destaque político e tornar mais valorizado o seu trabalho diante da condição de mulher. Observou-se que o ingresso de renda com o trabalho feminino dignifica e estimula a participar em movimentos sociais e a reivindicar políticas específicas para mulheres.

Diego Pessoa Irineu de França e Antônio Thomaz Júnior, no artigo **Estado-capital-trabalho: elementos para pensar o caso das parcerias público-privadas (PPPS) no semiárido nordestino**, discutem o papel do Estado enquanto meio facilitador para apropriação da terra e da água na região da fruticultura irrigada, situada no semiárido do Nordeste brasileiro. Os pesquisadores enfatizam as ações relacionadas à dominação dos recursos naturais, bem como discutem a articulação da esfera público-estatal.

Por sua vez, no artigo **La agricultura urbana: una estrategia de desarrollo local para la seguridad alimentaria en la comunidad**, organizado por Wendy Castañeda Abad e Roberto González Sousa, são analisados o desenvolvimento da agricultura urbana em Havana, a estrutura e o funcionamento do “Organopónico de Alto Rendimiento Playa”, que se localiza no conselho popular Cubanacán, província de Havana e seus vínculos com a comunidade residente.

Marcela Bianca Malosso Graça, Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira e Cibele Marto de Oliveira, no artigo intitulado **O bairro rural de Santana no município de Piracicaba-SP e sua agricultura familiar**, identificam as estratégias econômicas e sociais dos moradores do Bairro de Santana, a partir da verificação das fontes de obtenção de renda desses moradores. O estudo considera as ocupações rurais agrícolas e não-agrícolas, e a pluriatividade.

O artigo, **A territorialização da empresa Suzano no campo em São Paulo e no Maranhão**, elaborado por Marta Inez Medeiros Marques, analisa a expansão territorial da

monocultura de eucalipto realizada pela Empresa Suzano Papel e Celulose apontando para alguns impactos desta atividade, sua força transformadora e suas nuances históricas e geográficas. Destaca-se a organização crescente, embora ainda pontual, de movimentos e organizações sociais que resistem ao avanço da produção de eucalipto.

Por último, Ivani Belenice Dallanôra e Meri Lourdes Bezzi, autoras do artigo **Os cenários produtivos de Pinhal Grande/RS: mudanças e permanências**, estão preocupadas com a dinâmica espacial rural das distintas formas de utilização da terra nesse recorte territorial. A pesquisa mostra que a agricultura está desenvolvida de forma contraditória, marcada por espaços dinâmicos onde predominam culturas comerciais, e espaços em que a agricultura familiar “tenta” manter-se, voltada para autoconsumo e venda do excedente como forma de agregar renda à propriedade.

Na perspectiva de que os estudos sejam apreendidos e contribuam para a reflexão sobre o espaço agrário brasileiro e latino-americano, que teve lugar no XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, apresentamos à comunidade acadêmica mais uma Edição da Revista GeoNordeste.

Sônia de Souza Mendonça Menezes

Geógrafa, Doutora e Professora do PPGeo/DGE-UFS
Comissão Organizadora e Comissão Científica do XXIII ENGA
Conselho Editorial da GeoNordeste

Josefa de Lisboa Santos

Geógrafa, Doutora e Professora do PPGeo/DGEI-UFS
Coordenadora Geral do XXIII ENGA

José Wellington Carvalho Vilar

Geógrafo, Doutor e Professor do IFS-PPGeo-UFS
Editor-chefe da GeoNordeste





INCREMENTO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E REDUÇÃO DA COBERTURA FLORESTAL NA BACIA DO RIO PUYO NA AMAZÔNIA EQUATORIAL, DURANTE O PERÍODO 2000 – 2013

INCREASE IN AGRICULTURAL ACTIVITIES AND REDUCTION OF FOREST COVER IN WATERSHED PUYO RIVER BASIN IN THE EQUATORIAL AMAZON, DURING THE PERIOD 2000 – 2013

INCREMENTO DE LAS ACTIVIDADES AGROPECUARIAS Y DISMINUCIÓN DE LA COBERTURA FORESTAL EN LA CUENCA DEL RÍO PUYO EN LA AMAZONIA ECUATORIANA, DURANTE EL PERIODO 2000 – 2013

Darwin Javier Sucoshañay Villalba

Secretaria Nacional de Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

E-mail: javier.dsv6263@gmail.com; javier_dsv@hotmail.com

Víctor Hugo del Corral Villarroel

MSc. Universidade Estatal Amazônica

E-mail: vdellcorral@uea.edu.ec

RESUMO

O aumento da fronteira agrícola e o crescimento da população são os principais fatores que intensificaram a perda de cobertura florestal na bacia do rio Puyo, - parte alta da Amazônia equatoriana - especificamente na área superior, onde os principais centros populacionais se desenvolvem, e que correspondem a áreas de maior altura e inclinação. Para determinar a diminuição da cobertura florestal ferramentas do SIG foram utilizados para processar informações a partir de imagens de satélite dos anos de 2000, 2004 e 2013, juntamente com fotografias aéreas e pesquisas de campo. Os resultados mostram o aumento das áreas ocupadas por atividades agrícolas em detrimento da cobertura florestal que está em declínio. O setor agrícola tem aumentado a superfície no período de estudo em 16,9 %, enquanto a área de floresta diminuiu em 21,9 %, o que ameaça a sustentabilidade ambiental da bacia para continuar essa tendência.

Palavras-chave: atividades agropecuárias; cobertura vegetal; bacia hidrográfica do rio Puyo.

ABSTRACT

The increase in the agricultural frontier and population growth are the main factors that have intensified the loss of forest cover in the watershed of Puyo River, located in the high part of the Ecuadorian Amazon, specifically in the higher area, Where the main population centers develop, and which correspond to areas of greater height and inclination. To determine the decrease in forest cover the GIS tools were used to process information from satellite images of the years 2000, 2004 and 2013, along with aerial photographs and field surveys. The results show the increase of the areas occupied by agricultural activities to the detriment of the forest cover that is in decline. The agricultural sector has increased the area in the study period by 16.9%, while the forest area has decreased by 21.9%, which threatens the environmental sustainability of the basin to continue this trend.

Keywords: Agricultural activities; vegetal cover; watershed Puyo River.

RESUMEN

El aumento de la frontera agrícola y el crecimiento poblacional son los principales factores que han intensificado la pérdida de la cobertura forestal en la cuenca del río Puyo - parte alta de la amazonia ecuatoriana - específicamente en el sector superior donde se desarrollan los principales centros poblados, y que corresponden a zonas de mayor altura y pendiente. Para determinar la disminución de la cobertura forestal se utilizaron las herramientas de los SIG's para procesar la información de imágenes satelitales de los años 2000, 2004 y 2013, conjuntamente con fotografías aéreas y recorridos de campo. Los resultados muestran el incremento de las áreas ocupadas por las actividades agropecuarias a expensas de la disminución de la cobertura forestal. El sector agropecuario ha incrementado la superficie en el periodo de estudio en 16,9 %, mientras que la superficie forestal ha disminuido un 21,9 %, lo cual pone en riesgo la sostenibilidad ambiental de la cuenca de continuar con esta tendencia. Palabras clave: deforestación, frontera agrícola, crecimiento poblacional, río Puyo.

Palabras clave: actividades agropecuarias; cobertura vegetal; cuenca del río Puyo.

1 INTRODUCCIÓN

La desaparición de la selva amazónica, uno de los sistemas ecológicos tropicales de mayor riqueza biológica en el planeta, ha estado en el centro del debate por décadas. Al menos desde principios de la década del ochenta se han sucedido denuncias que alertan sobre la desaparición de esa selva, a veces a ritmos vertiginosos (MARTINO, 2007). Los factores de deforestación representativos a nivel de país están dados por un motivo utilitario; incluso a través de usos del suelo ilegales, como la especulación de tierras para la creación de espacios productivos, generalmente agropecuarios, o de asentamientos e infraestructura urbanos y rurales. El crecimiento poblacional, y la necesidad de ocupar espacios y aprovechar los recursos han inferido en el cambio del uso de la tierra, aumentando las superficies dedicadas a las actividades agropecuarias a expensas de las áreas forestales.

Esta investigación se centra en el estudio de la deforestación que ha existido en la cuenca del río Puyo en la amazonia ecuatoriana, durante el periodo de 2000-2013, a partir de la utilización de las herramientas de los Sistemas de Información Geográfica y el tratamiento de imágenes satelitales, dado la inexistencia de datos que permitan evaluar los cambios de la cobertura forestal. En Ecuador los valores de deforestación muestran una tasa de cambio anual para el periodo de 2000-2008 de -0,56 %, la mayor parte del área desforestada, cerca del 70 %, se perdió en la década de los 1990s. A nivel regional, la amazonia presenta dos de síes provincias con mayores tasas de la deforestación anual a nivel nacional (SIERRA, 2013). Amores y Jiménez citados por Granda (2015), manifiestan que los últimos datos con los que cuenta el país, determinan que apenas unas 900 000 hectáreas que corresponden al 17% del territorio amazónico, en el noreste ecuatoriano pueden ser utilizadas para la agricultura y que las restantes 4'490 000 hectáreas (83% de la región) deben necesariamente conservarse en forma natural.

Entre las causas que subyacen a la deforestación en la región amazónica ecuatoriana se tiene, las demandas de mercado nacional e internacional, la instrumentación de las políticas de desarrollo nacional, la construcción de la infraestructura económica, los incentivos económicos y políticas crediticias, los patrones de la tenencia de la tierra, el crecimiento poblacional entre otros (BURGOS, 1997). Los cambios de cobertura de la tierra en los territorios, permite identificar los agentes de modificación estructural de estos, físico-geográficos como socioeconómicos, así como, los principales problemas o impactos negativos en el ambiente y sus correspondientes medidas de



mitigación. Sierra (2013) plantea que “en efecto la deforestación vista desde este lente nos dice mucho sobre los cambios sociales y económicos que ha experimentado el país y sus regiones”.

Los procesos de cambio de la cobertura y uso de la tierra en la Amazonía datan desde el año 1964 y 1967, el primero con la aplicación de la Reforma Agraria y el segundo por el boom petrolero. La reforma agraria permitió impulsar el sector agrícola, produciendo las tierras y mejorando la situación de pequeños agricultores, tierras hasta ese momento subutilizadas y en propiedad de pocos terratenientes y otras sin propietario legal (ANDRADE, 2004).

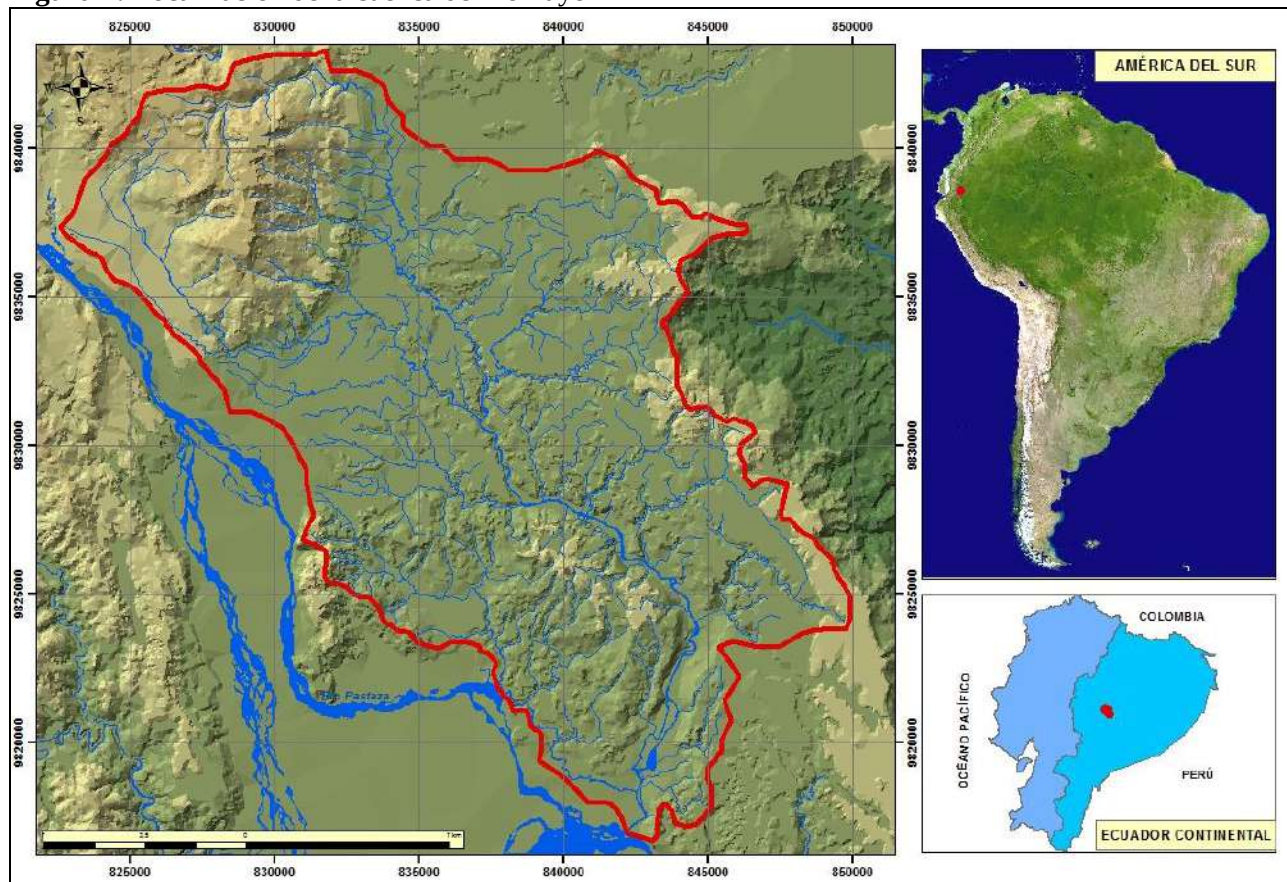
2 ÁREA DE ESTUDIO

La cuenca del río Puyo, está localizada en la amazonia alta ecuatoriana, nace en las estribaciones de la cordillera Oriental, cantón Mera. Está compuesta por cinco corrientes hídricas principales; Puyo, Pindo Grande, Sandalias, Chigushimi y Putuimi, de éstos se destaca el río Puyo, que es el principal (Figura 1). El nacimiento del río se localiza en la colonia 24 de mayo al norte de la cuenca, recorre 44 km aproximadamente hasta su desembocadura en el río Pastaza, sector de Puyopungo, específicamente en la comunidad indígena Indichuris (SUCOSHAÑAY, 2016). A lo largo de su recorrido el río Puyo atraviesa por sectores importantes del territorio, constituyendo además en un recurso de gran importancia; y por esta razón en sus riberas se asienta la ciudad de Puyo, capital provincial y principal centro poblado de la cuenca. La población de la cuenca del río Puyo se concentra en los principales centros poblados que son: Puyo y Shell; Puyo es la capital provincial de la provincia de Pastaza, esta ciudad representa el principal centro económico y social, donde se desarrollan las actividades político administrativas a nivel provincial, además constituye el principal centro comercial de la producción agrícola local de los diferentes centros poblados que integran el territorio.

Toda el área se encuentra dentro del piedemonte, donde se distinguen relieves colinados medios (900-1120 m) y altos (>1000 m) con la presencia de escarpes muy pronunciados, pendientes mayores de 15° y cimas con pendientes entre 5-10°, que se localizan al noroeste, en la formación de la cordillera Oriental de los Andes. Desde el punto de vista areal, predominan superficies planas con pendientes de suave a media (Instituto Geográfico Militar-IGM, 2009). De acuerdo con el Mapa Bioclimático del Ecuador, la cuenca del río Puyo está localizada en la Región 24, calificada como Lluviosa Subtropical por su alta pluviosidad, ya que recibe precipitaciones superiores a 3000 milímetros anuales. Esta se extiende en sentido altitudinal desde los 300 hasta los 1800 m, con una

temperatura media que varía entre 18 °C y 24 °C. Esta región no tiene estación seca y llueve durante todo el año, aunque registra un ligero verano menos lluvioso en el mes de agosto.

Figura 1: Localización de la cuenca del río Puyo



Fuente: Elaboración propia

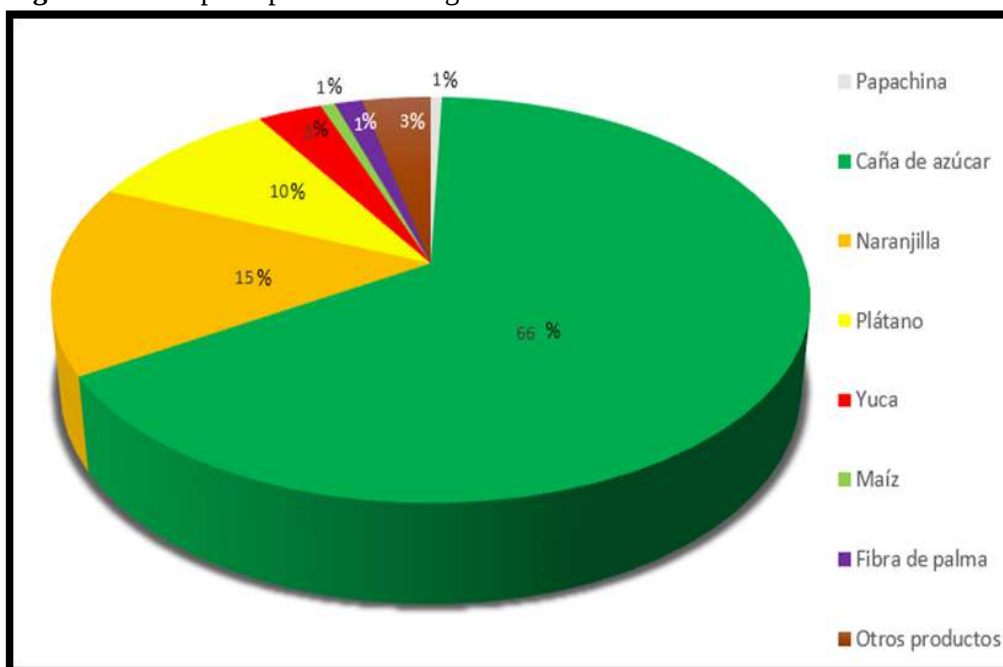
Los principales remanentes forestales se localizan en la cordillera Oriental y en el sector inferior de la cuenca, compuestos por árboles que generan una serie de paisajes de alto valor natural. Como aprovechamiento de este recurso se realizan extracciones de madera, que tienen alto valor económico, a partir de planes de aprovechamiento forestal y, además, existen cantidades considerables de explotación ilegal generando una de las presiones más claras de deforestación en la cuenca del río Puyo (Gobierno Municipal de Pastaza, 2010). Las actividades agrícolas son representativas en la cuenca, y realizadas por sobre todo por las poblaciones rurales. Los principales cultivos representativos por su comercialización son: caña de azúcar, naranjilla, plátano, yuca, fibra de palma, papa china, maíz, y otros productos, como cítricos, frutales y cacao, entre otros (Figura 2).

La población de la cuenca del río Puyo se concentra en los principales centros poblados que son: Puyo y Shell; Puyo es la capital provincial de la provincia de Pastaza, esta ciudad representa el



principal centro económico y social, donde se desarrollan las actividades político administrativas a nivel provincial, además constituye el principal centro comercial de la producción agrícola local de los diferentes centros poblados que integran el territorio. Aproximadamente el área de estudio tiene 50.731 habitantes distribuidos en toda su extensión, de los cuales 36.659 habitantes se sitúan en la parroquia Puyo y en la ciudad de Puyo 33.557 hab. (Instituto Nacional de Estadísticas y Censos- INEC, 2014). La actividad industrial es baja, tan sólo se destaca una industria en el territorio; la mayor parte del mismo está dedicado a la actividad agropecuaria, siendo la agricultura un sustento para la población rural de la cuenca estudiada.

Figura 2: Principales producciones agrícolas de la cuenca



Fuente: elaboración propia, a partir de la información del POT de la provincia de Pastaza, (2011)

3 METODOLOGÍA

La metodología aplicada en la presente investigación ha sido tomada de López y Plata (2009), quienes establecen que el uso de la teledetección y los SIG ofrecen considerables ventajas para la generación, cuantificación y validación de imágenes satelitales, y que es posible definir e identificar entidades espaciales relevantes, cambios de cobertura de la cobertura de la tierra, patrones de crecimiento y modelos de predicción a partir de su uso. De esta manera, la determinación de la cobertura forestal se basó en la utilización de imágenes Landsat, teniendo en

cuenta su efectividad probada en este tipo de estudios y que la adquisición de las escenas georreferenciadas es gratuita a través de servidores de Internet.

En el periodo estudiado (2000-2013), las imágenes que muestran una mejor calidad corresponden a noviembre del 2000, julio del 2004 y septiembre del 2013. A partir de las facilidades que ofrecen los SIG's y en especial el ArcGIS 10.1 se generaron los mapas de cambio de cobertura forestal de la cuenca del río Puyo para los años estudiados, así como sus respectivas matrices utilizadas para calcular las tasas de cambio. Para corroborar la información se realizaron varios recorridos de campo para la georreferenciación de áreas claves y se consultaron fotos áreas de mayor detalle en cuanto a resolución espacial.

El presente estudio se dividió en las siguientes etapas:

1. Selección y adquisición de información. Esta etapa comprendió la revisión, análisis y evaluación de toda la información cartográfica de la cobertura forestal del río Puyo, así como la adquisición de imágenes satelitales que presentan características idóneas para el uso de las herramientas de SIG's y de fotografía aérea del territorio.

- Cartografía base de la provincia de Pastaza, a escala 1:50000;
- Fotografía aérea del territorio y
- Imágenes satelitales LANDSAT 5 (MSS, 4 bandas) y (TM, 7 bandas).

2. Procesamiento. Esta etapa comprendió la utilización de las herramientas de los sistemas de información geográfica ArcGIS 10.1 (ArcMap) para determinar la cobertura forestal y el uso de la tierra de las imágenes satelitales adquiridas. Mediante la aplicación de la Clasificación no supervisada para las imágenes de los años 2000 y 2004 se reconocieron los principales patrones (cobertura o uso) en la cuenca.

- Establecimiento de 5 patrones de clasificación en el territorio.
- Clasificación no supervisada de las imágenes noviembre del 2000 y julio del 2004.
- Clasificación supervisada de la imagen septiembre del 2013, validación en campo y utilización de fotografías aéreas.

3. Cartografía, interpretación y análisis. En esta etapa se diseñan y obtienen los mapas temáticos realizados en ArcGIS 10.1 (ArcMap) y se realiza su interpretación conjunta con la información derivada del análisis estadístico para determinar la tasa de cambio de la cobertura forestal y uso de la tierra desde el año 2000 hasta el año 2013.



Determinación de la cobertura forestal y el uso de la tierra

Del análisis de las imágenes y del conocimiento del área de estudio para la determinación de las categorías de cobertura forestal y el uso de la tierra, se seleccionaron cinco categorías principales y a ellas asociadas una paleta de colores, tal como se muestra en la tabla1.

Tabla 1: Categorías de clasificación de las imágenes Landsat

Nº	Categorías		Color
1	Agrícolas	Áreas Agropecuarias	
2	No agrícolas	Bosques	
3		Áreas sin cobertura vegetal	
4		Áreas pobladas	
5		Cuerpo de agua	

Fuente: elaboración propia, a partir de López y Plata (2009)

Estimación de la tasa de cambio de la cobertura y uso de la tierra

El cálculo de la tasa de cambio de la cobertura forestal y uso de la tierra se realizó mediante la aplicación de la fórmula propuesta por Puyravaud (2003), citado por Montenegro *et al.* (2005).

$$r = \frac{1}{(t_2 - t_1)} \times \ln \frac{A_2}{A_1} \times (100)$$

Donde:

r: tasa de cambio anual de cobertura uso de la tierra

A1: Superficie de las categorías: uso de la tierra al inicio del periodo.

A2: Superficie de las categorías: uso de la tierra al final del periodo.

t1: Año de inicio del periodo

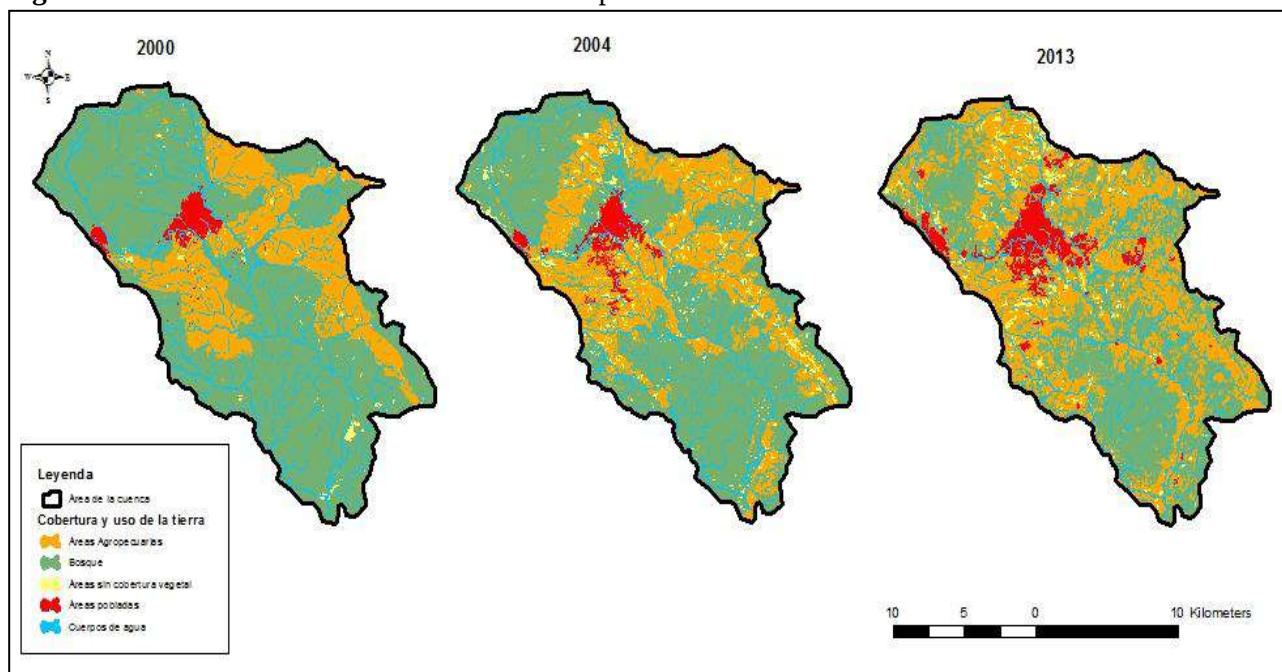
t2: Año de finalización del periodo

4 RESULTADOS Y DISCUSIÓN

Resultado de la metodología aplicada y las herramientas de los SIG's para el análisis y evaluación de las imágenes satelitales de la cuenca del río Puyo, se obtuvieron tres mapas, en los

cuales se identifican el uso de la tierra y en especial la cobertura forestal para los años 2000, 2004 y 2013, los cuales representarían la base para el análisis de cambios ocurridos en el territorio (Figura 3). De esta manera se pudo determinar la dinámica del cambio de la cobertura forestal que ha ocurrido durante el periodo de estudio en la cuenca del río Puyo. Se aprecia como la cobertura boscosa ha ido decreciendo a medida que el sector agropecuario ha aumentado su superficie, poniendo en riesgo el equilibrio de los ecosistemas presentes en la cuenca, especialmente en el sector superior de la misma, puesto que ahí nacen los principales sistemas hídricos. Al igual que las áreas agropecuarias, el proceso de antropización de la cuenca también ha tenido un marcado incremento, siendo muy notorio en la capital provincial y principal centro poblado del territorio (ciudad de Puyo).

Figura 3: Evolución de la cobertura forestal en el periodo de estudio



Fuente: Elaboración propia

El uso de la tierra en la cuenca del río Puyo durante el periodo de estudio, muestra una clara tendencia a la disminución de la cobertura boscosa, en especial en los sectores de montaña. El notorio incremento de la superficie agropecuaria, en los sectores rurales, muestra la evolución productiva del área de estudio; así también el incremento de las áreas sin cubierta vegetal y las áreas pobladas.

El sector forestal constituye áreas de reservas de vida y de mantenimiento natural de los ecosistemas, así también de la prevención de fenómenos naturales. Lo que es preocupante en el presente estudio, dado que a medida que han transcurrido los años la cobertura ha ido



disminuyendo, además de poner en riesgo sectores que topográficamente requieren de su estado natural con el fin de prevenir efectos como la erosión, los movimientos de masas y deslizamientos.

En el año 2000 los bosques cubrían el 60,7 % del territorio aproximadamente con 213,5 km², concentrándose especialmente al norte y sur de la cuenca del río Puyo, ya en el año 2004 la cobertura boscosa se reduce, cubriendo 52,6 % del territorio (184,9 km²), aunque aún constituía la categoría con mayor cobertura dentro de la cuenca; al año 2013 la cobertura boscosa ha disminuido en gran medida cubriendo el 38,8 % del territorio con 136,3 km² de superficie (Tabla 2). Como se muestra en la figura 3, las áreas incididas directamente por los principales núcleos poblacionales, presentan un aumento significativo de la deforestación y el consecuente cambio del uso del suelo; este cambio significativo se localiza geográficamente en las zonas de montaña, mismas que deben tener atención especial por los servicios ambientales que representan en el territorio.

Las áreas agropecuarias actualmente representan el área de mayor cobertura en la zona de estudio. A partir del año 2000 donde ocupaba 88,7 km² (25,2 % del territorio) ha mantenido un crecimiento sostenido hasta el 2013 donde constituyen el 42,1 % de la cuenca del río Puyo con 148,2 km² de superficie (Tabla 2). Si bien las zonas agropecuarias en el 2000 se localizaban fundamentalmente en el sector medio de la cuenca, en la actualidad también ocupan importantes áreas en el sector alto y bajo de la misma, constituida en su mayoría por pastos (gramalote) y cultivos agrícolas representados por caña de azúcar, papa china, naranjilla, plátano, yuca, como los más representativos.

Tabla 2: Cambio de la superficie del uso de la cobertura y uso de la tierra

Categorías	2000 (km ²)	%	2004 (km ²)	%	2013 (km ²)	%	Cambio neto 2013/2000 (%)
1 Áreas agropecuarias	89	25	105	30	148	42	167
2 Bosques	214	61	185	53	136	39	- 64
3 Áreas pobladas	9	2	12	3	12	3	145
4 Áreas sin cobertura vegetal	4	1	15	4	24	7	613
5 Cuerpos de agua	37	11	35	10	31	9	- 84

Fuente: Elaboración propia

Las áreas pobladas han presentado un crecimiento sostenido, en detrimento de las áreas boscosas y por ende el aprovechamiento de los recursos naturales. En la cuenca del río Puyo las áreas pobladas durante el periodo estudiado muestran una tendencia de crecimiento significativo. Las áreas más densamente pobladas son las ciudades de Puyo y Shell. En el año 2000 las áreas pobladas cubrían una superficie de 9 km² (2 %) del área total de la cuenca; en el año 2004 creció al

12 km² (3 %); y para el año 2013 el área resultó de 12 km², que representa el 4 % de la cuenca con una tasa anual de crecimiento de 3 %. (Tabla 2).

La superficie de áreas sin cobertura vegetal cubre una superficie de 23,8 km² que representa el 6,8 % al año 2013, áreas localizadas especialmente alrededor de las áreas pobladas. En numerosos sectores ha sido removida la capa vegetal y cambiado el uso de la tierra, dedicándolos a conjuntos habitacionales, mientras en las áreas rurales es común que el cambio se ha producido relacionado con el incremento de la producción agrícola. En el año 2000 estas áreas cubrían una superficie de 3,9 km² (1,1 %), para el año 2004 la superficie aumentó a 15,4 km² (4,4 %) y como se señaló anteriormente en el año 2013 la extensión de áreas de suelo desnudo cubren una superficie de 23,8 km² (6,8 %) (Tabla 2). La mayor tasa de cambio durante el periodo 2000 – 2013 corresponde a las áreas sin cobertura vegetal, que presentan 13,9 % (Tabla 3).

A partir de la aplicación de la fórmula propuesta por Puyravaud (2003), para cada categoría de uso de la tierra en la cuenca del río Puyo, se presentan los resultados en la Tabla 3, la misma expone los cambios de cobertura en el periodo de 2000 – 2013.

Tabla 3: Tasa de cambio anual de la cobertura de la tierra.

Categorías	Superficie km ² (2000)	Superficie km ² (2013)	Tasa de cambio anual (%) (2000-2013)
1 Áreas agropecuarias	89	148	4
2 Bosque	214	136	- 4
3 Áreas pobladas	9	12	3
4 Área sin cobertura vegetal	4	24	14
5 Cuerpos de agua	37	31	- 1

Fuente: Elaboración propia

La tasa anual de deforestación de la cuenca es de 4 %, la misma que está concentrada en la parte superior, destacándose en las áreas próximas a los centros poblados. Como se mencionó anteriormente, estas áreas presentan topografía irregular, caracterizadas por pendientes con mayor grado de inclinación y mayor riesgo a ocurrencia de desastres de carácter natural, debido especialmente por las condiciones climatológicas de la región amazónica ecuatoriana. Durante el periodo estudiado la superficie agropecuaria por extensión muestra la tasa de cambio anual más representativa en la cuenca con un porcentaje de 4 % (Tabla 3). Aunque con menor superficie en el territorio, las áreas pobladas y las áreas sin cobertura vegetal también muestran un crecimiento considerable, el cual debe tener atención por autoridades en los planes de desarrollo a nivel de la jurisdicción parroquial, cantonal y provincial.



5 CONCLUSIÓN

La reducción de la cobertura forestal en la cuenca del río Puyo en el periodo de estudio, muestra un crecimiento tendencial, similar a los expuestos a nivel regional y nacional, con el especial interés en los sectores que se está sucediendo, dado que representan áreas inapropiadas para mantener su equilibrio natural.

REFERENCIAS

ANDRADE, K. El papel del ECORAE en la Región Amazónica Ecuatoriana. Un ejemplo de crisis de gobernabilidad democrática en el Ecuador. **Tesis (Ciencias Sociales)**. Quito - Ecuador Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales: FLACSO, 2004.

BURGOS, L. Causas estructurales de la deforestación en la Amazonía ecuatoriana, **Debate Agrario**, p. 168 – 185, 1997.

GOBIERNO MUNICIPAL DE PASTAZA. **Síntesis del Plan de desarrollo y ordenamiento territorial del cantón Pastaza**, p. 44 – 60, 2010.

GOBIERNO PROVINCIAL DE PASTAZA. **Plan de Ordenamiento Territorial de la provincia de Pastaza**, p. 80 – 142, 2011.

GRANDA, M. J. Análisis socio-ambiental en doce parroquias amazónicas de Ecuador y su relación con actividades de conservación de bosques nativos. **Tesis (Biólogo ambiental)**. Universidad Internacional del Ecuador, Quito, 2015.

INSTITUTO GEOGRÁFICO MILITAR-IGM. **Generación de geoinformación de la cuenca alta y media del río Pastaza**, Quito, p. 39 – 41, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS-INEC. **Censo de población y vivienda de Ecuador**, 2010. Disponible en: <http://www.inec.gob.ec>. Consultado en: 26 de enero de 2012.

LÓPEZ, V.; PLATA, W. Análisis de los cambios de cobertura de suelo derivados de la expansión urbana de la Zona Metropolitana de la ciudad de México, 1990-2000. **Investigaciones Geográficas**, nº 68, p. 85 – 101, 2009.

MARTINO, D. Deforestación en la Amazonía: principales factores de presión y perspectivas, **Revista del Sur**, nº 169, p. 3 – 22, 2007.

MONTENEGRO, C. *et al.*, **Estimación de la pérdida de superficie de bosque nativo y tasa de deforestación en el norte de argentina**. Buenos Aires: UMSEF Unidad de Manejo del Sistema de Evaluación Forestal, Dirección Bosques, Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable, p. 7, 2005.

SIERRA, R. **Patrones y factores de deforestación en el ecuador continental, 1990-2010**. Y un acercamiento a los próximos 10 años Quito, 2013. Disponible en: <www.forest-trends.org/documents/files/doc_3396.pdf>. Consultado en: 15 de marzo de 2016.

SUCOSHAÑAY, J. Propuesta para el ordenamiento ambiental de la cuenca del río Puyo, en la Amazonía ecuatoriana. **Tesis (Ciencias Geográficas)**. La Habana – Cuba: Facultad de Geografía, Universidad de La Habana, 2016.

Recebido em setembro de 2016
Aprovado em novembro de 2016





OS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO EDR DE DRACENA – SP

THE RURAL PROGRAMS FOR DEVELOPMENT IN THE EDR OF DRACENA – SP

LOS PROGRAMAS DE DESARROLLO RURAL EN LA EDR DE DRACENA - SP

Carlos de Castro Neves Neto

Pós-Doutorando em Geografia na FCT/UNESP, bolsista PNPd/CAPES

E-mail: netocastroneves@gmail.com

Rosângela Aparecida Medeiros Hespanhol

Professora do Departamento de Geografia da FCT/UNESP

E-mail: medeiros hespanhol@gmail.com

RESUMO

O trabalho tem como objetivo discutir os programas de apoio à agricultura familiar executados nos dezesseis municípios que fazem parte do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Dracena – SP. Serão analisados três programas de desenvolvimento rural executados no EDR de Dracena: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e dois programas implementados pelo Governo do Estado de São Paulo: o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado e o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS). Todos esses programas são voltados para a agricultura familiar e buscam fortalecer esse segmento de agricultores. Como procedimentos metodológicos, realizamos entrevistas com agrônomos da CATI, nutricionistas, diretora de penitenciária e presidentes de associações de produtores rurais, além de levantamento bibliográfico sobre o tema e análise dos manuais dos programas.

Palavras-chave: agricultura familiar; segurança alimentar; Estado.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the programs for support of family farming implemented in sixteen municipalities making up the Rural Development Office (EDR) of Dracena – SP. Will be analyzed three programs for rural development implemented in the EDR of Dracena: the National School Feeding Program (PNAE), and two programs implemented by the State Government of São Paulo: the Sustainable Rural Development Project – Microbacias II – Market Access and the São Paulo Program for Agriculture of Social Interest (PPAIS). These programs are direct toward family farming and aim at strengthening this segment of farmers. As methodological procedures, we conducted interviews with CATI agronomists, nutritionists, the prison director, and presidents of farmers' associations, as well as a survey of literature on the subject and an analysis of the program manuals.

Keywords: family farming; food security; State.

RESUMEN

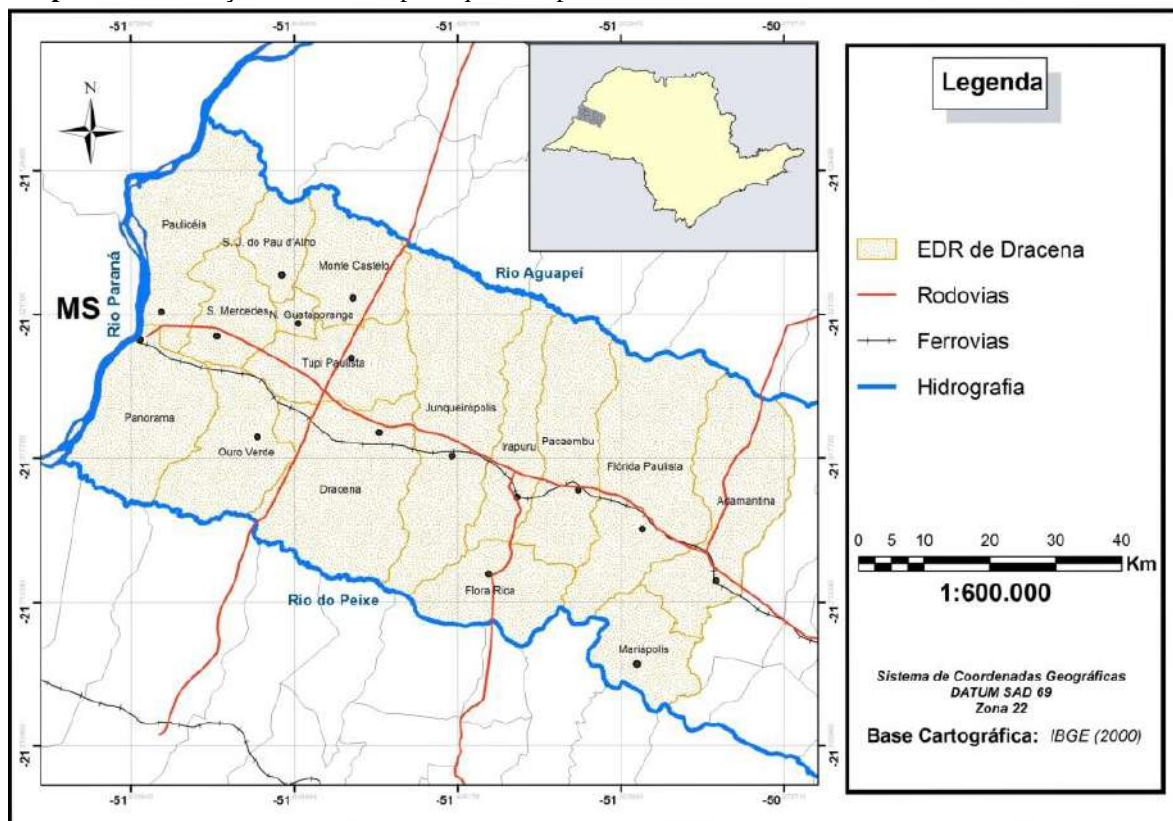
El trabajo tiene como objetivo discutir los programas de apoyo a la agricultura familiar llevados a cabo en dieciséis municipios que forman parte de la Oficina de Desarrollo Rural (EDR) en Dracena - SP. Analizaremos tres programas de desarrollo rural aplicadas en EDR Dracena: el Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), y dos programas implementadas por el Gobierno del Estado de São Paulo: Proyecto de Desarrollo Rural Sostenible - Microcuencas II - Acceso al Mercado y el Programa Paulista Agricultura de Interés Social (PPAIS). Todos esos programas están dirigidos hacia la agricultura familiar y buscan fortalecer este segmento de agricultores. Como procedimientos metodológicos, se realizaron entrevistas con agrónomos de la CATI, nutricionistas, director de la prisión y presidente de las asociaciones de productores rurales, así como levantamiento bibliográfico sobre la temática y el análisis de los manuales de los programas.

Palabras clave: agricultura familiar; seguridad alimentaria; Estado.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como principal objetivo discutir as políticas públicas de desenvolvimento rural que atuam em prol da agricultura familiar no Escritório de Desenvolvimento Rural de Dracena (EDR). O EDR de Dracena é composto por 16 pequenos municípios (Mapa 1), que têm nas atividades agrícola e pecuária uma importante fonte de renda para os agricultores familiares. A pesquisa de campo foi realizada nos municípios de Adamantina, Dracena e Tupi Paulista por apresentarem associações de produtores rurais envolvidas com políticas de desenvolvimento rural.

Mapa 1: Localização dos municípios que compõem o EDR¹ de Dracena



Para compreender a atuação do Estado (em nível federal e estadual) nos municípios que fazem parte do EDR de Dracena, o artigo foi dividido em duas partes. Na primeira parte discutiremos os programas executados pelo Governo do Estado de São Paulo, com destaque para o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado e o Programa

¹ A regionalização em EDRs foi elaborada pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgão subordinado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, que dividiu o Estado de São Paulo em 40 escritórios de desenvolvimento rural.



Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS. Não obstante haja diferenças substanciais entre essas duas políticas públicas estaduais, elas têm em comum o objetivo de fortalecer a agricultura familiar no Estado de São Paulo.

Na segunda parte do texto será discutido o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essa política pública tem um duplo papel, seja no fortalecimento do agricultor familiar, que recebe um preço justo pela sua produção, seja na diminuição da fome, já que esses alimentos comprados pelo Governo Federal são destinados as crianças em idade escolar.

Entre os procedimentos metodológicos adotados no trabalho estão: levantamento de dados secundários em *sites* do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI); entrevistas com engenheiros agrônomos da CATI dos municípios de Dracena e de Tupi Paulista, órgão responsável pelas políticas de desenvolvimento rural no Estado de São Paulo; nutricionista da Prefeitura municipal de Dracena, com o intuito de saber a qualidade dos alimentos entregues pelos agricultores familiares e o andamento do PNAE nesse município; com a diretora da penitenciária feminina de Tupi Paulista, com o objetivo de averiguar o funcionamento do PPAIS, que tem nas penitenciárias a maior parceira do programa; e com presidentes de associações de produtores rurais dos municípios de Dracena e Adamantina, que participam dos programas de compra coletiva.

2 A ATUAÇÃO DO PROJETO MICROBACIAS II E DO PPAIS NO EDR DE DRACENA

O projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao mercado foi lançado no final de 2011 com o objetivo de fortalecer a comercialização dos produtos da agricultura familiar, inserindo esse segmento de produtores no mercado. Esta política pública é financiada pelo Governo do Estado de São Paulo e pelo Banco Mundial. O projeto é voltado às associações de produtores rurais e cooperativas, que devem elaborar um plano de negócios para conseguir os recursos. O valor total desta política pública é de US\$ 130,00 milhões, sendo US\$ 78,00 milhões subsidiado pelo Banco Mundial e US\$ 52,00 milhões de contrapartida do governo estadual (SÃO PAULO, 2010).

O Microbacias II vem sendo implementado, no período 2011 – 2017, pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, por intermédio da CATI, e pela Secretaria do Meio Ambiente, por intermédio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN). O objetivo principal desta política pública estadual é fomentar o desenvolvimento rural sustentável no Estado de São Paulo, elevando as oportunidades de emprego e de renda, assim como incentivar a recuperação/preservação dos recursos naturais. Entre outros objetivos do projeto estão: elevar a

produtividade e a qualidade dos produtos; integrar melhores práticas de manejo do solo e da água e sistemas de produção mais competitivos e sustentáveis; fortalecer as organizações coletivas rurais (associações, cooperativas), para que os agricultores familiares possam comercializar a sua produção de forma conjunta e, conseqüentemente, conseguirem melhores preços (SÃO PAULO, 2015).

A primeira edição do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas - PEMH (2000 – 2008) priorizou as ações ambientais, como o manejo adequado do solo e da água. O PEMH atendeu aos pequenos produtores rurais (área de até 50 ha), que estivessem organizados em grupos, com a cessão de máquinas, roçadeiras, construção de abastecedouros comunitários e fossas sépticas, assim como fez a doação de mudas para o plantio de mata ciliar, subsidiou o pagamento de horas máquinas para o controle de erosão e voçorocas, e incentivou a conscientização ambiental, com a realização de palestras e a formação dos agentes ambientais (NEVES NETO, 2013).

Como apontam Neves Neto e Clemente (2014), a segunda edição dessa política pública estadual, o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II Acesso ao Mercado (2011 – 2015) alterou totalmente o foco do programa, não dando prosseguimento as ações ambientais do PEMH. Houve uma ruptura entre as ações executadas na primeira edição desta política pública para as do Microbacias II, que tem priorizado o mercado e os produtores que estão inseridos num plano de negócios.

Dessa forma, a segunda edição do Programa de Microbacias se apresenta mais seletiva no atendimento aos beneficiários, pois apenas os produtores rurais que participam das cadeias produtivas (café, leite, laranja etc.) podem participar do programa; ou seja, a maior parte dos produtores do Estado de São Paulo, que possui poucos recursos financeiros, não está participando do Microbacias II. Ao contrário do PEMH, que utilizou a microbacia hidrográfica como unidade de intervenção, o novo projeto foca as organizações rurais (associações e cooperativas). A dimensão ambiental, prioridade da primeira edição do programa, não tem tido relevância no Microbacias II, que tem dado maior importância aos aspectos econômicos. Assim, apenas as organizações rurais que já estão inseridas no mercado e/ou possuem condições para se inserir, estão conseguindo elaborar os planos de negócios requerendo recursos do projeto.

Como verificado em pesquisa de campo, este projeto tem tido muita dificuldade em conseguir a adesão dos agricultores familiares. Os motivos para isso são vários: descontinuidade entre a primeira e a segunda edição deste projeto; muitos produtores não estão inseridos em cadeias produtivas, o que os impossibilitam de participarem do projeto; a maioria das associações de



produtores rurais está inoperante; e, falta de diálogo entre os elaboradores desta política pública e o público a que ela se destina (organizações rurais).

Os resultados do Microbacias II obtidos até o fim de 2014 comprovam a dificuldade desta política pública estadual. Nas duas primeiras chamadas públicas ocorridas, em novembro de 2012 e maio de 2013, respectivamente, foram selecionadas em todo o Estado de São Paulo apenas 76 iniciativas de negócios, sendo destinados mais de R\$ 32 milhões em subvenções. O projeto subsidia até 70% do total requerido pela organização rural, sendo que o máximo apoiado é R\$ 800.000,00. A organização rural deve arcar com 30% do valor pedido na proposta apresentada ao Microbacias II. Esta alta porcentagem da contrapartida tem sido outro problema do projeto que tem impossibilitado muitas associações de produtores rurais de participarem.

O EDR de Dracena, que possui 29 associações de produtores rurais e seis cooperativas, teve apenas dez organizações rurais que conseguiram recursos do Microbacias II. Entre os empreendimentos subsidiados pelo projeto a essas organizações rurais estão a implantação de *packing house* e logística de transporte, construção de um centro de recepção de processamento de hortifruti e agroindústria, logística de processamento e criação de logomarca do Café na Associação dos Produtores Rurais de Pacaembu (APRAP)

Não obstante as dificuldades de implementação do Microbacias II no Estado de São Paulo, no EDR de Dracena esta política pública estadual tem possibilitado o fortalecimento de algumas organizações coletivas rurais, sobretudo aquelas que já possuíam uma infraestrutura adequada de funcionamento e que conta com o apoio financeiro da prefeitura municipal. Já as organizações rurais que possuem baixa participação dos associados e/ou cooperados, assim como não possuem o apoio da prefeitura municipal para o seu funcionamento, estão ausentes desta política pública estadual, o que pode acarretar, em último caso, na exclusão dos agricultores desse programa e no fechamento das organizações rurais. Como destaca o agrônomo da Cati de Tupi Paulista, o Microbacias II não foi elaborado para o agricultor pobre e carente, mas, se destina ao produtor capitalizado que já está inserido numa cadeia produtiva e que produza para atender ao mercado².

O outro programa que vem sendo executado pelo Governo do Estado de São Paulo é o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), que foi lançado em 2011. Este programa foi criado por meio da Lei 14.591, de 14 de outubro de 2011 e torna o Governo do Estado de São Paulo o principal comprador de produtos da agricultura familiar. Esta Lei determina que o Governo destine, no mínimo, 30% dos recursos à compra de alimentos para a aquisição oriunda da agricultura familiar. O PPAIS tem como principal objetivo fazer do Estado o principal comprador

² Entrevista realizada em 13/08/2014 com o agrônomo do município de Tupi Paulista e responsável pela execução do projeto Microbacias II nesse município.

de alimentos da agricultura familiar, garantindo um preço justo, assim como diminuindo a ação dos atravessadores, que normalmente ficam com a maior parte dos lucros da produção agropecuária.

O agricultor familiar deverá pedir a Declaração de Conformidade ao PPAIS (DCONP), expedida pela CATI e ITESP (assentados), para poder participar das chamadas públicas de credenciamento para aquisição de alimentos e fornecer seus produtos a creches, hospitais, presídios, penitenciárias, asilos, escolas, entre outras instituições. O limite anual é de R\$ 12.000,00 por família participante no programa. Até o momento, são as penitenciárias que estão participando com maior regularidade do PPAIS (SÃO PAULO, 2013).

De acordo com entrevista realizada com o agrônomo da CATI de Tupi Paulista, o PPAIS ainda não decolou porque o programa foi formulado de cima pra baixo (*top-down*), sem consultar as organizações rurais que representam os agricultores e os agrônomos que participam das políticas públicas. É uma política pública bastante “engessada”, cheia de regras, que dificulta a inserção do agricultor. No PPAIS, o agricultor familiar está disputando mercado com as grandes empresas (empresas atacadistas), que normalmente ganham as licitações, o que dificulta a inserção do agricultor familiar no programa.

Outro problema no PPAIS, apontado pelo agrônomo entrevistado, é a falta de diálogo entre a CATI e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), os dois órgãos que estão gerindo o PPAIS. O ITESP pertence à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, já a CATI está subordinada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo. Essas duas secretarias do Estado possuem objetivos diferentes, o que tem dificultado a operacionalização do PPAIS.

No município de Tupi Paulista apenas dois agricultores familiares estão conseguindo participar do PPAIS, um número muito baixo quando comparamos ao número de agricultores familiares que participam de outros programas, como por exemplo, o PNAE.

Confirmando a pouca abrangência do PPAIS entre os produtores da região de Dracena, o agrônomo da CATI do município de Dracena relata que esse programa tem tido muita dificuldade de ser implantado na região³. Em 2014, apenas vinte agricultores familiares da região de Dracena conseguiram a DCONP e estavam autorizados a participar do programa. Para o agrônomo, a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), responsável pela maior parte da compra de alimentos do PPAIS, não tem dialogado com os agricultores familiares, o que tem dificultado a execução do programa.

Outra crítica feita pelo entrevistado é que a SAP não tem cumprido o que determina a lei, ou seja, que no mínimo 30% do total dos recursos repassados sejam adquiridos com alimentos

³ Entrevista realizada dia 20/08/2014, com o engenheiro agrônomo da CATI de Dracena.



provenientes da agricultura familiar. O que tem acontecido é a compra de apenas 30% da quantidade de um único produto. Esse fato foi evidenciado na Penitenciária Feminina de Tupi Paulista, onde a diretora administrativa relatou, em entrevista, que não está cumprindo a legislação porque tem receio de o agricultor familiar não conseguir entregar os alimentos com regularidade⁴. A diretora administrativa da penitenciária de Tupi Paulista aponta que no início do PPAIS muitas pessoas ficaram com medo de os produtores não conseguirem entregar os alimentos no prazo determinado. No entanto, até o momento, os agricultores familiares têm conseguido cumprir o contrato.

Não obstante o objetivo inicial do PPAIS seja bastante interessante, pois fortalece a agricultura familiar, já que 30% dos recursos destinados à compra de alimentos sejam oriundos da agricultura familiar, assim como destina alimentos de qualidade às instituições públicas (Hospitais, Escolas, Universidades etc.), o programa tem enfrentado muito dificuldade na sua execução, seja a baixa adesão dos agricultores familiares, seja o receio das instituições de participarem dessa política pública.

Cabe destacar que poucos são os agricultores familiares que conseguem produzir em grande quantidade e regularidade, fatores essenciais para acessar o programa. Portanto, os poucos resultados positivos do programa e a falta de interesse do produtor em participar do PPAIS são reflexos de uma política pública estadual que foi mal formulada e não vem atendendo aos anseios da agricultura familiar. Outro problema é que o PPAIS não permite a participação das associações de produtores rurais, o que dificulta a execução do programa, pois os produtores devem arcar com todo o custo do frete (transporte) no momento em que entregam a sua produção.

3 A EXECUÇÃO DO PNAE NO EDR DE DRACENA

Outra importante política pública federal, de abrangência do Governo Federal, é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Este programa é bastante antigo, sendo idealizado nos anos 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, e o seu foco principal é fornecer alimentação escolar para as crianças e jovens do ensino público regular.

A Lei nº 8.913, de 12/7/94, descentralizou os recursos do PNAE, o que permitiu que os estados e municípios comprassem os alimentos necessários às suas escolas, adaptando o cardápio ao hábito alimentar da população local. O repasse dos recursos do Governo Federal para a compra desses alimentos ficou condicionado à criação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), cujo

⁴ Entrevista realizada com a diretora da administrativa da penitenciária feminina de Tupi Paulista em 13/08/2014.

papel seria fiscalizar a aplicação dos recursos do Governo Federal na alimentação das crianças, assim como ajudar na elaboração dos cardápios.

Durante o governo do presidente Lula, foi aprovada a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 que estendeu o PNAE para todos os alunos do ensino infantil, educação fundamental, ensino médio, garantindo que, ao menos, 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam destinados para a compra de alimentos da agricultura familiar. Os alunos que frequentam o atendimento Educacional Especializado, a Educação de Jovens e Adultos semipresenciais e para aqueles matriculados em escolas de tempo integral passaram a ser atendidos pelo PNAE em 2013.

Os produtores que quiserem participar do PNAE devem atender aos requisitos dos grupos A, B, C, D do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e estarem organizados coletivamente. Também é obrigatória a posse da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A lei nº 11.947 abriu um importante mercado institucional para a agricultura familiar, que pode vender até o limite máximo de R\$ 20.000,000 por DAP/ano ao PNAE. Dessa forma, o produtor tem mais um mercado institucional (Estado) para comercializar a sua produção, podendo diminuir e até cessar a sua dependência do atravessador, que acabava pagando um preço bem abaixo do mercado ao agricultor familiar.

O PNAE se constitui num exemplo de continuidade em políticas públicas, pois não se alterou o seu foco principal que é oferecer alimentos de qualidade aos alunos matriculados na rede pública. Inicialmente, essa política teve um foco assistencialista, depois focou na descentralização das ações, passando a ter um discurso democratizante. Dessa forma, o PNAE passou a ser uma política de Estado, que foi se adaptando as especificidades espaciais e temporais da realidade brasileira (ÁVILA; CALDAS, 2013).

A tabela 1 destaca os valores transferidos do FNDE aos 16 municípios que fazem parte do EDR de Dracena, as aquisições da agricultura familiar e a porcentagem de compra do PNAE da agricultura familiar. Alguns municípios, como Dracena e Santa Mercedes não cumpriram a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, não destinando, no mínimo, 30% dos recursos do FNDE a compra de produtos da agricultura familiar no ano de 2014. Já os municípios de Adamantina e de Ouro Verde, destinaram 78,5% e 60,36%, respectivamente, dos recursos do PNAE à aquisição de produtos da agricultura familiar.

Em entrevista com a nutricionista de Dracena para saber os motivos que levaram à queda do percentual de compra de produtos da agricultura familiar no município, a entrevistada ressalta que o



município vem cumprindo a legislação e que os dados do FNDE estão errados⁵. A nutricionista da prefeitura municipal de Santa Mercedes também não concordou com os dados apresentados pelo FNDE, e apontou que o município adquire alimentos dos agricultores familiares participantes da Associação de Produtores Rurais de Dracena (APRD), do município de Dracena, já que em Santa Mercedes não há organizações coletivas rurais aptas a participar do PNAE⁶.

Outra informação interessante da tabela 1 é que, em 10 municípios do EDR, houve diminuição nos valores repassados pelo FNDE ao PNAE quando comparado os anos de 2013 e 2014. No município de Adamantina houve queda de 18,26% no repasse em 2014 em relação a 2013. De acordo com a nutricionista desse município, essa redução no repasse foi ocasionada pela crise financeira que o país passa e que se refletiu na diminuição dos recursos obtidos pela municipalidade por meio do Fundo de Participação dos Municípios. Em virtude dessa redução dos recursos, a nutricionista informou que teve de mudar o cardápio, diminuindo a quantidade de dias em que há o oferecimento de frutas e verduras na merenda escolar⁷. Já em seis municípios houve aumento nos valores repassados do FNDE ao PNAE entre 2013 e 2014. Destaca – se o município de Pauliceia, com aumento de 32,5% nos valores do PNAE em 2014, quando comparado com 2013.

Tabela 1: Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE no EDR de Dracena em 2013 e 2014 (R\$)

Municípios	2013			2014		
	Transferência PNAE	Aquisições agricultura familiar	Percentual (%)	Transferência PNAE	Aquisições agricultura familiar	Percentual (%)
Adamantina	498.380,00	318.848,37	63,98	407.376,00	319.878,80	78,5
Dracena	768.120,00	324.869,75	42,29	791.264,00	207.939,33	26,2
Flora Rica	29.220,00	8.794,85	30,10	25.392,00	8.640,03	34,03
Flórida Paulista	170.000,00	46.547,50	27,38	142.268,80	45.581,86	32,04
Irapuru	88.300,00	16.798,01	19,02	72.054,40	29.005,43	40,25
Junqueirópolis	357.420,00	-	0,00	325.102,80	145.264,40	44,68
Mariópolis	43.938,00	-	0,00	46.272,00	12.780,26	27,62
Monte Castelo	61.220,00	49.814,11	81,37	75.528,00	32.730,37	43,34
Nova Guataporanga	34.920,00	5.066,03	14,51	41.166,00	15.164,13	36,84
Ouro Verde	126.900,00	42.699,98	33,65	113.904,00	68.751,83	60,36
Pacaembu	151.600,00	57.562,95	37,97	136.403,20	69.583,52	51,01
Panorama	243.120,00	64.339,03	26,46	258.444,00	58.086,18	22,48
Paulicéia	124.820,00	47.692,10	38,21	184.932,00	72.551,13	39,23
Santa Mercedes	59.340,00	17.673,48	29,78	37.898,00	-	0,00
São João do Pau d'Alho	35.880,00	31.111,13	86,71	33.948,00	18.347,66	54,05
Tupã Paulista	166.100,00	47.573,06	28,64	165.456,00	56.571,98	34,19
Total	2.959.278	1.031.817		2.857.409	1.160.877	

Fonte: FNDE. Disponível em: <http://www.fn.de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>, acesso em 04/04/2016. Dados não disponíveis.

⁵ Entrevista com a nutricionista da prefeitura municipal de Dracena em 16/03/2016.

⁶ Entrevista com a nutricionista do município de Santa Mercedes em 23/03/2016.

⁷ Entrevista com a nutricionista do município de Adamantina em 29/03/2016.

No ano de 2014, 34.994 alunos foram atendidos pelo PNAE nos 16 municípios do EDR de Dracena, conforme se apresenta na tabela 2. Um dado interessante é que esse número de alunos presente em todo o EDR de Dracena em 2014 é 0,93% menor do que os presentes em 2010 (35.321). Dentre os fatores que podem explicar essa ligeira diminuição do número de alunos nos municípios desse EDR está a redução do número de filhos por família e a mudança da população para outras regiões do país.

Os municípios de Dracena e Adamantina, com 8.013 e 6.399 alunos, respectivamente, apresentam a maior quantidade de crianças atendidas pelo programa. Já os municípios de Flora Rica e São João do Pau d' Alho, com 368 e 406 alunos, respectivamente, são os que possuem menos estudantes beneficiados pelo PNAE.

Tabela 2: Número de alunos beneficiados pelo PNAE nos municípios do EDR de Dracena (2005 – 2014)

Municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Adamantina	4.813	4.658	4.621	4.566	6.643	6.607	6.726	6.346	6.495	6.399
Dracena	6.187	6.182	6.229	5.915	8.165	8.066	8.042	7.932	8.025	8.013
Flora Rica	*	*	363	299	106	444	434	404	400	368
Flórida Paulista	2043	2.026	2.017	2.059	2.514	2.492	2.459	2.403	2.417	2.397
Irapuru	1.177	1.156	1.110	1.032	1.373	1.301	1.301	1.258	1.310	1.343
Junqueirópolis	2.591	2.696	2.679	2.777	3.661	3.592	3.476	3.402	3.724	3.510
Mariápolis	714	672	659	618	757	718	812	700	678	658
Monte Castelo	669	637	633	*	877	825	817	807	787	726
Nova Guataporanga	408	408	377	372	464	485	457	443	440	500
Ouro Verde	1583	1602	1581	1599	2.077	2.027	1.976	1.904	1.841	1.778
Pacaembu	1.850	1.725	1.636	1.579	2.078	2.055	1.985	2.001	2.154	2.004
Panorama	2.743	2.679	2.681	2.800	3.468	3.424	3.338	3.312	3.311	3.253
Paulicéia	1.226	1.101	1.146	1.212	1.584	1.524	1.699	1.649	1.677	1.758
Santa Mercedes	545	511	520	563	732	767	721	721	752	696
São João do Pau d' Alho	443	413	401	*	*	*	491	424	423	406
Tupi Paulista	1.857	1.908	1.741	1.737	2.269	2.295	2.318	2.236	2.345	2.528
Total de alunos	28.135	28.374	25.267	27.148	32.230	35.321	34.939	35.942	33.575	34.994

Fonte: FNDE. Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=Merenda-Escolar:-Veja-alunos-e-escolas-atendidos-pelo-Programa-Nacional-de-alimentacao-Escolar---PNAE-por-cidade-do-Brasil>, acesso em 04/04/2016.

*Não há informações

Pelo programa exigir regularidade na entrega dos alimentos e uma escala de produção, muitos agricultores familiares acabam não participando desta política pública federal. Em pesquisa de campo, verificamos que a maior parte dos agricultores do EDR de Dracena prefere participar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), pois este não possui a exigência da entrega semanal e/ou mensal dos produtos. Como destaca o agrônomo da Cati de Tupi Paulista, no PNAE o produtor

tem que garantir a entrega regular dos alimentos às escolas, mesmo tendo algum problema na sua colheita. O produtor assina um contrato e tem que o cumprir, sendo multado se não entregar o que foi combinado. Portanto, o PNAE normalmente atende a um agricultor diferenciado, que possui uma escala de produção que consiga produzir o ano todo, independente das intempéries climáticas.

A nutricionista do município de Dracena, responsável pela elaboração dos cardápios das escolas, destaca que, com a compra de alimentos da agricultura familiar, por meio do PNAE, a merenda passou a ter melhor qualidade, oferecendo produtos mais frescos, naturais e com uma variedade maior de alimentos. A entrevistada também apontou que procura adaptar os cardápios das escolas ao hábito alimentar da região e que também permite a troca de alguns produtos, caso o agricultor familiar tenha tido algum problema na sua produção⁸. No entanto, foram poucas às vezes que houve a necessidade de se fazer a troca dos produtos da agricultura familiar.

Todas as verduras, frutas e legumes consumidos pelos alunos da rede pública municipal de Dracena são comprados dos agricultores familiares da região, por meio do PNAE. Em 2009, primeiro ano da participação do município no programa, apenas nove produtos eram comprados dos agricultores familiares; em 2014, esse número se elevou para 20. A Associação J. Marques dos Trabalhadores de Jaciporã (J.MARQUES) e a Associação dos Produtores Rurais de Dracena – APRD são as duas organizações rurais que participam do PNAE em Dracena. A J. Marques entrega hortícolas folhosas e a APRD fornece frutas (mamão, banana e melancia) e legumes. Há um constante diálogo entre o produtor e a nutricionista no sentido de saber o que os alunos querem e o que os produtores têm a oferecer.

No total, o PNAE, no município de Dracena, adquire alimentos para 7 mil crianças, distribuídas em escolas municipais, dez creches e quatro escolas estaduais. Para os alimentos que não forem comprados dos agricultores familiares, ou seja, os industrializados ou processados, é realizada uma única chamada pública no início do ano. No ano de 2013, foram gastos R\$ 1.200.000,00 em alimentação para as crianças, sendo que o gasto por aluno/dia ficou entre R\$ 1,80 e R\$ 2,00 para as crianças da creche. O valor repassado pela União, por meio do FNDE, não é suficiente, o que faz com que a prefeitura municipal de Dracena tenha que contribuir para a compra dos alimentos, complementando o valor. A nutricionista aponta que, mesmo com o apoio municipal, este valor gasto ainda é baixo, e seriam necessários mais recursos para a compra de alimentos nas escolas.

Em relação à entrega dos alimentos, a nutricionista de Dracena diz que os agricultores familiares são mais pontuais do que as empresas que fornecem alimentos processados, por meio das

⁸ Entrevista realizada com a nutricionista de Dracena, responsável pelo PNAE, no dia 05/05/2015.

licitações. A entrevistada relata que os produtos entregues pelos agricultores familiares são de boa qualidade, mais vistosos e possuem menos agrotóxicos. Isso tem levado as crianças a consumirem cada vez mais legumes, frutas e hortaliças, produtos essenciais na dieta alimentar de uma pessoa. Portanto, o programa também tem mudado o hábito alimentar de muitas crianças que, ao invés de consumir produtos enlatados e embutidos (salsichas), estão consumindo alface, rúcula, banana, mamão, laranja, entre outros, ou seja, produtos mais saudáveis e nutritivos.

Em visita à escola em tempo integral (Escola Estadual Guilherme Tamerique), as merendeiras elogiaram a qualidade dos alimentos entregues pelos agricultores familiares. Esta escola possui 350 alunos e está localizada em um bairro de periferia do município de Dracena. A qualidade da merenda escolar deste município foi certificada pelo prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar – 10ª Edição (2013)⁹.

O secretário da Associação J. Marques dos Trabalhadores de Jaciporã (J. MARQUES) também aprova o PNAE, ressaltando que esta política pública federal criou um novo canal institucional para o agricultor familiar comercializar a sua produção. O maior problema desta associação é a ausência da posse da terra. Para produzir para os mercados institucionais de alimentos, a J. Marques teve que arrendar um alqueire de terra e há 14 anos luta pela desapropriação de uma fazenda. No ano de 2014, esta associação tinha 18 associados que cultivavam produtos hortícolas que seriam destinadas aos dois programas federal de compras coletivas (PAA e PNAE)¹⁰.

Além de participar do PAA e PNAE, a associação J. Marques elaborou um Plano de Negócio para construir um centro de recepção de processamento de olerícolas (*Pack-house*) e três estufas, por meio do Projeto Microbacias II. O objetivo é entregar o produto processado no PNAE para poder agregar valor à produção dos agricultores associados. O valor da proposta é de R\$ 800.000,00, sendo que o projeto subsidia 70% deste valor.

A preferência dos agricultores pelo PAA também foi verificada na APRD, que possuía, em 2014, 80 associados participando do PAA e 50 no PNAE. Como aponta a presidente da associação, a APRD divide a responsabilidade com o produtor, caso ele tenha algum problema na produção e tenha dificuldade em entregar o produto às escolas. Os recursos do PAA e do PNAE são depositados na conta da Associação que distribui para os associados que entregaram a produção nos programas, conforme a cota de cada um.

⁹ O Prêmio busca dar visibilidade às prefeituras que realizam uma gestão criativa, inovadora e, sobretudo, eficiente do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Dracena foi uma das 26 prefeituras contempladas com o Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar – 10ª Edição. Disponível em: <http://www.dracena.sp.gov.br/noticias/educacao/educacao-e-contemplada-com-o-premio-gestor-eficiente-da-merenda-escolar>, acesso em 20/01/2015.

¹⁰ Entrevista realizada com o secretário da Associação J. Marques dos Trabalhadores de Jaciporã (J. MARQUES) no dia 05/05/2014.



Não obstante as dificuldades (falta de recursos, de assistência técnica, de acesso ao crédito, envelhecimento da população rural, falta de mão de obra etc.) enfrentadas pelos agricultores familiares, têm surgido políticas públicas que buscam facilitar a comercialização da produção familiar e, como consequência, elevarem a renda no campo. Como exemplos, estão em funcionamento, o PNAE e o PPAIS, que se destinam a compra de alimentos da agricultura familiar. No entanto, muitos agricultores, sobretudo os mais descapitalizados, não conseguem se inserir nesses programas, seja por falta de informação, seja por dificuldade na produção (clima, solo, mão de obra etc.). Assim, muitos agricultores familiares não participam dessas políticas, o que os impedem de conseguirem uma renda mais elevada no campo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado brasileiro, a partir de meados da década de 1990, com o lançamento do Pronaf, reconheceu a importância da agricultura familiar na produção de alimentos, na geração de empregos e na preservação do meio ambiente. Políticas públicas que até então eram direcionadas apenas para os médios e grandes produtores rurais, passaram a ser elaboradas para agricultores que possuíam até quatro módulos fiscais. A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999, voltado a atender os agricultores mais descapitalizados, também reforça a tese da necessidade de se pensar o espaço rural não apenas na visão do agronegócio, mas também da produção familiar rural.

A eleição de Luís Inácio Lula da Silva e a sua preocupação, pelo menos em termos oficiais, em resolver a fome no Brasil fez com que o Estado elaborasse políticas de compras coletivas que, simultaneamente, diminuiria o problema de insegurança alimentar no país e fortalecesse a agricultura familiar. Foi este o duplo papel do PAA, lançado em 2003, no contexto do “Programa Fome Zero”, e que tem alcançado resultados positivos, sendo reconhecido pela ONU e imitado por outros países, como a Bolívia, por exemplo. Esta política pública de desenvolvimento rural vem atendendo perfis diferentes de agricultores, incluindo os descapitalizados que estavam ausentes da preocupação do Estado.

Também relevante é o PNAE, idealizado nos anos 1940 e que continua atuante até hoje. A lei de 2009 que determina o repasse de, ao menos 30%, dos recursos do FNDE à compra dos alimentos da agricultura familiar criou um “novo” mercado institucional para esses agricultores que ainda vem sendo pouco explorado, seja pela dificuldade em produzir com regularidade e qualidade, seja por falta de conhecimento do programa.

Em nível estadual, o Governo do Estado de São Paulo executa duas políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares: o PPAIS e o Microbacias II. O PPAIS, que se assemelha ao PNAE, tem alcançado poucos resultados satisfatórios até o momento. Isso se explica pela dificuldade de entendimento do programa, por parte dos agricultores e até mesmo dos técnicos extensionistas, o impedimento da participação das associações de produtores rurais e o escasso diálogo entre os formuladores desta política pública com os agricultores familiares. Em relação ao Microbacias II, o objetivo do projeto é atender aos produtores rurais que participam de cadeias produtivas e pretendem inserir a sua produção no mercado. Assim, o projeto subvenciona a construção de laticínios, estufas, criação de logomarca, centros de processamento etc. Os resultados mostram que o Microbacias II tem atendido um número reduzido de agricultores no estado de São Paulo, o que reforça o caráter seletivo desta política pública que não visa atender ao agricultor familiar descapitalizado, mas aquele que consiga se inserir numa cadeia produtiva e produzir para o mercado.

Não obstante os objetivos diferentes de cada uma das políticas executadas no EDR de Dracena, esses programas são destinados aos agricultores familiares e buscam ampliar a compra de alimentos desses agricultores, o que reforça a preocupação do Estado (Estadual e Federal) em atender essa categoria de produtores rurais.

REFERÊNCIAS

CALDAS, Eduardo de Lima; ÁVILA, Mário Lúcio. Continuidade de políticas públicas e o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Revista Espaço Acadêmico** (UEM), v. 13, p. 77-84, 2013.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Dados da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>, acesso em 04/04/2016.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Número de alunos beneficiados com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=Merenda-Escolar:-Veja-alunos-e-escolas-atendidos-pelo-Programa-Nacional-de-alimentacao-Escolar---PNAE-por-cidade-do-Brasil>, acesso em 04/04/2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Programa de Aquisição de Alimentos. RESOLUÇÃO Nº 44, DE 16 DE AGOSTO DE 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/resolucoes-do-grupo-gestor/arquivos/Resolucao,P20no,P2044-,P20de,P2016,P20de,P20agosto,P20de,P202011.pdf.pagespeed.ce.NxvK-T5qLn.pdf>, acesso em 27/01/2014.



NEVES NETO, C. de C., **Políticas Públicas & Desenvolvimento Rural: o Programa de Microbacias I e II no Estado de São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 312 f, 2013. Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/F/E67KTYYYQG9SENRGBMR8PR1XRBD5UJEDX3P7X9SCE5BNKG2L3UU-27299?func=service-media-exec&doc_library=UEP01&doc_number=000731127&media_index=00001&func_code=WEB-BRIEF, acesso em 27/01/2014.

NEVES NETO, C. C; CLEMENTE, E. C. Análise da atuação do Programa Estadual de Microbacias em São Paulo em suas duas edições (I e II). **Revista do Departamento de Geografia**, v. 27, p. 147-169, 2014. Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/rdg/ojs/index.php/rdg/article/view/476/558>, acesso em 27/01/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DRACENA. **Educação é contemplada com o prêmio Gestor Eficiente de Merenda Escolar**. Disponível em: <http://www.dracena.sp.gov.br/noticias/educacao/educacao-e-contemplada-com-o-premio-gestor-eficiente-da-merenda-escolar>, acesso em 20/01/2015.

SÃO PAULO (ESTADO). Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). **PPAIS - Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social**. Disponível em: <<http://www.itesp.sp.gov.br/itesp/acoes-detalhes.aspx?c=1176>>, acesso em 22/10/2013.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. MICROBACIAS II – Acesso ao mercado**. Manual Operacional, São Paulo, 2010.

Recebido em setembro de 2016
Aprovado em novembro de 2016



A RACIALIZAÇÃO DO DESPEJO: TERRITÓRIOS E MIGRAÇÃO FORÇADA DE AFRODESCENDENTES NO PACÍFICO COLOMBIANO

RACIALIZATION OF EVICTION: TERRITORIES AND FORCED MIGRATION OF AFRODESCENDANTS IN THE COLOMBIAN PACIFIC

LA RACIALIZACIÓN DEL DESPOJO: TERRITORIOS Y MIGRACIÓN FORZADA DE PUEBLOS AFRODESCENDIENTES EN EL PACÍFICO COLOMBIANO

Angela Yesenia Olaya Requene

Estudante de Doutorado em Antropologia

Universidade Nacional Autônoma do México

Membro do GT Desenvolvimento Rural: Estudos Críticos (CLACSO)

E-mail: yesenia.olaya@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as diferentes configurações em torno da distribuição espacial da afrodescendência nos territórios do Pacífico colombiano. Ao mesmo tempo analisa como o capital extrativista a partir das dinâmicas de acumulação privada dos recursos naturais e apropriação de terras, tem gerado práticas racializadas de despejo e migração forçada de populações afrodescendentes. Situação que ameaça a existência e a continuidade das suas formas de vida cultural e produtiva. Desta forma, será possível problematizar a interseccionalidade entre racialização-despejo-território e migração forçada, que relações existem entre essas categorias e sua importância para colocar no centro do debate o racismo, suas funções estruturais e formas hegemônicas que fundamentadas na criação de estereótipos biológicos e culturais, procuram justificar as atitudes discriminatórias e desigualdades que contribuem para que as empresas multinacionais garantam exploração e acesso à terra, minérios e outros recursos econômicos. Instaura-se uma forte polarização e segregação territorial, racial e de classe no país.

Palavras-chave: racismo; território; desapropriação; capital extrativista; afrodescendentes.

ABSTRACT

This work aims to analyze the different configurations around the spatial distribution of Afrodescendence in the territories of the Colombian Pacific. At the same time, it analyzes how extractive capital from the dynamics of private accumulation of natural resources and land appropriation has generated racialized practices of eviction and forced migration of Afrodescendant populations. This situation threatens the existence and continuity of their cultural and productive forms of life. In this way, it will be possible to problematize the intersectionality between racialization-eviction-territory and forced migration, what relations exist between these categories and their importance to place at the center of the debate racism, its structural functions and hegemonic forms that are based on the creation of biological stereotypes and Cultural, seek to justify the discriminatory attitudes and inequalities that contribute to multinational companies guarantee exploitation and access to land, minerals and other economic resources. A strong polarization and territorial, racial and class segregation in the country is established.

Key words: racism; territory; expropriation; Extractive capital; Afrodescendants

RESUMEN

Esta ponencia tiene como objetivo analizar las diferentes configuraciones en torno a la distribución espacial de los territorios afrodescendientes en el Pacífico colombiano. Al mismo tiempo se analiza cómo el capital extractivo a partir de las dinámicas de acumulación privada de los recursos naturales y acaparamiento de la tierra, ha generado prácticas racializadas de despojo y migración forzada de poblaciones afrodescendientes. Situación que amenazan la existencia y continuidad de sus formas de vida cultural y productiva. Lo anterior permitirá problematizar la interseccionalidad entre racialización-despojo-territorio y migración forzada, las relaciones existentes entre estas categorías, y su importancia para poner en el centro de discusión la cuestión del racismo, sus roles estructurales y formas hegemónicas que fundamentadas en la creación de estereotipos biológicos y culturales, buscan justificar actitudes discriminatorias y desigualdades que contribuyen a las empresas multinacionales a asegurar el acceso a tierras, minerales y otros recursos económicos. Instaurando una marcada polarización y segregación territorial, racial y de clase en el país.

Palabras clave: racismo; territorio; despojo; capital extractivo; afrodescendientes.

1 POBLAMIENTOS AFRODESCENDIENTES

La historia de localizaciones y localización de historias de los poblamientos afrodescendientes en el Pacífico colombiano está marcada geo históricamente dentro de un conjunto de experiencias de “adaptabilidad” y “permanencias” en territorios que han experimentado un desarrollo al margen del país, en los planos geográfico, social, político y económico (Hoffmann, 2007). Estas experiencias se remontan a las dinámicas histórico-demográficas iniciadas en la sociedad colonial-esclavista a lo largo de los siglos XVII y XVIII. En este momento histórico los territorios del Pacífico comprendidos desde el Darién en Panamá hasta la provincia de Esmeralda en la Audiencia de Quito, se constituyeron en una amplia frontera minera-esclavista durante el dominio colonial. Frente a la práctica extinción de las poblaciones precolombinas y ante el avance de las actividades extractivas se incrementa la introducción de mano de obra esclava, conduciendo a su expansión demográfica, llegando a constituirse a finales del siglo XVIII, en el grupo étnico dominante en la región (Colmenares, 1987). La frontera minera-esclavista se caracterizó por su amplia producción aurífera, a partir de los reales de minas (es decir, lugares de donde se extraía el oro) y distritos mineros que se ocuparon de una minería de aluvión con base en cuadrillas de negros esclavizados (Almario, 2001).

El historiador Oscar Almario ha realizado importantes aportaciones para analizar las dinámicas histórico-demográficas de los grupos afrodescendientes en el Pacífico durante el periodo colonial. Desde un análisis espacial propone asumir al Pacífico como una región minera, principalmente por el papel económico que jugó en el ordenamiento colonial, “esta región minera se asocia a una región mayor, que en su forma administrativa se identificaba como la Gobernación de Popayán¹, de la que la economía minera esclavista era sólo parte de una estructura social y productiva global” (Almario, 2001). El planteamiento de Almario plantea tres dinámicas para comprender la especificidad de esta región: primero, su inicial condición de área periférica como frontera minera en la antigua Gobernación de Popayán; segundo, la constitución de una efímera autonomía relativa de la administración del litoral Pacífico sur (1823-1835), hasta culminar en la fase de su pleno control por parte del interior andino durante la república temprana (1835-1857); y tercero, el ordenamiento territorial durante la instauración del orden republicano que prefiguraba la

¹ La Gobernación de Popayán fue la unidad político-administrativa de la colonia. Después de la disolución de la Gran Colombia¹ y de la conformación de la Nueva Granada, esta fue dividida en 1835, en las provincias de Cauca, Popayán, Buenaventura y Pasto. “La provincia de Buenaventura quedó conformada por los cantones de Cali-capital-, Iscuandé, Micaí, Raposo, Cartago, Palmira, Supía, Toro y Tulúa; la de Popayán por Almaguer, Caloto y Popayán -capital- y la de Pasto por Pasto -capital-, Túquerres, Tumaco y Barbacoas” (Díaz, 2015:64).



diferenciación entre el Pacífico norte o Chocó y el Pacífico sur y la posterior división de este último espacio litoral cuando acontezca la división del Gran Cauca y se conformen los departamentos del Valle del Cauca, Cauca y Nariño en la primera década del siglo XX (Almario, 2001).

El Pacífico al ser un territorio de selva húmeda tropical presento una baja densidad demográfica y en principio inhabitable para el modelo de población hispano en América (Almario, 2001). Esto conlleva a que el dominio de esta región por parte de los sectores económicos y políticos del interior del país fuera precario, además de que existieran territorios inexplorados. En algunos casos los terrenos “vacíos” eran arrendados a pequeños terratenientes que empleaban pocos esclavos o a sectores de libertos que se convirtieron en agregados, arrendatarios y cosecheros de las haciendas (Díaz, 2015). Desde la colonia se construyó una imagen del Pacífico como una región en los márgenes, o lo que Sofonías Yacup (1934) ha analizado en términos del “litoral recóndito”. Lo recóndito remite a la dificultad de acceso desde el interior del país y a políticas estatales de abandono de la región.

El relativo aislamiento del Pacífico de los centros de dominio colonial supone dos niveles de análisis, cuyos cruces y comparaciones resultan interesantes para el estudio de los procesos de asentamientos de grupos afrodescendientes: primero, al ser considerada una región “aislada” los esclavos fugitivos y, posteriormente los negros libertos, tuvieron altas posibilidades para construir sus identidades étnicas al margen de los modelos hegemónicos-coloniales establecidos en otras regiones del país y desarrollar formas autónomas de *apropiación* del territorio determinadas por la adaptación al ambiente natural. La apropiación constituye una secuencia de eventos en donde la integración del ambiente de los ríos, la naturaleza de las actividades de subsistencia y los factores histórico-culturales se unen para denominar lo que se conoce como territorios afrodescendientes. De ahí que los manglares, montes, ríos y esteros fundan sitios y lugares de memorias colectivas, además de una historia propia de vivencias comunes. Segundo; bajo el imaginario de que esta región es paradigmáticamente “inhóspita” y “salvaje”, fue marginada del proceso de configuración del Estado-nación, tanto en el plano simbólico-imaginario como en el terreno fáctico institucional (Restrepo 2010). Esta marginación de ciertas regiones en la construcción de la nación es indicada por el historiador Alfonso Múnera (1998) como “el fracaso de la nación”. El fracaso le permite mostrar “que la construcción de la nación fracasó porque la Nueva Granada como unidad política no existió nunca. Que al estallar la independencia no hubo una elite criolla como un proyecto nacional, sino varias elites regionales como proyectos diferentes” (p. 18). Así, por ejemplo, el Pacífico no fue incorporado como elemento constitutivo de construcción nacional.



El imaginario de lo “inhóspito” y lo “salvaje” ha servido como instrumento a las élites económicas y políticas del país para “naturalizar” las condiciones de abandono estatal y desigualdades socio-económicas de los pueblos afrodescendientes que habitan la región. Haciendo eco del “aislamiento” del Pacífico con respecto a las regiones centro del país, las políticas sociales de combate a la pobreza poco han contribuido a la superación de los rezagos históricos. Sin embargo, durante la primera mitad del siglo XX, este imaginario se transmuta mediante la intervención de las elites políticas y económicas en algunos territorios del Pacífico. A través de políticas implementadas por el gobierno la industria minera (oro y platino) se da en concepción a empresas extranjeras, principalmente francesas y estadounidenses, lo que marca una serie de transformaciones fundamentales en cómo pasa de ser una región “aislada” a ser incorporada en términos económicos como un “motor de desarrollo” para la nación. La mirada desarrollista de inflexión al Pacífico se establece bajo la dinámica de apalancamiento a la extracción de recursos naturales en el contexto de la incorporación de la nación a las lógicas neoliberales del capitalismo global. Este será el antecedente de los conflictos por el control de la tierra entre comunidades afrodescendientes, empresarios y posteriormente grupos armados (guerrillas y paramilitares).

El flujo histórico de las dinámicas económicas y políticas que se han instaurado en la región, hacen que los territorios y comunidades afrodescendientes, se encuentran en el borde tanto de la frontera del capital extractivo como en los conflictos sociales relaciones con la marginación y desigualdades históricas.

Los anteriores niveles de análisis permitirán ahondar en cómo los tránsitos históricos de la región Pacífico en el marco de la historia colonial y conformación del Estado-nación, no es sólo la consolidación de una frontera minera-esclavista, sino que también es la creación de una frontera simbólica-imaginaria en la que se crean las culturas, identidades y diferencias de los grupos afrodescendientes. Además, cómo paulatinamente sus territorios se encuentran enmarcados en una estrategia de ocupación extractivista que ha ocasionado profundas transformaciones en las prácticas ancestrales de vida y en los usos y vocaciones de la tierra.

La noción del Pacífico como región de frontera se abordará como proceso de transición histórica en la que convergen experiencias de localización geográfica, movimientos de asentamientos y significados de la apropiación del ambiente natural por parte de los grupos afrodescendientes. Es importante resaltar que en los diferentes territorios que conforman esta región los componentes culturales, geográficos, ambientales y sociales no convergen para crear territorios homogéneos, se pueden combinar de manera diferente en distintos ritmos y temporalidades de acuerdo a las experiencias de adaptabilidad que materializan los mapas de significados o sistemas

de sentidos culturales constitutivos de la subjetividades e identidades de las personas afrodescendientes. También articulan las aspiraciones y deseos de sujetos particulares, históricamente determinados, que se enfrentan a los retos, fracasos y logros, que marcan los procesos de adaptación creativa a territorios marginados en términos sociales, económicos y políticos.

2 TENENCIA DE LA TIERRA Y DESPOJOS

En Colombia, según el Censo Nacional Agropecuario de 2014, el 41% de los 113 millones de hectáreas de uso agrícola está en mano del 0.4% de propietarios. El 70% de las fincas tienen menos de cinco hectáreas. Estas cifras evidencian el fracaso de los diversos intentos de reforma agraria promovidos a lo largo de 40 años, que no han logrado una transformación significativa en la estructura de la propiedad de la tierra.

En la década de los 90 se produjeron una escala de hechos que agudizaron los conflictos sociales y territoriales en el país; por una parte, la expansión territorial de los protagonistas del conflicto interno colombiano, orientada hacia el control de zonas con elevado valor estratégico para la producción y comercialización de la coca. Los constantes enfrentamientos armados entre grupos paramilitares y la guerrilla de las FARC, más allá de suscitarse por desacuerdos ideológicos resulta de la disputa por el control de zonas con un alto potencial para ambas fuerzas y donde el apoyo de la población civil se consigue por la vía de la violencia, intimidación y matanzas (Echandía).

Y por otra con el inicio del mandato presidencial de Cesar Gaviria Trujillo (1990-1994) se dio lugar a una de las más profundas reformas económicas y sociales del siglo XX: la internalización de la economía. En esta reforma se circunscribe todo el funcionamiento del Estado hacia la modernización y consolidación de la economía, con miras a una mejor productividad para la competitividad de nuestros productos en la economía global. La decisión de adoptar este modelo económico se produjo luego que una política proteccionista dominó el intercambio comercial con otros países durante varias décadas. Como resultado del proteccionismo, el mercado nacional se había saturado con productos locales, de tal manera que el poder de compra era inferior a la oferta. En adición, los precios de los productos nacionales habían incrementado con el tiempo, y el control de calidad se había deteriorado por falta de competencia.

“La revolución pacífica”, eslogan en el que se concentran las políticas del plan de desarrollo, aplicados por el presidente Gaviria, se presenta al país en un periodo de cambios estructurales: la nueva constitución, la apertura económica, las reformas legislativas de los 90, la exigencia de las



regiones por lograr mayor autonomía y las reivindicaciones de grupos afrodescendientes y pueblos indígenas por el reconocimiento de derechos colectivos y territoriales en función a su pertenencia étnica.

En materia de contribuir al proceso de apertura y modernización económica, se reformo el régimen de inversión extranjera:

La resolución 49 del régimen de 1991 del Consejo Nacional de Política Económica y Social estableció reglas de juego favorables para el capital extranjero, garantizando un trato igual al que recibe el capital nacional. Se eliminó la necesidad de obtener autorización para invertir en el país, salvo en los casos, como el sector financiero o el minero, en el que también la inversión nacional requiere autorización especial, por parte de la Superintendencia Bancaria, en el primer caso, y del Ministerio de Minas, en el segundo.

Lo anterior, ha permitido, por ejemplo, la llegada de capitales franceses, los cuales están haciendo grandes inversiones en los yacimientos carboníferos como el Cerrejón, y capitales ingleses a través de la Brithis Petroleum Company, cuya mayor inversión está hecha en los nuevos yacimientos petrolíferos de Cusiana y Cupiagua en el pie de monte llanero. Este panorama inaugura los procesos de la lucha por la tierra y su tenencia, el problema de la colonización y confrontación entre grupos armados, las autodefensas y el narcotráfico.

En el contexto regional del Pacífico, desde los años 90, esta región ha sido incluida como “polo de desarrollo” para la nación debido a factores como la riqueza de los recursos naturales y el potencial económico y estratégico que tiene para la integración de la economía nacional a la económica de la Cuenca del Pacífico. Esto ha generado que la disputa por el control territorial de grupos armados se haya movilizado hacia esta región, no sólo con fines al cultivo y comercialización de la coca, sino también vinculados a los grandes proyectos de modernización económica como la extensión de plantaciones de palma africana y la minería a cielo abierto. Proyectos mediante los cuales el estado ha entregado en concepción grandes hectáreas de tierras a empresas nacionales y transnacionales sin que se hubiera efectuado el proceso de **consulta previa** con los grupos étnicos. Grandes zonas de biodiversidad de la región Pacífico principalmente en Choco, Nariño y Cauca, se han visto afectadas cuando se descubren zonas aptas para la minería y la extensión de cultivos de palma africana, cambiando radicalmente las relaciones históricas que con el territorio han tejido las comunidades afrodescendientes en la configuración de una identidad y cultura propia.

El clima de violencia imperante ha provocado desde la década de los 90 la expulsión de ocho millones de personas del campo, es decir, un auténtico vaciamiento del medio rural

colombiano. Paralelo a ello se ha producido una compra masiva de tierras de parte de los narcotraficantes y la expropiación por parte de grupos armados ilegales, lo que condujo en los hechos a una “contrarreforma agraria armada”, incrementando en gran medida la concentración de la tierra. Según la Comisión de Seguimiento a las Políticas Públicas sobre Desaparición Forzada, entre 1980 y 2010, 6.6 millones de hectáreas de tierras fueron abandonadas o usurpadas; otras fuentes consideran que la cifra podría llegar a los diez millones de hectáreas. Estas tierras, despojadas a sangre y fuego, se encuentran actualmente en manos de los grupos paramilitares y narcotraficantes, utilizadas principalmente para el cultivo de palma aceitera o bien para la extracción minera.

3 AGROINDUSTRIA DE LA PALMA AFRICANA

“La palma mata más que la coca”

Uno de los rostros de la agroindustria para la palma africana se asocia con el despojo territorial de campesinos y comunidades afrodescendientes a manos de grupos paramilitares, quienes a través de prácticas de coacción armada desplazan a los pobladores locales de aquellos terrenos aptos para el cultivo de la palma. Acciones armadas que han violentado la autonomía territorial y los derechos étnico-culturales conquistados por el movimiento social afrocolombiano con la Ley 70 de 1993 (Ley de comunidades negras). Las denuncias de activistas de las organizaciones afrocolombianas han señalado que entre 1997 y el 2004 los paramilitares cometieron 200 asesinatos, además de innumerables desapariciones, apropiación ilegal del territorio y violaciones de derechos humanos. Junto con el cultivo de la coca, la palma africana, se ha vuelto la razón principal de desplazamiento forzado en muchos territorios del Pacífico.

El monocultivo de la palma africana ha sido promovido en Colombia como parte de una política de “desarrollo alternativo”, financiada en parte con recursos del Plan Colombia, y su expansión está relacionada con el aumento mundial de la demanda de biocombustibles (Escobar, 2010)². Durante los mandatos presidenciales de Andrés Pastrana Arango y Álvaro Uribe Vélez se promovieron las políticas económicas para el desarrollo de la industria aceitera través de incentivos fiscales y tributarios, asistencia técnica, acceso facilitado al crédito, protección a los cultivos nacionales hasta en la forma de reforma agraria, distribución de semillas y plantas, con el fin de extender su cultivo en el territorio nacional. En una visita a Indonesia en 2001, el entonces

² ESCOBAR, Arturo. Territorios de la diferencia. Lugar, movimientos, vida, redes. Envió Editores. 2010.



presidente Andrés Pastrana, al ofrecer extensiones de 3 millones de ha para empresarios malayos que quisieran invertir en el cultivo de palma en Colombia, declaró: “La extensión de los cultivos de palma de aceite se ha convertido en un verdadero propósito nacional, para que, con ella, lleguen el progreso, la inversión y el desarrollo social a amplias zonas de Colombia que hoy están listas para unirse al cultivo y al procesamiento de este bien primario”. Por su parte el expresidente, Álvaro Uribe Vélez, en el marco de la XIV Conferencia Internacional sobre Palma de Aceite celebrada en Cartagena en septiembre de 2003, indicó: “Tengo mucha confianza en el futuro de la palma de aceite. Este gobierno se ha comprometido con el incremento de la producción competitiva de aceite crudo de palma. Buscamos sustituir las importaciones de aceite y penetrar los mercados externos”.

En los territorios del Pacífico sur, fronterizos con el Ecuador, esta política agroindustrial se ha perfilado como una prospera actividad de fuerte inversión. El gobierno nacional ha puesto sus ojos, de manera particular, en el municipio de Tumaco, el segundo puerto más importante del país, y en el que se concentra actualmente la mayor área cultivada de coca en el país, con 6.611 hectáreas en 2013 y un alto potencial de producción de cocaína. Su morfología atiburrada de esteros y manglares, y el cruce de innumerables ríos y afluentes constituye un área estratégica de política económica y presencia de grupos armados. Según el Instituto Colombiano Agrícola (ICA) el área total sembrada de palma africana para 1986 era de 14.000 hectáreas, y según Fedepalma, en el 2012, existían unas 20.131 hectáreas sembradas que constituirán un 32% del total de la superficie del municipio. Toda esta deforestación dio lugar a la explotación ilegal de la madera sacada sin ningún tipo de control estatal. La apertura de las mencionadas carreteras atrajo la penetración de otros colonizadores y otras actividades económicas, entre las cuales destacan los actuales cultivos de coca.

Investigaciones realizadas por la Diócesis de Quibdó y la organización no gubernamental *Human Rights Everywhere* (HREV), han señalado que

el modelo de plantaciones en Tumaco ha supuesto la tala de bosques y el drenaje de los suelos (para sembrar 456 hectáreas de palma africana se hicieron 86 kilómetros de drenajes y 11 kilómetros de carreteras); el desplazamiento de campesinos hacia el área urbana de Tumaco, la utilización de sicarios para presionar a los campesinos para que vendieran sus tierras, y una serie de violaciones a los derechos laborales y de asociación.

Las políticas de la agroindustria de la palma africana en el Pacífico se desarrollan de acuerdo con las lógicas globales de una “acumulación capitalista por desposesión” (Harvey, 2012). Estas políticas han suscitado problemas de expropiación territorial y desplazamientos forzados. Así también han generado formas modernas de colonización de la vida humana y de la naturaleza a



través de los cuales se imponen prácticas económicas externas a los modos locales de vida de las comunidades negras (Escobar, 2010). Estos fenómenos obligan a los pueblos a emigrar, lo cual provoca la desintegración y la dispersión, por lo cual se produce el incremento de amplios sectores de la población afrodescendiente viviendo bajo terribles condiciones materiales y a menudo bajo la amenaza de nuevos desplazamientos forzados e incluso de la muerte.

Según el Registro Único de Víctimas (RUV), entre 2000 y 2014 se reportaron en Tumaco 105.972 víctimas de desplazamiento forzado, que representa el 32% del total de víctimas del departamento de Nariño en el mismo periodo (334, 268). Los años más críticos en esta materia fueron 2009 y 2011, cuando priman los desplazamientos intra-municipales, intra-urbanos y hacia Ecuador. Así mismo lo ubica como el municipio más afectado de Nariño, después del El Charco, Barbacoas, Policarpa y Olaya Herrera. Además durante este periodo de tiempo fueron recibidas en Tumaco 83.616 personas desplazadas provenientes de otros municipios del departamento de Nariño, lo que lo convierte en un municipio expulsor y receptor de desplazamiento forzado.

La experiencia del desplazamiento forzado en Tumaco representa un doble movimiento: primero, el caso de los desplazamientos forzados acontecidos en los territorios fronterizos con el Ecuador se ha convertido en un problema internacional. Gran parte de estos pobladores se han desplazado masivamente hacia este país en busca de refugio. Según estimaciones de ACNUR, el 98 % de la población refugiada en Ecuador es de origen colombiano, de los cuales 70 % son mujeres y niños. Cada mes cruzan la frontera entre 1.300 y 1.500 personas principalmente de ciudades como Buenaventura y Tumaco; segundo las poblaciones que migran hacia el casco urbano del municipio en el que la situación de inseguridad suele incrementarse, pues con frecuencia las víctimas de hechos ocurridos en el área rural tienden a movilizarse hacia la cabecera municipal en busca de atención institucional y seguridad, y se ubican en barrios receptores como Nuevo Milenio, Panamá, Viento Libre y Familias en Acción, en estos sectores las poblaciones siguen presenciando situaciones de amenazas, hostigamientos, asesinatos, violencias sexuales, extorsiones que dan continuidad o motivan nuevos desplazamiento intra-urbanos. Esta urbanización de los desplazamientos está en correspondencia con los cambios en el desarrollo de los conflictos, generado por bandas criminales y grupos de delincuencia común.

La población afrocolombiana vive en una situación de incertidumbre y miedo, los atentados terroristas, explosiones y asesinatos están a la orden del día. Para Maritza, maestra afrocolombiana,

El único pecado de Tumaco es su ubicación sobre el Océano Pacífico. La riqueza de sus recursos naturales se ha convertido en uno de los principales problemas que padece este municipio, tenemos que hacer frente a la oleada de violencia que se ha desencadenado con la presencia de grupos al margen de la ley disputándose el



control del territorio, y por otra parte la presencia de empresas agroindustriales que trajeron el sembrío de la palma africana y con ello los grupos paramilitares para obligar a la población a salir de sus territorios, apropiarse de sus tierra y sembrar la palma.

Las FARC, desde la suspensión, el 22 de mayo pasado del cese unilateral del fuego, acordado desde el 20 de diciembre del año pasado, han perpetrado ataques que han dejado sin luz ni agua a poblaciones enteras del suroeste y noreste del país. El nuevo atentado perpetrado por este grupo guerrillero contra el oleoducto Trasandino dejó sin el suministro de agua a 150 mil habitantes de Tumaco y su área rural. Según Ecopetrol el atentado produjo la rotura de la tubería y el derrame de crudo sobre la quebrada Pianulpí, que surte al Río Guisa, y éste a su vez al Río Mira que alimenta el acueducto de Tumaco. Esta situación ha generado cambios en los sistemas comunitarios de producción, conflictos internos en las comunidades, nuevas oleadas de desplazamientos forzados internos y trans-fronterizos.

Los ríos son el sustento económico y de movilización de miles de familias afrocolombianas que habitan en la zona rural del municipio y que se extienden a lo largo de la frontera colombo-ecuatoriana. La experiencia histórica en que las comunidades negras han construido sus identidades, sus formas de conocer y los saberes tradicionales está espacialmente enraizadas a los sentidos que le otorgan a su relación con los ríos, al constituir el lugar que los moviliza en la construcción de una cultura propia, fuente económica para la comercialización de sus productos, la pesca, riego de cultivos, abastecimiento de agua y medio de transporte. Los ríos se conciben también en términos de corredores de vida que comunican y socializan a las comunidades locales y fronterizas, sus prácticas culturales, actividades económicas y ecosistemas. En este sentido los ríos para las comunidades negras son la representación de sus prácticas eco-culturales colectivas de las que se derivan sus sistemas de producción tradicionales y economías locales. Son los ríos los que dan cuenta de las configuraciones particulares de naturaleza y cultura, sociedad y naturaleza, paisaje y lugar, como entidades vivenciales y profundamente históricas (Escobar, 2010). Las formas en cómo se relacionan los pueblos afrocolombianos con los ríos está relacionado en el modo en que resuelven las necesidades de su vida cotidiana; el imaginario histórico-social que construyen del río impulsa a la creación de proyectos de vida alternativos comprometidos con la defensa del territorio al ser asumido como el lugar que permite la creación de vida y que a través de las prácticas tradiciones de producción (pesca y agricultura) otorga los recursos necesarios para garantizar la supervivencia cultural.

El conflicto armado y los desplazamientos forzados han generado un cambio generacional en la concepción del territorio para las comunidades negras, los estragos de la guerra han convertido

al Pacífico en una “geografía del terror” (Oslender, 2004) ocasionando una reconfiguración en los anclajes del territorio sobre todo por la población joven. Frecuentemente el control territorial de los ríos está dividido por áreas unas con presencia guerrillera y otras con presencia de paramilitares, ambas obligan a la gente a cultivar coca, y sobre las cuales se crean fronteras invisibles que rompen los lazos de socialización y comunicación entre las comunidades negras. Para Felipe, joven afrocolombiano de 18 años quien fue desplazado junto con sus padres por negarse a sembrar coca para los grupos guerrilleros, el río Mira trae los recuerdos de los cuerpos desmembrados que naufragaban por sus aguas “recuerdo que era común cuando salía a pescar con mi padre encontrarnos partes de cuerpos asentados sobre los manglares, ha sido difícil para mí borrar esas imágenes de mi cabeza, en ocasiones me he soñado con esos cuerpos (...) el río para mí fue la fuente que nos alimentaba, pero también es lo que me permitió conocer de cerca las atrocidades de la violencia, yo no volví a pescar, mi padre tampoco, sentíamos temor y pensábamos que nosotros podríamos ser las próximas víctimas”. Hoy en día Felipe y su familia viven en San Lorenzo Ecuador, al abandonar sus tierras en Tumaco, perdieron su principal medio de producción y subsistencia. Su única salida ha sido trabajar en una de las empresas de palma africana en el Ecuador, su salario semanal oscila entre los 20 y 30 dólares, recursos insuficientes para mantener a su madre y 5 hermanos.

De ahí que hablar de paz para una población encerrada en un completo conflicto armado, militar, territorial y político, y en la que sus territorios están siendo devastados por una “acumulación de capital por desposesión” que se alimenta y fortalece de los conflictos de distribución económicos, territoriales, ecológicos y culturales que el mismo genera, es una esperanza incierta. Los grupos armados, las empresas multinacionales y el nuevo huracán de reformas neoliberales que pretende transformar en mercancía los paisajes, los pueblos y los recursos, pueden ser vistos como máquinas de guerra más interesadas en su propia supervivencia, que en soluciones pacíficas al conflicto. Dicho de otra manera la modernidad-capitalista por su misma estructura interna se niega a responder al carácter multidimensional de las prácticas de apropiación del ecosistema que han construido las comunidades negras. La funcionabilidad de la “acumulación capitalista por desposesión” produce una significativa reconversión de los territorios locales, economías y culturales reduciéndolos a los valores del mercado, de tal forma que el “ecosistema” es concebido en términos radicalmente diferentes por las comunidades que lo habitan (Escobar, 2010).

4 RACIALIZACIÓN, TERRITORIOS Y DESPOJO

En Colombia las prácticas y discursos racistas, sus relaciones con la otredad, los espacios, tiempos y situaciones en la que tienen lugar, y las repercusiones en la identidad y representación de la corporalidad de las personas afrodescendientes se manifiestan fenoménicamente a través de los mecanismos de control, vigilancia, estigmatización, deportación, exclusión y exterminio que junto con la inferiorización fomentan la marginación y desvalorización cultural de los afrocolombianos. Así mismo las bases ideológicas, sociales y culturales del racismo confluyen en la convicción de que existe incompatibilidad entre la diferencia étnico-cultural y el progreso, la cultura civilizada, el desarrollo y la educación (Castellanos, 2003). Esta supuesta incompatibilidad ha tenido dos repercusiones fundamentales para la población afrocolombiana, en primer lugar los territorios con mayor población afrodescendiente, específicamente el departamento del Chocó y los municipios de Tumaco, Guapi, Timbiqui, Barbacoas y Buenaventura han permanecido en la invisibilidad de los relatos, espacios y temporalidades nacionales y regionales, hecho que ha cimentado la pobreza y las desigualdades socio-económicas de estos territorios en comparación con otras regiones del país. Sin embargo, los territorios afrocolombianos, ricos en recursos naturales, desde mediados de los 80, han sido codiciados por el capital nacional y transnacional, constituyéndose en el principal eje político-económico de la embestida neoliberal y los megaproyectos de desarrollo que operan a través de la articulación entre la económica y la violencia armada, particularmente el prominente papel de guerrillas y paramilitares por el control del territorio, la gente y los recursos naturales (Escobar, 2010), situación que ha traído como consecuencias masivas oleadas de desplazamientos forzados internos y transfronterizos, el despojo y la pérdida paulatina de territorios originarios y tierras ancestrales.

En este orden de idea el racismo se asienta en una serie de fenómenos que no solamente excluyen y marginan por la condición étnico-cultural y de fenotipo, sino que también hace parte de una economía global que involucra un principio fundamental: la separación de la relación entre la naturaleza y la cultura, con fin a privilegiar el desarrollo económico y la explotación de los recursos naturales.

En segundo lugar, el racismo se ha instaurado como un “comportamiento colectivo” en el que las relaciones interétnicas a partir de la identidad/alteridad construyen jerarquías raciales en las que las personas afrodescendientes son víctimas de prejuicios, discriminación, violencia y segregación. Las jerarquías raciales se asientan en la creencia acerca de la superioridad/inferioridad cultural y social de unos grupos humanos sobre otros, aludiendo a sus diferencias lingüísticas,

política, social y de cosmovisión. En estas jerarquías el color y fenotipo de los afrodescendientes se asocia a la inferioridad y subalternidad racial, cultural y epistémica, promoviendo una serie de términos denigrantes que vinculan sus subjetividades y cuerpos como “seres salvajes y de escaso intelecto”, produciendo en las personas afrodescendientes una experiencia conflictiva y dolorosa en la forma de asumir sus identidades históricas y corporalidades.

5 CONCLUSIÓN

La articulación entre el racismo, el despojo, el desplazamiento forzado y la economía contribuyen a la dispersión del fascismo social, definido como nuevas formas de dominación y explotación contemporánea para la producción y reproducción del capital. El fascismo social es un fenómeno plurifacético que se manifiesta a través de la desposesión territorial, la supresión de economías propias, el envenenamiento de animales y cultivos para el autoabastecimiento, la segregación social de los excluidos a partir de las divisiones raciales y clasistas. En otras palabras, es un nuevo espacio-tiempo que atraviesa todas las relaciones sociales, políticas, culturales y económicas y que es, por tanto, común a la acción estatal y no estatal (Santos, 2004).

El capital, el Estado y los grupos armados se articulan en una política de desposesión que intenta des-localizar a las comunidades de sus territorios, con fines a la explotación y saqueo de los territorios. En Tumaco esto ha instalado una economía delictiva basada en la producción y comercialización de la coca, en el reclutamiento forzoso de niños y jóvenes afrocolombianos obligados a trabajar de sicarios, en los enfrentamientos entre bandas criminales y los desplazamientos forzados.

De acuerdo con Arturo Escobar (2010), las estrategias para prevenir el desplazamiento y posibilitar el retorno de las comunidades deben tomar como un punto de partida una comprensión contextual de la resistencia, el retorno y el re-emplazamiento con respecto a las prácticas locales, apuntaladas en los movimientos por la identidad, el territorio y la autonomía donde estos existan. En este sentido pensar en la paz en el Pacífico colombiano, implica pensar en la construcción de un modelo de desarrollo alternativo, donde el Estado y los organismos nacionales e internacionales encargados de garantizar los derechos humanos de los pueblos afrodescendientes, tienen un papel protagónico. La lucha de las comunidades negras es así una lucha por la re-existencia y la autoafirmación de la vida.



REFERENCIAS

ALMARIO G., Oscar. Anotaciones sobre las Provincias del Pacífico sur durante la construcción temprana de la República de la Nueva Granada, 1823-1857. **Anuario de Historia Regional y de las Fronteras VI** (septiembre 2001), p. 115-161, 2001.

COLMENARES, Germán. La formación económica de Colombia. En: OCAMPO, José Antonio, ed., **Historia Económica de Colombia**, Bogotá, Fedesarrollo: Siglo XXI Editores, 1987.

ESCOBAR, Arturo. **Territorios de la diferencia. Lugar, movimientos, vida, redes**. Envién Editores, 2010.

HARVEY, David. **La condición de la posmodernidad**. Amorrortu/editores, 2012.

MÚNERA, Alfonso. **El fracaso de la nación, región, clase y raza en el Caribe colombiano (1717-1810)**. Bogotá, Banco de la República: El Áncora editores, 1998.

OSLENDER, Ulrich. **Comunidades negras y espacio en el Pacífico colombiano**: Hacia un giro geográfico en el estudio de los movimientos sociales. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia (Icanh), 2008.

OSLENDER, Ulrich. Geografía de terror y desplazamiento forzado en el Pacífico colombiano: conceptualizando el problema y buscando respuestas. In: Eduardo RESTREPO y Axel ROJAS (Eds.). **Conflicto e (in)visibilidad**: retos en los estudios de la gente negra en Colombia. pp. 35-52. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. The World Social Forum: Towards a Counter-Hegemonic Globalization (Part I). In: SEN, Jai; ANAD, Anita; ESCOBAR, Arturo; WATERMAN, Peter (Eds.). **The World Social Forum**. Challenging Empires. pp. 235-245. Delhi: Viveka, 2004.

Recebido em setembro de 2016
Aprovado em novembro de 2016



CONFLITOS AMBIENTAIS: O CASO DA USINA HIDRELÉTRICA DE SÃO LUIZ DO TAPAJÓS NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARÁ E OS GRANDES PROJETOS

ENVIRONMENTAL CONFLICT: THE CASE OF THE HYDROELECTRIC PLANT SÃO LUIZ DO TAPAJÓS IN THE WESTERN REGION OF PARÁ AND THE MAJOR PROJECTS

CONFLICTOS AMBIENTALES: EL CASO DE LA CENTRAL HIDROELÉCTRICA DE SÃO LUIZ DO TAPAJÓS EN LA REGIÓN OESTE DEL ESTADO DE PARÁ Y LOS GRANDES PROYECTOS

Amadeu de Farias Cavalcante Júnior

Prof. Dr. - Universidade Federal do Oeste do Pará

E-mail: amadeu.cavalcante@ufopa.edu.br

Nelcilene da Silva Palhano

Profª Drª. - Universidade Federal do Oeste do Pará

E-mail: n_palhano@yahoo.com.br

RESUMO

A Bacia do Rio Tapajós é a nova fronteira dos megaprojetos do Governo Federal de usinas hidrelétricas na Amazônia, com previsão de 43 usinas. Somente para o Tapajós estão previstas cinco. No projeto pretende-se construir primeiro a de São Luiz, e depois a usina de Jatobá. O objetivo do trabalho é mostrar os conflitos que envolvem projetos do Governo Federal para expansão do agronegócio através das hidrelétricas e obras de infraestrutura logística em Território Indígenas. Como metodologia de análise adotamos documentos oficiais e uma Ação Civil Pública do MPF através da Procuradoria de Santarém, Pará. Concluímos que na Amazônia o interesse pelos grandes projetos se sobrepõe como política econômica de desenvolvimento estrito a uma visão de investimento em infraestrutura para o setor do agronegócio e energético, em detrimento da proteção aos povos tradicionais indígenas e seus territórios.

Palavras-chave: bacia do Rio Tapajós; agronegócio; povos tradicionais.

ABSTRACT

Watershed Tapajós River is the New Frontier of mega projects of the Federal Government of hydroelectric plants in the Amazon, with forecast 43 plants. Only for Tapajós, it is planned five. The Project is intended to build the first of São Luiz, and after a Jatobá plant. The objective of this work is direct the conflicts to involve agribusiness expansion of Federal Government projects through hydroelectric and infrastructure logistics Works in Indigenous Territories. How Analysis Methodology adopted Official Documents and A Civil Action MPF through of the Office in Santarém, Pará. We conclude that in the Amazon the Interest by mega Projects overlap as Economic Policy strict development to an investment view in Infrastructure for Sector agribusiness and energy, with losses for the Protection of Indigenous Traditional Peoples and its Territories.

Keywords: Watershed Tapajós River; agribusiness; traditional peoples.

RESUMEN

La cuenca del río Tapajós es la nueva frontera de mega proyectos del Gobierno Federal de centrales hidroeléctricas en la Amazonía, con una previsión de 43 plantas. Sólo en el Tapajós están previstas cinco. El proyecto tiene como objetivo construir primero la central de São Luiz, y luego la de Jatobá. El objetivo del trabajo es mostrar los conflictos que afectan a los proyectos del Gobierno Federal para la expansión de la agroindustria a través de hidroeléctricas y obras de infraestructura logística en los territorios indígenas. Como metodología de análisis se ha utilizado documentos oficiales y una Acción Civil Pública del MPF de Santarém, Pará. Llegamos a la conclusión de que en la Amazonía el interés en grandes proyectos se superpone a la política económica del desarrollo limitada a una visión de inversión en infraestructura para el sector agroindustrial y de energía, en detrimento de la protección de los pueblos indígenas y sus territorios tradicionales.

Palabras clave: cuenca del río Tapajós; agroindustria; pueblos tradicionales.

1 INTRODUÇÃO: UM CENÁRIO DE CONFLITOS SOCIAIS (VELHOS E NOVOS ASPECTOS DAS FACES DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA)

Para efeito de delimitação, compreendemos que população tradicional é uma categoria extensa no pensamento social brasileiro, mas deve ser compreendida aqui como “ações do grupo orientadas pela existência do direito ao reconhecimento jurídico e formal de suas terras”, e os conflitos territoriais no tratamento das variáveis ambientais como espaços de significações sociais e simbólicas das terras, de modo a garantir o direito à vida, a cultura e relações sociais com a natureza, e ao território, para além da lógica econômica dos investimentos capitalistas (NEPOMUCENO, 2016, p. 21-22). Neste aspecto, a legislação brasileira, apenas em parte dá conta de um debate das licenças ambientais em torno da questão citada acima.

No Brasil, os Interesses da União pelos empreendimentos na Amazônia são colocados como estratégicos para responder aos grandes empreendimentos a se instalar com as hidrelétricas, portos e estradas na região Oeste do Pará. A Agência Nacional das Águas, do Governo Federal, através da Resolução Nº 1.308/12/2015, tentou passar, inequivocamente, e abreviar os ritos jurídicos ambientais, concedendo Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica a implantação da Usina Hidrelétrica de São Luiz Tapajós, sem que houvesse a Licença Prévia atestando a viabilidade da UHE São Luiz do Tapajós. O fato foi motivo de Ação Civil Pública pelo Ministério Público Federal do Pará, conforme vimos abaixo:

A presente Ação Civil Pública tem por objeto a declaração de nulidade da **Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) da Usina Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós** emitida pela Agência Nacional de Águas por meio da **Resolução nº.1.308, de 30 de novembro de 2015**, em desrespeito à legislação aplicável ao Brasil, uma vez que: i) até o momento não foi implementado o Comitê de Bacia Hidrográfica Rio Tapajós/Teles Pires, nem aprovado seu respectivo Plano de Recursos Hídricos; ii) o empreendimento ainda não foi considerado viável do ponto de vista socioambiental pelo órgão licenciador (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama), que não concedeu Licença Prévia (MPF, 2016, p. 2).

Desde dezembro de 2014, o Ministério Público Federal deu início a uma ação coordenada exigindo que o Governo Federal instalasse na Região o Comitê de Bacia Hidrográfica referente às principais Bacias dos rios da Amazônia, com ajuizamento de 9 ações civis públicas (ACPs) em seis Estados para obrigar que a Agência Nacional de Águas não outorgasse Declaração de Disponibilidade Hídrica nas bacias da região (MPF, 2016, p. 5).

A exigência de um Comitê de Bacia Hidrográfica coloca em questão a necessidade de participação democrática de vários setores, e não licenciamento pelo órgão licenciador (Ibama), revelam que os grupos de pressão indígenas, quilombolas e populações tradicionais, em conflitos pelo reconhecimento de seus territórios e pela mobilização política destes, exigem participação e soluções técnicas, sociais e jurídicas aos impactos causados ao ambiente e a sociedade, mediante a formação do Comitê.

A Lei 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, garantiu a proteção às águas como bens de consumo humano, animal, em benefício social, e instituiu a ideia de sociedade de risco, admitindo que o uso inadequado, sem planejamento e a atividade de prevenção necessária, gera riscos a todos, como a crise pela falta de água. Nesta sociedade, todos são levados a participar e dialogar sobre os impactos e danos, e por isto, no art. 1º, inciso VI, surge a necessidade de gestão dos recursos hídricos compartilhada e descentralizada entre Poder público, comunidades e usuários. Cabe ao Comitê de Bacia Hidrográfica aprovar e acompanhar a execução do plano de recursos hídricos da bacia: Art. 38. Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação: III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia; IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas; Art. 39. Os Comitês de Bacia Hidrográfica são compostos por representantes: I - da União; II - dos Estados e do Distrito Federal cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação; III - dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação; IV - dos usuários das águas de sua área de atuação; V - das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia. No § 3º há a regulamentação dos Comitês de Bacia Hidrográfica próximo aos territórios de terras indígenas, e nesses casos, devem ser incluídos representantes: I - da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, como parte da representação da União; II - das comunidades indígenas ali residentes ou com interesses na bacia.

Embora o MPF do Pará esteja tentando garantir o atendimento a legislação procedimental para as questões ambientais, muito se tem pesquisado acerca do caráter técnico da legislação no Brasil, ao qual escondem uma lógica do capital na Amazônia pela apropriação de recursos naturais. De acordo com Héctor Leis (1997) o modelo de legislação ambiental brasileira é de caráter mais político-técnico do que comunicativo-participativo. O autor argumenta que o modelo de gestão ambiental fundado na Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), com audiência pública; Ação Civil Pública (ACP); nos conselhos colegiados do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e conselhos estaduais e municipais, são muito mais instrumentos formais de gestão tecnicista,



possibilitando que os argumentos das populações tradicionais tenham pouca prevalência ou força de negociação frente às visões dos atores políticos e econômicos tradicionais (idem, p. 240).

Para outra corrente crítica, os legisladores são cientes dos impactos relativos ao uso da gestão de terras públicas na forma de concessão a empreendimentos privados. O exemplo disto é a Lei de Gestão das Florestas Públicas (Lei 11.284/2006), que estabelece concessão do uso de terras públicas para uso de recursos naturais, mesmo se sobrepondo a territórios quilombolas e povos tradicionais. Neste aspecto, Maurício Torres (2008, p. 55), analisa que o que está subjacente a intenção do legislador é “a presunção geopolítica da região como um deserto demográfico”, visando colocar a Amazônia “sob o manto da preservação ambiental e do axioma do desenvolvimento sustentável”. Tal legislação, fundada no “discurso ecotecnocrata”, expropria os povos tradicionais de seus territórios em prol dos empreendimentos madeireiros que se instalam nas terras reclamadas pelos quilombolas e populações tradicionais através da política de concessão de terras dentro das Florestas Nacionais de caráter público, causando conflitos territoriais acionados pelo Estado e Governo com as comunidades e empresas concessionárias (LITTLE, 2002; NEPOMUCENO, 2016; O'DWYER, 2011; PAULA, 2012).

No capítulo A “Fronteira do Capitalismo na Amazônia”, Octavio Ianni mostrava que em pleno período da ditadura militar na Amazônia foi criado o II Plano Nacional de Desenvolvimento formulado para 1975-1979, que considerava necessário dinamizar o desenvolvimento do capitalismo por aqui, de acordo com um modelo de “economia mais aberta”, para “modernizar” a economia primária exportadora, para dinamizar a capacidade produtiva dos mercados internos e externos. Criou-se nesse bojo o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA, 1974), em que o poder estatal se incumbia destinar recursos para agropecuária, colonização, transportes, produção de energia, mineração, indústria e serviços, desenvolvimento urbano, educação, ciência e tecnologia. Uma característica entre o antigo projeto de governo para a Amazônia e o atual de (neo)desenvolvimento é a vultosa transferência de capital para o setor privado pelo poder público (IANNE, 1986, p. 81). No nosso caso recente, a reorganização de grandes empreendimentos na Amazônia conta com um montante de quase R\$ 200 bilhões para o setor de investimentos em infraestrutura rodo-ferro-aero-portuária e energética para o país, em especial a Amazônia, vista como canal e veia de exploração de *commodities* e recursos naturais para escoamento de produção do país.

No contexto da ditadura, na forma como foram apresentadas a colonização na Amazônia, se verificou conflitos profundos entre indígenas, posseiros, grileiros, latifundiários e empresários para o uso e posse das terras. Tanto assim que os atores acima se perpetuaram em conflitos sociais em

que as vítimas eram indígenas e posseiros, beneficiários, os latifúndios e empresários da grilagem de terras (IANNE, 1986, p. 143). Naquele momento histórico os indígenas não eram chamados de “comunidades”, mas de tribos indígenas. “As terras tribais eram praticamente todas as terras da região. Depois, pouco a pouco, ou com rápida violência, os indígenas foram sendo rechaçados de suas terras. A catequese, a evangelização, o extrativismo, a pecuária, a agricultura sob as mais diferentes formas, estenderam a sociedade e a comunhão nacional pelas terras, comunidades e culturas indígenas” (Idem, p. 176). Abaixo, enquadrámos uma tabela histórica (Tabela 1) para demonstrar a recorrência da questão dos conflitos nas terras indígenas na Amazônia como incentivo do Estado para o desenvolvimento da região.

Tabela 1: Setor de Mineração – 1975 em Conflito com Territórios Indígenas

Mineral e Área de Exploração	Invasão de Terras Indígenas	Corporações Multinacionais	Financiamento Internacional
Ferro; Serra Carajás, PA	Xicrin-Caiapó: Nordeste Parque Nacional Xingu	Amazonas Mineração; Vale, Steel United States	Export-Import Bank, ICOMI.
Manganês, Serra do Navio, Amapá (Território)	Sul de Palikur, Karipuna, Galibi-Marwôrno	Indústria e Comércio de Minérios; Associação da CAEMI e Bethlehem Steel	Overseas Private Investment Corporation (EUA)
Bauxita; Trombetas-PA, MRN	Parque Indígena Tumucumaque, Paianakoto-Tirió, Warikyana-Arikiená, Parukoto-Charúrma	ALCOA, ALCAN, Nipon Steel, Kaiser Aluminium, National Bulk Carriers, Pechiney, Alusuisse, Rio Tinto Zinc, Hanna Mining,	Earth Satellite Corporation (EUA): pesquisas minerais do Projeto RADAM da bacia amazônica
Cassiterita/Estanho, Território de Rondônia	Parque Indígena Aripuanã, Cintas-Largas, Suruí	Cia de Mineração e Ferro União; Cia Estanífera do Brasil; Mineração Aracazeiro	US Geological Survey: 21 projetos mineralógicos; Dpto. de Pesquisa Nacional (DNPM) e Centro de Pesquisas Minerais (CRPM) com patrocínio USAID e Brasil

Fonte: IANNE, O. A expropriação do Índio, In: Ditadura e agricultura, 1986, p. 183.

Com a política nacional promovida pelos militares para a Amazônia, a poderosa atuação dos empreendimentos privados – grilagem, latifúndios, fazendas, empresas – o poder estatal é levado a manipular e remanipular a questão indígena (IANNI, 1986, p. 193). Embora no bojo da ditadura tenha sido criado a FUNAI pela Lei Nº 5.371 de 5 de dezembro de 1967, os indígenas foram tratados pelo primeiro Estatuto, como um “estranho”, na ideia de que o índio se distingue e se contrapõe ao “nacional”, como política que não o reconhecia como nacional ou mesmo brasileiro (Idem, p. 201). A Amazônia, em momentos de crise da economia, e a questão dos recursos naturais, são vistas como fonte de produção de riquezas para o crescimento econômico e desenvolvimento,



como vivemos no período histórico anterior e o recente, presente na política nacional do Governo Federal pelo Ministério do Planejamento, sem que as questões indígenas sejam tocadas pelo Estado.

2 LICENCIAMENTO AMBIENTAL E REFORMAS: CONFLITOS ENTRECruzADOS

A região Oeste do Estado do Pará, onde passa a Rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163), tem sido cenário histórico de conflitos vividos pelos mais de 19 municípios que sofreram interferências do Estado, através do Programa de Integração Nacional dos anos 1970, tangenciando questões fundiárias, conflitos com madeireiras, imigração de colonos do sul do país, e o histórico problema dos conflitos de caráter jurídico-administrativo de delitos cometidos por Grileiros que se apropriavam fraudulentamente de terras da União, consideradas devolutas, expropriando assim as populações tradicionais (índios, ribeirinhos, caboclos, colonos) pelos investidores que especulavam as terras que deveriam ser da Reforma Agrária (CASTRO, 2008). A Região, durante o pleno período da Ditadura Militar, viveu a expansão das fronteiras agrícolas e urbanização, visando expandir e ordenar o território transformando-o em acesso fácil aos investidores. O Estado, em vez de combater os delitos, apoiava a grilagem na Amazônia mediante a legalização oficial de terras demarcadas e compradas por fraudes, mediante instrumentos jurídicos que amparavam a Justiça a legalizar e depois expulsar antigos moradores, vistos como “posseiros” (que não tinham a posse das terras em títulos) (CASTRO, 2008, p. 21).

As pesquisas sobre conflitos socioambientais não podem mais deixar de tocar na relação entre as obras de desenvolvimento na Amazônia e os conflitos sociais que envolvem interesses públicos, privados e os partidários, envolvendo inclusive a questão da corrupção, amplamente divulgados na imprensa. Dessa forma, tal visão nos leva a compreender as limitações do Licenciamento Ambiental e da ACP como ritos jurídicos que não visam estabelecer “ruptura” com a lógica do empreendimento, mas a reconciliação de interesses coletivos, Estado e empresas. O argumento mais forte sobre isto está na tentativa de reformas implementadas na Legislação de Licenciamento Ambiental no Brasil para fazer a desregulamentação ambiental, conforme está em curso no Senado Federal o Projeto de Lei, proposto pelo PMDB, que prevê redução para 6 meses o prazo para elaboração dos estudos de Licenciamento dos impactos ambientais, criando ritos jurídicos mais simplificados¹. O objetivo por trás do projeto é de dar garantias aos projetos da

¹Segundo Martins (2016, p. 19) “O Projeto de Lei nº 654/2015 visa alterar a Lei 6.938/81 da Política Nacional do Meio Ambiente e instituir a licença ambiental única, ou seja, ato normativo que concentra a autorização de planejamento, construção da obra e seu funcionamento, diferentemente do que ocorre atualmente, em que se divide em três (Licença Prévia; Licença de Instalação; Licença de Operação – definidas na Resolução nº 237/97 do CONAMA) para, em tese, melhor assegurar o cumprimento das condicionantes de viabilidade”.

Agenda Brasil, sobre a justificativa da inevitabilidade de empreendimentos estratégicos de interesse nacional, o licenciamento especial a setores tais como sistemas viário, hidroviário, ferroviário e aeroviário; portos; energia; telecomunicações (MARTINS, 2016, p. 19).

Seguindo os preceitos neodesenvolvimentistas da Agenda Brasil de Renan Calheiros (PMDB), o também peemedebista Romero Jucá apresentou ao final de 2015 o Projeto de Lei no Senado (PLS) que prevê a criação de licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional. Nessa nova modalidade de licenciamento, o tempo de elaboração dos estudos será reduzido a cerca de 6 (seis) meses, e não haverá audiências públicas para participação das populações atingidas. Notamos que a legalização do Licenciamento ambiental fica sujeita às reformas políticas dos partidos e bancadas no Congresso Nacional, propensos à lógica do agronegócio (MARTINS, 2016; MORENO, 2012).

Dentro das reformas, a consulta prévia, bem como a redução do papel das agências de avaliação dos impactos ambientais visam amenizar, na lógica partidária da agenda política de Governo, as exigências da Lei Constitucional (Art. 225 da Constituição), que prevê a publicidade do estudo do impacto ambiental. O Projeto de Lei Nº 645/2015, de Romero Jucá (PMDB), visa centralizar o processo do rito jurídico, na forma de planejamento, construção do empreendimento, funcionamento da obra e atendimento de condicionantes de impactos, mas o que está pressuposto são os interesses por deixar opaca a participação dos movimentos sociais em conflitos. O referido projeto de lei, apesar de reconhecer e identificar os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, “na área do empreendimento, vai à contramão da efetivação dos direitos previstos na Convenção Nº 169 da OIT, como direito a consulta prévia, livre e informada” (MARTINS, 2016, p. 20).

Neste contexto, embora com esforço, o MPF não tem a visão interdisciplinar da questão ambiental, - que passa pela compreensão da natureza dos conflitos sociais -, mas fraturada e fragmentada pela visão ritual do ordenamento jurídico e seus dogmas. Da mesma forma, a compreensão dos conflitos não é funcional ao mesmo ordenamento jurídico e para a visão da legalidade. O próprio surgimento do dispositivo jurídico do Licenciamento Ambiental no Brasil está associado a um avanço, de acordo com especialistas da área, mas também a um mecanismo legal visto como alternativo para os interesses do mercado, associados ao desenvolvimento ambiental, junto a sociedade, partindo do pressuposto da necessidade de assumir a inevitabilidade do empreendimento econômico capitalista e suas pressões se ajustando à legislação para organizar e planejar os danos e compensações. É conciliatório.

A opção metodológica em recortar o objeto desta pesquisa através da Ação Civil Pública como instrumento jurídico do Ministério Público Federal através da Procuradoria da República no



Pará, município de Santarém, se justifica pelas seguintes questões: a) há um “campo de luta” latente e notório representado por atores sociais dos movimentos sociais em conflitos e grupos de pressão (políticos, econômicos e sociais) em busca da legitimação de discursos. O MPF é um exemplo de atuação dentro deste campo, não só normativo da interpretação jurídica, mas político, uma vez que busca a convergência e conciliação jurídica de posições em torno do debate da legislação ambiental de direito difuso, passando a atuar com um misto de militância social com os movimentos sociais, promovendo debates com setores da sociedade sem identidade com a questão da defesa ambiental, tal como empresários e elites locais, sem que o debate sobre os conflitos ambientais sejam esgotados em suas formas mais críticas.

Por fim, cabe mencionar que, diante de conflitos socioambientais sempre recorrentes na Amazônia, a postura dos procuradores “engajados” tem certo retorno valorativo no meio jurídico como “capital simbólico”, merecendo reconhecimento social dos movimentos na judicialização dos conflitos, tomando até o espaço de antigas e tradicionais lideranças de movimentos sociais e do corpo de cientistas sociais e especialistas, pois o discurso de judicialização dos conflitos ficam sempre balizados no pressuposto jurídico de defesa do Estado de Direito Democrático. Se as competências para falar sobre os conflitos transmigram para o discurso jurídico do Procurador, a fala dos especialistas e ímpeto dos movimentos sociais ficam opacos e perdem espaços de legitimidade diante da judicialização como discurso de competência do espaço social e jurídico brasileiro.

O Governo Federal, sabendo do processo de legalização pelo Licenciamento ambiental e EIA/RIMA como requisitos, tem atuado de forma inédita nos conflitos. Em dezembro de 2012, a Polícia Federal atuou na aldeia Munduruku, na Operação Eldorado, onde houve um índio assassinado, efeito desencadeador da presença de mais de 250 homens da Força Tarefa Nacional, em Itaituba, na Operação Tapajós. O desencadeamento mais importante foi a criação do Decreto Nº 7.957, de 2013, regulamentando o uso da Força Nacional de Segurança Pública, estendendo aos Ministros de Estado, e não apenas aos Governos e Presidência o uso da Força sob o mote da defesa da ordem como princípios da segurança pública. O pressuposto era garantir, em áreas de conflitos, que os pesquisadores ligados aos governos e empreendedores fizessem os estudos do EIA/RIMA com a segurança policial garantida.

3 (RE)ORGANIZAÇÃO DO NEODESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA E EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO

O Princípio do Estado como instituição executora dos direitos sociais e humanos e das políticas sociais está sofrendo transformações drásticas. A “ideologia e a prática do neoliberalismo, em combinação com as operações transnacionais das grandes empresas e das agências internacionais, conduziram a um certo esbatimento do protagonismo do Estado-Nação, como ator no sistema mundial” (SANTOS, 2011, p. 155). Um dos elementos das reformas se deu no campo da regulação e redução da participação política dos cidadãos a uma prática social setorizada, especializada, e rigidamente controlada pelo Estado e seus organismos, de modo a estabelecer que os critérios de gestão estatal prevaleçam como protagonistas das decisões, em detrimento dos atores sociais que reivindicam o diálogo público (SANTOS, 2011, p. 113). Com a reforma neoliberal que reconsiderou o papel do Estado como garantidor de seguridade social, o Estado atual, de cunho desenvolvimentista, juntamente com o mercado, transfere para a sociedade os riscos de suas decisões, sem dar garantias de proteção social (Idem, p. 157). Neste contexto, fica mais claro compreender o papel dos movimentos sociais, o MPF, e a sociedade civil, expostas aos riscos e consequências das ações do Estado e a insegurança social causadas no bojo dos interesses políticos e econômicos.

A União e o Estado do Pará estão hoje no centro da dinâmica descrita anteriormente, e aparecem como protagonistas do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC II), o Plano Amazônia Sustentável (PAS) e a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) são exemplos de programas governamentais bilionários que contam com vultosos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e completam mais de 15 anos (MORENO, 2012).

No dia 02 de março de 2016, o Governo Federal assinou em Brasília/DF um acordo a ser pago pelas empresas Samarco/Vale/BHP Billiton na ordem de vinte bilhões de reais (R\$ 20 bi) para que estas recuperem o Rio Doce, entre outros danos na tragédia de Mariana (MG), sendo 4,4 bilhões até 2018; 4,1 bilhões dividido em 15 anos; e o restante da soma em mais 10 anos na forma de ações compensatórias. O Governo alegou que o acordo representa uma “reparação integral... que regerá a atuação do Estado brasileiro em todo o período de implementação do acordo, sem qualquer limite ou teto”². O “acordo” foi celebrado e noticiado nacionalmente numa atmosfera de aplausos por todos os participantes. Diante de um cenário nacional de baixa popularidade da presidente Dilma

² <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2016/03/brasil-faz-historia-acordo-de-r-20-bi-para-recuperar-rio-doce-diz-dilma>. Acesso em 03 de março de 2016.



Rousseff, e de um contexto de governo marcado pelos problemas da corrupção nos casos Petrobrás e Lava Jato, e uma crise política institucional entre Congresso Nacional e Governo, - com instauração de processo de apuração de Impeachment contra a Presidente, e de investigação de corrupção contra o presidente da Câmara -, mais o cenário de crise econômica recente reverberado pela política do Ajuste Fiscal e corte no orçamento da União em investimentos públicos e sociais, o Governo viu na “Tragédia da Lama” uma janela para não sair desmoralizado. O Estado brasileiro através do Governo demonstrou que não tem nem um Plano A, ou B ou C diante de tragédias desta envergadura. Os “aplausos” diante da celebração de um acordo tardio, são de natureza relativa a um problema de falta de ética como pano de fundo das ações de Estado diante da sociedade, e não como mera questão técnica ou legal. Uma questão de fundo pragmático e ético-legal como fundamento da ideia de justiça como ajustamento dos danos ambientais ao conjunto da sociedade e dos bens materiais e simbólicos das comunidades como patrimônios imateriais irreparáveis.

Na página do Ministério Público Federal, através da Procuradoria da República em Minas Gerais, o MPF se manifestou. O acordo realizado em Brasília/DF na forma extrajudicial com os governos de MG, Espírito Santo, Samarco/Vale/BHP Billiton, em função da tragédia ocorrida com o rompimento da Barragem de Fundão em 5 de novembro de 2015, em Mariana/MG, prioriza a proteção do patrimônio das empresas e não prioriza a proteção das populações afetadas e os danos materiais e imateriais e nem o meio ambiente³. O MPF tem realizado uma Força-Tarefa para levantamento dos danos ambientais e sociais. Neste sentido, as ações do MPF têm sido conduzidas para garantir os direitos do atingidos e o meio ambiente. O MPF considera a legislação socioambiental brasileira avançada, e o acordo celebrado em Brasília/DF não garante reparação integral dos danos, e nem segue critérios técnicos, não considera os direitos à informação pela população atingida, e com relação às comunidades indígenas, pescadores, e povos tradicionais, não considera o direito à consulta prévia, livre e informada.

O acordo de Brasília/DF não garantiu a tutela integral, adequada e suficiente dos direitos coletivos afetados, num cenário também em que não garantiu a participação dos atingidos na negociação entre Governo e empresas na forma como os recursos serão distribuídos. O MPF finaliza mostrando que nem sequer foram feitos pelo Governo Federal o estabelecimento de mecanismos jurídicos para garantir o cumprimento do acordo pelas empresas, transformando Termo de Ajustamento em uma perda de garantias jurídicas com base na Direito Ambiental vigente.

Ao efetivar e notorizar publicamente o acordo entre poder público e empresas, verificamos que no Brasil, a ação de Governo com seus projetos de desenvolvimento econômico voltados para

³ <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/nota-a-imprensa-2013-ministerio-publico-questiona-acordo-entre-uniao-estados-de-mg-e-es-samarco-vale-e-bhb-billiton>. Acesso em 03 de março de 2016.



os empreendimentos, tem deixado claro os interesses econômicos como majoritários em torno da envergadura da legislação ambiental em sua tutela do meio ambiente e direitos difusos.

O Pará, contemporaneamente, vive um processo econômico de expansão de suas fronteiras de mercado que remonta a um processo de mais de quarenta anos de exploração de uma economia extrativista voltada para os recursos naturais, as *commodities*, como exploração agropastoril, setor madeireiro, setor hidrelétrico, e principalmente o mineiro. A cidade de Santarém, Amazônia oriental, vive o rearranjo de grandes projetos na Amazônia, como a vinda do agronegócio (soja e sementes); mineração; estrada (BR 163) para escoamento da soja do sul do país; e a possibilidade de construção de 43 usinas hidrelétricas na Bacia Rio Tapajós e seus três afluentes: Teles Pires, Juruema e Jamanxim. Para 2016, o Governo federal anunciou que pretende construir a Usina São Luiz, ao qual alaga terra indígena Munduruku e comunidades ribeirinhas. O cenário dos anúncios de investimentos na Amazônia tem gerado e acentuado os conflitos pelas demandas ambientais ligadas à defesa de territórios das populações tradicionais, em contraste com os interesses econômicos locais, regionais e nacionais. No dia 02 de março de 2016, o Ministro da Secretaria do Portos, Hélder Barbalho, anunciou investimentos na ordem de 1,667 bilhão em obras para construção de seis terminais portuários na região do Rio Tapajós até Belém, para escoar produção de soja do Centro-Oeste. Em 03 de março, o Ministro esteve em Belém, com representantes de entidades importantes para seminário com empreendedores sobre os temas da importância do Pará para escoamento da produção e riqueza do Brasil e como vetor de exportação para o mundo diante de suas vantagens de recursos hidroelétricos e formação de integração com a cadeia produtiva nacional e internacional⁴. Segundo dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do “Programa de Investimento em Logística 2015-2018”, dos R\$ 37,4 bilhões projetados para investimento no setor de Portos, R\$ 9,9 bilhões estão na provisão do Governo para o Porto Lucas do Rio Verde (MT) - Miritituba (PA), localizado em ponto importante do tapajós para escoamento. Há provisão também para o setor ferroviário e a chamada Bioceânica (trecho brasileiro), uma estrada orçada em R\$ 40 bilhões, que usará o corredor amazônico como ponto de interligação de uma complexa malha de transporte rodo-fluvi-portuário que interliga o norte com outras regiões do Brasil e América do Sul (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2015-2018).

⁴ Os representantes eram estratégicos para a nova dinâmica de desenvolvimento do Governo para a Região, Amazônia Oriental, tendo Santarém como principal cidade da região: Paulo Roberto Silva, Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; Maurício Muniz, Secretário do PAC; Papaléo Paes, Vice-Governador do Amapá; Carlos Xavier, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará; José Conrado, Presidente da FIEPA; Luis Fayet, Consultor de Infraestrutura e Logística do CNA; Clythio Buggenhout, Diretor de Portos da Multinacional Cargill Agrícola; Marco Aurélio Campos, Diretor de Análise e Reestruturação do BASA (Banco da Amazônia). O evento foi restrito a participação pública e divulgado pela Secretaria Nacional dos Portos.



Em apresentação em Belém, o Ministro da Secretaria dos Portos apresentou a visão de Estado para o desenvolvimento econômico do Pará, situado no chamado Arco Norte, um recorte de gestão logística do Ministério do Planejamento e do Governo Federal que coloca a Amazônia, e principalmente o Pará, no circuito de neodesenvolvimentismo voltado para o setor energético, do agronegócio e portuário. É uma visão balizada na lógica do empreendimento de Estado com aportes financeiros só visto no período militar dos grandes projetos mineralógicos e hidrelétricos no Pará. Do total de R\$ 4,2 bilhões de investimentos na logística do setor portuário, incluindo o Porto de Santos, - mas o Pará ganha maior aporte -, este se divide em três pilares básicos de nova gestão do chamado Hidrovias do Brasil: A Estação de Transbordo de Cargas (ETC), em Miritituba, distrito do município de Itaituba; e o Terminal de Uso Privado (TUP), de Vila do Conde, em Barcarena. O Objetivo é o de focar em infraestrutura para movimentação de grãos de soja e fertilizantes. A região amazônica vai receber um total de R\$ 6,9 bilhões em investimentos em Terminais de Uso Privado (TUPs) e Estações de Transbordo de Cargas (ETCs), incluindo a construção de mais de 140 balsas para movimentação de cargas, num portfólio destinado pelo governo federal de R\$ 51 bilhões de reais somente para este setor. A projeção é que o setor Miritituba-Santarém movimente 35,7 milhões de toneladas de grãos, e o porto de Vila do Conde em Barcarena, próximo a Belém, 344 milhões de toneladas. Aliado a isso, o setor ganha um aporte de transporte de cargas via modal estrada federal, com previsão de aumento de caminhões de carga para milhões de toneladas. O mapa de infraestrutura abaixo apresenta o Arco Norte como novo modelo de gestão privada do governo, amplamente anunciada pelos seus ministros, no formato de leilão e arrendamento dos chamados modais portuários, rodoviários e ferroviário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapa da Infraestrutura do Ministério do Planejamento (Figura 1) apresenta mais de 80 terminais portuários e hidroviários de transbordo estimados em R\$ 14 bilhões (30 de granel sólido e 30 de granel líquido, 8 de containers, veículos, 16 de cargas pesadas em geral), o Ministério do Planejamento apresenta investimentos na ordem de R\$ 198,4 bilhões para o Programa de Investimento em Logística para o país, com R\$ 66,1 bilhões para rodovias, R\$ 86,4 bilhões para ferrovias, 37,4 bilhões para portos, 8,5 bilhões para aeroportos. Neste eixo modal ferroviário, encontra-se a ferrovia norte-sul, que abrange de Barcarena-Açailândia e Palmas-Anápolis, e a ferrovia Lucas do Rio Verde até Miritituba; além dos investimentos na BR 163 com marco zero em Santarém. O portfólio de investimentos, anunciado pelo Governo através das pastas ministeriais do

Planejamento e Setor Portuário, se ajusta a uma visão de “estabilidade macroeconômica” de Estado. Tal investimento mostra que a noção de “crise” incidiu principalmente sobre os cortes em 2015 sobre o orçamento primário da União, afetando o setor educacional, principalmente, com contingenciamento de mais de R\$ 10 bilhões da educação pública para o setor privado, e um investimento na ordem de R\$ 200 bilhões, neste ano, somente para o setor do agronegócio.

Figura 1 Mapa da Infraestrutura logística do Governo Federal de 2015-2018



Fonte: Secretaria de Portos. Portos do Brasil: O setor portuário no Pará. Apresentação do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos, 03/03/2016. <http://pt.slideshare.net/portosdobrasil/o-setor-porturio-no-par>.

A violação aos direitos humanos e aos territórios dos povos indígenas e populações locais podem ser assim sintetizados:

Quarenta empresas que atuam no Pará foram responsáveis por 96,14% das exportações do país em janeiro de 2010. Só a Vale, eleita a pior empresa do mundo por suas “repetidas violações dos direitos humanos, condições desumanas de trabalho, pilhagem do patrimônio público e pela exploração cruel da natureza” é responsável por 52% das exportações. As empresas ligadas à produção de alumínio vêm em segundo lugar, Alunorte (Alumina do Norte do Brasil S.A.) com 14,02% e a Albras (Alumínio Brasileiro S.A.) com 4,05%, todas com forte atuação na região. O discurso recorrente de governos e empresas para adensar os investimentos em infraestrutura na região é a falta de escoamento para a produção de grãos e minérios. Um estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) sugere que 71 projetos de infraestrutura seriam necessários para integração econômica da região norte do país. Cinco desses projetos já existem, como a pavimentação da BR-163, a duplicação da Estrada de Ferro Carajás e a extensão da Ferronorte até Rondonópolis. O cenário previsto é de mais devastação da floresta e poucos

benefícios para as populações locais. A região tem uma taxa de analfabetismo de 20,81%, indicando que poucos serão aqueles que poderão continuar empregados após o período de construção (PAULA, 2015, p. 96).

Diante do exposto, mesmo que a legislação vise à garantia dos direitos dos povos indígenas em seus territórios, a exemplo do Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, as correntes de pressão sociambientalistas tem sofrido retrocessos. Ou seja, o pressuposto de que as políticas públicas ambientais só teriam eficácia social e sustentabilidade se incluíssem as comunidades locais na repartição equânime dos recursos naturais e benefícios sociais não estão garantidas nos levantamentos dos empreendimentos econômicos atualmente, conforme parecer do próprio Ministério Público Federal no Pará. Em função das pressões dos povos Mundurucu na terra Terra Indígena Sawré Muybu o Ibama e a Funai não concederam Licenciamento Ambiental, a pedido do MPF, suspendendo assim os projetos do Governo para o setor hidrelétrico. A luta jurídica e dos movimentos sociais só está começando.

REFERÊNCIAS

BRASIL. ANA (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS). **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil**. 2013. Brasília: ANA, 2013.

BRASIL. ANA (AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS). **Resolução nº 1.308/12/2015**.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>>. Acesso em 16 de março de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.957, de 12 de março de 2013**. Institui o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente; regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental; altera o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7957.htm>. Acesso em 14 de março de 2016.

BRASIL. **Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm>. Acesso em 16 de março de 2016.

BRASIL, Ministério do Planejamento. **Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP)**. Programa de Investimento em Logística 2015-2018. Apresentação slideshare. <http://pt.slideshare.net/portosdobrasil/programa-de-investimento-em-logstica-2015-2018>. Acesso em 05 de março de 2016.

CASTRO, Edna (Org.). **Sociedade, território e conflitos**: Br 163 em questão. Belém: NAEA, 2008. 3ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

ECOLOGYBRASIL; Grupo de Estudos Tapajós. Sumário Executivo: **Avaliação ambiental integrada da Bacia do Tapajós**. Abril 2014, p. 48-49.

IANNE, Octavio. **Ditadura e agricultura**: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1986.

LITTLE, P.E. **Territórios sociais e povos indígenas no ordenamento territorial da Amazônia brasileira**. Série Antropologia. Brasília, nº 322, 2002.

MARTINS, Pedro Sérgio V. **Estudo jurídico do licenciamento ambiental do aproveitamento hidrelétrico (AHE) São Luiz do Tapajós, no Estado do Pará, Brasil**. Santarém: Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos, 2015, pdf (36p). <http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/publicacoes/>.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria Federal da República no Município de Santarém. **Ação Civil Pública** Nº 18966-22.2014.4.01.3600 de 09 de março de 2016.

MORENO, C. Economia Verde e Desenvolvimento(ismo) no Brasil: As Políticas para Recursos, Clima e Energia. In: Dawid Danilo Bartelt. (Org.). **Um campeão visto de perto**: Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012, v., p. 48-62.

NEPOMUCENO, Ítala Tuanny R. Conflitos territoriais entre comunidades tradicionais e concessões florestais: um estudo de caso a partir da Floresta Nacional de Saracá-Taquera, Oriximiná, Pará. 2016, 94f. **Dissertação (Mestrado)** – Universidade Federal do Oeste do Pará: Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Amazônia. Santarém, 2016.

O'DWYER, E.C. Etnicidade e direitos territoriais no Brasil contemporâneo. **Revista Iberoamericana**, Madrid, v.42, p.111-126, 2011.

PAULA, Marilene de. Obstáculos para o desenvolvimento? Direitos humanos, políticas de infraestrutura e megaeventos no Brasil. In: Dawid Danilo Bartelt. (Org.). **Um campeão visto de perto**: Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012 Disponível em https://br.boell.org/sites/default/files/downloads/marilene_de_paula.pdf.

PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Lei Ambiental do Estado do Pará**: Lei Nº 5.887, de 09 de maio de 1995 e legislação complementar. Belém: SEMA, 2005.

PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Política de Recursos Hídricos do Estado do Pará: Lei Nº 6.381/01 e legislação complementar**. Belém: SEMA, 2008.

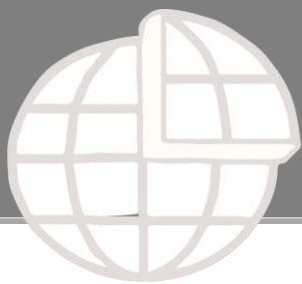
SANTOS, Boaventura de Souza. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 8ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

SCARAMUCCI, Roberta de Angelis. O papel do Ministério Público na tutela dos interesses das populações indígenas. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 73, fev 2010. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7176. Acesso em abr 2016.

TORRES, Maurício. **O discurso ecotecnocrata**. São Paulo: FGV, n. 17, 2008.



Recebido em setembro de 2016
Aprovado em novembro de 2016



UNIVERSIDADE, ESCOLA CAMPONESA E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

UNIVERSITY, PEASANT SCHOOL AND LIVING WITH SEMIARID

UNIVERSIDAD, ESCUELA CAMPESINA Y CONVIVENCIA CON EL SEMIÁRIDO

Alexandra Maria de Oliveira

Grupo de Pesquisa Residência Agrária - Universidade Federal do Ceará

E-mail: alexandra.oliveira@ufc.br

RESUMO

No movimento de luta pela reforma agrária, a escola camponesa se revela como um projeto que se recusa a aceitar a inevitabilidade do desaparecimento do campesinato e a desigualdade social no campo. Este artigo apresenta uma análise sobre a importância do ensino da Geografia na Escola Família Agrícola (EFA) Dom Fragoso, localizada no município de Independência, Ceará. A pesquisa foi desenvolvida por meio de visitas de campo e rodas de conversas com alunos e professores entre os anos de 2012 e 2015. Ao longo do processo, ficou constatado que a Geografia tem desenvolvido uma leitura crítica sobre a dinâmica da sociedade atual. Nessa leitura, adotar uma postura que valorize a diversidade das formas de relação com a terra, que reafirme a cultura camponesa e que tenha as comunidades como espaços de formação e interação social e política é uma atitude fundamental para fortalecer a luta pela terra e construir um ensino de Geografia contextualizado com o semiárido.

Palavras-chave: escola camponesa; ensino de Geografia; semiárido.

ABSTRACT

In the struggling movement for agrarian reform, the peasant school turns out to be a project that refuses to accept the inevitability of disappearance of peasantry and social inequality in the countryside. It was, therefore, a proposal that grew out of peasant resistance. This article presents a lecture on the importance of teaching Geography at the Family Farm School (EFA) Dom Fragoso, located in the municipality of Independência in the state of Ceará. The research was conducted through field visits and rounds of conversations with students and teachers between the years 2012 and 2015. Throughout the process, it was found that geography has developed a critical reading on the dynamics of contemporary society. It was adopted a stance that values the diversity of forms of relationship with land, which reaffirms the peasant culture and considers the communities as space for training, formation, social and political interaction which is considered a fundamental attitude to strengthen the struggle for land and to build Geography teaching in context with the semiarid.

Keywords: peasant school; geography teaching; semiarid in Ceará.

RESUMEN

En el movimiento de lucha por la reforma agraria, la escuela campesina se revela como un proyecto que se niega a aceptar la inevitabilidad de la desaparición del campesinato y la desigualdad social en el campo. En este trabajo se presenta un análisis de la importancia de la enseñanza de la geografía en la Escuela Familia Agrícola (EFA) Don Fragoso, que se encuentra en la ciudad de Independencia, Ceará. La investigación se llevó a cabo a través de salidas de campo y conversaciones informales con los estudiantes y profesores entre los años 2012 y 2015. A lo largo del proceso, se ha evidenciado que la geografía ha desarrollado una lectura crítica de la dinámica de la sociedad actual. En esta lectura, adoptar una postura que valora la diversidad de la relación con la tierra, que reafirma la cultura campesina y que considere las comunidades como espacios de educación e interacción social y política es una actitud fundamental para fortalecer la lucha por la tierra y construir una enseñanza de la geografía contextualizado con la región semiárida.

Palabras clave: escuela campesina; enseñanza de la geografía; región semiárida.

1 INTRODUÇÃO

No movimento de luta pela reforma agrária, a escola camponesa se revela como um projeto que se recusa a aceitar a inevitabilidade do desaparecimento do campesinato e a desigualdade social no campo. Este artigo apresenta uma análise sobre a importância do ensino da Geografia na Escola Família Agrícola (EFA) Dom Fragoso, localizada no município de Independência, Ceará. A pesquisa foi desenvolvida por meio de visitas de campo e rodas de conversas com alunos e professores entre os anos de 2012 e 2015. Ao longo do processo, ficou constatado que a Geografia tem desenvolvido uma leitura crítica sobre a dinâmica da sociedade atual. Nessa leitura, adotar uma postura que valorize a diversidade das formas de relação com a terra, que reafirme a cultura camponesa e que tenha as comunidades como espaços de formação e interação social e política é uma atitude fundamental para fortalecer a luta pela terra e construir um ensino de Geografia contextualizado com o semiárido.

A análise da educação presente no campo brasileiro passa, nos dias atuais, por pelo menos a leitura de dois projetos inconciliáveis: um projeto oficial, majoritário, feito em nome das relações hegemônicas, que acaba sendo pactuado entre as elites, e o outro popular, defendido pelos movimentos sociais e pelas representações camponesas, que atende as necessidades básicas do povo do campo. Assim, a manutenção de diferentes formas de produção e trabalho na terra camponesa, a valorização da cultura camponesa, a luta por direitos e por uma educação do campo são componentes da luta pela reforma agrária dinamizada no seio dos movimentos e das representações camponesas.

2 DESENVOLVIMENTO

A Geografia brasileira tem em sua sistematização um vasto campo teórico pautado na discussão sobre a história, a origem e os processos que compõem a formação territorial brasileira. O paradigma da questão agrária trouxe influências teóricas e práticas para se estudar o movimento desigual, contraditório e combinado do território brasileiro e suas transformações recentes. Nessa construção, o território tem sido um conceito-chave central na discussão. Na Geografia Agrária, o estudo do território como categoria primordial de investigação tem sido fundamentado em livros, teses e dissertações, com autores como Raffestin (1993), Oliveira (1998) e Fernandes (2006).

Para Oliveira (1998), o território deve ser entendido como síntese contraditória da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Portanto, os territórios são espaços geográficos e



políticos, onde os sujeitos sociais discutem, planejam e constroem seus projetos de vida e de luta social. Nesse processo, eles se organizam por meio de relações de classe para desenvolver seus territórios.

Nesse contexto, Fernandes (2006) acrescentou o fato de que a educação proposta pelos movimentos camponeses não existe fora do território, assim como a cultura, a economia e outras dimensões mais. Dessa maneira, o autor trouxe para a Geografia Agrária a importância de se compreender a dimensão educativa contida nos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra no Brasil.

A discussão original dos conceitos de educação do campo, de pedagogia do movimento, de escola do campo, nasceu por exigência dos movimentos camponeses na construção de uma política educacional para os acampamentos e assentamentos de reforma agrária brasileiros. Assim, a posse da terra passa a ser condição para se viabilizar um conjunto de outras lutas: luta por estrutura viária básica, por escola de qualidade e por educação contextualizada. Esse é um fato extremamente relevante na compreensão dos processos políticos e sociais que envolvem a escola do campo.

De acordo com Fernandes (2006), foi da demanda específica por educação nos acampamentos e nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que nasceram o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e a Coordenação Geral de Educação do Campo. Nesse sentido, a educação do campo deve ser compreendida como um processo em construção, o qual contempla, em sua lógica, a política que pensa a educação como parte constitutiva e essencial para o desenvolvimento do campo com base em um projeto popular.

No Ceará, a conquista de frações do território capitalista que estão sendo apropriadas pelos camponeses na luta pela terra tem contribuído para o fortalecimento do setor de educação nos assentamentos rurais. Após mais de uma década no Ceará, o Pronera foi permitindo a conquista de espaços e modalidades de ensino que se ampliam, fortalecendo a relação entre campo e cidade e entre universidade e escola básica do campo. As lutas do povo acampado e assentado dentro e fora dos acampamentos e dos assentamentos tornaram-se um recurso poderoso na espacialização das lutas camponesas, as quais estão desenvolvendo no território conquistado o sentido de trunfo proposto por Raffestin (1993), ao defender esse sentido como um poderoso conceito geográfico.

A Escola Família Agrícola (EFA) D. Frágoso é parte constitutiva da luta camponesa por dignidade, reforma agrária e educação do/no campo. O alunato dessa pesquisa é formado por jovens (rapazes e moças) residentes nas áreas de assentamentos e nas comunidades rurais, na faixa etária de menos de 22 anos, conscientes da importância da permanência na escola. Muitos deles sonham em ter acesso à universidade ou concluir um curso técnico profissionalizante ou, ainda, ser



professor, para melhorar a sua vida e as condições de seu assentamento de origem. Para esses jovens, o sonho de conseguir nos assentamentos e nas comunidades melhores condições de vida é fortalecido com o acesso à educação e à organização social. Essa é uma realidade muitas vezes negada pelos currículos escolares.

Para Oliveira e Silva (2009), as escolas rurais, no geral, desconsideram a diversidade de fatos e ações da realidade local, realizando, assim, um ensino estagnado, descontextualizado, porém comprometido com a construção da aceitação passiva de novas formas de socialização do capitalismo ou com relações propostas pela política educacional oficial. Paralelo a isso, a escola do campo é produto de seus sujeitos – trabalhadores e trabalhadoras do campo – e de suas especificidades construídas nas trajetórias de suas organizações.

A Escola Família Agrícola (EFA) D. Fragoso, no Ceará, iniciou suas atividades no ano de 2002, na comunidade de Santa Cruz, município de Independência, território do Sertão de Crateús/Inhamuns. O município tem uma população composta de 25.573 habitantes (IPECE, 2012), dos quais 55,14% residem na área rural. A principal atividade econômica e a oferta de emprego estão concentradas no comércio; em seguida destaca-se o setor de administração pública. A falta de opções de emprego e renda faz com que parte da população, a maioria constituída de jovens, encontre no êxodo rural um caminho para a sobrevivência.

Todavia, a história de criação de uma escola contextualizada com o semiárido cearense possui suas origens nos anos 1960, no século passado, com um trabalho desenvolvido pelo Movimento de Educação de Base (MEB), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), voltado para a mobilização dos camponeses na luta pela terra e pelo processo de organização sindical e comunitário.

A EFA Dom Fragoso teve seu embrião cultivado pelo bispo, Dom Antônio Fragoso, um paraibano que atuou por décadas na Diocese de Crateús, e pela Irmã Paulete, que veio para o Nordeste auxiliar na organização e criação dos primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

O contexto histórico-político dos anos de 1960 no Brasil remete a um período de efervescência de movimentos sociais no campo e à instalação da ditadura militar. Sindicatos de trabalhadores rurais, partido comunista e movimento das ligas camponesas foram duramente calados com o golpe militar de 1964, que assumiu o controle do País e instaurou a perseguição às lideranças e a desarticulação das organizações sociais. Foi nesse contexto que religiosos comprometidos com a teologia da libertação idealizaram a escola contextualizada, na qual a formação humana, política e religiosa passaria pela evangelização e conscientização do povo agricultor. Com o golpe militar de 1964, o sonho da EFA foi velado, assim como foram caladas as

lideranças. Mas a semente já havia sido plantada, e, com ela, a escola camponesa brotou, décadas depois. Assim, a formação da EFA deve ser entendida no contexto histórico e político do desenvolvimento contraditório da sociedade no território brasileiro.

De acordo com Mattos (2010), com o tempo e com a organização dos camponeses em assentamentos rurais, os debates e as lutas camponesas no Ceará passaram a ocorrer no Fórum dos Assentados: “O Fórum dos Assentados foi um momento de organização que passou a reunir e agregar todos os assentamentos da região” (p. 179). O fórum se caracterizou como um espaço de formação política e de fortalecimento da luta pela reforma agrária. Para os camponeses, a conquista da terra nos assentamentos trouxe a necessidade da luta pela educação contextualizada, sobretudo para os jovens do campo, que continuavam migrando para as cidades. No diálogo entre agentes da CPT e assentados, veio a proposta para se fazer uma visita às Escolas Famílias Agrícolas nos estados da Bahia e do Piauí. Após a visita, o grupo seguiu com negociações sobre a implantação de uma EFA no município de Independência e de um trabalho de base com as comunidades. A Escola Família Agrícola D. Fragoso, portanto, tem sua origem numa estratégia de organização da Igreja Católica com os agricultores, mas também como alternativa à falta de políticas públicas voltadas para a educação do povo do campo.

A EFA iniciou como escola de gestão comunitária, formada por pessoas que se uniram na Associação Escola Família Agrícola de Independência (AEFAI) para promover a formação da juventude camponesa, tendo por base a pedagogia da alternância. A Pedagogia da Alternância na EFA Dom Fragoso permite que o estudante construa uma análise da sua realidade através das atividades trabalhadas dentro e fora da sala de aula, por meio de rodas de conversas, de grupos de estudos, nas salas de aula, onde são socializadas as atividades desenvolvidas nas comunidades entre estudantes e monitores. Nesses espaços de diálogo e socialização, conhecimentos científicos e conhecimentos empíricos são vinculados à realidade dos estudantes. De volta à escola, os estudantes socializam, em sala de aula, as experiências desenvolvidas nas comunidades. O trabalho pedagógico baseia-se na metodologia popular, “[...] parte sempre da prática e é sempre participativa: nem para, nem sobre, mas com as diferentes partes envolvidas, visando melhorar sua prática e sua vida” (Peloso *et al.*, 2002:15). O momento de socialização das experiências é coordenado pelo monitor que, com base no que foi discutido, leva as observações para o corpo docente da escola, que planeja as aulas de acordo com as vivências dos estudantes nas comunidades e/ou nos assentamentos rurais.

A metodologia procura equilibrar o trabalho individual e o coletivo, o estudo e o debate, o tempo-escola e o tempo-comunidade, levando em conta as dimensões da pessoa (razão, sentimento, cultura, história de vida, gênero, entre outras), consideradas transversais, mas indispensáveis.

Para entender a escola, foram realizadas, em um primeiro momento, entre os anos de 2010 e 2012, visitas de reconhecimento, rodas de conversas e entrevistas informais com os monitores e estudantes para um melhor entendimento do cotidiano da EFA Dom Frágoso. Foram conhecidas parte da estrutura física da escola, parte das unidades produtivas e parte dos instrumentos metodológicos vivenciados no espaço escolar. A organização curricular da EFA Dom Frágoso está focada em temas geradores, presentes na pedagogia Freiriana, os quais indicam planos de estudo em que estão inseridos os conteúdos programáticos.

Em uma das aulas de Geografia, que teve como tema gerador “Conviver com o Semiárido”, a monitora Idelzuite Borges referenciou sua fala no plano de estudo “As Sementes da Minha Comunidade”, com a turma do 2º ano do Ensino Médio, que possuía 30 estudantes de 25 diferentes comunidades do Ceará. Nessa aula, de acordo com Araújo (2011), os estudantes socializaram atividades desenvolvidas em suas comunidades a partir das questões: Quais as sementes mais plantadas na minha comunidade, antigamente e hoje? O que não é mais cultivado? Por quê? Essas informações estavam contidas nos cadernos de síntese da realidade dos alunos. Posteriormente, os educandos comentaram sobre o que foi socializado nas comunidades com os outros alunos. Foi percebido que o domínio da linguagem oral e escrita se constitui uma das dimensões do processo de avaliação.

De acordo com Freire (2001), o aprendizado da leitura e da escrita, na construção do processo de expressividade, não terá significado real se se faz através da repetição mecânica de sílabas. Esse aprendizado só é válido quando, simultaneamente com o domínio da formação vocabular, o educando vai percebendo o sentido da linguagem. Quando ele vai percebendo a relação entre linguagem-pensamento e realidade. A transformação da realidade, ao exigir novas formas de compreensão, coloca também a necessidade de novas formas de expressão. Tal é o caso da constituição da EFA D. Frágoso. O que antes era área de latifúndio, espaço de exploração e submissão do trabalhador rural, hoje, enquanto escola, caracteriza-se como espaço de diálogo e de possibilidades para filhos de trabalhadores do campo. A escola transformou a estrutura do latifúndio, e isso resultou em novas formas de expressão e de pensamento.

A análise sobre a relação entre Geografia e escola camponesa é recente, do ponto de vista teórico e metodológico da ciência e da pesquisa com a disciplina escolar. Os processos de espacialização e territorialização dos movimentos sociais e a contribuição da Geografia Agrária na



leitura sobre as transformações territoriais ocorridas no campo brasileiro têm sido o fundamento de uma matriz teórica que tem por base a teoria social, e apresenta trabalhos pioneiros na análise sobre os movimentos sociais e sobre a educação no e do campo.

O ensino de Geografia vem somar nessa abordagem ao contribuir, como as demais disciplinas curriculares, para o desenvolvimento do aluno quanto à capacidade de observar, analisar, interpretar e pensar criticamente a realidade, em constante transformação. Cabe à geografia a construção de uma leitura de realidade que envolva a relação sociedade e natureza. A Geografia deve levar o aluno a compreender “[...] o espaço produzido pela sociedade atual, suas desigualdades e contradições, as relações de produção que nela se desenvolvem e a apropriação que essa sociedade faz da natureza” (Oliveira, 1994, p. 142). A Geografia, como ciência social e disciplina escolar, adquire dimensão fundamental no currículo: um ensino comprometido com a construção de uma postura crítica por parte dos alunos diante da realidade. E quiçá possa contribuir para a transformação dessa realidade.

De acordo com Cavalcanti (2002, p. 71), o ensino acontece mediante “processo de conhecimento do aluno mediado pelo professor”, portanto, é carregado de características próprias de cada ambiente escolar. Juntamente com a formação, com os valores, conhecimentos, modos de pensar e com as linguagens do corpo docente da escola, o ensino permite que cada sala de aula seja diferente, não apenas pela infraestrutura da escola e pela mediação do educador, mas essencialmente pelos estudantes ali participantes. Ao longo das visitas à EFA D. Fragoso, foram feitas rodas de conversas e entrevistas com as turmas presentes na escola, respondidas questões propostas, como perguntas cujas respostas abriam a possibilidade de avançar na colocação de opiniões, de sugestões e inclusive de dúvidas.

Tanto nas rodas de conversa como nas entrevistas observou-se a importância da Geografia na escola. Perguntados sobre o que gostam de aprender em Geografia, uma estudante do 3º ano relatou: “Gostei de aprender a ver e ler mapas porque eu não conhecia nada sobre o assunto e depois que tive aulas de geografia na escola, passei a gostar”; um estudante do 2º ano confessou: “gosto de geografia porque ela nos faz conhecer o Brasil”; um estudante do 1º ano afirmou que a “geografia é importante, pois explica muito sobre a realidade do mundo”; uma estudante do 2º ano ressaltou a importância da geografia, afinal a disciplina enfoca o espaço em que ela está inserida: “em geografia, vemos agricultura patronal, revolução verde, estatuto da terra etc.”.

Nessas leituras, a Geografia é mundo social, mas também é economia e política. Não economia e política descontextualizadas, ao contrário, existe toda uma preocupação em se estudar

temas como estatuto da terra, revolução verde e agricultura patronal para se entender as raízes dos conflitos pela posse de terra, que perduram no campo até os dias atuais.

A Geografia também foi apresentada na leitura dos temas localização e problemática ambiental. Perguntados sobre como a Geografia ajuda a pensar o lugar em que se vive, uma estudante do 3º ano relatou: “todas as aulas são relacionadas com a realidade de cada jovem. Por exemplo, hoje sei que para localizar minha comunidade, preciso dos dados geográficos; onde aprendi isso? Na geografia”; um estudante do 1º ano afirmou que a Geografia “ajuda bastante; nas aulas debatemos sobre a questão hídrica da região, os usos indevidos dos solos, o clima, etc. Porque tudo isso faz parte da realidade”; uma aluna do 2º ano declarou que ajuda, sim, “porque se não temos uma paisagem bonita é porque as pessoas não respeitavam o meio ambiente. Hoje, devemos cuidar do meio ambiente”; outra estudante do 1º ano, disse: “Sim, ajuda a entender que devemos cuidar melhor de nosso meio ambiente e não fazer queimadas. Mas os agricultores não acreditam que dê certo de outra maneira. Hoje temos solos fracos porque já houve muitas queimadas”. A questão ambiental, as queimadas e a degradação dos solos apareceram como os principais problemas ambientais da região de influência da EFA D. Fragoso, seguidos da questão hídrica e da perda da biodiversidade.

Ao discutir a relação entre campesinato e formas de uso da terra no semiárido cearense, Oliveira e Pereira (2011) afirmaram que o quadro atual tem revelado uma situação de desgaste dos solos nunca vista nos sertões cearenses, como resultado, em parte, da rotação de terras na atividade agrícola presente na cultura sertaneja, embora outros fatores também devam ser considerados: povoamento do semiárido; expansão das olarias; retirada de lenha para fornos e de carvão; falta de orientação técnica. Isso quer dizer que, mesmo sem atividade agrícola, com a rotação de terras e a coivara esses outros fatores irão contribuir para a degradação do solo porque a retirada da vegetação, entre outros processos, expõe o solo à erosão.

Na EFA, a Geografia como disciplina escolar está contextualizada com o projeto interdisciplinar proposto pela escola, que tem por base a convivência com o semiárido. Esse trabalho interdisciplinar é desenvolvido de forma investigativa, com levantamentos preliminares da realidade; socialização das situações retratadas; identificação de situações problemas e possibilidade da emergência de um tema gerador. Nessa perspectiva, “[...] a Geografia, ao trabalhar com o tema gerador e com as questões geradoras, tem condições de contribuir para que os alunos superem o senso comum mediante uma metodologia dialógica e chegar a um conhecimento mais elaborado e científico” (Pontuschka *et al.*, 2007, p. 154).

Em um momento de socialização das pesquisas na aula de Geografia que tinha como tema a “Cultura Camponesa”, Araújo (2011, p. 49) revelou que no diálogo surgiram como elementos característicos a enxada, o chapéu de palha, a produção agrícola, a cisterna de água e, também, o lápis e o caderno, identificando a importância da educação camponesa, hoje.

Uma questão curiosa foi a referente ao significado do que é ser jovem do campo. Entre os relatos, podem-se destacar: “ser jovem do campo é se identificar com o campo e desenvolver práticas de acordo com a realidade camponesa e principalmente defender sua identidade” (estudante 1º ano); “é poder valorizar nossa origem e trabalhar na terra, sem destruí-la” (estudante 3º ano); “é poder assumir sua identidade e ter compromisso de buscar novas alternativas para com o meio onde vive, assim, melhorando minha realidade e minha comunidade” (estudante 3º Ano). Nas “cenas carregadas de geografia” (Cavalcanti, 1998, p. 122) descritas pelos estudantes, ser jovem do campo passa pelo sentimento da condição camponesa presente na reafirmação da cultura e pela relação entre a produção e a reprodução de inovações de tecnologias que lhes sejam apropriadas no trabalho com a terra. Dessa forma, a importância da Geografia no ambiente escolar também se dá pela necessidade que tem os estudantes de apreender o espaço como dimensão da prática social cotidiana.

A partir dos relatos expostos pelos estudantes, percebe-se que a construção do saber geográfico está sendo refletido através das experiências desenvolvidas nas comunidades e da vivência na EFA Dom Frágoso. No processo de ensino e aprendizagem na EFA, a professora de Geografia não é somente professora de uma disciplina, mas é também monitora de uma escola contextualizada com a pedagogia da alternância, onde ela optou por um projeto de formação em comunhão com os jovens camponeses e onde convive diariamente com colegas de outras disciplinas e alunos provenientes de contextos diversificados. Diante dessa complexa realidade, o monitor e os alunos desenvolvem a oportunidade de realizar trabalhos (domésticos, técnicos, pedagógicos) conjuntos em diferentes situações, sempre seguidos do diálogo, da organização e da sistematização das experiências.

Em visita à escola, encontraram-se experiências de trabalho conjunto desenvolvidas por monitores e jovens camponeses as quais se revelam como ações alternativas baseadas na agroecologia e consideradas fundamentais na convivência com o semiárido. Em todas as unidades produtivas, o trabalho da família (escola EFA) orienta a produção e o consumo de plantas e animais. A produção excedente, quando ocorre, é repassada para a feira agroecológica, dinamizada pelos jovens que divulgam e vendem seus produtos, mas que também forjam nesse espaço a troca de sementes e de experiências entre as comunidades. Embora haja a comercialização de criações

(caprinos), é o uso familiar que comanda o processo, uma vez que a venda é destinada à obtenção de outras mercadorias, também necessárias à reprodução das unidades de produção e consumo da EFA, como material de expediente, abastecimento do transporte ou materiais de estudo e mística. Assim, a produção comercial acontece tendo por base a lógica de uso camponesa, e não o interesse de lucro. As unidades de produção e consumo como espaços de formação possuem suas combinações, seus consórcios e suas experimentações, constituindo-se, portanto, em sistemas agroecológicos desenvolvidos pelos jovens camponeses como forma de encontrar caminhos de convivência com o semiárido e com a continuidade de um modo de vida e trabalho, caminhos esses organizados pela juventude camponesa em torno daquilo que, para Martins (1986), lhe é próprio – o trabalho familiar.

É nessa escola de trabalho agrícola familiar, com suas práticas cotidianas, que os jovens camponeses estão caracterizando seu projeto de vida e luta pela terra. Podem-se lembrar, ainda, os constantes trabalhos realizados nas comunidades em parceria com as famílias, os estágios de vivência, os projetos profissionais dos jovens, onde conteúdos como questão agrária, uso da terra, camadas dos solos, recursos hídricos e curvas de nível são amplamente debatidos em campo, em grupos de estudo, entre outros espaços de formação. Vale lembrar que o trabalho em conjunto, a dialogicidade e a expressividade revelada através da escrita ou da oralidade são dimensões que não podem ser deixadas de lado no processo de construção do conhecimento da EFA.

Para Pontuschka (2006), uma formação geográfica rica em conteúdo, métodos e técnicas de análise ajudam o educando a fazer a leitura do espaço. O estudante tem a possibilidade de vislumbrar caminhos para o conhecimento do mundo e de aprender a se inserir nele de forma crítica e participativa. Assim, acredita-se que a presença da Geografia no currículo corrobora a conscientização do estudante enquanto sujeito que consegue produzir uma leitura crítica da realidade, rompendo com a alienação e valorizando a cultura camponesa.

Na relação entre a EFA Dom Fragoso e a realidade social, a construção de um currículo possível de mudanças e flutuações se estabelece, muito embora princípios como formação humana, compromisso social, convivência com o semiárido e respeito à cultura camponesa sejam a base para a formulação curricular da escola. A opção por situar o saber popular no interior da proposta curricular, ao invés de utilizá-lo apenas como ponte para o saber erudito, favorece o amadurecimento de novas modalidades de organização curricular, o que aproxima o envolvimento do estudante com o planejamento de sua aprendizagem. Dessa forma, a educação contextualizada no/do campo rompe com a condição curricular da escola urbana, refletindo quase sempre os interesses de uma ideologia dominante.

3 CONCLUSÃO

A reflexão sobre o ensino de Geografia na EFA D. Fragoso tem levado alunos e professores a (re)pensarem a prática educativa e o papel da escola como lugar de construção de conhecimentos e aprendizagens significativas no contexto espacial no qual está inserida. Nesse caminho, a Geografia como disciplina escolar compõe o projeto interdisciplinar, que tem como tema transversal “A Convivência com o Semiárido”, cabendo, portanto, à disciplina uma leitura analítica da dinâmica da sociedade atual, dividida em classes sociais com conflitos e contradições. Nessa leitura, adotar uma postura que valorize a diversidade das formas de relação com a terra, que reafirme a cultura camponesa e que tenha as comunidades e os assentamentos rurais como espaços de formação e de interação social e política é fundamental para o fortalecimento da geografia como disciplina escolar. A pesquisa apresentada insere-se nas análises que discutem a educação geográfica contextualizada como parte constitutiva da luta pela terra presente na história do campesinato brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Bruna Xavier de. Saberes geográficos e práticas agroecológicas na educação do campo. **Monografia (Licenciatura em Geografia)** – Departamento de Geografia da UFC, Fortaleza, CE, 2011.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia escolar e a construção de conceitos no ensino. In: Cavalcanti, Lana de Sousa. **Escola, geografia e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998. pp. 87-136.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia escolar e procedimentos de ensino numa perspectiva socioconstrutivista. In: **Geografia e Prática de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002. pp. 71-100.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, pp. 27-39.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a libertação**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- IPECE. **Instituto de Pesquisa do Estado do Ceará**, 2012. < www.ipece.ce.gov.br > acesso em 10 de maio de 2013.
- MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão** (o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo). Petrópolis: vozes, 1986.



MATTOS, Beatriz Helena Oliveira de Mello. Educação do campo e práticas educativas de convivência com o semiárido: a Escola Família Agrícola Dom Fragoso. **(Doutorado em Educação)** Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. 246p.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de e SILVA, Edson Vicente da. Geografia e Escola do campo: saberes, práticas e resultados. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, ano 08, número 16, Fortaleza, 2009. pp. 139-148.

OLIVEIRA, Alexandra M. de e PEREIRA, R. C. Melo. Campesinato e uso da terra no semiárido cearense. **Geografia** – Vol. 36, n. 2 – Rio Claro: AGETEO, 2011. pp. 237-250.

OLIVEIRA, A. M. A escola camponesa na alternância e o ensino de Geografia. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, v. 12, nº 28, 2013, pp. 171-187.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (Org.). **Para onde vai o ensino de Geografia?** São Paulo: Contexto, 1994.

_____. **As transformações territoriais recentes no campo brasileiro.** São Paulo: [s.n.], 1998. pp. 1 - 28.

PELOSO, Ramulfo *et all.* **Saberes e olhares.** A formação e educação popular na comissão pastoral da terra. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. A formação geográfica e pedagógica do professor. In: SILVA, J. B. LIMA, L. C. e DANTAS, E. W. C. (Orgs.). **Panorama de Geografia Brasileira 2.** São Paulo: Annablume, 2006. pp. 269-279.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib *et all* (Org.) **Para ensinar e aprender Geografia.** São Paulo: Cortez, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** Ed. Ática: São Paulo, 1993.

Recebido em setembro de 2016
Aprovado em novembro de 2016



CAPITALISMO E LUTAS SOCIO-TERRITORIAIS EM CHIAPAS, MÉXICO

CAPITALISM AND SOCIO-TERRITORIAL STRUGGLES IN CHIAPAS, MEXICO

CAPITALISMO Y LUCHAS SOCIO-TERRITORIALES EN CHIAPAS, MÉXICO

Agustín Ávila Romero

Professor Investigador da Universidad Intercultural de Chiapas, México

Professor Visitante do Instituto de Estudos Socioambientais

da Universidade Federal de Goiás, Brasil

E-mail: agustinavila@yahoo.com

RESUMO

O capitalismo requer novos espaços de acumulação de capital, e para tanto faz uso do processo de expansão geográfica explicado por Harvey (2004) e uma parte importante da capital está se concentrando para tirar dos povos seus recursos naturais. Florestas, minas, recursos hídricos, diferentes vertentes da natureza e sistemas herdados da sabedoria nativa dos povos indígenas associados ao uso dos bens comuns estão perdendo o caráter de bens. Forma-se um novo processo violento de acumulação primitiva. Esta nova dinâmica de conquista territorial de lugares indígenas e rurais tem gerado um processo de resistência e re-existência em diferentes partes da América Latina, por isso observamos cada vez mais movimentos socioambientais plenamente dispostos a defender a terra, o território, a vida e a ecologia. No caso do Estado de Chiapas no México é claro o processo de expansão geográfica em curso que se encontra marcado nos planos transnacionais como o Plano Mesoamérica e a declaração de zonas econômicas e que constroem uma reconfiguração territorial sem precedentes. Os processos de expansão geográfica e pilhagem que foram lançados em Chiapas giram em torno de três eixos principais: a reestruturação dos processos de produção, a mineração e o turismo.

Palavras-chave: capitalismo; lutas sócio territoriais; México.

ABSTRACT

Capitalism requires new spaces of capital accumulation, for it makes use of the process of geographic expansion explained by Harvey (2004), and an important part of the capital is concentrating to take of the peoples their natural resources. Forests, mines, water resources, different aspects of nature and systems inherited from the indigenous wisdom of indigenous peoples associated with the use of common goods are losing the character of goods. A new violent process of primitive accumulation is spring up. This new dynamic of territorial conquest of indigenous and rural places has generated a process of resistance and re-existence in different parts of Latin America, so we are seeing more and more socio-environmental movements fully willing to defend land, territory, life and ecology. In the case of the State of Chiapas in Mexico, it is clear the process of geographic expansion that is under way and is evident in the transnational plans, such as the Mesoamerican Plan and the declaration of economic zones that is going to build an unprecedented territorial reconfiguration. The processes of geographical expansion and expulsion that were launched in Chiapas revolve around three main axes: restructuring of the production, mining and tourism processes.

Keywords: capitalism; socio-territorial struggles; Mexico.

RESUMEN

El capitalismo requiere nuevos espacios de acumulación de capital, para ello hace uso del proceso de expansión geográfica que ha explicado Harvey (2004) y una parte importante del capital se está enfocando a despojar a los pueblos de sus riquezas naturales. Selvas, minas, recursos hídricos, diferentes vertientes de la naturaleza y los sistemas de sabiduría originaria hereditarias de los pueblos indígenas asociados al uso de bienes comunes están perdiendo el carácter de bienes. Un nuevo proceso violento de acumulación originaria. Esta nueva dinámica de conquista territorial sobre lugares indígenas y campesinos ha generado un gran proceso de resistencia y re-existencia en diferentes parte de América Latina, por eso observamos cada vez más movimientos socio-ambientales plenamente dispuestos a defender la tierra, el territorio, la vida y la ecología. En el caso del estado de Chiapas en México es claro el proceso de expansión geográfica que se ha puesto en marcha y que se encuentra enmarcado dentro de planes trasnacionales como el Plan Mesoamérica y la declaratoria de Zonas Económicas Especiales que se ha dado recientemente y que viene a construir una reconfiguración territorial sin precedentes. Los procesos de expansión geográfica y de despojo que se han puesto en marcha en Chiapas giran alrededor de tres ejes principales: los procesos de reconversión productiva, la minería y el turismo.

Palabras clave: capitalismo; luchas socio-territoriales; México.

La gran crisis capitalista que vive el mundo no es solamente un período de fuertes turbulencias económicas sino también de un grado de deterioro ecológico sin precedentes en la historia del planeta acompañado por una crisis social y cultural de la ideología neoliberal que promueve el individualismo, la mundialización vía libre comercio entre las naciones y con ello una desigualdad económica sin límites.

Para hacer frente a la crisis capital y utilizar por tanto los excedentes, el capitalismo despliega el proceso de expansión geográfica y de reorganización espacial que busca incorporar nuevos territorios a las dinámicas de valorización de capital y por tanto de explotación y desposesión de aquellos espacios que mantienen prácticas subordinadas pero diferentes a la lógica de los dueños del dinero, como son esencialmente las relaciones sociales y económicas que se establecen en tierras campesinas e indígenas (Ávila, 2016).

Para Harvey (2004, 2007, 2014) un elemento fundamental son los ajustes temporales a través de inversiones de capital en proyectos de largo plazo o gastos sociales, o mediante, desplazamientos espaciales a través de la apertura de nuevos mercados, nuevas capacidades productivas y nuevas posibilidades de recursos y de trabajo en otros lugares, o señala también, que mediante una combinación de los mismos

El capitalismo no puede mantenerse sin soluciones espaciales. Una y otra vez, ha recurrido a la reorganización geográfica (a la expansión e intensificación) como solución parcial a sus crisis y puntos muertos. El capitalismo, por tanto, construye y reconstruye una geografía a su propia imagen. Construye un paisaje geográfico específico, un espacio producido de transporte y comunicaciones, de infraestructuras y organizaciones territoriales, que facilita la acumulación durante una fase de su historia del capital que deberá ser derribado y reconfigurado para abrir camino a más acumulación en una fase posterior. (Harvey, 2000: 72).

Para David Harvey ello se produce de la siguiente forma:

Cuando los costos locales aumentan rápidamente, los capitalistas buscan otros lugares en la economía global donde realizar sus actividades. Esto sucede particularmente cuando surgen nuevas combinaciones tecnológicas y productivas y se agudizan las luchas de los trabajadores. Desde finales de la década de 1960, por ejemplo, Silicon Valley fue desplazando poco a poco a Detroit como el centro de la economía capitalista estadounidense, y de forma parecida Baviera desplazó al Ruhr en Alemania y Toscana a Turin en Italia, mientras que aparecían con gran pujanza nuevos competidores globales como Singapur, Hong Kong, Taiwan, Corea del Sur y finalmente China, en la competencia global por la preeminencia en ciertas líneas de producción. (Harvey, 2014: p. 153).

Ello genera un desarrollo geográfico desigual donde hay territorios dentro de un país que se ven plenamente impulsados por la llegada de capitales y la puesta en marcha de infraestructuras

impresionantes, y otras partes del territorio que quedan prácticamente en ruinas ante la dinámica del capitalismo. Por lo que añade: “Los desarrollos geográficos desiguales enmascaran convenientemente la auténtica naturaleza del capital. La esperanza puede mantenerse eternamente, porque siempre hay alguna localidad, región o zona afortunada, en que las cosas van bien mientras que a su alrededor todo son calamidades.” (Harvey, 2014. p. 161).

Y eso es lo que vemos precisamente en el funcionamiento actual del sistema capitalista, algunas regiones geográficas concentran la llegada creciente de inversiones, de personas y de dinámicas extractivistas de la naturaleza. Mientras que otras sufren procesos de deterioro social sin precedentes donde la criminalidad, la delincuencia organizada, el desempleo y la exclusión son sus características fundamentales.

Resultado de esta expansión geográfica una parte importante del capital se está enfocando a despojar a los pueblos de sus riquezas naturales. Selvas, minas, recursos hídricos, diferentes vertientes de la naturaleza y los sistemas de sabiduría originaria hereditarias de los pueblos indígenas asociados al uso de bienes comunes están perdiendo el carácter de bienes colectivos que por siglos han mantenido para beneficio de la humanidad, convirtiéndose en propiedad privada y por lo mismo en mercancía (Ávila, 2013).

Esta nueva dinámica de conquista territorial sobre lugares indígenas y campesinos ha generado un gran proceso de resistencia y re-existencia en diferentes parte de América Latina, por eso observamos cada vez más movimientos socio-ambientales plenamente dispuestos a defender la tierra, el territorio, la vida y la ecología.

Ya que no solamente se trata de aprovechar los recursos naturales espaciales de esos territorios sino también de construir nuevas pautas de comportamientos socio-culturales y de re-educación en dichas zonas.

Tal y como la afirman Tarrío y Concheiro (2004):

El sistema económico capitalista aparece marcado por una larga trayectoria de expropiaciones que empiezan con el despojo violento de las tierras de los pueblos indígenas y campesinos, así como la disolución de las comunidades y la conversión de los campesinos en mano de obra “libre”, para la apropiación por parte de la burguesía del conjunto de los medios de producción que originalmente pertenecen a otros grupos sociales y así integrar los componentes del proceso de acumulación de capital. Al despojo contemporáneo se le denomina también como originario, porque tiene como objetivo los medios de vida y la apropiación y privatización de recursos como el agua y hasta la vida misma, pero sobre todo el conocimiento tradicional generado por los indígenas y campesinos durante milenios; con ello el capital procura la conquista de los territorios donde se verifica la reproducción social para modificar los tiempos de toda producción, sometiendo al trabajo y la propia naturaleza del capital en una especialización regional de las relaciones capitalistas que invaden todos los



tiempos humanos, no sin enfrentar resistencias sociales y culturales o la franca oposición y confrontación política.

La naturaleza se ha convertido así en una fuente de ingresos económicos extraordinarios que está generando alianzas hasta hace unas décadas insólitas entre empresas, Organizaciones no Gubernamentales supuestamente de conservación ambiental, gobiernos y donantes internacionales, para apropiarse de los territorios bioculturales de pueblos afro-indo-asiáticos y americanos. Vivimos un proceso de acaparamiento de tierras sin precedentes.

Además la consideración de la vida en la (re)estructuración del poder da paso a la emergencia y posicionamiento de una tecnología no estrictamente disciplinaria, cuyo objeto y objetivo es el mundo de la vida, el hombre vivo, el hombre especie, es decir, la biopolítica; donde la técnica del encierro o de los grandes centros de confinamiento es desplazada por la gestión de fenómenos inherentes al conjunto de la población como la natalidad, la morbilidad, las condiciones de vida, las necesidades básicas, la salud, la higiene, la urbanidad, la ciudadanía, etc. Se trata, igualmente, de regularizar, controlar, medir, predecir y, en general, de la activación y el disciplinamiento productivo de los paisajes bio-físicos y socio-culturales de cara al reacomodamiento del capital y la construcción de un nuevo campo de intervención/gestión del poder/saber fincado en la vida, o como lo plantearía Foucault, en la “entrada de la vida en la historia”, o la consideración de la vida y lo viviente en las estrategias políticas y, en especial, en las estrategias económicas.

Este nuevo proceso de apropiación de la vida y de los territorios profundiza la crisis ecológica global, ya que la relación humana-metabólica con la naturaleza se realiza a expensas de los ecosistemas del mundo lo cual ocasiona el cambio climático, por ejemplo.

En el caso del estado de Chiapas en México es claro el proceso de expansión geográfica que se ha puesto en marcha y que se encuentra enmarcado dentro de planes trasnacionales como el Plan Mesoamérica y la declaratoria de Zonas Económicas Especiales que se ha dado recientemente y que viene a construir una reconfiguración territorial sin precedentes.

Dichas Zonas Económicas Especiales no sólo vienen a entregar territorio mexicano a empresas extranjeras sino que sobre todo vienen a modificar la forma de vida campesina e indígena que se encuentra mayoritariamente en dichos estados. En ese sentido prácticas que promueven valores colectivos, el apego al territorio y acciones culturales de reafirmación étnica y de relación armónica con la naturaleza son enemigos de este nuevo proceso de colonización y de cerco sobre los bienes comunes que se promueve desde el ejecutivo federal y sus grandes socios trasnacionales (Ávila, 2016).

Es de llamar la atención que las Zonas Económicas Especiales implicarán también ordenamientos territoriales de las comunidades campesinas cercanas a la costa de Chiapas, en ello ya se contempla claramente propiedades mixtas de la tierra para los impulsos agroindustriales, mineros, hidro-energéticos y de construcción de infraestructura que ya se visualizan en el sureste. Y que vienen a ubicar a estas regiones dentro de la estrategia extractivista para saquear sus minerales, petróleo, agua y fuerza de trabajo.

Los procesos de expansión geográfica y de despojo que se han puesto en marcha en Chiapas, giran alrededor de tres ejes principales: los procesos de reconversión productiva, la minería y el turismo.

La reconversión productiva forma parte de un proceso colonial en el que se busca fundamentalmente como en una “cruzada de la modernidad” que amplias zonas del sur sureste mexicano en las que predomina fundamentalmente población campesina- indígena, pasen a formar parte de la “modernidad” es así, que la propuesta busca generar en primer término la ruptura de la economía indígena-campesina, transformando sus tierras en productos que puedan incorporarse a la “cadena de valor”.

De esa forma se impulsa creciente la siembra de cultivos de “alto” valor comercial como el aguacate, el melón, el mango, la palma africana, entre otros, de los cuales los campesinos e indígenas desconocen el proceso productivo y por lo tanto, no poseen saberes y conocimientos sobre los mismos, dependiendo así de la asistencia técnica y los procesos tecnológicos, lo cual impulsa fuertemente los procesos de desvalorización campesina.

Ello forma parte del proceso de desarrollo geográfico desigual ya que se observa en México, que existen regiones de muy alta productividad ligadas esencialmente a la exportación o a la agroindustria, pero donde las condiciones ambientales y laborales nos afirman la existencia de una dinámica devastadora de la vida.

Ello forma parte de la etapa actual de transición del dominio energético y financiero de la producción agrícola, somos testigos de la incorporación de alimentos y materias primas en objetos de especulación (*commodities*) como estrategia de dominio y de altas ganancias de empresas agroalimentarias, energéticas y financieras anglosajonas (Rubio, 2014).

La producción agrícola se ha industrializado y financiarizado y con ello se ha convertido en una rama estratégica para la hegemonía mundial; que de acuerdo a la nueva división internacional del trabajo que se construye, contribuye a la perpetuación de las relaciones de desigualdad entre los países y al aumento de la pobreza y el hambre en el mundo, en un momento donde existen las fuentes materiales para hacer frente a estas dos grandes problemáticas.



Por su parte, la minería a cielo abierto que se está impulsando se está concentrando en la sierra madre de Chiapas y en la costa del estado configurando graves desastres ambientales y un deterioro social sin precedentes.

La implementación de megaproyectos mineros en América Latina muestra ejemplos claros del proceso de acumulación por desposesión, ello se presenta así porque la mayor parte de las inversiones mineras de capital extranjero necesitan el despojo de tierras, de los recursos naturales y de sus medios de sobrevivencia.

Ello se presenta en un contexto donde el modelo extractivista (Gudynas, 2009) como patrón de acumulación basado en la sobreexplotación de recursos naturales, en gran parte, no renovables, se ha profundizado en América Latina - y en México con una fuerza inusitada- y que forma parte del proceso de acumulación por desposesión que viven nuestras naciones.

Resaltamos que

el extractivismo no contempla solamente actividades típicamente consideradas como tales (minería e hidrocarburos) sino también los agronegocios o la producción de biocombustibles, lo cual abona una lógica extractivista mediante la consolidación de un modelo tendencialmente monoprodutor, que desestructura y reorienta los territorios, destruye la biodiversidad y profundiza el acaparamiento de tierras (Svampa, 2012: p. 17).

En cuanto al turismo, este se ha desarrollado para que sean las operadoras turísticas y los grandes hoteleros los beneficiarios fundamentales de las actividades económicas, en detrimento del sector social de la economía. Punto clave es el impulso gubernamental de esta actividad en los ámbitos comunitarios para el impulso de la pluriactividad de la unidad campesina y su tercerización consecuente.

El turismo se establece como una de las principales estrategias a través de las cuales el capital internacional se reproduce, sobre todo a través de la producción de nuevas mercancías turísticas, la expansión territorial y la apropiación de espacios, la segmentación de mercados transnacionales y la integración de circuitos mercantiles de producción y consumo, en el marco de políticas y dinámicas de la globalización.

El turismo como economía y como industria se orienta sobre todas las cosas a producir lugares como mercancías de consumo turístico, de tal forma que los contenidos geográficos, paisajísticos, históricos, sociales y culturales de los lugares representan los valores materiales y simbólicos más importantes de este proceso de producción (López y Marín, 2010).

La renovada relevancia del territorio para el análisis de las luchas y las resistencias comunitarias puede comprenderse a partir de las dinámicas adoptadas por la acumulación del

capital en su actual fase neoliberal, ya que actual modelo económico dominante en México implica un proceso de desterritorialización y reterritorialización. El primer movimiento, posibilitado por la creciente financiarización del capital, es a su vez condición de posibilidad del segundo movimiento, la penetración del capital en nuevos territorios.

A nivel global somos testigos de una creciente capitalización de la naturaleza y los territorios, lo cual ha generado nuevos espacios de conflictividad social. Sin dudas, la creciente incorporación de la naturaleza a los circuitos de valorización del capital, su mercantilización, han llevado a una creciente politización de las relaciones entre la sociedad, la naturaleza y los territorios. En este sentido, puede comprenderse el incremento en las disputas en torno a la apropiación y los usos del territorio como una expresión de las contradicciones inherentes al sistema capitalista. Así, el territorio nos permite comprender los procesos sociales de apropiación, producción y reproducción social que atraviesan y enmarcan las luchas y resistencias comunitarias. Acercarnos por tanto al entendimiento de las resistencias y las re-existencias que se presentan en Chiapas y en otros lugares de América Latina.

Diversos conflictos socio ambientales recorren América Latina como resistencias al usos de técnicas más peligrosas para la vida y el medio ambiente como es el *fracking*, la minería a cielo abierto y los transgénicos; la implementación de proyectos de producción de energía como las presas hidroeléctricas y termoeléctricas; el desarrollo de numerosos megaproyectos de infraestructura para la circulación de materias primas, tales como gasoductos, carreteras y aeropuertos; la expropiación y mercantilización del conocimiento ancestral y la cultura tradicional; los problemas de la contaminación y la correlativa emergencia sanitaria que pesa sobre las poblaciones como consecuencia de las externalidades producidas por la extracción, producción, circulación, consumo y desecho de la riqueza social subsumida a los procesos de acumulación de capital (Composto y Navarro, 2014).

Los movimientos sociales de re-existencia según Porto-Gonçalves (2001) luchan para resistir los procesos de exploración, dominio, estigmatización y racismo que sufren las comunidades indígenas y al oponerse a dichos procesos relacionados muchos de ellos con la expansión geográfica y la acumulación por desposesión, son movimientos que defienden un modo determinado de existencia.

La idea fundamental es que más allá de los movimientos basados en identidades culturales o políticas, los procesos de re-existencia son procesos asentados en la territorialidad. Por la lucha y por la afirmación de la identidades territoriales, son recorridos de horizontes utópicos para afirmar un modo determinado de ser, una ontología política territorial.

1 EL SER CAMPEINDIO VS EL DOMINIO AGRO-ENERGÉTICO

En nuestro país, millones de campesinos han resistido el proceso de venta de tierras, y continúan siendo propietarios de la tierra, la propiedad colectiva, se ha incrementado contra todas las visiones catastrofistas del TLCAN (Concheiro, 2010). Sin embargo, los procesos de renta y usufructo de las mejores tierras de regadío o para la producción de frutales o hortalizas en la práctica han sido retomadas por la agroindustria, desplazando a los campesinos de la toma de decisiones sobre qué cultivar, qué cosechar, y qué paquete tecnológico emplear, asumiendo éste un papel pasivo, en el cual la empresa agroindustrial decide qué sembrar, fechas, insumos, y el productor presta su terreno para dicha actividad.

Es así, que un primer escenario de resistencias se da entre las empresas agroindustriales y los campesinos, en torno a la forma de realizar las diversas actividades para la producción, dado que en nuestro país prevalecen amplias regiones indígenas y campesinas de una economía eminentemente familiar, donde el ser campesino marca el modo de vida particular.

Armando Bartra (2011, p. 19) lo señala así:

La palabra campesino designa una forma de producir, una sociabilidad, una cultura pero ante todo designa un jugador de ligas mayores, un embarnecido sujeto social que se ha ganado a pulso su lugar en la historia. Ser campesino es muchas cosas pero ante todo es pertenecer a una clase: ocupa un lugar específico en el orden económico, confrontar predadores semejantes, compartir un pasado trágico y glorioso, participar de un proyecto común. En especial esto último: participar de un sueño, compartir un mito y una utopía. Porque ser campesino en sentido clasista no es fatalidad económica sino elección política, voluntad común, apuesta de futuro. Los campesinos no nacen campesinos, se hacen campesinos: se inventan a sí mismos como actores colectivos en el curso de su hacer, en el movimiento que los convoca, en la acción que ratifica una campesinidad siempre en obra negra.

Diferentes actores campesinos de México se han manifestado contra el dominio agro-energético e industrial de la economía campesinas e indígenas, ello ha dado como resultado la generación de grandes confluentes de movimientos sociales como el Campo No Aguanta Más, El Barzón, la Asociación Nacional de Empresas Comercializadoras de Campesinos (ANEC), el Congreso Nacional Indígena o la Alianza contra el cultivo de organismos genéticamente modificados: transgénicos.

2. LA IMPLEMENTACIÓN DEL DESPOJO A LOS CAMPESENDIOS: DISPUTAS TERRITORIALES

La presencia de los pueblos indígenas en el continente americano se ha convertido en el siglo XXI en un freno a las políticas económicas neoliberales, no solo por los aspectos culturales, y su particular forma de cómo relacionarse con la naturaleza, sino la preservación de su territorio y los diversos sistemas de conocimiento, permiten la generación de una estrategia de resistencia que significa en la praxis una alternativa al proceso global (Palacios, 2011) y el cual se encuentra en un proceso de disputa por la existencia en sus territorios de recursos naturales, los cuales han sido revalorizados por el capital trasnacional, y se busca la implementación de un proceso de despojo de tierras o su término en inglés *land grabbing* es un fenómeno, que históricamente ha servido para el desarrollo del sistema capitalista. De acuerdo a Borras et al., (2012: 404):

En primer lugar, un punto de partida fundamental es aclarar que el acaparamiento de tierras lo que busca fundamentalmente controlar el proceso agrario, entendido como el poder de controlar la tierra y otros recursos asociados, como el agua con el fin de obtener beneficios de dicho control. El acaparamiento de tierras en este contexto es a menudo vinculada a un cambio en el significado o el uso de la tierra y los recursos asociados, ya que los nuevos usos están determinados en gran medida por los imperativos de acumulación de capital que ahora controlan una clave factor de producción, la tierra. "Extracción" o "alienación" de los recursos para fines externos (nacionales o internacionales) es a menudo el carácter tomada por el acaparamiento de tierras.

En Latinoamérica, han existido diversas formas de tenencia de la tierra, en algunos países como México, Cuba, Bolivia, Perú, Nicaragua, Venezuela, El Salvador y Ecuador, se han realizado procesos de reforma agraria, en las que ha existido un reparto de tierras a comunidades indígenas y campesinas, algunas de estas han sufrido procesos de contra reforma agraria, tal es el caso de la modificación al artículo 27 de la constitución mexicana que genera un mercado de tierras incipiente.

En otros países como Brasil, Argentina, Paraguay, Guatemala, Honduras, en las cuales existen experiencias limitadas de reforma agraria pero que se encuentran en un proceso de disputa territorial con la agroindustria, y la expansión de la frontera agrícola.

Finalmente hay experiencias como las de Chile, Uruguay de procesos de concentración de tierras en pocas manos y que desgraciadamente no han podido ser desconcentradas e iniciar un proceso de reparto de tierras. Sin embargo, en el caso uruguayo se han generado condiciones laborales para los trabajadores agrícolas, que permiten un mejor nivel de vida (Carambula, 2012). Ante esta problemática de análisis de diferentes formas de aproximarse a la problemática de los



pueblos indígenas en el continente americano, surge la importancia geoestratégica de sus territorios. De acuerdo a Seoane (2012:15):

Sino que tiene también un indubitable sustento en la disputa global por la apropiación de los bienes naturales de la región latinoamericana en el contexto de la ofensiva extractivista. Valga recordar que nuestra América Latina y Caribeña comprende un territorio en el que crecen el 25% de los bosques y el 40% de la biodiversidad del globo; casi un tercio de las reservas mundiales de cobre, bauxita y plata conocidas son parte de sus riquezas, a lo que se suma más del 85% de las de litio; guarda en sus entrañas el 27% del carbón, el 25% del petróleo, el 8% del gas y el 5% del uranio descubiertos y en explotación; su plataforma marítima anuncia nuevos yacimientos y sus cuencas acuíferas contienen el 35% de la potencia hidroenergética mundial, mientras una de las principales reservas de agua dulce se esconde bajo su suelo (Seoane, 2005). Y, complementariamente, nuestra región ya resulta una reserva estratégica central para la economía estadounidense; consideremos que 7 de los 21 minerales considerados por el gobierno de Washington de “total vulnerabilidad” son importados principalmente de Brasil y México; 8 de los 17 de “alta vulnerabilidad” se obtienen en gran medida de México, Perú, Bolivia, Brasil y Chile; y 11 de los 25 de “mediana vulnerabilidad” de Venezuela, Chile, México, Perú, Brasil y Trinidad y Tobago.

Entonces ubicamos a los territorios latinoamericanos como espacios con una importancia geoeconómica fundamental, en el que se desarrollan disputas por la forma en que se maneja la agricultura (campesindia versus convencional), y la extracción mineral, de los bosques, agua y el manejo de la biodiversidad.

Tal es el caso de la frontera entre Bolivia y Brasil, en el que de acuerdo con la Coordinación por los Derechos de los Pueblos Indígenas (CODPI), se encuentra un sitio en el cual tienen presencia los siguientes pueblos Karitiana, Karipuna, Urueu-wau-wau, Katawixi, Parintitin, Tenharin, Pirahã, Jiahui, Tora, Apurinã, Mura, Oro Ari, Oro Bom, Pacahuara, Kassupá y Salamã, y se viola sus derecho a la consulta y al resguardo de su territorio, de acuerdo a CODPI (2012):

La Iniciativa para la Integración de las Infraestructuras Regionales Sudamericanas (IIRSA) es una propuesta común del Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y de la Corporación Andina de Fomento (CAF), con la cual se pretende reordenar y reorganizar los territorios de América del Sur en corredores productivos optimizando así la eficiencia de los flujos internacionales de comercio y de exportación. Como parte de la IIRSA, el 'Complejo del río Madera', integrado en el corredor transversal eje Perú – Brasil – Bolivia, se compone de las represas brasileñas de Santo Antônio y Jirau, la represa Boliviana de Cachuela Esperanza, una cuarta represa binacional (actualmente descartada), una línea de transmisión entre las dos represas brasileñas, así como una red hidroviaria de 4.200 km de longitud, la cual permitiría la navegabilidad entre las ciudades de Porto Velho (Brasil) y Guayaramerín (Bolivia), con destino a un futuro puerto fluvial situado en Perú. Las centrales hidroeléctricas de Santo Antônio y Jirau, a su vez, forman parte desde el 2001 del Programa de Aceleramiento del Crecimiento (PAC), llevado a

cabo por el gobierno de Brasil en su afán por desarrollar las potencialidades económicas de la Amazonia”

Frente a esta lógica capitalista que profundiza la crisis socio-metabólica con la naturaleza que ha señalado en varios estudios Bellamy Foster (2014, 2015) existe también un proceso de resistencia y reexistencia campesina e indígena que permite la conservación de la naturaleza y el resguardo del territorio campesino.

3 RESISTENCIA INDÍGENA A LA ECONOMÍA VERDE: UNA ECOLOGÍA POLÍTICA DE LA ENERGÍA EÓLICA

Dentro del rubro de la economía verde, se ha publicitado el desarrollo de energías alternativas, para su instrumentación se ha impulsado procesos de negociación con comunidades rurales e indígenas, en las que finalmente de forma encubierta se busca el despojo de sus territorios. En el caso específico del Istmo de Tehuantepec, en México, se ha afectado contra los derechos de los pueblos indígenas a practicar, revitalizar y manifestar sus costumbres, el derecho a la vida y a preservar sus lugares sagrados. Desde 1986 la compañía gubernamental denominada la Comisión Federal de Electricidad (CFE), impulsa la creación del parque eólico la Venta el cual se concluye en 1994. Con el paso del tiempo, la industria eólica ha generado impactos sociales y ambientales, de acuerdo a Jara (2012)

Entre los principales impactos destacan: el conflicto por la propiedad de la tierra donde se ubica el recurso eólico, la degradación de la calidad del paisaje, la pérdida de biodiversidad, la generación de ruido mecánico y aerodinámico, entre otros más. El problema central es que los estudios oficiales de impacto ambiental de los parques eólicos elaborados para determinar su viabilidad ambiental, ignoran la complejidad, los riesgos y la incertidumbre cognitiva y ética que subyace en el reciente uso de tecnologías eólicas.

El impulso de la energía eólica en México se hace de manera vertical sin involucrar realmente a las comunidades afectadas en los procesos de consulta y de planeación de la infraestructura. Destaca lo que tiene que ver con los conflictos agrarios y la tenencia de la tierra, ya que para la operación de los parques eólicos las empresas firman contratos de arrendamiento con las comunidades campesinas donde los beneficios se los llevan los empresarios en detrimento del paisaje, el territorio y la tierra de los habitantes rurales.



Tal y como señalan Lourdes Alonso y Gastón García (2016:190) se piensa el despojo como un asunto físico de tierras cuando el pago de ganancias ínfimas a los campesinos resulta una estrategia mejor para los empresarios, que adquirir la tierra;

pero además implica usarla, obtener ganancias de ella y abandonarla cuando disminuya la rentabilidad de la industria, o cuando el desarrollo tecnológico haga innecesaria la instalación en grandes extensiones. Es decir, el arrendamiento permite a las empresas usar y dejar el espacio en el que se ubican sin más limitaciones que las establecidas en los propios contratos. (Alonso y García, 2016:190).

Además los contratos de arrendamiento limitan las actividades de los campesinos o comuneros alrededor de los espacios donde se instalan los parques eólicos lo que trae consigo que no puedan construir casas, granjas, locales para granos, obras en los caminos, plantar árboles o sembrar cultivos que crezcan más de dos metros y limitar sustancialmente el uso de maquinaria agrícola. “Las empresas además estipulan que serán las únicas con derecho de construcción, operación y venta de energía eléctrica, de bonos verdes y de otros beneficios derivados de las operaciones de usufructo. Adicionalmente, son las únicas que pueden dar por terminado el contrato de manera anticipada.” (Alonso y García, 2016: 191).

Las limitaciones sobre el territorio y el uso de la tierra erosionan la vida campesina y cultural de los pueblos indígenas, además restringen el uso que hacen de la naturaleza y todas las acepciones simbólicas de los seres humanos con respecto a los ciclos naturales que va ocasionando que la racionalidad campesina vaya deteriorándose y con ello los procesos de resguardo de los patrimonios bioculturales de los ejidatarios y de los pueblos indígenas, ello fue lo que estudiamos, por ejemplo, en la Reserva de la Biosfera de la Sepultura del Estado de Chiapas, México (Ávila, 2014).

Además son empresas mayoritariamente extranjeras las que están llegando a territorio mexicano y hacen uso de estrategias jurídicas, económicas, sociales, comunicativas y financieras para beneficiarse de los contratos privados con campesinos e indígenas y despojarlos del uso ambiental, económico y socio-cultural de sus tierras.

A nivel de los contratos privados es importante para las empresas tener claramente definido jurídicamente como participantes del proyecto a los campesinos mediante la aportación de tierras. Ello porque en la estrategia del despojo, el 60 o 70% del dinero que conseguirán de financiamiento las empresas tendrán como garantías las tierras que pertenecen legítimamente a los campesinos y comuneros. En caso de que no funcione el proyecto, los que tendrán que pagar las consecuencias son los campesinos por haber hipotecado su territorio.

Entre las compañías extranjeras destacan Iberdrola, Acciona, Eenergies Nouvelles, Gamesa y Enel. Según datos de ProMéxico, organismo gubernamental promotor de negocios de empresas foráneas en México, la llegada de inversiones extranjeras en materias de energías renovables se ha incrementado en los últimos años e involucra a diferentes corporaciones.

Ahora bien no sólo empresas extranjeras participan en la labor de despojo de los territorios agrarios de México. Ejemplo de ello es el Grupo Dragón, que forma parte del Grupo Salinas, cuyo accionista principal es Ricardo Salinas Pliego, con participación principal en TV-Azteca, Elektra y Banco Azteca, sus contactos gubernamentales, legislativos y de comunicación pública, le permitieron establecer un parque eólico en el municipio de Arriaga, Chiapas, donde ha contado con todas las facilidades para la construcción de los mismos a costa de los derechos de los agricultores de la zona. Ello le ha permitido no sólo contar con un mercado exclusivo de compra de la electricidad generada sino contar con los mecanismos jurídicos represivos que hicieron posible que por ejemplo, el líder de los agricultores, Cesar Blanco, fuera recluido en Tonalá, Chiapas, por exigir una mejor remuneración por la renta de sus tierras a la empresa eólica conformada en la región. En la inauguración de este parque eólico en 2012, Salinas Pliego contó con la presencia del gobernador de Chiapas de aquel entonces, Juan Sabines Guerrero, e inversiones extraordinarias por más de 50 millones de dólares.

El traslado de inversiones del Grupo Salinas, le permitieron este año abrir otra planta generadora de energía eólica en el estado de Jalisco, ubicada en el municipio de Ojuelos de Jalisco, que cuenta con 28 de los aerogeneradores que componen el complejo y que producirán suficiente energía eléctrica para iluminar 155 mil hogares. El mercado eléctrico está garantizado ya que el gobierno del estado y municipios circundantes comprarán la electricidad producida, con lo que cual se garantiza el negocio redondo de Salinas Pliego. En la inauguración acompañó al dueño de TV Azteca el gobernador del estado de Jalisco, Aristóteles Sandoval.

Pero es en el estado de Oaxaca donde vamos a encontrar mayor cantidad de respuestas de los habitantes a la dinámica de las empresas impulsoras de la energía eólica. Según la Comisión para el Diálogo con los Pueblos Indígenas de México (2012), la implementación de parques eólicos ha provocado el rechazo y la oposición social por parte de un sector importante de la población, principalmente en la región del istmo de Tehuantepec, en especial de grupos como Grupo Solidario La Venta, La Ventosa Vive, Asamblea en Defensa de la Tierra y el Territorio de Juchitán, el Consejo de Ancianas y Ancianos de Rancho Gubiña (Gubiña XXI), el Centro de Derechos Humanos Tepeyac y la Unión de Comunidades Indígenas de la Zona Norte del Istmo, el Colectivo Magisterial y Popular 14 de Junio, entre muchos más.

Según Cruz (2011), hay siete parques eólicos en funcionamiento, en los que existe inversión de las Empresas Transnacionales españolas, además de otros cuatro, que están en fase de proyección y litigio (Mareña Renovables, Bii Yoxho, Dos Arbolitos y la ampliación de Parques Ecológicos de México). Existen movimientos socio-ambientales como el encabezado por los comuneros de San Mateo del Mar - comunidad/municipio integrante del pueblo etnolingüístico Ikoo- que han obtenido como respuesta del gobierno la criminalización de la protesta.

Lo cierto es que el proceso de desplazamiento espacial de la actividad eólica cada vez involucra mayor cantidad de lugares, territorios y tierras. Donde lo que se observa es la profundización de la actividad extractivista hacia el centro-sur del país destacando los casos de Puebla y Yucatán.

Por ejemplo, en el municipio de Atzizintla ubicado al oriente del estado de Puebla, la empresa Central Eólica de México II busca construir su primer parque eólico de 60 megawatts, este proyecto será el tercero para el estado, ya que la firma Impulsora Latinoamericana de Energía Renovable (ILER), perteneciente a la poblana Mabe, fabricante de pañales y otros productos sanitarios, obtuvo también en marzo pasado la Manifestación de Impacto Ambiental (MIA) para hacer su segunda obra del mismo tipo en el municipio de Cañada Morelos. ILER, propiedad de Gilberto Marín Quintero, en sociedad con la española Iberdrola construirán su denominado parque eólico Pier Fase B.2, el cual tendrá una capacidad de generar 150 megawatts, con una inversión de 200 millones de dólares. En noviembre pasado, estas dos empresas inauguraron su primer complejo en el municipio de Esperanza, que produce 66 megawatts.

Por su parte en Yucatán, encontramos los proyectos de Parque eólico Chacabal I y Chacabal II. En Motul, la empresa Aldesa Energías Renovables S.L.U. (con sede en Madrid, España) pretende instalar uno con capacidad de 30 megavatios (MW), con una inversión de 117 millones 86 mil pesos. El Parque eólico Chacabal 2 en la misma comisaría de Motul, la misma compañía instalará otro de la misma capacidad, 30 MW, pero con la meta de generar más electricidad: 117,689 MWh/año (4,570 más) y también con una mayor inversión de más de 121 millones pesos. En Motul hay una resistencia de ejidatarios mayas a que se instale este parque eólico y que se firmen los contratos con dicha empresa. Los habitantes han exigido a la empresa más información sobre el proyecto que planean establecer. Los ejidatarios han evitado firmar el contrato, por temor a que el dinero que ofrece la transnacional les sea insuficiente para subsistir, así como a la falta de explicaciones sobre los efectos que tendrá la construcción del parque eólico ahí, tanto en el aspecto social, como económico y de los empleos. En Yucatán también está el Parque eólico Tizimín y la construcción de una empresa China en puerto Progreso.

4 A MANERA DE CONCLUSIÓN

El territorio es el punto de partida de la vida campesina e indígena, ello es fundamento para la cohesión familiar y comunitaria, los pobladores poseen una visión amplia del espacio físico y sus recursos naturales adyacentes como agua, suelo, aire, vegetación, en los cuales se obtienen los satisfactores inmediatos y necesarios para la sobrevivencia familiar, y se desarrollan espacios de construcción de saberes y prácticas tradicionales que refuerzan su perspectiva particular del mundo.

En ese sentido, hemos descrito procesos de disputa territorial y de resistencia indígena que se vienen desarrollando en contra de las empresas trasnacionales, que buscan apoderarse de diversos espacios, generando procesos de acumulación por desposesión. Hemos visto como el capitalismo, en su voracidad busca el despojo territorial, y la mercantilización de diversos espacios: el agua, los bosques, el aire, la tierra, los minerales, son espacios que se disputan actualmente.

REFERENCIAS

ÁVILA, Agustín. **Turismo y Pueblos indígenas en México: despojo y veredas de apropiación comunitaria en Patrimonio Biocultural, territorio y sociedades afroindoamericanas en movimiento.** Buenos Aires. CLACSO. 2013.

AVILA, Agustín. Por los caminos del mundo rural. El Buen vivir tojol-ab'á de Chiapas. **Revista Raíces.** V. 34. N° 1. Ene-Jun 2014. Brasil. 2014.

AVILA, Agustín. Capitalismo contemporáneo y ecología política de la energía eólica en México. **Revista Sapiencia.** Vol. 5. Número 1. Brasil. 2016.

AVILA, León. La minería y sus impactos en la diversidad biocultural en Chiapas. En: ARELLANO, Jessica, BETANCOURT, Alberto, CRUZ, Efraín. Del monólogo a la polifonía. Alternativas comunitarias para la gestión de la biodiversidad en áreas naturales protegidas. **Cuadernos de trabajo PAPIIT - UNAM.** 2010.

BARTRA, Armando. **Campesindios. Aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado.** Quito, Ecuador, Ediciones La Tierra- Oxfam. 2011.

BORRAS Jr, S. M.; KAY, C.; GÓMEZ, S.; WILKINSON, J. Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement.** 2012, 33(4), 402-416.

CASTILLO JARA, Emiliano. Problemática en torno a la construcción de parques eólicos en el Istmo de Tehuantepec. **Revista Delos: Desarrollo Local Sostenible.** Vol. 4. Número 12. Red Académica Iberoamericana. 2011.



COMPOSTO, Claudia; NAVARRO, Mina Lorena (Compiladoras). **Territorios en disputa. Despojo capitalista, luchas en defensa de los bienes comunes naturales y alternativas emancipatorias para América Latina**. México, D. F.: Bajo Tierra Ediciones. 2014.

FOSTER B., John. Marx y la fractura en el metabolismo universal de la naturaleza. **Revista Herramienta** Web. Junio 2014. Buenos Aires, Argentina (consultado en <http://www.herramienta.com.ar/herramienta-web-15/marx-y-la-fractura-en-el-metabolismo-universal-de-la-naturaleza> el 23 de mayo de 2016). 2014.

GUDYNAS, Eduardo. La ecología política del giro biocéntrico en la nueva constitución de Ecuador. **Estudios Sociales** (Bogotá), N°. 32, abril. 2009.

HARVEY, David. **17 contradicciones y el fin del capitalismo**. Ed. IAEN. Quito, Ecuador. 2014.

HARVEY, David. **Breve historia del Neoliberalismo**, Madrid: Ediciones Akal. 2007.

HARVEY, David. El ‘nuevo’ imperialismo: acumulación por desposesión. **Socialist Register**. 2004.

HARVEY, David. **El nuevo imperialismo**. Madrid: Ediciones Akal. 2003.

HARVEY, David. **Espacios de Esperanza**. Madrid: Ediciones Akal. 2000.

LÓPEZ Santillán, Ángeles y Gustavo MARÍN GUARDADO. Turismo, capitalismo y producción de lo exótico: Una perspectiva crítica para el estudio de la mercantilización del espacio y la cultura, en Relaciones. **Estudios de Historia y Sociedad**, Vol. XXXI, N° 123, verano. 2010, p. 219-258.

MARÍN, Gustavo. Sin tierras no hay paraíso. Turismo, organizaciones agrarias y despojo territorial: una introducción. En Gustavo Marín Guardado (Coord.) Sin tierras no hay paraíso. Turismo, organizaciones agrarias y apropiación territorial en México. El Sauzal (Islas Canarias): **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Colección PASOS Edita, 15. 2015.

PALACIOS, J. M. S. El proyecto de integración y desarrollo de Mesoamérica (Proyecto Mesoamérica), en el marco de la alianza para la seguridad y prosperidad de América del Norte (ASPAN), la política de seguridad democrática y la iniciativa Mérida. En: **Planes geoestratégicos, desplazamientos y migraciones forzadas en el área del proyecto de desarrollo e integración de Mesoamérica**. 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Geo-grafías. Movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad**. Ed. Siglo XXI. México. 2001.

PORTO-GONCALVES, Carlos y Luis Daniel HOCSMAN (Coord.). **Despojos y resistencias en América Latina**/Abya Yala. Editora Estudios Sociológicos. Argentina. 2016.

RUBIO, Blanca. **El dominio del hambre. Crisis de hegemonía y alimentos**. Ed. Chapingo- Juan Pablos. 2014.

SEOANE, J. Neoliberalismo y ofensiva extractivista. Actualidad de la acumulación por despojo, desafíos de Nuestra América. **Theomai**, (26). 2012.

SVAMPA, Maristella. Consensos de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. **OSAL** (Buenos Aires, CLACSO) Año XIII, No. 32 Noviembre. 2012. p 16-38.

TARRÍO GARCÍA, María; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano; COMBONI SALINAS, Sonia. La biopiratería en Chiapas: un análisis sobre los nuevos caminos de la conquista biológica. En: **Estudios Sociales**. Julio/diciembre, año/vol. XII, número 024, Universidad de Sonora, Hermosillo, México; 2004, p. 56-89.

PÁGINA ELECTRÓNICA CONSULTADA:
www.codpi.org Consultada el 16 de junio 2016.

Recebido em setembro de 2016
Aprovado em novembro de 2016





DE CANUDOS ÀS LIGAS CAMPONESAS: LUTA E RESISTÊNCIA PELO TERRITÓRIO CAMPONÊS¹

FROM CANUDOS TO THE PEASANT LEAGUES: FIGHT AND RESISTANCE FOR THE PEASANT LAND

DE CANUDOS A LAS LIGAS CAMPESINAS: LUCHA Y RESISTENCIA POR EL TERRITORIO CAMPESINO

Marleide Maria Santos Sergio

Prof.^a Dr.^a - Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe - Campus Itabaiana
Grupo de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço Geográfico (PROGEO)
E-mail: marleidesergio@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões e análise sobre a memória da resistência camponesa a partir do final do século XIX até o protagonismo assumido pela organização das Ligas Camponesas. Consideramos a dimensão política das lutas consagradas em seu caráter místico a exemplo de Canudos e Contestado e as mediações e disputas pela representação camponesa no Nordeste do Brasil através da constituição das Ligas. A metodologia incluiu revisão de literatura inerente à temática e realização de entrevistas com sujeitos sociais que participaram das Ligas Camponesas e, na direção contrária, com quem participou do esforço para desestabilizar o avanço destas. Reconhecer a existência desses movimentos como reação às investidas do capital no campo brasileiro é de fundamental importância para a compreensão da questão agrária na atualidade.

Palavras chave: resistência camponesa; conflitos agrários; Canudos; Contestado; Ligas Camponesas.

ABSTRACT

This article presents reflections and analysis about the memory of the peasant resistance from the late nineteenth century to the leadership assumed by the Peasant Leagues organization. Consider the dimension political of the fights consecrated in its mystical character, the example of Canudos and Contestado, and the mediations and disputes over peasant representation in the Northeast of Brazil through the Leagues constitution. The method included literature review inherent to the theme and realization of interviews with social people that participated in the Peasant Leagues and, on the other hand, who participated in the effort to destabilize its advancement. To recognize the existence of these social movements as a reaction to the capital investees in the Brazilian countryside is vital to understand the agrarian question nowadays.

Key words: peasant resistance; agrarian conflicts; Canudos; Contestado; peasant leagues.

RESUMEN

Este artículo presenta reflexiones y análisis sobre la memoria de la resistencia campesina a partir de finales del siglo XIX hasta el papel asumido por la organización de las Ligas Campesinas. Consideramos la dimensión política de las luchas consagradas en su carácter místico a ejemplo de Canudos y Contestado y las mediaciones y disputas por la representación campesina en el Nordeste de Brasil a través de la creación de ligas. La metodología ha incluido revisión de la literatura inherente a la materia y la realización de entrevistas con los sujetos sociales que participaron en las Ligas Campesinas y, en la dirección opuesta, con quien participó en el esfuerzo por desestabilizar su avance. Reconocer la existencia de estos movimientos como una reacción a la fuerza del capital en el campo brasileño es de fundamental importancia para la comprensión de la cuestión agraria en la actualidad.

Palabras clave: resistencia campesina; conflictos agrarios; Canudos; Contestado; Ligas Campesinas.

¹ Esse artigo faz parte da Tese de Doutorado: Movimentos sociais: na trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classe. UFS - PPGeo, 2008, orientada pela Prof.^a Dr.^a Alexandrina Luz Conceição.

1 INTRODUÇÃO

Os conflitos sociais no campo brasileiro não fazem parte somente da história recente e atual do país. As configurações territoriais produzidas ao longo dos séculos são frutos e produtos, em boa medida, da invasão e destruição dos territórios dos povos nativos. Nesse processo, o latifúndio foi surgindo e consolidando-se com o componente da violência e do genocídio contra esses povos.

A continuidade e aprofundamento da violência incluíram a presença forçada do trabalhador africano transformado em fonte de trabalho e de capital na engrenagem da economia colonial. A suspensão do tráfico de escravos em 1831 e a iminente supressão dessa relação de trabalho motivaram a classe dominante a promover as alterações no regime de acesso à terra através da criação de mecanismo jurídico que fosse ao mesmo tempo, um obstáculo ao acesso à terra por parte da população pobre, agregados que praticavam a pequena agricultura e, principalmente de milhares de trabalhadores que viriam a se transformar em ex-escravos (MARTINS, 1997).

Com a mudança no regime de propriedade através da promulgação da Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850 (a Lei de Terras), se dá o impedimento do acesso a quem não tivesse condições de pagar em dinheiro pela terra e o início da definição da questão agrária no país. Essencialmente, essa lei teve a finalidade de tornar o trabalho em terra dos grandes proprietários, o único meio de sobrevivência dos pobres. Entretanto, a própria dinâmica do capital impôs a luta pela terra, considerando que essa propriedade, no capitalismo, é uma irracionalidade porque a terra não é produto do trabalho e, por isso mesmo, não pode ser produto do capital. Por conseguinte,

quando o capital se apropria da terra essa se transforma em *terra de negócio* em *terra de exploração* do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro (MARTINS, 1991, p. 55). (Grifos do autor).

Nesse contexto, a estrutura fundiária concentrada se consolida ao longo dos séculos, concomitante ao crescimento do número de posseiros que veem cada vez mais, o título de propriedade prevalecer sobre os direitos de ocupação efetiva.

A partir de meados do século XX, a modernização tecnológica passa a limitar a demanda de mão-de-obra e, mesmo nas áreas em que essa modernização não chegara, a pecuária reduz drasticamente a necessidade de trabalhadores. Dessa forma a constituição da questão agrária vai ter a marca dos posseiros “outra parcela dos camponeses sem terra, que vem historicamente lutando numa ponta contra a expropriação que os gera, e, na outra, contra os jagunços, “gendarmes de plantão” dos latifundiários, dos especuladores e grileiros” (OLIVEIRA, 2001, p. 7).



Este artigo objetiva contribuir para reavivar a memória da reação histórica dos camponeses que tem em seu registro, desde a resistência e massacre dos nativos, a desesperada reação e fuga do trabalhador escravizado, até as ocupações efetuadas pelos movimentos sociais que lutam pela efetivação da reforma agrária. A violência histórica no campo brasileiro e o desconhecimento do protagonismo de milhares de camponeses nas lutas e disputas para conquistar ou permanecer na terra, justifica a necessidade e pertinência de pesquisas e estudos que deem visibilidade a essa realidade. Nesse trabalho, parte-se da compreensão de que na dinâmica do desenvolvimento do capitalismo, “são as relações sociais de produção e a lógica contínua/contraditória de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo, o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização contínua da natureza” (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

Os procedimentos metodológicos contemplaram leituras referentes à expansão do capitalismo no campo brasileiro que suscitaram movimentos registrados no século XIX e primeira metade do século XX e aos estudos das lutas e organizações camponesas no decurso de sua história na perspectiva da legitimidade do acesso à terra e permanência como condição de reprodução social. Foram realizadas entrevistas com um sacerdote reconhecido como liderança no trabalho de organização e criação dos primeiros sindicatos rurais e com dois ex-militantes das Ligas Camponesas em Pernambuco. Nesse artigo, são evidenciados os movimentos de Canudos, de Contestado e a constituição das Ligas Camponesas como importantes lições e referências, ainda que em contextos diferenciados, de resistência e luta contra a expropriação empreendida pelo capital e/ou pelo Estado.

2. (DES)ESPERANÇAS E UTOPIAS – DIMENSÃO MÍSTICA/POLÍTICA DAS LUTAS

As concepções e práticas inerentes aos processos de vida do camponês, são perpassadas e norteadas de forma direta e profunda pelos elementos da natureza e da religiosidade vinculados a divindades, independente da mediação de quem representa oficialmente uma religião. “No momento inevitável de dor ou de ameaça social, ouve a palavra, o conselho, a oração de membros da própria comunidade quem dispõem de um saber religioso reconhecido pelos demais como eficaz para essas circunstâncias” (MOURA, 1988, p. 20).

No interior dessa visão de mundo, foram gestadas figuras identificadas a messias que iam além do beato comum, porque ainda que involuntariamente, iam de encontro aos governantes e às classes que os representavam e que expropriavam os camponeses e ainda, impunham cobrança de

impostos para os cofres do Estado. A reação às injustiças sofridas e/ou a tentativa de construção de uma outra forma de vida, resultaram, em muitas partes do Brasil, em “movimentos messiânicos que falam ardentemente da utopia de um paraíso para os espoliados” (ibid, p. 23).

Desde os anos de 1870, Antonio Vicente Mendes Maciel, popularizado com o nome de Conselheiro, tornara-se conhecido como o mais importante beato das plagas dos sertões da Bahia, Sergipe e Alagoas. No caso de Conselheiro, além de suas ladainhas, arregimentava seus seguidores para o trabalho de reconstrução de igrejas, pavimentação de estradas e construção de muros de cemitérios em pequenos povoados. A atração crescente e a aprovação de párocos de pequenas localidades, não impediram que seu comportamento e suas peregrinações fossem vistos com desconfiança por setores da Igreja em Salvador.

Em 1876 foi preso sob a acusação de homicídio seguindo para Salvador e depois para Fortaleza sob os protestos de seus adeptos. Solto por pressão popular e falta de prova, regressa à Bahia, onde se estabelece em 1877, na cidade de Itapicuru, no Arraial de Bom Jesus [...] (SOUZA; MACHADO, 1997, p. 73).

Esse arraial se transformou praticamente em uma cidade. De Chorrochó à Vila do Conde, de Itapicuru a Jeremoabo – Bahia – não havia uma só vila ou lugarejo obscuro, em que não contasse adeptos fervorosos (CUNHA, 1963). Por volta de 1893 o grupo se transfere para Canudos, onde ocupa uma fazenda abandonada que passou a ser chamada de Belo Monte. Ali, a expansão foi ainda maior, chegando a uma população flutuante de 25 mil habitantes com 5.200 casas. A ruptura às regras e submissão impostas pelo coronelismo, expressão de domínio político e territorial, chamava a atenção das populações rurais vizinhas, mas, sobretudo, despertava nas autoridades o receio de que Canudos fosse bem mais do que um grupo de beatos. Mesmo com exigências severas para a permanência dos adeptos, a possibilidade de ter a terra junto com todos que estavam ali, motivava o crescimento da comunidade. Data de 1893, a chegada de notícias dos sertões da Bahia, de cobrança de impostos pela República. Todos deveriam declarar o que tinham e ganhavam, o que foi entendido por Conselheiro e seus seguidores como uma ameaça e afronta ao modo de vida que estavam construindo. Por isso o discurso antirrepublicano do Conselheiro também incomodava quem representava o poder, caracterizando o caráter político da organização de Canudos.

Justifica-se dessa forma, a posição de alguns autores a exemplo de Clóvis Moura (2000), ao situar Canudos como um movimento social, pois

[...] o conteúdo de protesto organizado na direção de ordenar as relações sociais no campo, expresso através de seus véus ideológicos possíveis e compatíveis com a época e as circunstâncias é muitas vezes escamoteado e ressaltada a forma messiânica através da qual ele se expressou. No entanto, Canudos é um dos



movimentos sociais mais importantes na América do Sul e culminou na maior guerra civil do Brasil, depois da Cabanagem no Pará e do Contestado em Santa Catarina-Paraná. [...] seu conteúdo social e por isso também político não tem sido devidamente avaliado. A guerra liderada por Antonio Conselheiro é o reflexo mais eloquente [...] das contradições que existiam naquela época e ainda persistem nas relações sociais (no nível das relações de produção) do nosso setor agrário. [...] reflete o antagonismo a que haviam chegado as relações entre o latifúndio e a massa camponesa explorada da época (MOURA, 2000, p. 22).

A primeira tentativa de ataque a Canudos foi registrada em 1893 com pouco mais de uma centena de soldados, que perceberam a necessidade de retornar diante da resistência que encontraram. De igual modo, uma segunda expedição, que foi enviada pelo governo federal com mais de 500 “praças”, também bateu em retirada.

O relevo acidentado e o clima da região não eram os únicos fatores negativos para as expedições. A caatinga, com sua vegetação rude e intratável de xique-xiques e mandacarus, ao mesmo tempo em que acobertava o sertanejo, golpeava o soldado durante a luta (SOUZA; MACHADO, 1997, p. 76).

O cenário da seca e a luta de um povo marcado pela pobreza e pela religiosidade se sobressaem em relação às motivações para tamanho combate a Canudos traduzidas na questão da negação do direito à terra, do poder e opressão exercidos pelo coronelismo e pelo latifúndio.

O conflito de Canudos foi interpretado e enfrentado como uma anomalia que colocava em risco a “ordem” republicana e oligárquica. Evidenciam-se a violência e a forma desproporcional com que foram combatidos e massacrados os sertanejos de Canudos pelas tropas do Exército em outubro de 1897, sem, no entanto, trazer à tona a importância da luta e da resistência camponesa enquanto perspectiva política que possibilitava a experiência de viver em uma sociedade diferente da República dos coronéis, gestada desde o início da exploração portuguesa e aprofundada a partir da privatização das terras em 1850.

No início do século XX, outro conflito envolvendo camponeses vai ocorrer em uma área contestada na região planáltica, entre os estados do Paraná e de Santa Catarina². A Guerra do Contestado, como ficou conhecida, foi suscitada em 1908, envolvendo sertanejos catarinenses e paranaenses, o Estado e o capital internacional. Segundo Souza; Machado (1997), o sertanejo do planalto vivia sem muitas perspectivas, em “terra de ninguém”, onde coletava o mate e a madeira, e cultivava produtos de subsistência ou ainda, trabalhava na grande fazenda como agregado na lida

² As terras do Contestado localizavam-se na região de relevo acidentado de Santa Catarina. No período colonial, a região litorânea desse estado que já era ocupada por índios, receberam portugueses provenientes de Açores e da Ilha da Madeira. Com as imigrações do século XIX, os vales mais férteis foram ocupados por alemães e italianos. Restaram as terras da região planáltica que foram ocupadas por índios expulsos do litoral e por uma população branca “sertaneja” desde os primeiros tempos do Brasil-Colônia, bem antes de existir fazenda (Souza; Machado, 1997).



com o gado. Nesse cenário, onde inexistiam, minimamente que fosse, os serviços de educação e de saúde, a figura do beato conhecido por monge assumia grande importância para a maior parte da sociedade que vivia nos sertões.

No bojo do projeto de modernização do país, o Estado autorizou a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande, por onde o gado, a madeira e o mate da região deveriam ser levados até os portos do litoral. Na concessão efetuada à empresa *Brazil Railway Company*, comandada por um grupo de empresários ingleses e norte-americanos – grupo *Farquhar* – existia autorização para que as terras localizadas até 15 quilômetros para ambos os lados da linha férrea passassem para o domínio da empresa. Dessa forma as terras que na realidade eram devolutas e ocupadas por posseiros, passaram a ter, oficialmente (pseudos) donos e nada mais poderia ser retirado – mate, madeira e cultivos.

A desocupação das terras não dispensou a violência promovida pelo próprio Estado. O problema social foi agravado com o final das obras da ferrovia, com a dispensa de milhares de trabalhadores que foram recrutados, principalmente da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. “Cerca de 8 mil trabalhadores [...] ficaram desempregados. Sem terra e sem emprego, perambulavam pelos sertões, ocupando terra, saqueando e muitas vezes se oferecendo como jagunços para conseguirem emprego junto aos coronéis” (FERNANDES, 2000, p. 30).

É nesse contexto, marcado pela miséria, injustiças e violência, que em 1912, José Maria, monge que se dizia sucessor de João Maria, eremita famoso na região, desaparecido em 1906, começa a dar corpo a um movimento considerado messiânico em Campos Novos/SC, interpretado pelo poder dos coronéis e do Estado, como uma ameaça à República, a exemplo do julgamento de Canudos.

Em Irani, região contestada pelos paranaenses, o movimento foi combatido tendo a baixa do beato José Maria. A dispersão dos sertanejos foi acompanhada da ideia de ressurreição daquela liderança que daria a força necessária para a criação de uma cidade sagrada em Taquaruçu/SC.

Para fundar a cidade santa, os fiéis venderam o pouco que tinham e rumaram para Taquaruçu. Tudo era dividido entre todos. Era o tempo da fartura. Todos eram iguais. Plantavam, criavam alguns animais, construía casas e viviam na comunidade, que já contava com cerca de 300 moradores. (SOUZA; MACHADO, p. 82).

O crescimento da cidade era notório; em 1914 a população já era superior a 10 mil habitantes e causava preocupação no governo, nas empresas que atuavam na região, nos coronéis e na própria Igreja Católica. A partir da primeira experiência, novos núcleos foram surgindo com o mesmo sentido de produção comunitária e de fartura – Bom Sossego, São Sebastião e Guaragatá.



O governo federal foi pressionado pelo grupo *Farquhar* que exigiu a repressão aos sertanejos acusados de ameaça ao seu patrimônio e a República.

Sucederam-se os ataques aos núcleos criados pelo movimento, caracterizando uma verdadeira guerra. “Em setembro de 1914 eram mais de 15 mil pessoas. Acusando o governo de assassinar os trabalhadores e entregar as terras para empresas estrangeiras, passaram a atacar fazendas e cidades e a controlar partes da ferrovia” (FERNANDES, 2000, p. 31). Àquelas comunidades que lutavam por uma nova forma de vida, não restava senão a resistência. Entretanto, a luta era absurdamente desigual. Em dezembro de 1916, os últimos núcleos de resistência foram arrasados.

A exemplo de Canudos, o argumento para massacrar o Contestado foi o combate à monarquia. Entretanto, nestes casos,

[...] como em outros movimentos messiânicos que ocorreram no Brasil, os camponeses foram destruídos. Foram *movimentos populares* que acreditaram na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, da terra do latifúndio e da miséria. Em nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo utilizaram as forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatiam, mas sim, a insurreição dos pobres do campo (MARTINS, 1995, p. 62). (Grifos nossos).

Paulatinamente, as reações à expropriação se intensificaram como contrapartida ao agravamento das condições sociais de milhares de camponeses espalhados de norte a sul do país, sobretudo posseiros que sofriam as repercussões da política de colonização e ações das respectivas companhias, na chamada Marcha para o Oeste. As Revoltas de Porecatu (1948-1951) de Pato Branco, Capanema e Francisco Beltrão (1957) no norte e sudoeste do Paraná respectivamente, são alguns exemplos de conflitos que marcam a História de luta do campesinato brasileiro e de extrema violência sofrida por esses sujeitos na defesa da posse de suas terras. A partir dos anos de 1940 as lutas são reconhecidas em uma dimensão política com a participação de outros sujeitos, principalmente do Partido Comunista em várias lutas camponesas entre o final da década de 1940 e parte dos anos 1960. Para Martins,

já não são lutas como a de Canudos, na Bahia, e a do Contestado, em Santa Catarina, em que a dimensão política estava submersa na dimensão religiosa. Nos anos 50, os movimentos populares no campo ganham uma forte dimensão política, com a mediação de um partido que tem um projeto político e que enquadra e define as lutas no campo em função de uma transformação revolucionária da sociedade brasileira (1993, p. 85).

3 LIGAS CAMPONESAS – MEDIAÇÕES, LIMITES E DISPUTAS PELA REPRESENTAÇÃO CAMPONESA

Uma nova perspectiva se abre com a organização das Ligas Camponesas como um marco dos movimentos sociais na história contemporânea do campesinato no Brasil, na década de 1950.

Essa organização vai mostrar, de forma mais articulada e com maior visibilidade que

em seu processo de formação, os camponeses sempre enfrentaram os coronéis-latifundiários e grileiros, se opuseram ao Estado representante da classe dominante, que construiu ditaduras para mostrar seu poder. Assim, a resistência camponesa manifesta-se em diversas ações que sustentam formas distintas e se modificam em seu movimento. São caminhos abertos e construídos no tempo e no espaço, e nessa marcha participam do processo de transformação da sociedade (FERNANDES, 2000, p. 32).

É importante considerar que em 1945, quando se dá a interrupção da ditadura de Getúlio Vargas, o Partido Comunista começa a se destacar no trabalho de organização e mobilização de trabalhadores rurais. Mesmo não existindo uma proibição oficial à criação de sindicatos rurais existiam de fato, muitas restrições. Um dos primeiros sindicatos rurais – o de Campos (RJ), foi criado em 1933, e só após 24 anos (1957), se deu o registro daquele que congregava os trabalhadores da Usina Barreiro em Pernambuco. Muitos outros sindicatos nesse período funcionavam na ilegalidade. O registro de uma associação tornava desnecessário o reconhecimento do Ministério do Trabalho e garantia a legalidade e a ação dos camponeses.

Segundo Moraes (2002), entre 1945 e 1947 foram constituídas centenas de Ligas Camponesas na maior parte do país que reuniam milhares de pessoas, incluindo assalariados agrícolas, setores camponeses de arrendatários, parceiros, e posseiros, tornando possível a eleição de um número considerável de parlamentares comunistas para as assembleias estaduais e câmaras municipais. Nesse período, as Ligas eram consideradas organizações-apêndice da estrutura centralizada do Partido Comunista, tendo como liderança comum Luís Carlos Prestes.

Por isso, a decretação da ilegalidade daquele partido pelo governo Dutra, em 1947, contribuiu significativamente para o recuo daquelas organizações, que tiveram muitas de suas lideranças presas, perseguidas e assassinadas. Essa realidade foi confirmada pelo Sr. A. S. entrevistado em 1988, em João Pessoa:

A situação era terrível, nossas lideranças ameaçadas de morte, tendo que viver como bicho. E teve muitos que mataram. Mas a gente tinha que lutar, mesmo escondido. Na Paraíba era muito forte o movimento. Agente acreditava que era possível ter a reforma agrária, era o nosso sonho. Mas também sabia que os grandes não iam querer. A minha família até hoje tem medo e não gosta de falar



nisso. A Igreja também tentou ajudar. Tinha padres que botaram pra frente mesmo foi os sindicatos.

Desse modo, poucas Ligas continuaram, mas de forma clandestina, esporadicamente arriscando-se a realizar atos públicos, encerrados violentamente com a repressão policial. Moraes (2002) afirma que em 1954 eram poucas as organizações camponesas que funcionavam e pouquíssimas as que conservavam o nome de Ligas.

Nesse contexto, teve destaque a Liga Camponesa de Iputinga, uma das mais antigas, localizada nas proximidades de Recife. Criada por José Ayres dos Prazeres³, conhecido militante de Pernambuco, encabeçou a reorganização dos camponeses e o ressurgimento das Ligas em 1955, a partir da criação de uma associação de foreiros⁴ inscrita com o nome de Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco – SAPPP, baseada no núcleo de camponeses do Engenho da Galiléia, município de Vitória de Santo Antão – PE. Martins (1995) enfatiza que

é justamente a cana-de-açúcar no Nordeste que nos mostra com mais clareza o processo do camponês ao longo da história brasileira: agregado marginal no regime de trabalho escravo, ocupado ocasionalmente no trabalho de cana-de-açúcar, passa ao lugar principal com o fim da escravidão, como morador de condição, para, à medida que a condição aumenta e que seu trabalho gratuito ou barato na cana é a renda que paga pela terra em que planta a sua subsistência, ir aos poucos se convertendo em assalariado (1995, p. 66).

A perseguição aos seus membros empreendida conjuntamente por um grupo de latifundiários, donos de outros engenhos, e pelas arbitrariedades policiais torna-se constante. Na tentativa de buscar respaldo político para os camponeses da Galiléia e denunciar a contínua repressão policial e violência praticadas por jagunços, José Prazeres e Paulo Travassos⁵ conseguem em Recife,

[...] que se formasse um grupo de personalidades para respaldar a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco e de suas delegacias às quais nesses tempos os latifundiários apelidaram de Ligas Camponesas, vindo com isso a confundi-las com a Liga de Iputinga e com outras ligas camponesas comunistas, já desaparecidas (MORAIS, 2002, p. 20).

³ José dos Prazeres, considerado um antigo batalhador das causas sociais desde a primeira década do século XX, tinha em sua história, perseguição e prisões por ajudar socialistas russos, durante uma campanha financeira encabeçada pelos jornais Terra Livre e Novo Rumo, que ele se encarregava de distribuir em Pernambuco. A partir de 1945, passa a atuar decisivamente na mobilização dos trabalhadores rurais através da criação de várias Ligas (MORAIS, 2002).

⁴ Os foreiros eram camponeses que pagavam ao fazendeiro renda da terra em forma de aluguel anual (fórum). Essa figura surgiu no Nordeste, no contexto da crise da cana que levava os senhores de engenho a arrendar suas terras a foreiros, tornando-se absenteístas (MARTINS, 1995).

⁵ Segundo Moraes (2002), Paulo Travassos é uma mistura de camponês e operário rural do Espírito Santo, onde militava no Partido Comunista. Perseguido pela polícia, em 1945 viajou para Pernambuco e recomeçou sua atividade de organização rural (Nota nº 3, p. 65).

Nesse contexto se dá também, por iniciativa do PCB, a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB⁶, com o objetivo de organizar os trabalhadores rurais em âmbito nacional. Apesar das relações próximas com as Ligas, estas não eram filiadas àquela entidade que

parecia ser uma organização imposta de cima para baixo. [...] sua tática residia na acumulação de forças, através de um trabalho de apoio a reivindicações e a interesses econômicos dos trabalhadores agrícolas (assalariados e a camponeses). As ligas, ao contrário, atuavam no sentido de despertar a consciência política entre os camponeses, para que no momento histórico pudessem decidir sobre seu destino (ibid, p. 38, 39).

Desse modo, a difusão dessas organizações pelo Nordeste se deu, principalmente entre foreiros de antigos engenhos que começavam a ser retomados por seus proprietários absenteístas, devido à valorização do açúcar e à expansão dos canaviais e, por conseguinte, a expulsão daqueles foreiros. A reação ao crescente aumento da exploração e à iminente expropriação vai se dar sob a orientação do advogado e deputado Francisco Julião do Partido Socialista Brasileiro que articula, junto com outros parlamentares, a formação do Conselho Regional das Ligas⁷, da qual Julião é proclamado presidente de honra.

O movimento estava inserido em um contexto mais amplo, que ia além da situação específica dos foreiros de Pernambuco porque alcançava a situação de uma crise política regional. Os temas da fome e da reforma agrária começaram a ganhar espaço com a eleição de Juscelino Kubitschek e João Goulart à presidência e vice-presidência, respectivamente. Com o processo que culminou na desapropriação do Engenho Galiléia em 1959, ocorreu um estímulo e crescimento extraordinário desse movimento que tinha seu prestígio consolidado em todo o Nordeste e em outras regiões do país⁸.

A atuação das Ligas, sua trajetória e limites, assim como a história política do campesinato brasileiro, estão associados, de forma diferenciada, ao posicionamento de duas importantes personagens desse processo: o Partido Comunista e a Igreja Católica. Martins aponta essa relação situando o Manifesto de Agosto daquele Partido, em 1º de agosto de 1950, e o Documento Pastoral

⁶ A sua principal área de influência era São Paulo e Goiás, onde existiam dois dos mais conhecidos líderes camponeses: Jofre Correia Neto e José Porfírio, respectivamente. A ULTAB alcançou um grande crescimento em todo o país, à exceção de Pernambuco, estado onde as Ligas eram mais fortes e no Rio Grande do Sul, o MASTER – Movimento de Agricultores Sem Terra. Essa organização foi criada pelo então governador Leonel Brizola para impedir que, no Rio Grande do Sul, os trabalhadores rurais se filiassem a ULTAB ou às Ligas (MORAIS, 2002).

⁷ O Conselho Regional das Ligas era um instrumento necessário de consultas e, esporadicamente, de decisões em tudo quanto se relacionasse com os efeitos ou consequências do movimento camponês dentro da sociedade global. Uma vez institucionalizado, o Conselho passou a ter uma composição invariavelmente formada por militantes do Partido Comunista Brasileiro, do Partido Trabalhista e do Partido Socialista Brasileiro (MORAIS, 2002).

⁸ Além de Pernambuco, a maior expressão desse movimento foi na Paraíba que teve em Sapé, a maior Liga do país. Em 1962, o seu fundador e presidente João Pedro Teixeira foi assassinado.



lançado pela Igreja um mês após o manifesto, como dois momentos que simbolizam essa importância.

No Manifesto de Agosto, o Partido Comunista define sua linha radical de ação, frente ao problema agrário com a necessária confiscação das grandes propriedades fundiárias e a extinção das formas de exploração do trabalho caracterizadas por alguns de seus intelectuais como semifeudais. O Partido mirava uma revolução com a participação de uma ampla frente anti-imperialista e antifeudal, a frente democrática de libertação nacional que incluía desde os camponeses e proletários até a burguesia nacional. Os rumos dados a esse projeto, vão determinar o afastamento do PCB em relação às Ligas, acrescida do componente da competição entre o sindicalismo rural, encabeçado por setores da Igreja Católica e o movimento camponês.

É nessa perspectiva que a Igreja assume a bandeira da organização do homem do campo em sindicatos rurais, sobretudo no Nordeste, onde o acirramento dos conflitos assumia proporções compatíveis com a miséria gerada pelo modelo de desenvolvimento, ainda que inicialmente tenha ocorrido uma adesão de alguns padres com as Ligas. Esse envolvimento foi confirmado pelo padre Melo em 1988, período em que já residia na cidade de Aracaju/SE.

Julião fazia parte da minha paróquia e o seu trabalho nas Ligas era extraordinário. Eu, não só simpatizava com o movimento na cidade do Cabo (PE), que estava na efervescência no início da década de 1960, como trabalhava com ele. Tanto é, que fui eleito presidente de honra das Ligas Camponesas. Quando as Ligas começaram a ganhar força e expressão jamais imaginadas e Julião declarou-se comunista, fiquei em situação muito delicada. Também me lembro do padre Manuel Monteiro que também apoiava muito. Teve notícia até no exterior que ele era o novo líder das Ligas. Mas depois de 1961 tudo mudou (Entrevista, Aju/Set 1998. apud SANTOS, 1999).

O fato de alguns poucos membros da Igreja terem esboçado apoio àquela organização, também reforçou a articulação do episcopado para traçar estratégias visando barrar o avanço do movimento e eliminar as possíveis adesões. Os padres que já tinham certa presença junto aos trabalhadores rurais transformaram-se nos mais fervorosos opositores das Ligas. Continuando as suas considerações sobre aquele período, o padre Melo enfatizou:

fui posto na parede. Deveria escolher: ou as Ligas ou a Igreja. Argumentei com o meu superior que estava com as Ligas porque elas estavam com os trabalhadores. Foi aí que a hierarquia encontrou a saída: promover a sindicalização rural e lutar pelo seu reconhecimento (ibid.).

É mister considerar que os acontecimentos no final de 1961 vão motivar ainda mais o empenho da Igreja. Após o I Congresso Nacional dos Camponeses⁹, preparado pela ULTAB, em novembro de 1961, as Ligas já haviam se expandido por 13 dos 22 estados brasileiros e de forma mais ampliada, a ULTAB chegava a centenas de municípios. Para Bernadete W. Aued que analisa os caminhos da cisão dos camponeses naquele período, após o Congresso,

[...] a consigna da reforma agrária, transformada em palavra de ordem de efeito explosivo, encontrou um campo objetivo e subjetivamente propício para uma grande mobilização social. [...] Em lugar das modernas teses de arrendamento rural e extensão da política salarial ao campo, o grupo de “julianistas” contagiou todos os delegados com a bandeira da “reforma agrária” na lei ou na marra” (2002, p. 78).

De acordo com esta autora, nesse congresso se dava a cisão entre o PCB e as Ligas. Após este evento, considerado um marco histórico na luta pela Reforma Agrária, foram registradas iniciativas de grande repercussão dos setores camponeses organizados. Com a constituição da ULTAB, ocorreram o levante armado dos camponeses de Jales (SP), a guerrilha camponesa do Prado (BA), confronto armado entre os camponeses do município de Pato Branco e a polícia (PR), revolta de camponeses armados de Tocantinópolis (GO), repressão policial aos camponeses na região de Sapé (PB), com a participação também das Ligas. Com a marca deste movimento, ganharam também importância a Grande Marcha dos Camponeses em Brasília (Ligas de Formosa e Tabatinga), levante camponês estudantil em Jussara e Iporá (GO), choques armados entre policiais e camponeses em Buíque (PE), (MORAIS, 2002). Esses e outros acontecimentos desse nível vão influenciar decisivamente na estratégia da sindicalização rural por parte da Igreja.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo brasileiro é permeado pelas lutas do campesinato para (re)conquistar seus territórios. No entanto persiste o desconhecimento das mesmas pela sociedade, estando ausente, inclusive, nos livros didáticos, o que contribui para a incompreensão do protagonismo do campesinato brasileiro. É evidente que as lutas registradas ainda no século XIX, popularizadas pelo seu caráter mítico, já representavam formas de reação a uma situação de profunda injustiça e miséria vivenciada por uma parcela significativa da sociedade brasileira. Esse quadro ganhou novos contornos e conteúdos, quando, a partir de meados do século XX as organizações camponesas

⁹ Esse Congresso foi iniciado com uma missa inaugural na Catedral de Belo Horizonte e já ali começou o “vivas” à reforma agrária. A maioria dos delegados era da ULTAB, controlado pelo PCB. Entretanto, os delegados das Ligas conseguiram transformar este Congresso numa pregação em defesa da Reforma Agrária (Morais, 2002).



ameaçaram modificar o contexto das forças políticas nacionais, particularmente aquelas que construíram e sustentavam o pacto populista. A trajetória do movimento camponês, até então inédito, vai repercutir fortemente no interior desse pacto. No decorrer de dez anos, milhares de camponeses brasileiros, principalmente do Nordeste, externaram sua revolta e reacenderam esperanças a partir do engajamento na mais contundente organização camponesa do Brasil: as Ligas Camponesas. Com o golpe militar de 1964, centenas de seus militantes e lideranças foram perseguidas, torturadas, presas e assassinadas.

As Ligas foram assassinadas! Como organização social foram destruídas. Mas haviam semeado em terra fértil. E suas experiências e pregações ficaram adormecidas profundamente, mas, depois de muitos anos, rebrotaram. [...] vinte anos depois, rebrotaram em diversos outros movimentos sociais no campo brasileiro. Entre eles, no MST. Por isso, muito nos orgulhamos de sermos descendentes desse grande movimento camponês, as Ligas Camponesas (STÉDILE, 2002, p. 8).

A realidade da violência no campo brasileiro, atestada, por exemplo, por estudos coordenados pela Comissão Pastoral da Terra, continua atingindo posseiros, mas também, com grande intensidade, os povos nativos e as comunidades tradicionais, justificando a necessidade de avançar nos estudos que possam dar voz a esses sujeitos.

REFERÊNCIAS

Comissão Pastoral da Terra (CPT). Conflitos no campo brasileiro. 30 anos, 2014.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. 26ª ed. São Paulo: Paulo de Azevedo, 1963.

FERNANDES, B. Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5ª ed. Petrópolis, 1995.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MORAIS, Clodomir S. História das Ligas Camponesas no Brasil. In: STÉDILE João P. (Org.). **História e natureza das Ligas Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MOURA, Margarida M. **Camponeses**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

MOURA, Clovis, **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos**. Da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST. São Paulo: Expressão Popular: 2000.

OLIVEIRA, A. Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: **Estudos avançados**. Vol. 15, n. 43, São Paulo, sep/dec. 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103_40142001000300015&script=sci_arttext. Acessado em 16/07/2007.

OLIVEIRA, A. Umbelino. O campo no século XXI. In: MARTA, M. Marques. (Org.) **Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra. 2004.

SANTOS, Marleide M. Movimentos sociais: na trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classe. **Tese de Doutorado em Geografia**. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008.

SOUZA, Cláudia; MACHADO, Ana C. M. de S. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Loyola, 1997.

Recebido em setembro de 2016

Aprovado em novembro de 2016





DO SISTEMA AGRÁRIO COLONIAL AO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE LAJEADO – RS: AS PERMANÊNCIAS E RUPTURAS¹

FROM THE COLONIAL AGRARIAN SYSTEM TO THE MODERNIZATION PROCESS IN FAMILY FARMING IN LAJEADO - RS: PERMANENCIES AND RUPTURES

DEL SISTEMA AGRARIO COLONIAL AL PROCESO DE MODERNIZACIÓN EN LA AGRICULTURA FAMILIAR DEL MUNICIPIO DE LAJEADO - RS: PERMANENCIAS Y RUPTURAS

Juliana Cristina Franz

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria
Grupo de Pesquisa: Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais
E-mail: julianafranz@gmail.com

Giancarla Salamoni

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas
Grupo de Pesquisa: Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais
E-mail: gi.salamoni@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho busca compreender quais são os elementos do sistema colonial que persistem mesmo com o avanço do processo de modernização na agricultura familiar do município de Lajeado – RS. Para tanto, foi adotada a pesquisa qualitativa e o estudo de caso no referido município, a fim de compreender os elementos socioculturais, de produção e técnicos presentes nas propriedades estudadas. Identificou-se permanências relacionadas ao sistema agrário colonial, principalmente, na dimensão sociocultural, a centralidade da família e da propriedade da terra, ligada ao processo de herança que é marcadamente um elemento de continuidade na organização da agricultura familiar. Em relação aos elementos da modernização da agricultura, que caracterizam as rupturas em relação ao passado colonial, cabe destaque às dimensões técnicas e de produção.

Palavras-chave: agricultura familiar; sistema agrário colonial; modernização.

ABSTRACT

This study seeks to understand what are the elements of the colonial system that persist even with the progress of the modernization process in family agriculture of Lajeado - RS. For this purpose, it was adopted qualitative research and case study in that city in order to understand the socio-cultural elements, production and technical present in the studied properties. It was identified continuities related to the colonial agricultural system, especially in the socio-cultural dimension, the centrality of the family and land ownership, linked to the inheritance process is markedly a continuity element in the organization of family farming. In relation to agricultural modernization of the elements that characterize the colonial past ruptures, it highlighted the technical dimensions and production.

Key words: Family farming; colonial agrarian system; modernization.

RESUMEN

Este estudio busca entender cuáles son los elementos del sistema colonial que persisten a pesar de los avances del proceso de modernización en la agricultura familiar de Lajeado - RS. Para ello, se ha llevado a cabo la investigación cualitativa y el estudio de caso en el citado municipio con el fin de comprender los elementos socio-culturales, de producción y técnicos presentes en las propiedades estudiadas. Fue identificado continuidades relacionadas con el sistema agrícola colonial, especialmente en la dimensión socio-cultural, la centralidad de la propiedad de la familia y de la tierra, ligado al proceso de herencia que es claramente un elemento de continuidad en la organización de la agricultura familiar. En relación a los elementos de la modernización de la agricultura, que caracterizan las rupturas en relación al pasado colonial, se hace hincapié en las dimensiones técnicas y de producción.

Palabras clave: agricultura familiar; sistema agrario colonial; modernización.

¹ Este trabalho faz parte da Dissertação de Mestrado defendida em março de 2016, junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia, na Universidade Federal de Pelotas.

1 INTRODUÇÃO

Em um contexto atual, sabe-se da importância que a categoria social da agricultura familiar ocupa no cenário social e econômico no Brasil, principalmente na produção de alimentos para os mercados locais e regionais, sendo responsável por garantir a segurança alimentar tanto para as populações do campo quanto da cidade. Diante disso, justifica-se esse estudo no sentido de compreender o processo histórico de formação do sistema colonial da agricultura familiar na escala local e regional, bem como, as transformações e a permanências desse sistema em um contexto de profundas mudanças que ocorrem no rural na sua inter-relação com o urbano.

Considerando o sistema agrário estabelecido pelos imigrantes alemães no território gaúcho, ou seja, a agricultura colonial caracterizada por propriedades familiares policultoras, busca-se neste trabalho compreender quais são os elementos desse sistema que persistem mesmo com o avanço do processo de modernização da agricultura na agricultura familiar no município de Lajeado – RS.

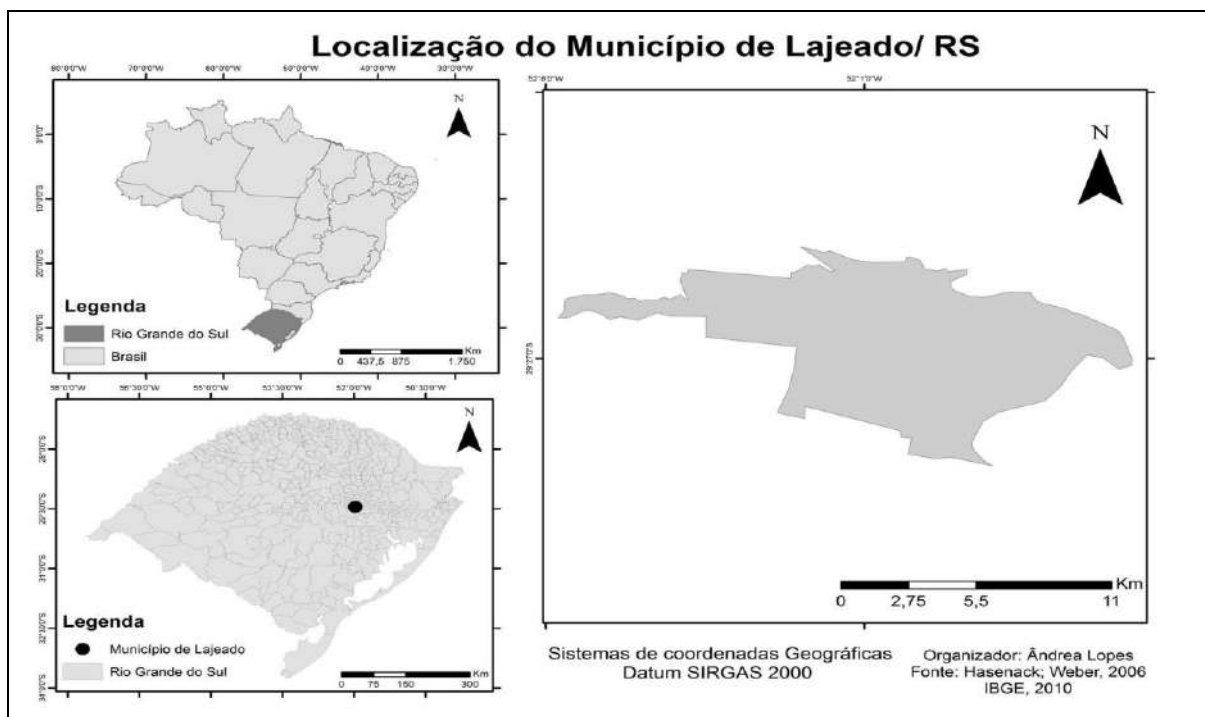
A fim de aprofundar o entendimento sobre a realidade da agricultura familiar neste município, a presente pesquisa se configura em um estudo de caso que considera as propriedades familiares de origem colonial alemã do município como objeto de investigação. Realizou-se revisão da literatura acerca das temáticas da colonização alemã e da modernização da agricultura, mais especificamente no âmbito da agricultura familiar, e após foi realizada a coleta de dados da realidade empírica. Esta coleta ocorreu por meio de fontes de dados secundários, como Prefeitura Municipal – Secretaria de Cultura, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE). E, também de fontes primárias, através de entrevistas com base em roteiros semiestruturados realizadas com os agricultores familiares de Lajeado.

No município de Lajeado, as peculiaridades no que concerne à normatização da área urbana geram uma restrição no contorno físico da área rural. Os espaços, urbano e rural, passam a se confundir de certa maneira no município, pois com a restrição normativa da delimitação do espaço rural, algumas propriedades passam a se reproduzir no espaço definido normativamente como urbano. Diante destas especificidades municipais, objetiva-se compreender a organização e reprodução da agricultura familiar no município, a partir das continuidades e rupturas.

O município de Lajeado, recorte territorial em análise, está situado na Mesorregião Centro-Oriental do Rio Grande do Sul, isto é, na porção centro-leste deste estado. E faz parte da microrregião do Vale do Taquari, conforme Figura 1. (Prefeitura Municipal de Lajeado, 2012). O

município configura parte da área denominada de “Colônia Velha”. A terminologia “Colônia Velha” refere-se à região que foi primeiramente colonizada pelos imigrantes europeus, mais especificamente pelos alemães no Rio Grande do Sul. Essa região representa a chamada zona pioneira² na constituição da agricultura familiar por colonos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, a qual imprimiu características específicas no espaço, como a configuração de pequenas propriedades policultoras com o uso de mão de obra familiar (ROCHE, 1969a; SCHNEIDER, 1996).

Figura 1: Mapa de Localização do Estado do Rio Grande do Sul e do município de Lajeado



Fonte: Hasenack; Weber (2006); IBGE (2010).
Organizado por Ândrea Lopes (2016).

A dimensão territorial do município de Lajeado, na época de sua emancipação (1891) era de aproximadamente 3.500 Km² (FALEIRO, 1996), muito superior à área atual que é de 90,4 km², ou seja, atualmente o município é 3% do território original (FEE, 2011) e a densidade demográfica é elevada (797,7 hab/km²) em relação aos demais municípios do estado, sendo um município predominantemente urbano, possuindo uma área rural restrita a uma localidade (IBGE, 2013; FEE, 2011). A área rural vem sendo urbanizada por meio de decisões político-administrativas da câmara de vereadores, corroboradas pelo poder executivo municipal, a fim de regularizar os loteamentos

² Segundo Waibel (1979) a zona pioneira é definida como sendo não apenas a expansão do povoamento espacialmente, mas também pela intensificação e criação de novos e mais elevados padrões de vida.

urbanos que já vinham se implantando, de maneira irregular, nestes locais, e também, como forma de prever um crescimento estrutural da cidade de forma mais ordenada. Além disso, cabe ressaltar que as medidas adotadas pelo poder público municipal representam uma forma de garantir a integridade do território, tendo em vista os muitos distritos que já se emanciparam do referido município.

Segundo os dados apresentados pelo IBGE (2010), com base no Censo Demográfico, é possível verificar que de 1970 até o ano de 2010 o município de Lajeado apresentou uma significativa redução na população considerada rural. Enquanto que em 1970, 68,34% da população municipal era considerada rural, nos dias atuais apenas 0,37% da população é considerada rural, tendo 99,63% dos habitantes classificados como população urbana. Esses dados percentuais tomam como parâmetro metodológico para definição de população rural e urbana a localização do domicílio, adotado pelo IBGE (2003).

2 A FORMAÇÃO DO SISTEMA AGRÁRIO COLONIAL: AS PERMANÊNCIAS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Neste estudo considera-se fundamental o entendimento sobre as formas de produzir e trabalhar, as práticas de sociabilidade e os traços culturais dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, constituídos pelo processo de colonização³ alemã. Centrando a análise ao ponto de vista geográfico, ressaltando as relações dos colonos imigrantes com o espaço, ao longo do tempo. Este processo de colonização teve entre os principais fatores o interesse do governo imperial e provincial no povoamento das áreas meridionais, garantindo assim a posse do território ao sul do Brasil, que era constantemente ameaçado pelos espanhóis. Os imigrantes alemães desembarcaram vindos da Europa, em diversos períodos, os primeiros chegaram em 1824 no Vale do Rio dos Sinos, quando ainda não se tinha uma legislação específica para a imigração (ROCHE, 1969a).

Os imigrantes alemães que se estabeleceram na Província do Rio Grande do Sul no século XIX localizaram-se nas áreas de florestas entre o litoral e o planalto, acompanhando os vales dos principais rios, como por exemplo, Sinos, Jacuí, Taquari e Caí, muitas vezes, desde o curso inferior até as nascentes. E, foram imprimindo nestas regiões de colonização alemã a característica de pequenas propriedades policultoras. Ainda, pelo fato de estarem isoladas passaram a desenvolver um comércio de pequena escala local. (SEYFERTH, 1974) Segundo Lando e Barros (1996), foi a

³ “O emprego da palavra *colonização* pelos brasileiros não provém, pois, de uma confusão, mas de uma subordinação do imigrante à colonização, que é o fim dela. Falando de colonização alemã, entende-se a exploração de uma região, sob a direção do Governo Brasileiro, por mão de obra originária da Alemanha.” (ROCHE, 1969a, p. 3, grifos do autor).



decadência do sistema escravista que permitiu a expansão do fluxo migratório. No Rio Grande do Sul e Santa Catarina a mão de obra do imigrante destinou-se a locais onde a participação da mão de obra escrava era muito pequena ou inexistente.

O colono imigrante vindo para o Brasil, mais especificamente ao Sul do país, é destinado a ocupar as áreas de mata virgem, adentrando nesse meio para desbravar e cultivar a terra. Waibel (1979) considera que este colono desempenha um papel de “pioneiro” por ser o primeiro homem a penetrar na mata, tornando-a acessível ao processo civilizatório, nos moldes europeus.

A zona pioneira no Sul do Brasil está intimamente relacionada à colonização europeia, representada pelo avanço da ocupação agrícola sobre áreas de matas a fim de produzir gêneros alimentícios para o autoconsumo e para abastecimento do mercado interno, constituindo a pequena propriedade de base familiar. Mas, nem toda região habitada por colonos tem o caráter de zona pioneira, é necessário também a constituição de um sistema de circulação/transporte dos produtos excedentes para o mercado. Outro fator essencial para configurar uma zona pioneira é a disponibilidade de terra para receber novos colonos, a fim de a área ter um caráter dinâmico (WAIBEL, 1979).

A colonização no Rio Grande do Sul é considerada como um caso peculiar por ter ocorrido pela motivação de ocupar áreas menos povoadas e por ter incitado a formação da pequena propriedade com mão de obra livre (LANDO; BARROS, 1996).

Os colonos, durante muitos anos, continuaram cultivando da forma que seus antepassados aprenderam com os primeiros ocupantes, e esta prática é denominada de “roça”. A roça basicamente consiste na preparação da terra a partir das seguintes operações: a derrubada: corte da capoeira e das plantas lenhosas que se desenvolveram entre duas fases de cultura, e estas ramas ficam no chão onde secam; a queimada⁴: consiste na incineração na própria clareira na estação própria; a plantação ou sementeiras ocorre na camada de cinzas ou em pouca profundidade no solo; e por fim, o capinar: é a preparação da terra, ou a preparação de uma segunda cava às culturas, trabalho bastante penoso no verão (ROCHE, 1969a). O lote colonial – a pequena propriedade familiar – sofreu várias restrições seja pelo uso de técnicas rudimentares, ou pelo esgotamento do solo, ou pela compartimentação por herança, levando alguns dos membros do grupo familiar a buscar o assalariamento no campo, ou nas cidades próximas, ou migrar para outras regiões do Brasil. No quadro 1 é apresentada a síntese das causas que levaram ao esgotamento do solo nos lotes coloniais (MOURE, 1996).

⁴ Esta técnica agrícola da queimada também é conhecida como coivara, tradicionalmente já utilizada nas comunidades indígenas no Brasil.

Quadro 1: Síntese das causas do desgaste do solo nos lotes coloniais

	Causa	
1ª Causa	Técnica de queimada aprendida com os indígenas ou caboclos/rotação de terra	
2ª Causa	Redução da dimensão física dos lotes coloniais	
3ª Causa	Divisão da propriedade rural (lote) entre os herdeiros	



Ano	Ha
1824	77
1850	48
1889	25 - 30

Fonte: Organizado pela autora, 2016.

Waibel (1979) expõe que a agricultura praticada pelos colonos imigrantes alemães no Sul do Brasil é reconhecida pela literatura nacional e internacional pelo êxito que obteve. Entretanto, o autor ressalta que ao se analisar mais de perto, observa-se que, inicialmente, os colonos utilizaram o mais primitivo dos sistemas agrícolas, ou seja, o sistema chamado de “roça”, assim denominado pelo colono, na literatura geográfica ele é conhecido como agricultura nômade ou itinerante, e na linguagem dos economistas rurais é chamado de sistema de rotação de terras (WAIBEL, 1979).

O sistema agrário colonial é conformado pela forma de produzir e pela forma de sociabilidade, e segundo Schneider (1996, p. 299):

A forma de produzir refere-se à organização do trabalho num processo produtivo que seja capaz de assegurar a subsistência da família, é a maneira pela qual os indivíduos que trabalham organizam os meios de produção para garantir a sua reprodução. A forma de sociabilidade refere-se ao modo pelo qual estruturam-se as relações sociais que a família do colono-camponês estabelece com os elementos exteriores.

A sociabilidade pode ser estabelecida por meio de laços de parentesco, pelas relações entre vizinhos, pela religião, ou pelas atividades de lazer, podendo ocorrer em diferentes graus dependendo das relações estabelecidas pela família com o seu exterior. A ajuda mútua é uma característica fundamental na sociabilidade do colono imigrante.

O povoamento rural disperso, que ocorreu desde a chegada dos colonos no Rio Grande do Sul caracteriza a forma de ocupação do espaço rural, em que ao longo das picadas os colonos iam estabelecendo suas moradias. Além dessa forma de ocupação do espaço, a etnia, a língua e a dificuldade de comunicações, principalmente pela falta de estradas, induziram a formação de uma sociedade com um alto grau de endogamia até 1950. “O caráter quase autárquico do modo de vida teuto-colonial era reforçado pelas intensas relações de parentesco e de religiosidade” (SCHNEIDER, 1996, p. 306).



Por fim, pode-se sucintamente definir que os aspectos essenciais, presentes na agricultura familiar e herdados do sistema agrário colonial são: a pequena propriedade com base na mão de obra familiar, o sistema de produção fundamentado na policultura e nesta está inclusa a pecuária de pequeno porte, especialmente a pecuária leiteira. E, o excedente da produção destina-se ao mercado. No caso dos colonos alemães, estes especificamente dedicaram-se à produção de milho e suínos (produção de banha). (MERTZ, 2004).

Através dos dados coletados em campo no município de Lajeado a partir das entrevistas nas unidades familiares de produção, foi perceptível o envelhecimento da população residente, aproximadamente 45% das pessoas que compõem os grupos familiares entrevistados possuem idade acima dos 55 anos, e também foi perceptível uma redução na composição do grupo familiar (em média 4 pessoas por propriedade). Menasche e Schmitz (2007) constataam que nas regiões de agricultura colonial do Sul do país, a migração de jovens, bem como a diminuição do número de filhos por família, gerou, nas últimas décadas, envelhecimento e redução da população do campo.

No perfil do grupo familiar, são apresentadas as respostas majoritárias de cada uma das variáveis analisadas (Tabela 01).

Tabela 1: Perfil do Grupo Familiar

Perfil do Grupo Familiar				
Gênero	Idade	Escolaridade	PEA	PEI
Feminino (53%)	Acima dos 65 anos (23%)	Ensino Fundamental Incompleto (62%)	Monoativos (33%)	Aposentados (40%)

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Através destes dados é perceptível a predominância de pessoas com idade avançada, o que corrobora para o fenômeno do envelhecimento da população do campo, e são estas pessoas com idade mais avançada que possuem uma escolaridade mais baixa, e dentro da População Economicamente Ativa (PEA) desempenham atividades agrícolas somente (monoativas). Já entre a População Economicamente Inativa (PEI) a grande parcela corresponde aos aposentados.

No que se refere aos aspectos socioculturais percebem-se novos hábitos combinados com práticas e saberes herdados dos antepassados, tanto na agricultura, quanto no artesanato, na alimentação, ou ainda nas atividades de socialização entre os grupos familiares. Aspectos do sistema agrário colonial continuam sendo reproduzidos na atualidade, entretanto, estão associados aos elementos que caracterizam o sistema agrário moderno, percebe-se assim, a presença dos dois sistemas agrários no mesmo espaço.

[...] o processo colonizador, a vida cotidiana nas colônias e os grupos sociais que as compõem constituem-se também por saberes que vão se reproduzindo, migrando com os grupos sociais, produzindo demandas e necessidades que vão sendo preenchidas pelas ações e inventividades de seus elementos. (TEDESCO, 2009, p. 232).

A continuidade da comunicação no dialeto alemão, a frequência nas atividades ligadas à Igreja, os saberes culinários, as atividades de artesanato, são exemplos de aspectos socioculturais que os agricultores familiares herdaram dos seus antepassados e buscam repassar para a geração mais jovem, mesmo com ressignificações e adaptações.

As atividades de artesanato também são preservadas, em alguma medida, nas propriedades rurais estudadas, com destaque ao crochê e tricô que são atividades femininas, e a confecção de balaios que é uma atividade masculina nas propriedades. A família é um espaço de aprendizagem e de socialização de saberes, de fazeres e de afazeres, caracterizando geralmente um aprender fazendo ou, então, um fazer aprendendo, mesmo com alterações e interferências (TEDESCO, 2009).

Nas propriedades rurais visitadas, a herança dos antepassados também está presente na preservação dos costumes⁵ relacionados à culinária, o “saber fazer” no preparo dos alimentos. “A comida, ao mesmo tempo em que está alicerçada em razões práticas – é necessária para atender ao estômago –, também constrói seu universo simbólico – é necessária para atender à mente” (WOORTMANN, 2007, p. 178). A comida tradicional alemã sofreu adaptações, devido ao impacto do turismo e da migração para áreas urbanas de descendentes dos colonos.

Na consciência étnica dos teuto-brasileiros a comida aparece como um dos marcadores culturais da identidade. Seyferth (2015) ressalta que os hábitos alimentares surgiram da conciliação de uma imaginada tradição nacional com a produção que era obtida nas roças da colônia. E, o mais marcante é a policultura, que até hoje é valorizada, mesmo nas propriedades pluriativas.

Entre os produtos em destaque tem-se o pão e a cuca⁶ que são feitos artesanalmente para o consumo próprio das famílias. As conservas e compotas também são típicas entre os agricultores, com elas eles buscam armazenar e conservar as frutas e legumes da época para serem consumidos posteriormente, geralmente durante o ano todo, seguindo a lógica de aprovisionamento dos colonos pioneiros (Figura 2).

⁵ Costumes: “sugere práticas e comportamentos aceitos pelo grupo, associados a uma tradição, aprendidos no curso da socialização” (SEYFERTH, 2015, p. 138).

⁶ Cuca é uma massa feita com fermento biológico, trigo, açúcar, manteiga e ovos, aberta num tabuleiro e coberta com pedaços de frutas e *Streusel* (mistura esfarelada de açúcar, trigo e manteiga). E daí derivam variações, geralmente usa-se a fruta da época. (SEYFERTH, 2015).



Figura 2: Mosaico das produções artesanais relativas à culinária presentes nas propriedades familiares



Linguiça; pão; conservas de pepino e milho; massa de pastel; bolachas de manteiga; pomada a base de ervas medicinais; conservas de cenoura e compotas de figo.

Fonte: A autora, 2016.

3 A MODERNIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: AS RUPTURAS COM O PASSADO COLONIAL

Schneider (1999) realiza uma digressão sobre as origens do padrão agrícola moderno na agricultura familiar no Rio Grande do Sul através da introdução da sojicultura. E, no que concerne a região da Colônia Velha, ele considera que houve uma estagnação no que se refere à tecnificação e especialização num primeiro momento, pois o que prevaleceu com a expansão da modernização e da industrialização foi a intensificação da pluriatividade, ou seja, mudanças nas relações sociais de trabalho na agricultura, a partir da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas.

Ao longo do tempo, muitas das dinâmicas internas relacionadas a organização das famílias rurais foram alteradas, entretanto, práticas sociais, técnicas e produtivas vêm se mantendo como estratégias de reprodução desses agricultores. A modernização da agricultura no Brasil ganhou força entre os agricultores familiares nos anos de 1970, e como decorrência possibilitou a formação de relações interssetoriais, representadas pelos complexos agroindustriais (CAI's). Esta interdependência das atividades agrárias em relação à indústria, responsável pelo progresso técnico que define o padrão tecnológico da agricultura, e também à agroindústria e aos supermercados que são responsáveis pela absorção da produção, acabam por impor exigências quanto a qualidade do produto e a escala de produção (GRANDO; MERTZ, 2010).

No Rio Grande do Sul significativa parcela de pequenos produtores aderiu à integração agroindustrial (quer sejam empresas privadas, quer cooperativas), com destaque para os produtores de aves, suínos e leite, além dos [...] produtores de fumo, uva e de grãos, sobretudo trigo e soja. (GRANDO; MERTZ, 2010, p. 104).

A integração aos complexos agroindustriais desencadeia certa especialização produtiva por parte dos agricultores – “[...] a agricultura de diversificada tende à especializada” (GRANDO; MERTZ, 2010, p.102). A integração é um processo seletivo, consequentemente, excludente, pois requer que a produção agrícola absorva as inovações tecnológicas voltadas à agricultura e, de certa forma, desarticula o sistema tradicional dos agricultores que consistia em associar a policultura à pequena produção de animais. Dessa forma, a produção passa do sistema simples de mercadoria para a integração e submissão ao modo de produção capitalista dominante. E, os agricultores familiares mostraram grande capacidade de se adaptar as diferentes situações (GRANDO; MERTZ, 2010).

Grando e Mertz (2010) também apontam a especulação fundiária como outra face perversa do modelo de modernização implantado, em que as terras mais aptas à mecanização valorizaram e induziram os pequenos proprietários a se desfazer das suas propriedades. Por outro lado, Marafon (2015) considera que o desenvolvimento tecnológico permitiu melhoria nos meios de comunicação, como, nas estradas, na telefonia e meios de transporte e isso resultou no meio rural no crescimento de atividades não agrícolas, tornando o espaço rural mais complexo.

A modernização da agricultura e o avanço industrial nas zonas rurais gaúchas foram os elementos que imprimiram transformações na agricultura familiar, gerando alterações: na estrutura social através da integração de uns e exclusão de outros agricultores ao modelo de desenvolvimento dominante; no modo de produzir através da imposição tecnológica da agroindústria; no modo de vida pelo acesso à sociedade do consumo; e na paisagem rural pelas novas formas de ocupação do espaço, pelas estradas, indústrias, turismo rural, entre outras (GRANDO; MERTZ, 2010).

De posse das informações coletadas em campo e em consonância com a revisão teórica, entende-se que a reprodução das propriedades familiares do município de Lajeado ocorre combinando continuidades e rupturas, presentes no cotidiano, nas práticas sociais e no manejo de técnicas da modernização.

As respostas dos agricultores familiares em relação à modernização ativeram-se, principalmente, na questão da mecanização, como o uso de trator, rotativa, debulhador elétrico de milho, prensadora de cana, ordenhadeira, resfriador de leite, plantadeira, colheitadeira e pulverizador. Mas, em alguns casos, as respostas também consideraram a mudança no método de manejo do solo, através da introdução do plantio direto e da rotação de culturas, pela conservação

do milho através da silagem para o trato animal. A plasticultura, a irrigação e as estufas foram outros elementos da modernização absorvidos pelos agricultores, alguns exemplos podem ser evidenciados na Figura 3.

Figura 3: Mosaico da modernização técnica presente nas propriedades rurais



Produção de tomate em estufa; silagem de milho; trator com plantadeira, resfriador de leite; pulverizador e trator.

Fonte: A autora, 2016.

A fim de sintetizar as informações coletadas nas propriedades visitadas, traçou-se um perfil (Tabela 2) onde são apresentadas as respostas predominantes nas entrevistas sobre os elementos produtivos, técnicos e as relações com o estado.

Tabela 2: Perfil das Propriedades entrevistadas (Fatores técnicos, produtivos e relações com o Estado)

Perfil da Propriedade	
Principal Fonte de Renda	Agricultura (80%)
Produto (maior produção)	Milho (27%)
Produto (maior rentabilidade)	Leite (40%)
Imposto Territorial	ITR (80%)
Aquisição da Propriedade	Herança (50%)
Assistência Técnica	EMATER (90%)
Crédito Rural	PRONAF (100%)
Transgênicos	Sim (80%)
Melhoramento Genético Animal	Sim (90%)
Método de Plantio	Moderno (40%)
Método de Preparo	Mecânico (70%)
Método de Colheita	Mecânico (60%)
Método de Adubagem	Químico (50%)

Fonte: Elaborado pela autora, 2016

Assim, através deste estudo de caso, o sistema agrário que se conforma na realidade local pode ser denominado de “híbrido”, caracterizado principalmente pelas permanências nas questões socioculturais, as quais se mantêm na atualidade, mesmo que muitas vezes com seus valores ressignificados. Quanto aos fatores técnicos e produtivos, é possível perceber uma prevalência dos fatores modernos sobre os tradicionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o sistema agrário colonial persiste combinado com o sistema agrário moderno na conformação do espaço da agricultura familiar no município de Lajeado - RS. Da combinação de elementos do sistema agrário colonial (SAC) com outros do sistema agrário moderno (SAM) emerge o sistema agrário híbrido (SAH), este último entendido a partir da identificação das continuidades (permanências) e das rupturas (transformações) na conformação do sistema agrário atual.

As principais continuidades identificadas no estudo de caso correspondem aos aspectos socioculturais. A continuidade do dialeto da língua alemã foi resposta unânime entre as propriedades entrevistadas, da mesma forma que a participação nas comunidades religiosas (católica e luterana). Desde a chegada dos imigrantes ao Brasil, estes são os fatores de coesão social considerados como importantes e que permanecem na atualidade difundidos em todas as propriedades estudadas. No que se refere à sociabilidade, as festas da igreja e a participação em corais foram destacadas pelos entrevistados.

No que se refere à culinária, muitos costumes do saber fazer relacionados à alimentação ainda são preservados e repassados aos jovens. O pão, a cuca, as conservas e compotas, o queijo, a linguiça e as bolachas artesanais foram os principais produtos produzidos pelos agricultores familiares entrevistados, repercutindo a lógica do aprovisionamento de alimentos herdada dos colonos pioneiros, mesmo que atualmente seja em menor frequência e intensidade. A tradição não foi abandonada e as mudanças parecem constituir mais adaptações à modernidade do que alterações nos hábitos alimentares e que resultam da combinação seletiva entre distintas memórias gastronômicas, ou seja: as existentes no Rio Grande do Sul e aquelas trazidas pelos imigrantes.

A ajuda mútua entre parentes e vizinhos é uma das expressões que conforma o *ethos* camponês, e ainda está presente em grande parcela das propriedades estudadas, mesmo com o relato de que esta prática diminuiu muito com o passar dos anos.

A policultura, representada pela criação diversificada de animais e pela manutenção da horta e do pomar para o autoconsumo, o trabalho manual, o uso da tração animal, o uso do esterco como fertilizante, o trabalho familiar, o cultivo de flores no entorno da casa e o plantio e a conservação de ervas medicinais para o consumo próprio, são as principais heranças culturais presentes nas propriedades. A transmissão do patrimônio fundiário (terra) é considerada uma continuidade, sendo entendida como uma herança cultural, considerando que a maior parte dos colonos projeta a permanência, de pelo menos um dos filhos na agricultura, associando o futuro à manutenção da propriedade e à produção de alimentos.

Os elementos apontados são expressões concretas de continuidades no caso estudado. Mesmo que algumas heranças remanescentes dos antepassados e que ainda são reproduzidas nas propriedades rurais de colonos de origem alemã, não necessariamente são originárias de uma herança étnica alemã, mas produto da confluência de diversas tradições camponesas.

Em relação aos aspectos técnicos e produtivos das propriedades entrevistadas a preponderância recaiu sobre a absorção da modernização, principalmente no quesito das inovações mecânicas, nas diferentes fases da cultura (plantio, preparo do solo, adubação e colheita), bem como, no uso de insumos bioquímicos. Entretanto, ressalta-se que as propriedades absorveram a modernização em diferentes graus de intensidade.

Em síntese, compreende-se que o sistema agrário presente na agricultura familiar estudada é constituído de continuidades, principalmente no sistema sociocultural, e também é permeado por rupturas, com destaque ao sistema técnico e produtivo, conforme pôde ser averiguado com os dados de campo. Dessa forma, o sistema agrário híbrido pode ser caracterizado pela pequena propriedade, com base na mão de obra familiar; pelo sistema de produção fundamentado na policultura e na pecuária de pequeno porte, especialmente a pecuária leiteira; pelo excedente da produção destinado ao mercado; e pela manutenção do artesanato rural.

REFERÊNCIAS

FALEIRO, Silvana R. **Lajeado Perfil Histórico Étnico-Social** (do período indígena à colonização). Lajeado: Prefeitura Municipal de Lajeado; Secretaria de Cultura e Turismo de Lajeado, 1996.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **Resumo Estatístico município de Lajeado RS**, 2011. Disponível em:

<www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=lajeado>

Acesso em: 20 jan. 2013.

GRANDO, Marinêz Z.; MERTZ, Marli M. De colonos a agricultores familiares: uma trajetória de resistência. In: **O movimento da Produção** (Três décadas de Economia Gaúcha). V. 2, 2010. p. 93-127.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades Infográficos, Lajeado**, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431140>> Acesso em: 18 maio 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Metodologia do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, v.25, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/metodologiacerenso2000.pdf>> Acesso em: 29 abr. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Primeiros Dados do Censo**, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2010/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=43> Acesso em: 13 abr. 2015.

LANDO, Aldair M.; BARROS, E. C. Capitalismo e Colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: LANDO, Aldair M. et al. (Orgs.) **RS: imigração & colonização**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p. 9-46.

MENASCHE, Renata; SCHMITZ, Leila C. Agricultores de origem alemã, trabalho e vida: saberes e práticas em mudança em uma comunidade rural gaúcha. In: MENASCHE, Renata (Org.). **A Agricultura Familiar à Mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 78-99.

MERTZ, Marli. A agricultura familiar no Rio Grande do Sul: um sistema agrário colonial. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 277-298, abr. 2004.

MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: LANDO, Aldair M. et al. (Orgs.) **RS: imigração & colonização**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p. 91-113.

PREFEITURA Municipal de Lajeado. **O meio Natural em que vivemos**, 2012. Disponível em: <www.lajeado.rs.gov.br/home/show_page.asp?titulo=meionatural&categoria> Acesso em: 22 mar. 2013.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. V.1 Porto Alegre: Ed. Globo, 1969a.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura Familiar e Industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, Sergio. Os Colonos da Indústria Calçadista: Expansão Industrial e as Transformações da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul. **Revista Ensaio Fee**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 298-323, 1996.

SEYFERTH, Giralda. A Colonização alemã em Santa Catarina: hábitos alimentares e etnicidade. In: MENASCHE, Renta (Org.) **Saberes e Sabores da Colônia: Alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 133-160.

SEYFERTH, Giralda. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1974.

TEDESCO, João C. Os Saberes da Mão e a Autarcia Econômica Familiar: dimensões camponesas da vida nas colônias. In: TEDESCO, João C.; HEINSFELD, Adelar. **Colonos, colônias & colonizadores**: Aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. Erechim: Habilis, 2009. p. 231-250

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WOORTMANN, Ellen F. Padrões Tradicionais e Modernização: comida e trabalho entre camponeses teuto-brasileiros. In: MENASCHE, Renata (Org.) **Agricultura Familiar à Mesa**: Saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 177-196.

Recebido em setembro de 2016

Aprovado em novembro de 2016



EXPANSÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO EM MINAS GERAIS E O CONTEXTO DAS LUTAS SOCIAIS NO CAMPO¹

EXPANSION AND TERRITORIALIZATION OF THE AGROINDUSTRY OF SUCROENERGETIC SECTOR IN MINAS GERAIS AND THE CONTEXT OF THE SOCIAL STRUGGLES IN THE FIELD

EXPANSIÓN Y TERRITORIALIZACIÓN DE LAS AGROINDUSTRIAS DEL SECTOR SUCROENERGÉTICO EN MINAS GERAIS Y EL CONTEXTO DE LUCHAS SOCIALES EN EL CAMPO

João Cleps Junior

Universidade Federal de Uberlândia – UFU/ Laboratório de Geografia Agrária

E-mail: jcleps@ufu.br

RESUMO

A crescente demanda mundial de combustíveis alternativos tem ampliado a expansão da produção de agrocombustível no Brasil, em especial do etanol a partir da cana-de-açúcar, ampliando a produção nos últimos dez anos para os cerrados e novas áreas (fronteiras) do Centro-Sul do Brasil. O Estado de Minas Gerais e particularmente a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba tem assumido papel de destaque no processo, estimulado pelas políticas públicas, infraestrutura existente, disponibilidade hídrica e preço das terras favoráveis à instalação de novos empreendimentos do setor sucroenergético. Das 48 unidades do setor sucroenergético atualmente existentes no estado cerca, cerca de 31 estão situadas nesta região. A partir das questões, o texto busca fazer uma avaliação dos efeitos da expansão da produção canavieira no contexto do aumento dos conflitos socioterritoriais e da concentração de capitais e de terras.

Palavras chave: Agrocombustível, cana-de-açúcar, concentração de terras, conflitos no campo, agricultura familiar camponesa, Minas Gerais.

ABSTRACT

The growing global demand for alternative fuels has expanded the expansion of agrofuel production in Brazil, especially ethanol from sugarcane, expanding production in the last ten years for the cerrado and new areas (borders) of the Center- South of Brazil. The State of Minas Gerais and particularly the region of the Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba has assumed a prominent role in the process, stimulated by public policies, existing infrastructure, water availability and land prices favorable to the installation of new ventures in the sugar-energy sector. Of the 48 units in the sugar and ethanol sector currently in the state, around 31 are located in this region. From the questions, the text seeks to evaluate the effects of the expansion of sugarcane production in the context of increased socio-territorial conflicts and the concentration of capital and land.

Key words: Agrofuel; sugar cane; Land concentration; Conflicts in the countryside, peasant family farming; Minas Gerais.

RESUMEN

La creciente demanda mundial de combustibles alternativos ha aumentado la expansión de la producción de agrocombustibles en Brasil, en particular del etanol a partir de caña de azúcar, expandiendo la producción en los últimos diez años para los Cerrados y para nuevas áreas (fronteras) en el Centro - Sur de Brasil. El Estado de Minas Gerais y en particular la región del Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba ha asumido un papel destacado en el proceso, estimulado por las políticas públicas, infraestructura, disponibilidad hídrica y precio de las tierras favorables a la

¹ Este trabalho é parte dos resultados de pesquisas sobre a problemática da produção de agrocombustível, questão agrária e camponato em Minas Gerais, abrangendo diversas modalidades de financiamento desenvolvidas entre 2012 a 2016, destacando-se: 1) Projeto “Território e Agronegócio em Minas Gerais: produção de agrocombustível e disputas territoriais”, apoiado pela FAPEMIG pelo Edital Demanda Universal - 01/2012; 2) Projeto de Pesquisa “Agricultura Familiar, Agronegócio e Território: as novas faces da modernização do campo e os rumos do mundo rural mineiro” - CNPq/ Edital/Chamada Universal 14/2013; 3) Projeto Edital Universal FAPEMIG 02/2015 – Programa Pesquisador Mineiro – PPM IX (Pesquisador A) e 4) Projeto Bolsa Produtividade em Pesquisa PQ-CNPq/Edital 2015.

instalación de nuevos emprendimientos del sector de generación de etanol. De las 48 unidades de la industria de la caña de azúcar que existe actualmente en el estado, cerca de 31 se encuentran en esta región. A partir de las cuestiones, el texto tiene como objetivo hacer una evaluación de los efectos de la expansión de la producción en el contexto del aumento de conflictos socio-territoriales y de la concentración de capitales y tierras.

Palabras clave: Agrocombustibles, caña de azúcar, concentración de la tierra, conflictos en el campo, agricultura campesina, Minas Gerais.

1 INTRODUÇÃO

Este texto foi elaborado a partir de pesquisas relacionadas à temática do agrocombustível e da questão agrária na região dos cerrados de Minas Gerais e objetiva analisar o movimento de expansão recente da produção canavieira que tem provocado a concentração de capitais e de terras com efeitos na agricultura familiar camponesa e conflitos socioterritoriais e da luta pela Reforma Agrária.

A problemática básica envolve a produção de agrocombustível, que tem se convertido numa questão político-ideológica e um dos elementos principais da discussão da atual questão agrária. O ponto de partida são as ações práticas e discussões que vêm sendo estabelecidas nesta primeira década do século XXI, por meio das políticas públicas, pela academia e a mídia, sobretudo, as quais imputa-se à agricultura o compromisso de garantir o superávit da balança comercial e, para tanto, converte-se em um negócio regulado pelo lucro e pelo mercado mundial.

As ações políticas no campo brasileiro transparecem a estratégia territorial cuja meta é responder quantitativamente à inserção subalternizada e dependente do Brasil no capitalismo monopolista. Em termos de políticas públicas, valorizam-se as ações do agronegócio, modelo agrícola altamente mecanizado, usuário dos pacotes tecnológicos modernos, com produção em larga escala, que explora grandes extensões de terras, geralmente de base monocultora, e voltada para a integração com os mercados alimentares e de exportação. Neste modelo, evidencia-se um processo de integração dos diferentes conjuntos de sistemas de produção, dentre eles os de produção agrícola, de insumos, de máquinas e equipamentos, de distribuição, de comercialização, dos mercados, das operações financeiras.

A crescente demanda mundial de combustíveis alternativos tem ampliado a expansão da produção de agrocombustível no Brasil, em especial do etanol a partir da cana-de-açúcar, ampliando a produção nos últimos dez anos para os cerrados e novas áreas (fronteiras) do Centro-Sul do Brasil. O Estado de Minas Gerais e particularmente a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba tem assumido papel de destaque no processo, estimulado pelas políticas públicas de expansão da produção, infraestrutura existente, disponibilidade hídrica e preço das terras favoráveis à instalação de novos empreendimentos do setor sucroenergético.

Face ao processo, neste breve estudo buscaremos apontar as principais relações e implicações da produção de agrocombustível e seus efeitos relacionados ao aumento dos conflitos socioterritoriais, principalmente com relação à concentração de capitais e fundiária.

2 OS AGROCOMBUSTÍVEIS CONSOLIDANDO O MODELO DO AGRONEGÓCIO

Historicamente as políticas agrícolas republicanas demonstraram a centralidade do Estado na implementação de diretrizes de desenvolvimento que trilharam os caminhos da expansão da propriedade privada da terra, da produção agropecuária de larga escala, da industrialização da agricultura, subordinada aos interesses do capital industrial e financeiro.

Em meados do século XX, a agricultura cumpriu o papel fundamental no processo de urbanização e industrialização nacional mediante: a geração das divisas necessárias para aquisição dos equipamentos que garantiriam a concretização da industrialização; o fornecimento de força de trabalho para a indústria emergente, garantindo a formação e ampliação do exército de reserva de força de trabalho; o abastecimento dos mercados urbanos com produtos agrícolas como forma de garantir preços acessíveis aos trabalhadores e para não onerar os custos da atividade industrial, mediante a exigência de necessidade de ajustamentos dos salários.

Até os anos 1960, a maioria dos trabalhadores expropriados morava em colônias de famílias nas fazendas e gozava de certos benefícios – como a moradia e o usufruto da terra. A partir dos anos 1970, as colônias foram derrubadas e a produção agrícola resultava da exploração do trabalho contratado de trabalhadores (os *bóias frias*) residentes nas periferias das cidades. Nos anos 1990, o agronegócio investiu mais em mecanização e dependia menos da colheita manual. Estamos diante, portanto, de um processo de territorialização do capital monopolista na agricultura (OLIVEIRA, 1997).

Na década de 1970, o mundo vivenciou a crise internacional do petróleo. Em face dos conflitos bélicos no Oriente Médio e especulação realizada por parte dos países produtores, o preço do barril do petróleo atingiu, no mercado internacional, patamares vertiginosos. O Brasil investiu em ciência e tecnologia e desenvolveu pioneiramente os motores de combustão a álcool. Foi criado em 1975 o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), que tentou ser um pacote fechado de produção de álcool combustível a partir do processamento da cana-de-açúcar, com investimentos no desenvolvimento rural, na indústria automobilística e no sistema de distribuição de combustíveis.

Esta é a forma de desenvolvimento inerente à agricultura capitalista ou agronegócio. De um lado, na medida em que as corporações se territorializam ocorre a expulsão dos trabalhadores do



campo, concentrando-os na cidade, onde estarão fadados a constituírem-se em força de trabalho para a indústria, comércio, serviços ou para a agricultura capitalista na condição de empregados temporários. Mediante uma relação capitalista pura, o capitalista-proprietário de terras, acumula concomitantemente o lucro da atividade industrial e agrícola, além da renda da terra. O campo assume a marca da monocultura e a concentração de terra se intensifica, aumentando a expropriação.

Este modelo ao mesmo tempo em que promove a produção de riquezas gera a desigualdade em intensidade, profundidade e escala maiores. A modernização da produção promove a ampliação do desemprego, desencadeando forte êxodo rural, favelização e exclusão dos direitos fundamentais.

A questão agrária, por sua vez, passa a apresentar novos componentes de análise e compreensão, que na maioria dos casos decorrem das políticas neoliberais que têm conduzido à: substituição da questão agrária pelas políticas de desenvolvimento rural sustentável; difusão da concepção de alívio da pobreza rural; e deslocado do Estado para o mercado a atribuição da resolução de problemas estruturais do campo brasileiro, a exemplo da reforma agrária com a criação das políticas de crédito fundiário.

Diversos pesquisadores procuram estabelecer um marco de consolidação do agronegócio brasileiro, principalmente do setor a jusante. Para Delgado (2010) o marco de constituição da agroindústria implementou-se no final da década de 1960. O autor salienta, contudo, que esse fato foi impulsionado, substancialmente, pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), responsável pelo financiamento da demanda da indústria de insumos, principalmente modernos, a taxas de juros negativas; pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), na segunda metade da década de 1970, que direcionou os investimentos agrícolas e estreitou os laços do setor com a indústria, e pela situação cambial favorável, que proporcionou a importação dos insumos ainda não produzidos internamente.

Nessa linha geral de análise, a evolução da estrutura do agronegócio brasileiro, associada às tendências estruturais de seus agregados, permite afirmar que a consolidação da jusante é um processo permanente que veio se acentuando notoriamente, em termos relativos, de 1975 a 1990. Contudo, dimensionar a estrutura e configuração regional do agronegócio brasileiro é uma tarefa difícil, face principalmente a sistemática de divulgação (temporalidade/ periodicidade) e agregação dos dados (setorial e macrorregional).

No período de 1959 a 1970, o processo de modernização da agricultura tornou-se ainda mais evidente à medida que a participação do montante cresceu de 5,14% para 7,51%, em virtude do incremento do consumo de máquinas e insumos modernos. Observa-se também na jusante que o

produto agroindustrial do agronegócio de 1959 a 1970 teve incrementada significativamente sua participação relativa de 22,90% para 32,36% - em razão da diversificação das exportações agroindustriais, internalização da produção de insumos (montante) e substituição localizada de importações de matérias-primas estratégicas, tais como petróleo, as destinadas à fabricação de papel e outros -, podendo-se afirmar que suas indústrias, denominadas tradicionais, perderam espaço para setores mais dinâmicos.

A partir de 1995 vem ocorrendo um processo de desconcentração regional do agronegócio brasileiro, principalmente com a expansão para as regiões de fronteira agrícola, ocasionando uma mudança interna das regiões, com a ocupação das terras de Cerrado, seja o de Minas Gerais, do oeste da Bahia, do sul do Maranhão ou do Brasil Central. Essa ocupação dos Cerrados, em parte, vem como decorrência do abandono da plantação em regiões tradicionais. Em termos reais, segundo dados das Contas Nacionais do IBGE, a média de crescimento anual do PIB da agropecuária foi de 5,3% no período 1999-2003. No mesmo período, a participação da agropecuária no total do PIB brasileiro saltou de 8,3% para 9,9%. Exposta à competição internacional desde o início dos anos 90, a agropecuária brasileira intensificou muito a produtividade dos fatores de produção (trabalho, terra e capital) no período mais recente.

O modelo de desenvolvimento capitalista adotado pela sociedade contemporânea nas últimas décadas tem demonstrado seu esgotamento em distintas dimensões como a econômica, política, ambiental. Diariamente as principais corporações globais da comunicação difundem o agravamento de problemas em curso advindos do aquecimento global, a finitude dos combustíveis fósseis (em particular do petróleo) e seus efeitos para o agravamento dos problemas climáticos em todo o planeta. Movimentos sociais e organizações da sociedade civil ao redor do mundo têm alertado contra a agroenergia e seus impactos sobre a Soberania Alimentar.

O controle de sistema agroalimentar mundial constitui um dos principais componentes da globalização. Os efeitos das políticas neoliberais no campo, a expansão da agrobiotecnologia, a proliferação dos acordos de livre comércio, incluindo a luta contra um acordo sobre agricultura na OMC, foram as forças catalisadoras de um movimento camponês internacional (como a Via Campesina). Do mesmo modo, a resistência dos povos originários vem fortalecendo-se frente à privatização dos recursos e ecossistemas naturais em territórios indígenas.

O entendimento de parte dos movimentos socioterritoriais e estudiosos do campo brasileiro e mundial é que a matriz energética assentada nos combustíveis fósseis, que está em fase de esgotamento, não implica apenas numa transição energética, mas, numa transição estrutural que perpassa a valorização econômica do campo porque este espaço vai se constituir no principal



fornecedor de matéria-prima para a produção de energia. Assim, há uma defesa para que os camponeses devam buscar sua inserção em cadeias produtivas de agrocombustíveis (esquecendo do fato de que são monopolizadas por corporações nacionais e transnacionais), para tirar vantagens na produção de agrocombustível, principalmente biodiesel, para garantir sua existência. Os camponeses organizados em cooperativas dedicadas à produção de agrocombustíveis deveriam combinar a produção de energia (soberania energética) com produção de alimentos (soberania alimentar).

Este movimento tem alterado substancialmente a correlação de forças, a importância e o sentido da luta pela reforma agrária, das empreendidas pelos movimentos sociais no campo, já que a questão mais relevante em tempos de agroenergia tende a ser, mesmo entre os entusiastas do modelo, “os termos nos quais será definida a competição por terra agriculturável (e água) entre os cultivos de energia e os de alimentos no mundo” (BROWN, 2006). Este novo embate (re)define os termos da questão agrária no século XXI.

Na essência da questão agrária reside a disputa entre a classe dos capitalistas e a classe camponesa, a disputa pelo controle do espaço e a consequente implantação de formas de produção e exploração diferenciada, tornando-a uma questão essencialmente territorial, logo, geográfica, histórica e econômica.

Um ponto importante a ser considerado neste estudo, com base nas discussões dos pesquisadores da Rede Dataluta, se refere ao debate paradigmático para se compreender os pensamentos que as disputas por modelos de desenvolvimento pelo agronegócio e agricultura camponesa. Compreende-se que as políticas de desenvolvimento são sustentadas por teorias, paradigmas que promovem o processo de construção do conhecimento através da práxis intelectual e política em coletivos de pensamento se organizam para produzir suas interpretações das realidades (FERNANDES, 2016, p. 32).

Assim, nas leituras sobre a reforma agrária, nos detemos nas transformações da agricultura e nos problemas e soluções criadas pelas relações sociais na produção de diferentes espaços e territórios. Distinguimos basicamente dos paradigmas que explicam esse movimento recente do campo e seus referenciais explicativos: o capitalismo agrário e a questão agrária.

O *paradigma da questão agrária* tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses. Seus defensores entendem que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, do modo que a luta contra o capitalismo e a perspectiva de construção de outra sociedade. Este paradigma está configurado em duas tendências: a proletarista,

que tem como ênfase as relações capital e trabalho, entende o fim do campesinato como resultado da territorialização do capital no campo; e a campesinista que tem como ênfase as relações sociais camponesas e seu enfrentamento com o capital.

Para o *paradigma do capitalismo agrário*, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista.

Nessa lógica, campesinato e capital compõem um mesmo espaço político fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classes não é elemento desse paradigma (Abramovay, 1992). Este paradigma possui duas vertentes, a tendência da agricultura familiar que acredita na integração ao capital e a vertente do agronegócio que vê a agricultura familiar como residual. Em síntese, para o paradigma da questão agrária, o problema está no capitalismo e para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato (FERNANDES, 2016, p. 33).

Contudo, a agricultura familiar é um conceito genérico, que inclui uma diversidade de situações específicas e particulares. Ao campesinato corresponde uma dessas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui um modo específico de produzir e de viver em sociedade. Os camponeses ainda têm sido lembrados, com uma frequência nada desejável, como os pobres do campo ou trabalhadores laboriosos. Entretanto, é oportuno considerar que os camponeses no Brasil têm sido, efetivamente, os responsáveis pela maior parte da oferta de alimentos básicos para a população, conforme foi registrado pelo Censo Agropecuário de 2006, perfazendo 88% do total de estabelecimentos rurais do país e produzindo em apenas 32% da área total ocupada, 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos, entre outros produtos, e ainda abrangendo 79% do total do pessoal ocupado no campo.

Contudo, o modelo hegemônico de desenvolvimento econômico brasileiro historicamente tem se caracterizado pela manutenção da concentração da riqueza, que envolve a concentração da terra e do poder. A marca mais importante deste processo é a aliança entre setores do agronegócio com empresas petroleiras, automotivas, de biotecnologia, mineração, infraestrutura e fundos de investimento. Nesse cenário, não existe nenhuma contradição desses setores com a oligarquia latifundista, que se beneficia da expansão do capital no campo e do abandono de um projeto de reforma agrária. Nesse contexto, a produção de agrocombustíveis tem provocado mudanças no uso do solo, com a expansão dos monocultivos, da mineração, das grandes barragens, e outros projetos de controle de recursos energéticos, que estão na raiz do problema.



3 A PRODUÇÃO DE AGROCOMBUSTÍVEL EM MINAS GERAIS: CONCENTRAÇÃO DA TERRA E A COFLITUALIDADE NAS LUTAS SOCIAIS

No processo recente sobre a expansão recente da produção de agrocombustível em Minas Geras, contextualizamos o processo hegemônico de desenvolvimento do agronegócio brasileiro, o papel da política pública e o movimento de concentração e internacionalização de capitais e de terras para a produção de cana de açúcar (CLEPS JR., 2015).

Neste avanço do monocultivo da cana-de-açúcar, de acordo com os dados da última safra (2015/16) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Estado de Minas Gerais ocupa a 3ª posição da área plantada (811, 2 mil ha.) do total do país atinge 8.995,5 mil hectares, sendo superado por São Paulo, estado que ainda ocupa predominantemente mais da metade da área (4.678,7 mil ha.) e Goiás (908,0 mil hectares).

As mudanças socioespaciais na região do Triângulo Mineiro pelos monocultivos da cana começaram a partir de 1993 com o anúncio de investimentos dos alagoanos Tércio Wanderley, Triunfo, João Lyra e Carlos Lyra. O Grupo Carlos Lyra possui 2 unidades em Minas Gerais (Unidade Caeté S/A – Unidade Volta Grande e Unidade Delta), sendo que as outras 3 unidades do Grupo estão concentradas em Alagoas. O Grupo Coruripe possui 1 no Nordeste – uma das maiores da região – e 3 instaladas em Minas Gerais: Iturama, Campo Florido e Limeira do Oeste.

No novo “boom” de expansão canavieira as formas de produção ocorrem por meio da substituição de áreas de cultivos de alimentos ou da expansão da fronteira agrícola envolvendo áreas de preservação ambiental. Na situação de substituição de áreas de cultivos de alimentos pelas plantações de cana pode ocorrer de três formas, através da incorporação de terras os chamados fornecedores, arrendadores ou parceiros, de acordo com as orientações das representações dos produtores. Os chamados fornecedores são identificados, em sua maioria, como grandes proprietários de terras, atuantes em diversas regiões canavieiras do país. Normalmente, se encontram organizados em associações, como como exemplo da CANACAMPO, Associação dos Fornecedores de Cana de Campo Florido, no Triângulo Mineiro, que representam o elo entre os produtores/fornecedores de cana e a Usina Coruripe. O arrendador é aquele que cede ou aluga seu imóvel através de um contrato agrário, no qual se obriga a ceder, por tempo determinado ou não, o uso do imóvel rural junto ao arrendatário. O parceiro é aquele que cede o uso do imóvel com participação nos lucros e prejuízos em geral em prazos de contratos que variam entre 6 ou 7 safras.

No quadro 1 podemos associar os processos analisados, notadamente nas formas em que o capital se territorializa através da concentração econômica gerando a conflitualidade. Por meio dos

dados observamos os principais empreendimentos sucroenergéticos estabelecidos em Minas Gerais, que perfazem cerca de 48 unidades em funcionamento (UDOP, 2013), verificamos a participação de empresas e grupos tradicionais do segmento canavieiro, bem como de capitais nacionais recentes e de multinacionais do setor agroalimentar mundial, concentrados regionalmente no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com mais da metade dos empreendimentos, cerca de 33 unidades. A maior parte (mais de 30 unidades) dos empreendimentos do Estado foi instalada entre 2000 a 2008.

Quadro1: Minas Gerais - Empreendimentos do Setor Sucroenergético (2013)

Nome	Localização	Razão Social
Adecoagro	Monte Belo	Usina Monte Alegre Ltda.
Agropéu	Pompéu	Agropéu Agroindústria de Pompéu S/A
Alcana	Nanuque	Alcana Destilaria de Álcool de Nanuque S/A
Alpha	Cláudio	Destilaria Alpha Ltda.
Alvorada	Araporã	Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda.
BambuÍ	BambuÍ	Total Agroindústria Canavieira Ltda.
Bevap	João Pinheiro	Bioenergética Vale do Paracatu S/A
Bioarueira	Tupaciguara	Bioenergética Aroeira Ltda.
Biosev	Lagoa da Prata	Biosev S.A.
Braspart	Santo Hipólito	Braspart Bioenergia Usina da Glória Ltda.
Bunge - Unidade Frutal	Frutal	Bunge - Unidade Frutal - Usina Frutal Açúcar a
Bunge - Unidade Itapagipe	Itapagipe	Bunge - Unidade Itapagipe - Usina Itapagipe
Bunge - Unidade Santa Juliana	Santa Juliana	Agroindustrial Santa Juliana S/A
Cabrera Energética	Limeira do Oeste	Central Energética Açúcar e Álcool S/A
Cachoeira	Tupaciguara	Destilaria Cachoeira Ltda.
Cerradão	Frutal	Usina Cerradão Ltda.
CEV	Veríssimo	Central Energética de Veríssimo Ltda.
CMAA - Floresta do Lobo	Uberlândia	Cia. Energ.de Açúcar e Álcool do Triângulo M.
CMAA - Vale do Tijuco	Uberaba	Cia. Energ. de Açúcar e Álcool Vale do Tijuco L
Coruripe - Filial Campo Florido	Campo Florido	Usina Coruripe Açúcar e Álcool – C. Florido
Coruripe - Filial Carneirinho	Carneirinho	Usina Coruripe Açúcar e Álcool - Carneirinho
Coruripe - Filial Iturama	Iturama	Usina Coruripe Açúcar e Álcool - Iturama
Coruripe - Filial Limeira do Oeste	Limeira do Oeste	Usina Coruripe Açúcar e Álcool - Limeira
Damfi	Canápolis	Damfi - Destilaria Antonio Monti Filho Ltda.
Dasa	Serra dos Aimorés	Dasa Dest. de Álcool Serra dos Aimorés S/A
Delta Sucroenergia	Delta	Usina Caeté S/A - Unidade Delta
DVPA	Paracatu	Destilaria Vale do Paracatu Agroenergia Ltda.
Ituiutaba	Ituiutaba	Ituiutaba Bioenergia Ltda.
Jatiboca	Urucânia	Cia. Agrícola Pontenovense
Jatiboca - São Pedro dos Ferros	São Pedro dos	Destilaria Jatiboca Ltda.
Junivan - Senhora de Oliveira	Senhora de Oliv.	Destilaria Junivan S/A
LDC-SEV - Unidade Lagoa da Prata	Lagoa da Prata	LDC Bioenergia S/A
Mendonça	Conquista	Usina Mendonça Agroind. e Comercial Ltda.
Passos	Passos	Usina Açucareira Passos S/A
Patos de Minas	Patos de Minas	Agroindustrial Patos de Minas Ltda.
Rio do Cachimbo	João Pinheiro	Destilaria Rio do Cachimbo Ltda.
Rio Grande	Fronteira	Destilaria Rio Grande S/A
Santa Vitória	Santa Vitória	Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda.
Santo Ângelo – USA	Pirajuba	U.S.A. - Usina Santo Ângelo Ltda.
São Judas Tadeu	Jaíba	Sada Bioenergia e Agricultura Ltda.
Triálcool	Canápolis	Laginha Agro Industrial S/A - Unidade Triálcool

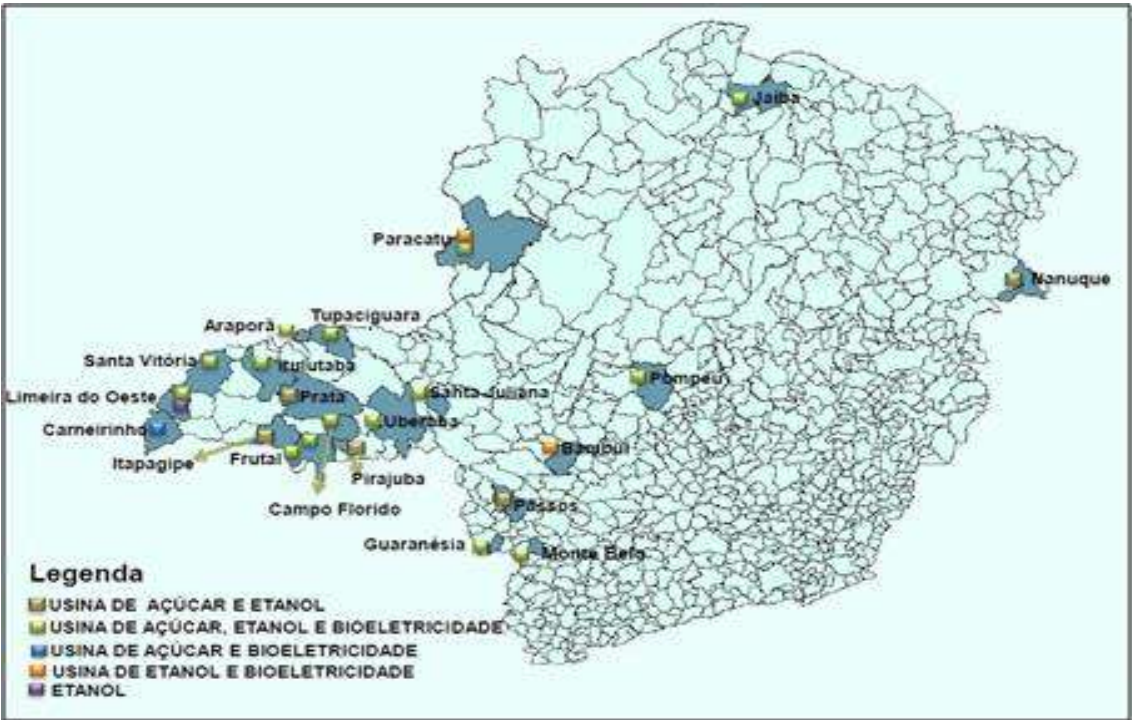
Uberaba	Uberaba	Usina Uberaba S/A
União de Minas	União de Minas	União de Minas Agroindustrial Açúcar e Alcool
Usina Araguari	Araguari	Usina Araguari Ltda.
Vale do Paranaíba	Capinópolis	Laginha Agro Industrial S/A-Unid. V.Paranaíba
Vale do São Simão	Santa Vitória	Companhia Energética Vale do São Simão
Volta Grande – Conc. Alagoas	Conc. das Alagoas	Usina Caeté S/A - Unidade Volta Grande
W.D.	João Pinheiro	WD Agroindustrial Ltda.

Fonte: União dos Produtores de Bioenergia (UDOP/SUCRAL), 2013

Além dos processos econômicos ocorridos no setor canavieiro nos anos recentes principalmente pelas aquisições e fusões (processo a ser descrito no item seguinte), soma-se o fenômeno recente de busca de terra pelos capitais estrangeiros. A estrangeirização, em termos econômicos, implica no processo importante de geração de concentração econômica na agricultura, valorização e monopólio das terras, desviando a questão da concentração fundiária e favorecendo o monopólio da terra.

A maior dinamicidade apresentada pelo setor sucroenergético em Minas Gerais no início do século XXI contribuiu para a forte tendência de atração de novos investimentos nacionais e internacionais. Na busca por maior competitividade, uma alternativa recente encontrada pelas empresas do setor foi à estratégia de auferir receitas não operacionais por meio, por exemplo, da atividade de cogeração de energia elétrica (proveniente da própria cana-de-açúcar), e que está sendo fulcro de políticas públicas (HERSEN *et al.*, 2011).

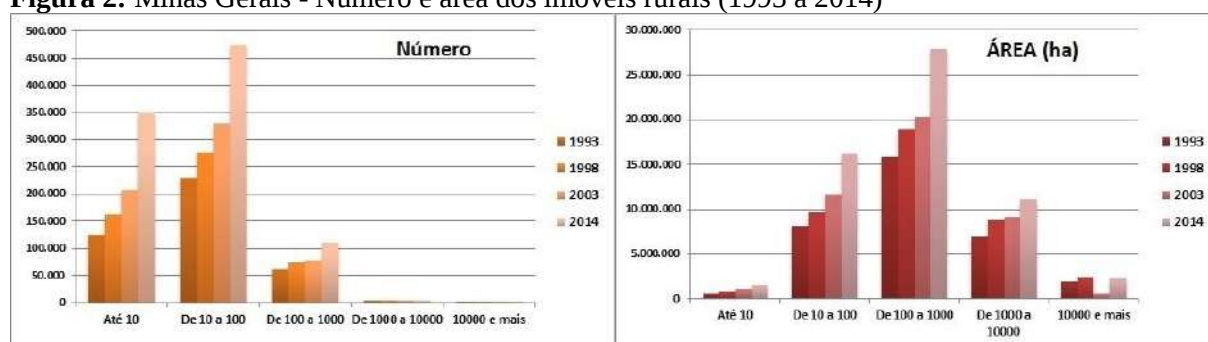
Figura 1: Minas Gerais - Unidades Sucroenergéticas Instaladas (2014)



Fonte: SIAMIG (2014)

Na figura 1 e são representadas as 24 unidades sucroenergéticas instaladas em Minas Gerais em 2014, onde é possível verificar a forte presença de usinas de produção de açúcar e álcool produtoras de bioeletricidade, perfazendo 16 unidades concentradas na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Um fator importante na localização dos empreendimentos canavieiros é a presença estratégica nos territórios de um sistema viário e baixo custo da terra, e sobretudo pela grande disponibilidade hídrica (THOMAZ JR, 2012). No caso das unidades sucroenergéticas do Triângulo Mineiro, observa-se a sua concentração em torno das bacias dos rios principais, como o Rio Grande (divisa com o Estado de São Paulo) e Paranaíba (divisas com os Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul). (CLEPS JR., 2016).

Figura 2: Minas Gerais - Número e área dos imóveis rurais (1993 a 2014)



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014. Org. CLEPS JR. (2016).

Os índices de Gini de Minas Gerais e das 12 regiões que a compõem apresentam grau elevado de concentração da terra tendo concentração muito forte na região Norte de Minas, acompanhando o índice médio do Estado. Conforme se verifica na Tabela 1, houve pouca alteração em nível regional de 1993 a 2014, praticamente em todas as regiões os índices se mantiveram elevados, na sua maioria sofreram ligeira elevação no período. Não é possível tirar conclusões mais precisas, pois seria necessário combinar outras informações como, por exemplo, a forma como tem ocorrido a divisão das terras nos diferentes estratos de tamanho dos imóveis rurais. Mesmo assim, as análises feitas e as conclusões extraídas são válidas ao nível regional. Contudo, verifica-se que apesar de situarmos geograficamente um Estado desenvolvido em termos de agricultura e indústria, não implica num ordenamento fundiário equilibrado, mas heterogêneo em termos de regiões, exemplos principalmente do Norte do estado e o Triângulo Mineiro. Em tais regiões, grande parte dos conflitos envolvem a ocupação intensiva das terras pelo agronegócio, a demarcação de territórios quilombolas e a criação de assentamentos rurais são parte de uma mesma questão cuja explicação tem origem nos problemas de distribuição e posse da terra.



Tabela 1: Minas Gerais – Índice de Concentração de Gini, segundo as mesorregiões (1993, 1998, 2003, 2011 e 2014)

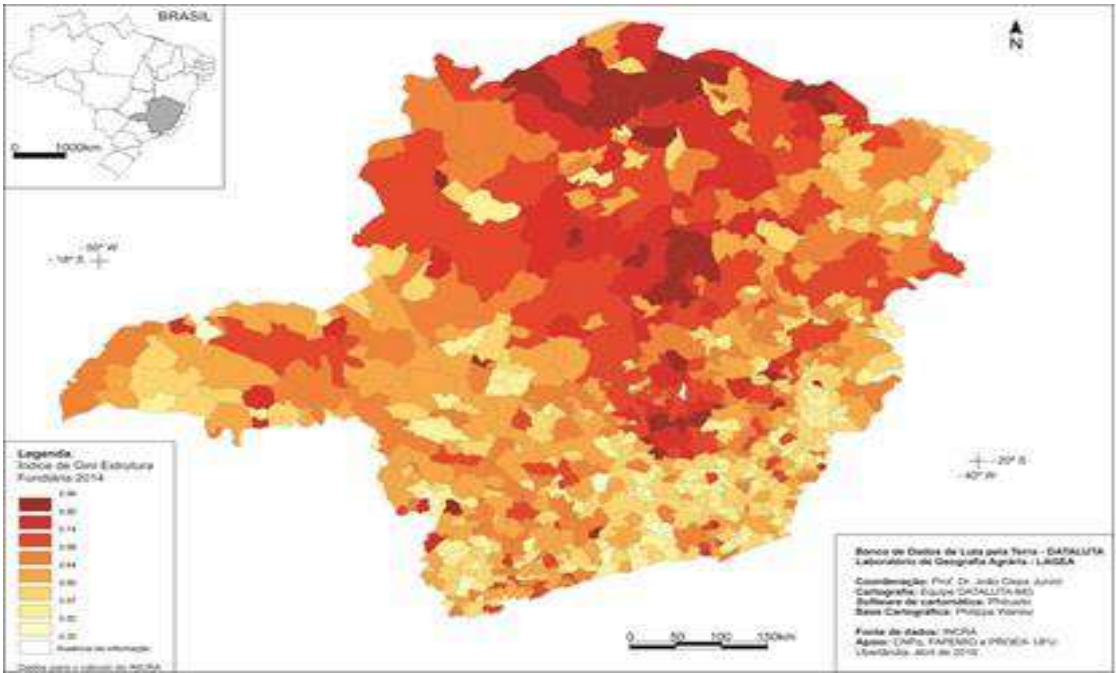
Mesorregião Geográfica	1993	1998	2003	2011	2014
Campo das Vertentes	0,573	0,582	0,557	0,567	0,578
Central Mineira	0,661	0,667	0,669	0,662	0,668
Jequitinhonha	0,657	0,649	0,642	0,645	0,654
Metropolitana de Belo Horizonte	0,671	0,682	0,674	0,670	0,684
Noroeste de Minas	0,656	0,655	0,656	0,657	0,667
Norte de Minas	0,744	0,748	0,710	0,712	0,719
Oeste de Minas	0,607	0,610	0,602	0,606	0,617
Sul/Sudoeste de Minas	0,606	0,610	0,597	0,603	0,614
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	0,613	0,628	0,620	0,624	0,635
Vale do Mucuri	0,616	0,620	0,615	0,636	0,649
Vale do Rio Doce	0,642	0,642	0,618	0,614	0,63
Zona da Mata	0,569	0,578	0,566	0,581	0,593
Índices do Estado	0,745 *	0,754	0,741	x	x

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014.

* índice de 1992. Base de Dados: INCRA/Estatísticas Cadastrais (vários anos).

Na figura 3 é representada espacialmente os níveis de concentração fundiária das regiões mineiras atuais (2014), onde o processo tende a ser mais intenso nas regiões Norte, Noroeste e Triângulo Mineiro, conforme apontado anteriormente, além de sua associação com os territórios com maior grau de conflitividade do Estado de Minas Gerais.

Figura 3: Minas Gerais, Índice de Gini dos municípios (2014)



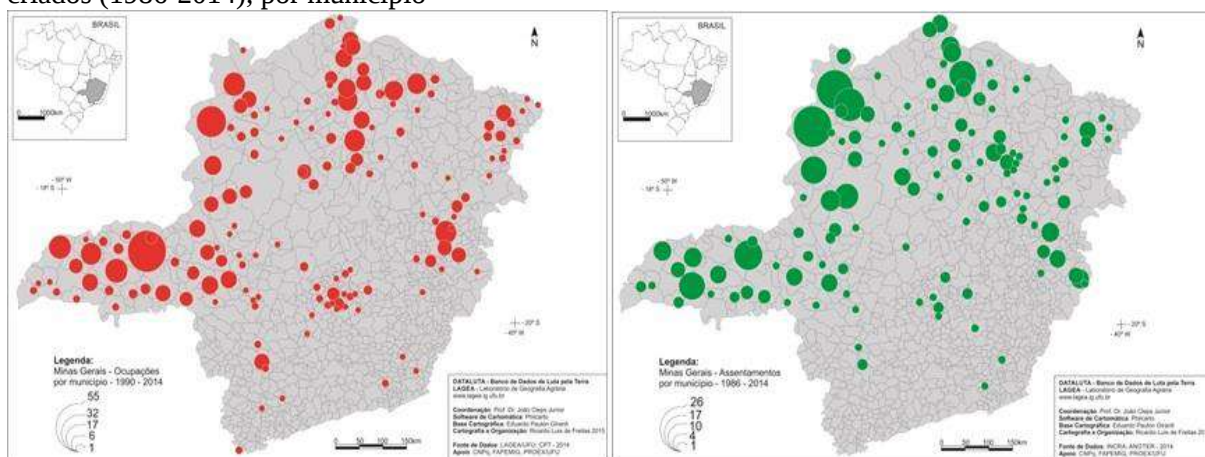
Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014.

Org. FREITAS (2016).

Neste processo de avanço das indústrias canavieiras um outro aspecto importante a ser considerado são as conflitualidades aqui simbolizadas e espacializadas por meio das ocupações de terras e demais formas de lutas sociais que manifestam no território. A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato e a questão agrária, por sua vez, passa a apresentar novos componentes de análise e compreensão, que na maioria dos casos decorrem das políticas neoliberais que têm conduzido à substituição da questão agrária pelas políticas de desenvolvimento rural sustentável; difusão da concepção de alívio da pobreza rural; e deslocado do Estado para o mercado a atribuição da resolução de problemas estruturais do campo brasileiro, a exemplo da reforma agrária com a criação das políticas de crédito fundiário.

Assim, a política de reforma agrária foca os territórios com maior nível de conflitos, além de regiões escolhidas pelos movimentos sociais como mais propícias para a desapropriação, devido à maior disponibilidade de terras com aptidão agrícola que estejam descumprindo sua função social (Figuras 4 e 5). Em Minas Gerais, no período de 1985 a 2014 foram criados 411 assentamentos rurais, na maioria localizados nas regiões Noroeste, Norte e Triângulo Mineiro com área total desapropriada que atingiu pouco mais de 1 milhão de hectares no período 1986-2014. Na sua maior parte (85 % do total), os projetos foram criados entre 1996 a 2010.

Figuras 4 e 5: Minas Gerais – Geografia das Ocupações de terras (1990-2014) e Assentamentos Rurais criados (1986-2014), por município



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014.

Uma comparação dos índices de Gini dos municípios que tiveram maior número de assentamentos rurais criados no Estado confirma que as políticas de reforma agrária do período não alteraram na concentração da terra dos municípios e regiões analisados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas políticas públicas no Brasil, tem sido amplamente valorizado o agronegócio, modelo agrícola altamente mecanizado, usuário dos pacotes tecnológicos modernos, com produção em larga escala, que explora grandes extensões de terras, geralmente de base monocultora, e voltada para a integração com os mercados alimentares e de exportação. Esta hegemonia do agronegócio projeta o maior enfraquecimento do campesinato com o aumento do número de agricultores com renda insuficiente para sua sobrevivência.

A expansão da produção canavieira nacional e mineira voltada para a produção de agrocombustível tem acelerado o processo de concentração de terras e o desemprego rural pela mecanização, com o deslocamento de agricultores familiares das terras onde ocorre a incorporação pela compra, além da substituição de culturas como da soja e as pastagens (como registrado na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba) e das próprias áreas remanescentes de Cerrados. No “boom” de expansão canavieira nos cerrados mineiro as novas plantações ocorrem através da substituição de áreas de cultivos de alimentos, envolvendo áreas de preservação ambiental.

Em âmbito econômico a territorialização do capital canavieiro nos anos recentes principalmente pelas aquisições e fusões, somando-se ao fenômeno recente de busca de terras pelo capital estrangeiro. A crescente participação de empresas multinacionais no setor gera maior concentração de capitais e do poder econômico e político do agronegócio.

A expansão do capital sucroenergético, além da conflitualidade, tem acelerado a concentração de terras e o desemprego rural pela mecanização uma vez que o processo de produção agrícola é praticamente mecanizado, com o deslocamento de agricultores camponeses familiares das terras onde ocorrem a incorporação pela compra, além da substituição de culturas como as alimentares, as pastagens tradicionais e áreas remanescentes de Cerrados.

Assim, o monopólio da terra pelo capital que gera a conflitualidade, mas gera também um processo contraditório de contrarreforma agrária empreendido pelo capital e as disputas territoriais (luta pela desconcentração fundiária) promovida pelos agentes sociais em luta, principalmente pelos movimentos camponeses. A nova face da questão agrária, importante aspecto a ser considerada na Reforma Agrária, é que na conjuntura atual latifundiários, governos e agronegócio estão juntos e em defesa do modelo hegemônico de desenvolvimento, baseado na concentração do poder, de capitais e principalmente das terras, conforme verifica-se no presente estudo.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, N. L., **Redes do agronegócio canavieiro: a territorialização do Grupo Tércio Wanderley no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**. 2014. 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Gestão do Território) – Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2014.
- CLEPS JR., J. Questão Agrária, Estado e Territórios em Disputa In: **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, v. 1, p. 35-54.
- CLEPS JR., J. Políticas de produção e expansão de agrocombustíveis no Brasil e os efeitos nas áreas de Cerrados de Minas Gerais. In: XV Encuentro de Geógrafos de América Latina. **Anais...** Havana: Cuba, 2015.
- CLEPS JR., J. et al. Análise da estrutura fundiária de Minas Gerais: um balanço de duas décadas (1993-2014). IN: **Boletim Dataluta**, Pres. Prudente: NERA-UNESP, maio de 2016.
- FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- FERNANDES, B. M. Atualidade da reforma agrária brasileira. In: **Educação, memória e resistência popular na formação social da América Latina**. Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Leonice Aparecida de Fatima Alves Mourad (Org.). Porto Alegre: Evangraf, 2016.
- HERSEN, A. et al. Concentração na agroindústria canavieira mineira durante as safras 1996/1997 a 2005/2006. In: **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 13, n. 3, p. 303-316, 2011
- DATALUTA. **Relatório DATALUTA - Minas Gerais 2014**. Uberlândia, MG, 2015. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/relatoriosdatalutaminas.html>. Acesso em 20 de julho de 2016.
- MENDONÇA, M. L. Monopólio da terra e produção de agrocombustíveis. In: **Direitos Humanos no Brasil 2010** - Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Brasília, 2010, p. 56-63.
- OLIVEIRA, A. U. Reforma agrária, grilagem das terras públicas e a luta pela terra e território. In: XV Encuentro de Geógrafos de América Latina. **Anais...** Havana: Cuba, 2015.
- REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **A Agroindústria Canavieira e a Crise Econômica Mundial**. Relatório 2012, 40p. Disponível em <<http://www.social.org.br>>.
- THOMAZ JR., A. Gestão e ordenamento territorial da relação capital-trabalho na agroindústria canavieira no Brasil e os impactos no movimento sindical. In: **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 7, n. 13, fev., p. 65-96, 2012.

Recebido em setembro de 2016

Aprovado em novembro de 2016





MULHERES RURAIS - A DESCOBERTA E CONQUISTA DA CIDADANIA PELA VALORIZAÇÃO DOS QUINTAIS¹

RURAL WOMEN - THE DISCOVERY AND CONQUEST OF CITIZENSHIP BY MEANS OF BACKYARD'S VALORIZATION

FEMMES RURALES - LA DECOUVERTE ET ACQUISE DE LA CITOYENNETÉ PAR LA VALORISATION DES ARRIÈRE-COURS

Maria Geralda de Almeida

LABOTER - Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais

Universidade Federal de Goiás - IESA

E-mail: mgdealmeida10@gmail.com

RESUMO

A economia rural é marcada pela divisão sexual do trabalho. Os homens estão associados a atividades econômicas geradoras de emprego, ocupação e renda, enquanto as mulheres concentram-se em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento. Neste artigo, ilustrando-se em mulheres de três assentamentos rurais no estado de Goiás, discutem-se como elas conseguiram adquirir visibilidades, ganhar destaque político e tornar mais valorizado o seu trabalho e a condição de mulher. Realizou-se a pesquisa qualitativa e conclui-se que o ingresso de renda com o seu trabalho lhe dignifica e estimula a participar de movimentos sociais e reivindicar políticas específicas para mulheres.

Palavras-chave: espaço da mulher; Projetos de assentamentos; empoderamento; políticas.

ABSTRACT

Rural economy is marked by the sexual division of work. The men are associated with economic activities that generate jobs, occupation and income, and women are concentrated at activities that are turned toward the familiar self-consumption, with a small degree of income and employment. This essay, illustrating itself at women from three rural settlements of Goiás' State, discuss how they managed to acquire visibilities, get political renown and made their work get more valorized, as their condition as woman. It's based on qualitative research and it concludes that the participation of the income of their work dignifies and stimulates them to participate of social movements and claim politics specifically for women.

Keywords: women's space; settlement projects; empowerment; politics.

RÉSUMÉ

L'économie rurale est touchée par la division sexuelle du travail. Les hommes sont associés aux activités génératrices d'emploi, de rente tandis que les femmes ont des activités destinées à l'autoconsommation de la famille, avec un bas niveau de rente et de travail salarié. Il s'agit d'une étude de trois projets de dont les femmes ont réussi une visibilité, arriver au pouvoir politique ayant valorisé leurs travaux et la condition de femme. La recherche est qualitative. Et l'analyse permet de conclure que toucher l'argent par son travail dans les arrière-cours amène les femmes à avoir la dignité, augmente sa participation aux mouvements sociaux et le font à revendiquer politiques spécifiques aux femmes rurales.

Mots-clés: espace de femmes; implantation de population rurale; politiques; l'autonomisation des femmes.

¹ Artigo vinculado ao Projeto Identidades territoriais e políticas de desenvolvimento territorial e ambiental na Reserva da Biosfera Cerrado – Goiás. Bolsa CNPq PQ Produtividade e Projeto A Mulher Rural Assentada: Troca de Saberes sobre Agroecologia nos quintais, Economia Social/Criativa no Vão do Paranã - GO. Edital Proext/2014. SES. MEC.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, propõe-se discutir como as mulheres rurais têm se tornado protagonistas expressivas para algumas conquistas, sobretudo, após a relação estreita e valorativa feita com o quintal. Considerado como espaço feminino, o quintal é fonte de sobrevivência da família, e nele se reproduzem os saberes e práticas de conhecimento de plantas, de criação de animais e de alimentos. Ele é um bem cultural de quem o cria e mantém.

A primeira questão que surge no estudo sobre mulher rural é a própria definição de espaço rural. Geralmente, as análises baseiam-se na classificação estabelecida pelo IBGE, que considera como rural as áreas externas ao perímetro urbano das sedes municipais ou distritais, e também externas às áreas urbanas isoladas, definidas por Lei Municipal (IBGE, 2010). Uma limitação desta classificação é que as estimativas das populações urbanas e rurais acabam influenciadas pela delimitação administrativa dos poderes públicos locais, muitas vezes dissociadas das características estruturais ou funcionais do território.

Também as populações rurais podem ser afetadas pelo processo de emancipação municipal, que, ao criar novas sedes municipais, transforma, muitas vezes, uma população antes rural em urbana. Critérios alternativos são propostos na literatura nacional, o que levou o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA a incentivar investigações sobre o espaço rural.

Pesquisa apoiada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, adotando um critério distinto do IBGE, calcula que 36% da população brasileira é rural, diferentemente dos cerca de 16% apontados pelo último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O percentual maior considera a aplicação de um conceito de rural defendido pelos pesquisadores, respaldado em Wanderley (2013, 2000), Schneider (2011), Veiga (2000) e Mendras (1986). De acordo com o levantamento, como só existe o conceito de urbano na legislação, a ruralidade acaba sendo definida por exclusão, conforme mencionado acima. Também, uma corrente defende que a dicotomia campo-cidade, em suas formas tradicionais, será resolvida, pela sociedade, com a “vitória” da cidade, cujo desfecho seria o próprio fim do rural e a urbanização completa do campo. Wanderley formula a hipótese de que o recorte rural-urbano, em suas novas e modernas formas, permanece como “um recorte pertinente para analisar as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas, apontando não para o fim do mundo rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade” (2013, pp. 88-89).

Tania Barcelar, a coordenadora da pesquisa “Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: Implicações para as Políticas Públicas”, em entrevista concedida a EBC Brasil, no dia 09/03/2015, ressaltou que 90% dos municípios brasileiros têm menos de 5 mil habitantes, e que,



sociologicamente, deveriam ser considerados zonas rurais, e não urbanas, opinião anteriormente manifestada por Veiga (2000). “O estilo de vida dessas pessoas é mais ligado à natureza, as relações sociais são diferentes.”

Em termos absolutos, a população rural brasileira continua expressiva, totalizando 30 milhões de pessoas em 2010, contingente que na América Latina não supera apenas o da Argentina. Deste número, quase 15 milhões são mulheres, muitas delas sem acesso aos direitos básicos, como saúde e educação. As mais jovens são as mais afetadas pelos processos migratórios, e a maioria delas não conta com o devido reconhecimento de sua condição de agricultora familiar e camponesa. Apesar disso, elas assumem de forma expressiva a responsabilidade exclusiva pelo grupo familiar que integram (MAIA, BUAINAIN, 2015).

Ainda de acordo com estes autores, um aspecto a refletir é a masculinização da população rural. Nas áreas rurais, a população masculina é superior à população feminina, em todas as faixas etárias (razões superiores ao valor unitário). Embora, historicamente, nasçam mais homens que mulheres, a prevalência masculina na estrutura etária da população tende a reduzir com o passar dos anos, já que a taxa de mortalidade masculina é superior à das mulheres, em todas as faixas etárias. Nas áreas rurais, entretanto, essa dinâmica demográfica não resulta em uma maior proporção de mulheres para as faixas mais elevadas, já que, concomitantemente, muitas dessas migrariam para as áreas urbanas. Também, há de se considerar a intensa mobilidade temporária do homem rural entre áreas rurais, o que reflete em sua permanência e superioridade no meio rural, nos dados estatísticos.

Diversos fatores ajudam a explicar esse processo de masculinização da população rural. Entre eles, as transformações das atividades agrícolas, como o uso intensivo de tecnologia e o assalariamento da mão de obra (ANJOS & CALDAS, 2005). Além de reduzir a exigência de mão de obra, essas transformações privilegiariam a contratação de mão de obra permanente ou temporária masculina, contribuindo para aumentar a segregação de gênero nas atividades agrícolas.

Assim, as desigualdades ainda marcam a vida das mulheres rurais. A economia rural sempre teve o estigma da divisão sexual do trabalho. Os homens estão associados a atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda, enquanto as mulheres concentram-se em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento. As mulheres rurais representam 64% do total das mulheres trabalhadoras brasileiras que não auferem remuneração (IBGE, 2010).

Contudo, as mulheres que permanecem no meio rural dividem tarefas com o homem, e criam, paralelamente, o seu próprio universo, gradativamente reconhecido como importante, expressivo do trabalho da mulher. Neste artigo, ilustrando-se em mulheres de assentamentos rurais,

discute-se como elas conseguiram adquirir visibilidade, ganhar destaque político e tornar mais valorizado o seu trabalho e a condição de mulher.

Para tanto, foram selecionados três Áreas de Assentamentos no Território de Cidadania do Vão do Paranã, Nova Grécia, com 126 lotes, com 118 famílias assentadas; em Posse, o Cintia Peter (40 famílias e lotes); o de Agrovila, com 28 lotes e 49 famílias assentadas, no município de Mambaí, no Estado de Goiás. Foram realizadas 34 (trinta e quatro) entrevistas, cujo critério principal foram adultos do sexo feminino e de área rural. Os lotes foram escolhidos usando as estradas de via de acesso e, havendo sinais de presença nas casas, aproximávamos e informávamos nosso interesse em conversar sobre o trabalho, a rotina na casa e no quintal. Além da entrevista individual, recorreu-se à pesquisa focal de grupo, em duas ocasiões, aproveitando momentos em que elas finalizavam a participação em uma feira em Mambaí, e na outra, ao término de uma reunião para apresentar esta pesquisa e suas finalidades, no PA de Nova Grécia-Posse.

Esta pesquisa-ação, realizada desde 2011, transcendeu a determinação científica e acadêmica. Ela implicou interesse social e este modela quais problemas sobre a mulher serão investigados, para que e como interessa realizá-la. A atenção prestada a problemas e questões vinculadas a diferença e a identidade, convertidas em eixo de alguns dos enfoques metodológicos da geografia da mulher, tem um caráter multiforme, porque abarca desde os espaços domésticos aos espaços de sexualidade. Pretende-se, então, ressaltar o papel da mulher na economia do pequeno produtor e na produção agrária familiar, assim como nas condições de trabalho feminino no âmbito social. Também, o enfoque social que faz da natureza do Cerrado uma construção social e histórica. A interpretação da natureza é feita associando-a aos processos de caráter social, político e cultural. Uma pesquisa sobre a condição da mulher deve, pois, incluir a relação entre a mulher rural e a natureza do Cerrado, sobretudo por ser feita em uma microrregião do Estado de Goiás que se constitui em uma Reserva de Biosfera do Cerrado, desde 2001. O meio ambiente integra o marco cultural e social. O uso e sentimentos expressos com a natureza revelam os interesses e os meios de conservação/proteção da natureza pelas mulheres.

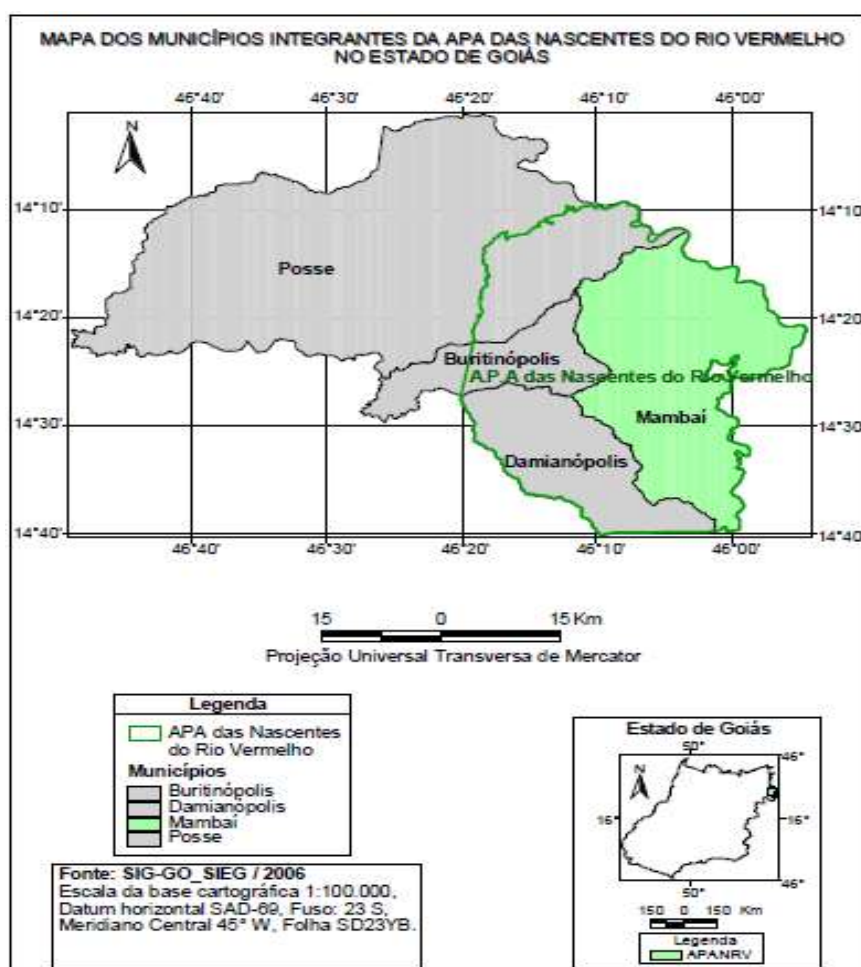
A discussão dos resultados será com uma contextualização do Vão do Paranã-Nordeste Goiano, abordando os aspectos socioambientais dos dois municípios, destacando os Projetos de Assentamentos selecionados. Posteriormente, vem o espaço social, político e geográfico da mulher rural, com ênfase nos quintais de algumas assentadas, em uma seção dedicada aos mesmos. Por fim, encerra-se com a apresentação das conquistas de cidadania, reflexo da visibilidade adquirida como produtora, sujeito e mulher.



2 TERRAS DE REFORMA AGRÁRIA E A LABUTA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Mambai conta com a presença de recursos naturais, tais como cavernas e águas subterrâneas, cachoeiras, cânions e formações rochosas, os quais são viáveis ao desenvolvimento da atividade turística. O município de Mambai possui grande parte de sua área dentro da Área de Proteção Ambiental das Nascentes do Rio Vermelho (APAMRV). Essa abrange uma área de 176.322,22 hectares, englobando os municípios de Buritinópolis, Damianópolis, Mambai e Posse (Figura 1). Há seis assentamentos de reforma agrária criados pelo INCRA em um raio de 40 km. A situação destes habitantes é de extrema pobreza e dependência de recursos, donativos e auxílios do governo (especialmente programas de transferência de renda – como a Bolsa Família e a Aposentadoria Rural). A principal atividade econômica é a agricultura familiar - 70% - em torno de 700 famílias, com cultivos diversificados – milho, feijão, arroz e um rebanho de 10.000 a 12.000 cabeças de gados, em aproximadamente 10 mil hectares de pastagens, boa parte das quais é natural. O município produz também 8 mil toneladas anuais de carvão, 6 mil m³ de lenha e 18 toneladas de pequi, conforme informações do secretário da Agricultura da Prefeitura de Mambai (2013).

Figura 1: Mapa de localização da APANRV e municípios integrantes.



O arroz e o milho são duas culturas com maior área cultivada. E a produção de mandioca, feijão e cana-de-açúcar é cultivada em pequenas áreas e serve, sobretudo, para o consumo familiar, sendo os escassos excedentes comercializados. A pecuária também é pouco desenvolvida. Mambaí possui grandes áreas de Cerrado conservado, fato que pode ser explicado pela presença do Parque Natural Municipal do Pequi e de APA das Nascentes do Rio Vermelho. De acordo com dados do Probio (2010), a APA das Nascentes do Rio Vermelho ainda possui 73% de sua área correspondente à cobertura vegetal. Isso, provavelmente, também se justifica por ter o relevo movimentado e não atrair os interesses dos grandes produtores de soja, principais responsáveis pelo desmatamento na região vizinha do Oeste Baiano.

No caso de Posse, o desenvolvimento do município ocorreu, principalmente, com a inauguração da rodovia BR-020, Brasília-Salvador, no final da década de 1970 (IBGE). Economicamente, destaca-se na produção de milho, arroz e feijão e também pela pecuária.

A cidade possui os Bancos do Brasil, Itaú e o Bradesco. Há também alguns restaurantes e hotéis. O comércio é voltado para a venda de produtos agropecuários e há ainda lojas de roupas, calçados, móveis, material de construção e serviços diversos, como salões de beleza e *pet shops*. Hipotetiza-se que a presença de vários bancos e estabelecimentos de produtos agropecuários e implementos agrícolas é para atender as áreas de agronegócio do Oeste da Bahia e, também, por Posse estar próxima a rodovia BR-020, ligando Brasília ao Nordeste brasileiro.

Historicamente, o Nordeste Goiano, no qual se encontram os municípios de Mambaí e de Posse, apresenta os maiores problemas socioeconômicos e socioambientais do Estado de Goiás. Além disso, sua produção de alimentos básicos, como o milho, a mandioca e o feijão, tem significado local, o que coloca o Nordeste como inexpressivo frente aos índices de outras regiões goianas. Também, sem conseguir criar condições de emprego e de renda, e sendo uma região de baixa população, o Nordeste é mais conhecido como o “Corredor da Miséria” de Goiás. Esta foi uma das razões para sua inclusão nas políticas do Território da Cidadania do Governo Federal (CARVALHO, 2005).

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de alguns municípios do Nordeste Goiano (2000) aponta certa homogeneidade municipal, e também um distanciamento do IDH goiano. Assim, sendo Alvorada do Norte (IDH 0,688), Damianópolis (IDH 0,633), Flores de Goiás (IDH 0,642), Iaciara (IDH 0,704), Guarani de Goiás (IDH 0,632), Mambaí, (IDH 0,647), Posse (IDH 0,711), Simolândia (IDH 0,657), São Domingos (0,631). Goiás, em igual período, ou seja, no ano



2000, apresentou 0,776. A indicação do baixo desenvolvimento da região nordeste está neste conjunto de nove municípios, sendo que somente dois apresentam IDH próximo àquele do Estado.

No que diz respeito ao sexo, ilustraremos com alguns exemplos municipais: Alvorada: 59,07% da população é rural e possui 50% de mulheres; Nova Roma tem 58,92 de população rural e 49% da população é de mulheres; e Flores, cuja população rural é superior a 70%, também possui um número ligeiramente superior de mulheres, refletindo, assim, a situação nacional. A população rural de Mambai é de 2.069 habitantes, aproximadamente 50% do total e, Posse, com 7.480 de população rural, inexpressiva diante de 23.939 urbana também se confronta com as constantes demandas de ações feitas por ela. Não dispomos de dados precisos sobre a população feminina nos assentamentos, porém, pelos citados acima, ela pode significar aproximadamente a metade da população assentada.

É importante dizer que mais recentemente o Nordeste Goiano conhece uma expansão de empresas rurais modernas, com predominância de cultivo de soja, cana-de açúcar e milho. A região constitui-se em uma importante fronteira de expansão de grãos do sudoeste baiano com a instalação de grandes armazéns, sobretudo em Formosa, município limítrofe ao Vão do Paranã, como a PIONNER, PRODUTIVA SEMENTES, CEREALISUL, ASA ALIMENTOS e SYNGENTA.

É evidente que não existe apenas a região economicamente “pobre”. Contudo, nesta região do Vão do Paranã, existe cerca de 31 Projetos de Assentamentos: Alvorada do Norte, Projeto Alvorada I, com 118 famílias, e Projeto Alvorada II, com 57 famílias; Divinópolis de Goiás: Projeto Riacho Seco, com 90 famílias, e Projeto Marcos Correa Lins, 419 famílias. Em Mambai, foram visitados Paranã, com 70 famílias, Capim de Cheiro, com 32 famílias, e Cynthia Peter, com 41 famílias; visitou-se o Projeto Simolândia, com 35 famílias, em Simolândia; em Flores, os Projetos Bela Vista e São Vicente, com 139 e 632 famílias, respectivamente; e em Posse, esteve-se no Projeto Nova Grécia, com 118 famílias, o que no total daqueles citados aproxima-se de 2 mil famílias assentadas (ALMEIDA, 2010).

Alguns PA's já são emancipados, outros, desde 2008, encontram-se em implantação como o de Simolândia, permanecendo sem um Plano de Desenvolvimento do Assentamento. Os assentados apresentaram como problemas: dificuldade de água nos lotes; qualidade do solo insatisfatória para uma boa produção, necessidade de aquisição de alimentos agrícolas por dificuldade do plantio; ausência de políticas públicas regulares para o meio rural e falta de geração de renda. Em Nova Grécia, tornou-se uma prática os homens migrarem para o Oeste Baiano para trabalharem nos empreendimentos de agronegócio, com plantações de soja e milho, retornando ao PA quinzenalmente, ou mesmo uma vez ao mês.

Diante deste quadro, à mulher cabe um grande encargo para assegurar a alimentação básica para a família. Além disso, muitas vezes a escassez de água torna-se um desafio para as práticas culturais, até então respeitadas do meio ambiente. A dura realidade é o desempenho dos setores de educação, saúde, da oferta de serviços básicos e de renda da mão de obra formal, possíveis somente nos núcleos urbanos próximos aos assentamentos, porém, com vias de acesso precárias e sem transporte regular.

A esse contexto de uma precariedade social acrescentam-se a carência alimentar e uma pobreza na deficiência em nutrientes, solos pedregosos e sem água, em boa parte das parcelas. Os assentados, portanto, continuam com uma maior dependência dos governos municipal, estadual e federal. Tal fato persiste, sobretudo, pela ausência da titulação definitiva, pois, embora já tenha decorrido o prazo para a emancipação, o INCRA não lhes concedeu a titulação, impedindo o acesso aos financiamentos agrícolas.

Cabe repetir que, na impossibilidade de fazer esta pesquisa-ação com as mulheres assentadas nos 31 assentamentos, priorizou-se aquelas dos assentamentos Agrovila e Cintia Peter em Mambai (49 e 48 famílias, respectivamente), e Nova Grécia, em Posse (118 famílias).

3 QUAL É O ESPAÇO DA MULHER?

A distinção homem-mulher, em seus diversos termos, tem um caráter social, é uma construção social. E é a sociedade que a cria, que molda as duas figuras e lhes outorga traços próprios, o que os diferencia no cotidiano, nos comportamentos, no trabalho e nas relações sociais. Nos anos 1980, movimentos sociais e feministas procuravam modificar esta visão.

Os espaços da mulher estão vinculados à esfera de produção, associada de forma preferencial à atividade masculina. Para Deere (2004) além disso, a forma de integração feminina nesta esfera produtiva é caracterizada por uma generalizada discriminação e segregação nas condições de trabalho: salários mais baixos, empregos menos qualificados, com menores possibilidades de mobilidade ascendente, ausência dos postos de direção, entre outros, quando não ocorre a invisibilidade de seu trabalho, muito comum no meio rural. A notável participação da mulher no trabalho agrário e seu protagonismo no sustento da família e da comunidade tem sido gradativamente objeto de estudo de pesquisadores como Silva (2013), Hernandez (2010), Neves e Medeiros (2013), Deere (2004) entre outras.

A presença da mão de obra feminina, abundante, doméstica, com retribuições salariais ínfimas, estimulou a exploração de mercados de trabalho femininos desprotegidos e marginalizados. Foi parte das estratégias do capital de uma economia global dialeticamente vinculada ao localismo



das relações laborais. A organização social do espaço, a produção e a reprodução do espaço aparecem, assim, sutilmente mediatizada pela condição masculina ou feminina. O pertencimento a uma ou a outra determina o espaço a ocupar: o espaço físico, o espaço político, o espaço de relações, o espaço econômico. Determina, também, as condições de uso deste espaço.

O espaço resulta ser um elemento chave na discriminação feminina e, neste sentido, são as reflexões teóricas espaciais que sustentam a necessidade e a possibilidade de um discurso geográfico a partir da condição feminina. Conforme já o dissemos (ALMEIDA, 2016), há marcas da mulher no espaço e, sobretudo, seu papel na construção desse espaço. Cabe esclarecer que as mulheres rurais sempre desempenharam um papel fundamental no seu meio, transcendendo ao universo determinado pelo homem e, mais recentemente, adquirindo uma dimensão destacada nas mudanças que ocorrem no mundo rural.

Na América Latina, já é reconhecido como o movimento de mulheres rurais, rompeu com padrões culturais tradicionais de comportamento coletivo e adotou novas formas de relações políticas com o poder local, nacional e internacional. No Brasil, a Marcha das Margaridas, que reúne uma massa expressiva de mulheres rurais, é exemplo anual do posicionamento da mulher na luta pela terra, pela melhoria das condições de vida no meio rural.

Surgem questionamentos sobre os processos de construção deste espaço mais visível da mulher, sua configuração, seus objetivos, suas normas, seus símbolos, sua concepção de forma geral. Descobre-se que o espaço da mulher é configurado de acordo com o esquema elaborado a partir de uma concepção masculina, apontada por Bourdieu (1990). Um espaço dual. Por um lado, o espaço da produção, o espaço da economia, o espaço produtivo, o espaço do poder, o espaço da política, o espaço do trabalho, o espaço da atividade, o espaço dos ativos. É o espaço socialmente simbólico, o espaço masculino ou masculinizado. A ele correspondem os elementos simbólicos do poder político, do poder econômico, do poder ideológico, do poder religioso.

Por outro lado, há o espaço da reprodução doméstica. Trata-se de um espaço amorfo, indiferenciado, dependente. É o espaço do não trabalho, um espaço à margem da economia, o espaço dos “inativos”. Aparece como um espaço sem valor, sem símbolos socialmente relevantes. É o espaço doméstico, o espaço da vizinhança, os quintais, o espaço da dona de casa, das crianças e idosos. É o espaço da mulher, o espaço feminino.

Viola (2000) afirma que até a década de 1970 a invisibilidade da mulher era absoluta, perpetuada por prejuízos androcêntricos que norteavam as análises. O uso do PIB e outros indicadores macroeconômicos, por exemplo, não refletem o trabalho feminino em atividades de autoconsumo ou na economia informal, setores que revelam uma especial importância no Terceiro

Mundo. E o conceito de chefe de família, identificado implicitamente com um homem, relegava a mulher à esfera do “trabalho familiar”. Negava, assim, a sua importante contribuição à subsistência familiar, que Mendras, em 1986, e Kayser, em 1996, já sinalizavam como importantes de serem incluídos para a compreensão do mundo rural em transformação.

Presentemente, a mulher ascende, milhares delas se tornam chefes de família, seus nomes constam como titulares de lotes nos Projetos de Assentamentos e elas tornam-se produtoras e visíveis para suas famílias e para o setor econômico, geralmente sem saírem da casa e do seu entorno.

A casa como lugar e a vida cotidiana são realidades que constroem o vivido e o percebido. O real são os fazeres diários, é como respirar. O real envolve todo nosso ser, todos nossos sentidos. Os acontecimentos simples podem, com o tempo, se transformar em um sentimento profundo pelo lugar. A casa é um lugar à medida que adquire definição e significado, e é, conforme Tuan (1983), onde as necessidades fundamentais são consideradas e merecem atenção.

A casa é forte reflexo das práticas culturais. Na forma e o material com que a fazem, estabelecem as divisões internas e os usos do espaço, como escolhem os objetos como úteis e necessários para seu interior, definem os espaços para os membros da família e visitantes, certamente os componentes sociais e culturais são determinantes. Este espaço definiu-se como o espaço de reprodução da mulher, por excelência, sobretudo, com as atividades consideradas como da mulher: cozinhar, cuidar da ordem e limpeza do lar, dos filhos e marido, providenciar e assegurar a saúde, educação, vestuário e segurança alimentar da família. A casa é o abrigo e, também, “a fábrica”, em produções essenciais geradoras de alguma renda, como o artesanato.

Neste sentido, a mulher enfrenta duras horas de jornada e de trabalho, sobretudo no meio rural. Além disso, ela compartilha das preocupações familiares quanto à renda necessária para adquirir produtos industrializados; e, em suas escassas horas desocupadas, busca “o que fazer” com seus conhecimentos e habilidades, transforma sua casa em “fabriqueta” de doces, de bebidas, produtos derivados de leite, bordados, costura e artesanato. A renda familiar ganha fôlego com qualquer produto comercializado e esses produtos são expressivos para a economia de um local no qual a geração de emprego é escassa. As vendas incentivam e motivam a mulher a procurar ampliar sua autonomia, principalmente na matéria-prima. Os quintais, por estarem na extensão do espaço da casa, tornam-se a primeira escolha.

Essa importância atribuída aos quintais foi possível de ser constatada nos estudos geográficos, desde 2011, durante a realização do projeto de extensão do Edital Proext nº 05/2010, intitulado “Troca de Saberes no Cerrado: Valorização dos Quintais, Segurança Alimentar e



Cidadania nas Comunidades Kalunga em Teresina de Goiás”, que coordenamos, e possibilitou um aprofundamento sobre o tema Quilombolas e Quintais Agroecológicos. O quintal, para aqueles que circulam pelo meio rural, é o espaço dos saberes. É nele que a mulher, sobretudo, reproduz seus conhecimentos com as plantas, sejam plantas medicinais ou alimentos. Conhecimentos adquiridos historicamente, passados por gerações, de mãe para filha, de avó para neta. É, portanto, espaço cultural, simbólico e de segurança alimentar.

Esta reflexão está em consonância com Carlos (2007, p. 14), que, com base em Divignaud (1977), afirma que o espaço nos remete aos conjuntos vivos, nascidos da prática e compostos pelo dinamismo de cada nova geração, seja em sua dimensão da imensidade nômade ou daquela da cidade ou ainda das toponímias, “o espaço se compõe de experiências além de permitir a vida, lugar onde gerações sucessivas deixaram marcas, projetaram suas utopias, seu imaginário”. Os quintais de assentados são lugares onde as experiências, as práticas dos saberes e a vida acontecem. As mulheres podem deixar suas marcas ao perpetuarem os saberes sobre as plantas, passando-os para novas gerações.

Ao entender o quintal como lugar, nos inspiramos na afirmação de Tuan (1983, p. 155), o qual diz que o valor do lugar depende da intimidade da relação humana, e que “na ausência da pessoa certa, as coisas e os lugares rapidamente perdem significado”. Ou seja, as plantas têm sentido para a mulher assentada que sabe suas utilidades, sabe prepará-las e conhece as fases de crescimento das aves e animais, bem como o período da florada da mangueira e quando pode colher a jaca ou esperar o pequi cair no chão para consumi-lo. Para essa pessoa, o quintal tem um significado, pois os objetos, no caso as plantas e criações, são comuns de sua vivência.

O quintal, já o disse, é um lugar, portanto, não está de forma alguma desvinculado do global. Ainda com base em Carlos (2007), o mundial se concretiza no lugar, é ali que ele ganha expressão. Assim, pode-se afirmar que o quintal é diretamente influenciado pelas relações que ocorrem em uma escala geográfica maior, uma vez que as plantas dependem das águas dos rios e fatores climáticos de escala regional, nacional e impactados globalmente.

No entanto, além do meio físico, outros aspectos modificam a dinâmica dos quintais. Por exemplo, a facilidade em adquirir alimentos e medicamentos industrializados, de grupos multinacionais, instiga mudanças no que plantar, abandonando o interesse pelas plantas medicinais no quintal. Ainda, outra influência são as políticas assistencialistas, pois a transferência de renda governamental possibilita que mulheres rurais comprem alimentos consumidos em seu dia a dia, desestimulando a produção de alimentos em quintais. Por isso, a análise dos quintais leva em conta as observações de Carlos (2007) sobre o lugar no mundo e atenta para as escalas, para não correr o

risco de isolar o quintal como uma singularidade, e desvinculá-lo do global. Afinal, os quintais de assentados constituem o mesmo modelo de quintal de milhares de pequenos agricultores, de agricultores familiares que vivem de agricultura de subsistência no Brasil (KARAM, 2004).

4 QUINTAIS NOS PA NOVA GRÉCIA, CYNTHIA PETER E NO LOTEAMENTO DO BANCO DA TERRA AGROVILA

Convém lembrar que a proposta dos quintais difere dos sítios convencionais por apresentarem maior diversidade de espécies e manejo mais intenso, assumindo enorme importância, tanto para a produção de alimentos e remédios, como para a aclimação de novas espécies, conservação e evolução da biodiversidade (ALMEIDA, 2016). Os quintais extrapolam o conceito de unidades de produção e podem constituir um “sistema agrícola”, uma vez que são verdadeiros espaços sociais, culturais e de valorização do ambiente, onde as relações de trabalho e convivência passam a ser participativas, assumindo também um papel na dinâmica dos modos de vida das comunidades locais, como veremos em alguns exemplos de quintais.

A principal característica locacional do quintal é a localização próxima à casa da família, abrangendo as laterais e os fundos da casa. Além de plantas, existem os simulacros de galinheiros, pois as galinhas ficam quase sempre soltas no quintal, e alguns quintais têm os chiqueiros para as criações, exigindo um pequeno paiol para guardar o milho. Levando em conta esses aspectos, Dubois (1996) comenta que os quintais agroflorestais são espaços de produção que asseguram a complementação importante na dieta alimentar, além de possibilitar a complementação de renda.

De acordo com Quaresma (2015), a composição do quintal não tem rigor, porém ela norteia-se pela utilidade e facilidade do trato das espécies cultivadas/criadas. Ademais, os quintais também espelham o conhecimento e os saberes.

Os quintais são lugares onde as experiências, as práticas dos saberes e a vida acontecem, já o afirmamos anteriormente (PEREIRA; ALMEIDA, 2012). As mulheres podem deixar neles suas marcas ao perpetuarem os saberes sobre as plantas, passando-os para novas gerações. Desde adolescentes, aprendem que o carrapicho reduz a febre, a quina serve para problemas de garganta, o leite de mangaba para dor de barriga, sumo da folha de algodão e mastruz para ferimentos, quebra-pedra para os rins, etc.

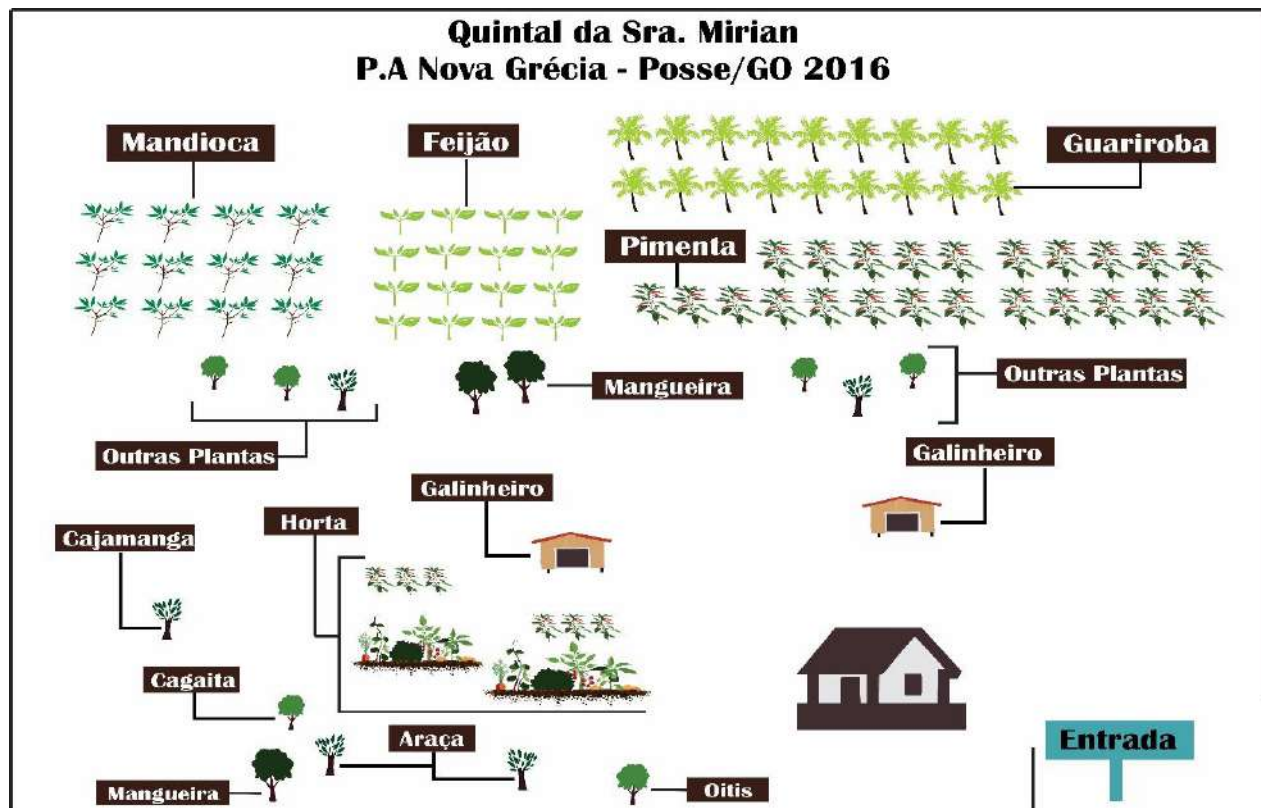
Nos quintais das moradias, as plantas e seu manejo, e a disposição dos elementos, têm relação com a gestão do espaço dos donos: localização da água, galinheiro, paiol, casinha de ferramentas, chiqueiro, horta, sanitários e jirau são construídos de acordo com a localização ideal para seus usos. Além disso, há de se considerar que o mesmo produto cultivado no quintal e no



roçado tem destinação diferenciada. O uso da mandioca plantada no quintal é diferente daquela produzida na roça. A do quintal, por exemplo, é consumida cozida, já a mandioca da roça, produzida em maior quantidade, é utilizada na fabricação de farinha.

Os quintais das assentadas apresentam produtos diversificados para atender principalmente ao consumo da família (Figura 2).

Figura 2: Croqui do quintal de Sra. Mirian, assentada no P.A Nova Grécia. MASCARENHAS, H. 2016



O trabalho no quintal da Sra. Mirian teve início, dado pelo casal, em 2005, em uma área de cerrado com pastagens, o que demandou muito trabalho para prepará-lo. De plantas do Cerrado, ele deixou no quintal: pau-terra, maracujá do mato, cagaita, umbu, baru e araça. Plantaram o que já tinham o costume em propriedades anteriores e de acordo com o que recebiam de mudas e sementes. O mamão e a melancia tiveram a primeira safra boa, mas progressivamente passaram a amarelar, talvez pela acidez da terra, e, então, o casal teve de abandonar o cultivo dessas frutíferas. Já utilizaram muitos remédios caseiros, como fumo para combater os cupins, urina de gado como adubo e contra o pulgão, cinza nas raízes para fortalecer a planta. Nota-se que o quintal tem um núcleo composto pelas diversas árvores frutíferas, com algumas frutas raras nos quintais sertanejos, como romã, pinha, jamelão, oiti, araça, abacate; plantas de jardins sombreando em volta da casa e a horta mais próxima da casa. Na horta, além de hortaliças (pimentão, inhame, coentro, cebolinha e

salsa), plantam boldo, babosa, capim eucalipto, hortelã, poejo e sete dores para os problemas de saúde. Os galinheiros que ficavam mais afastados, atualmente fazem a divisória com cultivos, visando a comercialização, dos quais a pimenta em conserva representa sua maior fonte de renda.

A família produz doces com frutas do próprio quintal, como goiaba, caju, coco da Bahia e umbu, e, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, vende hortaliças, como cebolinha e coentro, tanto no Assentamento quanto na feira, em Posse. A família é beneficiária do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar - Pronaf; a Dona Mirian ainda tenta outro financiamento por meio do Fomento Mulher. Ela demonstra orgulho pelo trabalho que realiza no quintal e conta com a colaboração dos filhos adolescentes. Seu marido também coopera mais na comercialização e demonstrou valorizar bastante sua mulher e seu trabalho.

Também, em Nova Grécia, foi visitado o quintal de Dona Cirene Marques Oliveira Mendonça (Figura 3), uma antiga moradora no núcleo urbano, residindo há dez anos no Projeto de Assentamento.

Figura 3: Croqui do Quintal da Sra. Cirene Marques, assentada. MASCARENHAS, H. março, 2016



Seu quintal tem duas áreas distintas: uma mais próxima da casa é bem variada: as plantas frutíferas, de jardins e do Cerrado, como a cagaita, goiaba azedinha e maracujá do mato, que são maiores, crescem próximas da casa para fazer sombra, servir de local para brincadeiras das crianças e às vezes realizar tarefas domésticas; algumas plantas medicinais, como o capim cidreira, boldo, babosa e algodão; um galinheiro e a horta cercada com couve, quiabo, maxixe, cheiro verde, cebolinha. Distanciando da casa, há cultivos de alimentos, tais como a mandioca, o feijão, milho e, mais ao fundo, limite com a cerca divisória do pasto e Cerrado, o capim e cana de açúcar para o gado, e pimenteiros recém-plantados. No quintal dela, há plantas frutíferas, como: manga, amora, banana, laranja, pinha, cajamanga, siriguela, goiaba e cagaita, que são utilizadas para o consumo familiar. A mandioca é produzida para consumo e a farinha feita dela é entregue para o PAA. Em casos de necessidade, a família vende ovos e frangos e, futuramente, as pimentas serão destinadas exclusivamente à comercialização.

De fato, há dificuldades no abastecimento de água tratada, reclamação geral no Projeto de Assentamento. Existe uma turbina que capta a água do Rio Prata, distante cerca de 7 km, e com ela distribui-se a água no assentamento. Os moradores ainda assumem a responsabilidade de cotizar uma taxa mensal de R\$ 15,00/cada (valor em 2016) para que seja realizada a manutenção do equipamento.

No entanto, na época chuvosa, a água é “barrenta”, e no período das secas, não é suficiente para atender as 140 famílias. Atualmente, ela é distribuída somente para 90 famílias. Por não terem renda, os assentados não tiveram como arcar com o custo de um poço artesiano e, hoje em dia, a mesma razão os imobiliza. Agrava-se o contexto com a inércia da gestão municipal, que os obriga a assumir um gasto difícil e quase impossível para a maioria na manutenção do equipamento para terem água em suas propriedades. Pode-se afirmar que, pelos problemas decorrentes da água, o custo do quintal é maior em Nova Grécia.

A água é essencial para manter as plantações e os quintais. Recorda-se que os quintais têm uma produção variada e distribuída ao longo do ano, assegurando a diversificação de produtos para o consumo da família. Esta produção é seriamente comprometida na falta da água, uma vez que as assentadas desistem de investir seu tempo em lugares de risco, como esses apresentados.

No PA Cintia Peter e no Agrovila de Mambai, implantou-se um projeto de Agroflorestas com a orientação do ICMBio e da UnB, em 2015. A agrofloresta é um exemplo e tem proporcionado uma interface entre a produção e a sustentabilidade, o que é fundamental para a produção agrícola de base ecológica. Segundo Moreira e Carmo (2004), para a elaboração de um plano de desenvolvimento rural em bases agroecológicas é necessário pensar no aproveitamento dos

distintos elementos existentes na região, com harmonia e equilíbrio ecológico. A agrofloresta pode ser aplicada como aliada na preservação do Cerrado, já que a produção agrícola pode ser realizada nos próprios quintais dessas comunidades (quintais agroecológicos), que proporcionarão diversidade alimentícia, não sendo necessário o desmatamento de outras áreas para esse fim.

Na totalidade, seis mulheres no PA e oito mulheres na Agrovila aderiram ao sistema agroflorestral, justificando esse número também pela falta de água. Ilustraremos com alguns relatos sobre as vivências com os quintais dos moradores destes locais.

O casal Maria Teresa Silva e o Sr. Galego moram há 10 anos no PA Cintia Peter. Eles possuem acesso a água, mas há meses que eles ficam sem recebê-la, devido aos vazamentos nos canos e registro fechado, fato que prejudica a produção.

Trabalham com a agroflorestral, cultivam aroeira, eucalipto, cajuzinho, coco da Bahia, algodão, ananás, pinha, laranja, oiti, pitomba, imburana, andú, pitanga, palma, bananeira, ingá, baurú, abacaxi, mangaba, coentro, pimenta, cenoura, mamona, hortelã, banana, manga, laranja, abacate e goiaba. No roçado, cultivam mandioca e cana-de-açúcar (Figura 4). Também criam galinhas para o consumo e possuem cavalos. Todo o quintal foi plantado pela família e eles sempre decidem juntos, o que plantar. Todos ajudam nas atividades do lote, sempre trabalham juntos. “Se pegar de dois aumenta mais o serviço”, afirma a Dona Maria Teresa.

Figura 4: Agrofloresta na propriedade dos assentados Teresa e Galego. PA Cynthia Peter, Mambaí.



Fonte: L. Mesquita. Trabalho de Campo, jun. 2016



A sua produção é insuficiente para participar da feira, A Dona Teresa já realizou curso de beneficiamento do pequi, mas os conhecimentos que possuem sobre as plantas foram apreendidos no seu dia a dia com familiares e vizinhas. Afirma que a atividade que mais gosta de realizar é a de trabalhar na terra, ser lavradora. Dentre as maiores dificuldades de viver no meio rural, cita o fato de não ter um salário fixo e não ter meios para investir na propriedade, para comprar adubos e adquirir maquinários.

Maria Santos, 36 anos, o esposo Luciano e os três filhos moram no lote da mãe dela, que, atualmente, reside na cidade de Mambáí, porém o casal tem planos de construir uma casa para eles no lote.

Eles estão investindo na criação de galinha (ovos e carne para o consumo) e o cultivo, no sistema agroflorestal, de eucalipto, abóbora, noni, beterraba, cebolinha, laranja, pimenta, mandioca, coentro, alface, rúcula, erva cidreira e capim santo. Dona Maria, futuramente, planeja vender a produção na feira de Mambáí, pois sua mãe já tem um espaço lá. Já fazem conserva da polpa do pequi com vendas em Goiânia e em Brasília.

As árvores do quintal fazem sombra e dão frutos. Estes são utilizados para o consumo e para a produção de doces, os quais são para consumo e para venda. Maria salienta a importância da produção do quintal para uma alimentação mais saudável, pois produzem sem agrotóxicos.

Ela e o esposo trabalham em conjunto na horta, segundo a entrevistada, ela só não trabalha na roça, mas os serviços domésticos são realizados por ela e pelos filhos. Confessa que as atividades domésticas são cansativas, mas tem que fazer, pois é o papel da mulher.

Todavia, prefere viver no PA, pela tranquilidade e sossego. E dentre as dificuldades de viver no meio rural, cita a questão de sua autonomia, uma vez que não tem mais renda própria, como em Brasília, e depende financeiramente do marido. Ela poderia buscar um emprego fixo nas fazendas do agronegócio, que demanda por mão de obra, mas significaria abandonar por um longo período o lote. Ressalta que, no meio rural, o papel da mulher não é valorizado, nem pelos próprios moradores da região.

Olívia da Silva Gomes Costa e Sérgio Joaquim Costa são naturais de Mambáí/GO e moram no assentamento há 10 anos. Ela é participante ativa da Associação, pois o marido é o presidente. Acha importante se posicionar nas reuniões, acredita que todos possuem sua vez de falar.

Como fonte de renda, cria frangos e vende ovos. Na criação de frangos ela consegue aplicar alguns conhecimentos adquiridos no curso que participou ministrado pela Coopera-DR, sobre a criação destas aves.

Dona Olívia confessa sua satisfação com os afazeres de seu cotidiano. Além dos trabalhos direcionados ao cuidado da casa e das galinhas, possui um espaço do terreno onde implantou a agrofloresta. De acordo com a informante, a área poderia ser maior se a disponibilidade de água fosse favorável. Como a oferta de água não é suficiente para a manutenção das hortaliças durante o ano, ela planta apenas no período chuvoso.

Sueli Lima Barbosa mora no assentamento há 12 anos. Ela planta algumas hortaliças com objetivo de atender as necessidades familiares. Em sua percepção, se houvesse no assentamento maior disponibilidade hídrica, ela poderia plantar maior diversidade de vegetais e também comercializá-los. Atualmente, em sua horta existe coentro, cebolinha e alho. Já tentou em outros momentos aumentar o espaço para plantio, no entanto, sem irrigar, tudo que foi plantado pereceu. Como a Dona Olívia também cria galinhas vendendo na cidade e para os moradores do assentamento.

Ela participa dos cursos disponibilizados e também das atividades da Associação. Quando questionada a respeito da participação feminina nos cursos e reuniões da associação, Sueli afirmou que a presença das mulheres é bem maior que a dos homens. Garante que expressa sempre sua opinião e narra, como exemplo, um episódio no qual os homens estavam concordando com uma inverdade sobre a realidade do Assentamento, o que não a impediu de se posicionar contra e apontar a falsidade do argumento deles.

Sobre o cotidiano da casa, afirma que divide as tarefas com o marido e tem satisfação em realizar e cuidar de tudo. Entretanto, a atividade que mais lhe causa prazer é o cultivo da roça. Quando a época é boa para se plantar, ela dedica o dia todo nessa atividade. Sueli, procura complementar a renda, confeccionando tapetes e conserva de pequi vendidos nas cidades vizinhas.

Antônia Cardoso dos Santos, 52 anos, viúva, natural de Mambaí, possui o ensino médio completo e mora sozinha. De acordo com ela as principais dificuldades enfrentadas pelos moradores do Assentamento Cynthia Peter são a falta de água e ausência da coleta de lixo. Mesmo com as dificuldades apresentadas, a moradora afirma que consegue viver tranquilamente.

A sua principal fonte de renda é a comercialização de conservas dos frutos encontrados no cerrado. No último ano, preparou 360 litros de polpa de pequi e, aproximadamente, 180 garrafas foram vendidas. Os principais compradores foram de Brasília, no DF, e em Damianópolis - Goiás.

A Dona Antônia conserva em seu quintal, um espaço para aplicar aquilo que aprendeu nos cursos de agrofloresta, olericultura e cultiva plantas diversas, como: pimenta, laranja, abacate, manga, caju, acerola, cascudo (araticum), jenipapo, jatobá, feijão catador, arroz, mandioca.



Também, criam-se frangos e, no curral, ficam um boi e uma vaca para produção de leite consumido pela família.

Ela se sente feliz ao realizar as atividades no roçado. O último curso que participou foi o de confecção de sabão em pó feito de sebo. A política pública que tem acesso é a renda cidadã o que complementa a aposentadoria.

O Sistema Agroflorestal, convém esclarecer, é uma parceria entre ICMBio e UnB, sendo desenvolvido nos Assentamentos com o intuito de potencializar a produção em consonância com a conservação ambiental. Embora grande parte da população tenha participado de treinamentos e recebido bem esse sistema agrícola, o principal empecilho para a adoção do projeto é a falta de água na região.

5 VISIBILIDADE DA AUTONOMIA DA MULHER

É conveniente insistir que o trabalho e o papel da mulher na economia, a despeito de serem analisados no âmbito da casa e do quintal alcançam outras escalas. Neste caso, não perderemos de vista as políticas mais amplas buscando nexos, explicações que se denotem o elo entre eles. Isto é, das políticas e a realidade das condições de vida nos Assentamentos, aspecto que já o discutimos anteriormente (ALMEIDA, 2016).

Dona Cirene, do PA Nova Grécia, se desdobra entre os afazeres na panificadora, na casa e no quintal: de segunda a quinta-feira, ela se levanta às cinco horas e vai para a panificação. Chega a casa às 16 horas e realiza os serviços domésticos, também cuida dos animais do quintal, recolhe os ovos das galinhas, faz o jantar da família e, depois de comerem, ela lava e guarda as vasilhas, se ocupando com essas atividades até as 20 horas. Nas sextas-feiras, lava roupa, mas é também o dia de ir a Posse resolver problemas do Território da Cidadania, fazer contatos com Associações e outras instituições. Aos finais de semana, sai para passear nos vizinhos ou recebe a visita deles em casa. Diante da descrição da rotina da entrevistada, nota-se que ela realiza múltiplas jornadas de trabalho, porém a maioria “(...) sendo a mulher o sujeito (...) que sofre a invisibilidade de seu trabalho produtivo e reprodutivo no mundo rural, tão invisível quanto a produção proveniente dos próprios quintais” (QUARESMA, 2015, p. 39).

Ora, neste contexto, tem-se modificado o entendimento do papel da mulher, desaconselhando as generalizações. Além dos quintais, que aumentaram a autoestima das mulheres ao sentirem que poderiam gerar uma renda com seu trabalho, merecem destaque três outros aspectos que mudaram as perspectivas das mulheres nos assentamentos: a questão da terra, os programas governamentais e a representatividade política.

Desde 2001, por meio da Portaria n. 121, o Ministério do Desenvolvimento Agrário determinou que em todos os documentos finais de concessão de titularidade constem o nome do casal. Isso foi devido a ter-se constatado que somente 12% dos lotes distribuídos estavam com a titularidade em nome das mulheres. De acordo com Deere (2004, p.184), “essa mudança fortalece a posição de retaguarda das mulheres. (...) caso se separem, se divorciem ou fiquem viúvas possam garantir a metade da propriedade comum à qual tem direito nos termos dos regimes de casamento”. Perde-se a discriminação feminina por ser a despossuída e empodera-se a mulher pela posse legítima da terra.

No caso das assentadas, em 2009, Dona Cirene se vinculou ao Colegiado de Posse, por meio de um convite para representar as mulheres do município junto ao Território da Cidadania do Vão do Paranã. Ela afirma que, desde então, adquiriu mais conhecimento para conseguir os recursos para a propriedade e para o PA, que a partir desse momento tem suas demandas contempladas. Salienta a importância da diversidade no Colegiado e da participação das mulheres. Atualmente, o Colegiado é composto principalmente pela sociedade civil e diminuiu o número de representantes de órgãos e de técnicos. Essa realidade contribui para ampliar a participação dos(as) produtores(as) rurais, mas dificulta bastante o processo de acompanhar editais, de elaborar projetos que eles não têm conhecimento e prática.

Para ela, sua contribuição ao Território da Cidadania é importante e a mulher “não se valoriza até ver que é importante”. Defende que as mulheres devem ter participação mais ativa nas reuniões para aprender e entender sobre os seus direitos. Na primeira reunião elas podem ter dificuldades na compreensão, uma vez que os técnicos falam muito em siglas. Para ela, deveria ser mais o “português do produtor”; mas com o tempo elas passam a entender a importância do seu trabalho. Ela ressalta que “as mulheres precisam de conhecimento para tentar tirar o seu sustento do lugar”.

Pela Portaria já citada, do MDA, determinou-se que 30% dos créditos do Pronaf fossem, preferencialmente, concedidos às mulheres, pelo Pronaf-Mulher. Hernández (2010) afirma que o objetivo do MDA é reduzir as desigualdades entre mulheres e homens no processo de produção no campo; e a superação é possível com o equilíbrio entre mulheres e homens em termos de recursos econômicos, participação política e relações pessoais.

Entre os projetos de fomento acessados pelas mulheres do PA, Dona Cirene cita o Fomento Mulher, do Pronaf-Mulher, realizado por 50 mulheres, tendo 39 beneficiadas e alguns cursos realizados pela Cooper Paranã, que também faz a intermediação para a venda de pães para escolas. Com entusiasmo, ela fala sobre a produção de pães, rosca e peta fabricados por seis mulheres que



financiaram as máquinas e equipamentos com o Pronaf, e cuja produção é para escolas locais pelo PAA - Programa de Aquisição de Alimentos. Ela expressa ainda o interesse comum entre elas em um curso de panificação para ampliar a variedade de pães produzida, diante do sucesso obtido atualmente. Sobre projetos realizados anteriormente, como horta, artesanatos, sabão de mamão e doces, elas confessam terem tido muitas dificuldades em comercializar os produtos, gerando frustrações nas mulheres.

Desde 2009, com a criação do Território da Cidadania do Vão do Paranã, aumentou sensivelmente a participação de mulheres nas atividades associativas. Ilustra-se com o próprio Território da Cidadania, no qual, dentre os quatro comitês mais atuantes, destaca-se o Comitê das Mulheres.

Outras mulheres assumiram a direção de Coordenações e Associações no Norte e Nordeste de Goiás, além da Cirene, já apresentada. A vice Coordenadora do Território da Cidadania do Vão do Paranã é uma Tecnóloga em Agropecuária. Ela integra também o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), ligado aos movimentos sociais.

Em Posse, Maria Marly dos Santos é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Posse. Desde 2000, ela vinculou-se ao Sindicato quando foi convidada pela presidente naquele período para fazer parte da diretoria. Em 2014, se tornou a presidente. Hoje, há aproximadamente seis mil associados(as), porém, somente cerca de mil estão com as anuidades atualizadas.

Em Mambáí, Aurelina Pereira é Presidente da Associação do PA Banco da Terra, comumente conhecida como Agrovila. O PA tem 49 famílias e 29 lotes. Ela fez o curso de agrofloresta promovido pelo ICMBio, juntamente com mais cinco mulheres, e já levam seus produtos para a feira, aos domingos, em Mambáí. Dona Aurelina planeja aumentar sua renda oferecendo “comida da roça”, com produtos do seu quintal, para os visitantes das cavernas locais.

6 À GUIA DE CONCLUSÃO

O espaço social rural brasileiro contemporâneo e sua rede de pequenas cidades revela o meio rural não mais como lugar “arcaico” ou “atrasado”, mas como lugar “multifuncional”, onde se podem incorporar os avanços tecnológicos para o produzir, o habitar e o usufruir, com conservação dos recursos naturais. Neste lugar cresce a presença da mulher.

Embora o espaço rural ainda continue masculinizado e com valorização do trabalho exercido pelo homem, há fissuras que permitem vislumbrar a mulher e seus espaços. Neles, destacamos os quintais e o espaço do empoderamento da mulher rural.

O espaço que denominamos de quintais é parte do cotidiano e da existência das famílias rurais, é a extensão de sua moradia, além de lugar de produção de alimentos. Dessa maneira, o domínio do quintal é concomitante garantia de enriquecimento da alimentação e também identificação com o rural e com o campo.

Entendemos que cuidar dos quintais é cuidar da casa, uma vez que são extensões da moradia e parte do espaço vivido e do cotidiano. Também compreendemos que trocar experiências produtivas e de manejo de quintais com as mulheres assentadas é uma forma de entender a relação com a natureza e com o exterior, e ainda, possibilidade de um uso diferente desses espaços produtivos para melhorar a qualidade alimentar e, quem sabe, gerar excedente para trocas com vizinhos e nos mercados locais. No entanto, sem caracterizar isso como um fim, sendo apenas uma forma de agregar renda para adquirir produtos não cultivados no assentamento.

As mulheres rurais têm dificuldade em ver, por parte de outros, a valorização do trabalho exercido por elas. Contudo, diante do exposto, nota-se que ele em nada deve ser considerado inferior ou excedente.

Convém ressaltar dois aspectos que contribuíram para mudanças na postura das mulheres: a participação em encontros, junto com mulheres das cidades, possibilitou informações sobre os direitos humanos, fazendo reconhecer que seu trabalho tem valor, e buscasse mais visibilidade em meio as relações patriarcais; segundo, o movimento feminista tem papel fundamental, pois vem se articulando com movimentos sociais, sindicalistas de mulheres rurais para pensar como se dá a divisão sexual de trabalho.

A constatação de tal contexto para a mulher rural é somada com o reconhecimento de um processo crescente de sutis mudanças no papel, no trabalho e na condição da mesma. Com a atual geração de renda derivada da oferta de novos produtos originários do Cerrado, do agrofloresta mas passíveis de serem cultivados, certamente os quintais se fortalecem e dignificam o trabalho da mulher. Haja vista a motivação delas para ocuparem cargos nas Associações, em Projetos e Comitês, assumindo lideranças nas quais os homens tradicionalmente dominavam.

Atualmente, por mostrarem sua capacidade produtiva e de gerar renda, as mulheres têm o reconhecimento e respeito pelo Estado, que lhes concede linha de crédito específica; pela família, que colabora; e pela sociedade civil ao indicá-las ou nomeá-las para cargos de liderança. Elas assumem um protagonismo político pelo reconhecimento social e econômico. Finalmente, elas se sentem cidadãs no universo de vida que participam.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. G. Communautés traditionnelles de quilombolas dans le nord-est de Goiás: les arrière-cours comme expressions territoriales. **Confins (Paris)**, v. 1, p. 1, 2016.
- ALMEIDA, M. G. (Coord.). Troca de Saberes no Cerrado: Valorização dos Quintais, Segurança Alimentar e Cidadania nas Comunidades Kalunga em Teresina de Goiás. **Projeto de Extensão**. Goiânia: UFG/IESA, 2010.
- ANJOS, F. S. D.; Caldas, N. V.. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, 26(1), pp. 661-694, 2005.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CARVALHO, G. L. O turismo no Nordeste Goiano e a possibilidade de valorização da natureza e da cultura do Cerrado. In: ALMEIDA, M. G. (Org.). **Tantos Cerrados**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p. 251-270.
- DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1), p. 174-204, jan-abr. 2004.
- HERNÁNDEZ, O. Carmen. Reconhecimento e autonomia: o impacto do Pronaf-Mulher para as mulheres agricultoras. In: SCOTT, Parry (Org.); CORDEIRO, Rosineide (Org.); MENEZES, Marilda. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, p. 97-122, 2010.
- IBGE, 2010. **Censo Demográfico 2010 - notas metodológicas**, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- KARAM, Karen Follador. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Estudos feministas**, v. 12, n. 1, p. 303, 2004.
- KAYSER, B. Naissance des nouvelles campagnes. Paris: Ed. de l'Aube. 1996.
- MAIA, A. G; BUAINAIN, A. M.. O novo mapa da população rural brasileira. **Confins**, 25, 2015: Número 25.
- MENDRAS, H. (Dir.) **L'agriculture dans le monde rural de demain: a nouveaux enjeux, droit nouveau**. Paris: La Documentation Française, 1986.
- PEREIRA, B.; M. ALMEIDA, M. G. A biodiversidade nos quintais: uma relação com a territorialidade Kalunga. **GeoNordeste**, Aracaju, p. 48-63, 2012.
- QUARESMA, Amanda P. Mulheres e quintais agroflorestais: a ajuda “invisível” aos olhos que garante a reprodução da agricultura familiar camponesa amazônica. In: HORA, Karla (Org.); REZENDE, Marcela (Org.); MACEDO, Gustavo (Org.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**: Prêmio Margarida Alves. 4. ed., Brasília: MDA, p. 35-43, 2015.
- SCHNEIDER, S.; RONI, B. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD** 107, p. 109-135, 2011.

SILVA, M. A. M. Camponesas, fiandeiras, tecelãs, oleiras. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.); MEDEIROS, Leonildes S. (Org.). **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 163-186, 2013.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**. A perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento**: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

VIOLA, A. **Antropología del desarrollo**: Teorías y estudios etnográficos en América Latina. Barcelona: Paidós, 2000.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas—o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos sociedade e agricultura**, p. 87-145, 2013.

_____. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil-Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 2000 - revistas.ufpr.br. Disponível em <http://revistas.ufpr.br/made/article/view/22105>; Acesso em 1 de janeiro de 2000.

Recebido em setembro de 2016

Aprovado em novembro de 2016





ESTADO-CAPITAL-TRABALHO: ELEMENTOS PARA PENSAR O CASO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPPs) NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

STATE CAPITAL-LABOR: ELEMENTS TO THINK THE CASE OF PUBLICPRIVATE PARTNERSHIPS (PPPs) IN NORTHEASTERN SEMIARID

ESTADO-CAPITAL-TRABAJO: ELEMENTOS PARA PENSAR EL CASO DE ASOCIACIONES PÚBLICO-PRIVADAS (APP) EN EL NORESTE SEMIÁRIDO

Diego Pessoa Irineu de França

Doutorando em Geografia da Unesp-PP

E-mail: diego.pe.ssoa@hotmail.com

Antônio Thomaz Junior

Bolsista PQ-1/CNPq; Doutor em Geografia pela FFLCH/USP; professor dos Cursos de Graduação Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente;

Coordenador do CEGeT e do CETAS.

Email: thomazjr@gmail.com

RESUMO

O objetivo do presente artigo consiste em discutir o papel do Estado enquanto meio facilitador para apropriação da terra e da água na região da fruticultura irrigada, situada no semiárido do Nordeste brasileiro. Trata-se de enfatizar as ações no que tange a dominação dos recursos naturais, bem como discutir a articulação da esfera público-estatal que, a nosso ver, consiste na condição da existência do capital fruticultor, sobretudo quando pensamos as políticas de Perímetros Irrigados, que correspondem a um ordenamento territorial guiado à concessão de bens públicos a empresas privadas e de criação de infraestrutura que subsidiam tais empreendimentos. A ideia consiste em realizar um panorama dos mecanismos por meio dos quais o capital se expande por tais territórios, sobretudo por seu potencial estratégico, e exemplificar, com alguns casos, os conflitos daí decorrentes.

Palavras-chave: Estado; capital e trabalho.

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss the state's role as a facilitator for appropriation of land and water in the irrigated fruit-growing region, located in the semiarid region of Northeast Brazil. This is to emphasize the actions that respect the rule of natural resources, as well as discuss the articulation of public-state sphere which, in our view, is the condition of existence of the fruit grower capital, especially when we think the Irrigated Perimeters policies that correspond to land use planning led to the award of public assets to private companies and the creation of infrastructure that support such ventures. The idea is to carry out an overview of the mechanisms with which capital expands in such territories, especially for its strategic potential, and illustrate, with some cases, conflicts arising therefrom.

Keywords: State; capital and labor.

RESUMEN

El propósito de este artículo es discutir el papel del Estado como facilitador de la apropiación de la tierra y el agua en la región de cultivo de frutas de regadío, ubicada en el semiárido del Noreste de Brasil. Se trata de hacer hincapié en las acciones que respeten el estado de los recursos naturales, así como discutir la articulación de la esfera público-estatal que, en nuestra visión, es la condición de existencia del capital cultivador de frutas, especialmente cuando pensamos en las políticas de regadío que corresponden a la planificación del territorio orientada hacia la adjudicación de bienes públicos a empresas privadas y la creación de una infraestructura que soporte este tipo de iniciativas. La idea es llevar a cabo una visión general de los mecanismos con los cuales el capital se expande en dichos territorios, especialmente por su potencial estratégico, e ilustrar, con algunos casos, los conflictos.

Palabras clave: Estado; capital y trabajo.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto consiste em problematizar o papel do Estado enquanto agente que promove reordenação territorial, a partir das políticas de desenvolvimento, amparadas juridicamente na modalidade de Parcerias Público-Privadas (PPPs), que a nosso ver, na prática, atendem diretamente à finalidade de reprodução do capital e contribui constantemente para redefinir as formas de apropriação e de uso dos recursos naturais, vinculando-os à exploração do trabalho, nos territórios das áreas de fruticultura irrigada.

As PPPs, de modo geral, consistem em mecanismos jurídicos diferenciados que permitem delegar a agentes privados funções que seriam do Estado e, assim, reduzir a responsabilidade estatal-pública no que tange a melhoria das condições de vida e de trabalho em geral, sem do mesmo modo significar a extinção de novas modalidades de intervenção. Se nos serviços de saúde e educação, tal forma de delegar obrigações públicas já provocam graves problemas de gestão, fiscalização pública de recursos, flexibilização e precariedade, no caso das concessões de terra/água, assumem algumas particularidades, concernentes à intensificação da exploração de trabalhadores e trabalhadoras, envolvidas direta e indiretamente com a produção fruticultora.

Neste sentido, entender o complexo formado com a fruticultura existente no semiárido nos remete a ideia de *Agrohidronegócio* cunhada por Thomaz Junior (2009) para denominar o processo desenfreado de apropriação da terra e da água. Assim, esta concepção torna-se bastante operacional no caso dos Perímetros Irrigados (PIs), criados em forma de PPPs, à medida que enxergamos uma trama complexa de relações no processo de territorialização do capital.

Por se tratar de bens que em potencial tem grande importância para o desenvolvimento da vida e de trabalho autônomo, o par terra/água acaba sendo estratégico para os grandes grupos empresariais, pois à medida que tais agentes privatizam os usos desses recursos o próprio capital cria um conjunto de mão-de-obra excedente, de baixo custo, para ser explorada nestas localidades. A estes sujeitos são relegados os piores tipos de ocupação laboral, como se fossem únicos e inevitáveis.

Este processo de modificação da divisão social e territorial do trabalho, já evidenciado em pesquisas anteriores por Bezerra (2012) e Dourado (2014), tem provocado constantes reconfigurações territoriais, através da pressão exercida pelas empresas sobre o território, o que expressa um processo generalizado de privatização da natureza, cujos rebatimentos sociais são



fortemente sentidos, seja na degradação da natureza, seja pela intensificação da precarização da vida.

Analisaremos alguns casos de precariedade intensificada em áreas de perímetro irrigado em Pernambuco-PE e no Ceará-CE, articulando tais processos específicos às tendências gerais impostas pelo modelo flexível de acumulação, que se expandiu rapidamente pelo mundo, impondo diferentes maneiras produtivas, cujos principais efeitos, a extinção ou redução dos vínculos trabalhistas, bem como complexas formas de extração de trabalho não-pago, podem ser identificadas nesta localidades na forma generalizada de precarização. Tais maneiras variam desde a absorção da renda da terra, quando um camponês se articula às empresas fruticultoras (através do sistema de integração), à forma de emprego por metas de produção, até o assalariamento direto.

O processo ora descrito revela a multifuncionalidade expressa na plasticidade do trabalho, como observou Thomaz Junior (2009). Isso significa que existe uma articulação específica entre o capitalismo *pós-fordista* ou *regime flexível de acumulação*, que ganhou maior expressividade após final dos anos 1970 e atingiu, em distintas intensidades, toda a cadeia agroindustrial brasileira, na atualidade.

O caso das PPPs aplicado a questão da apropriação de novas terras, bem como da privatização das águas (superficiais e subterrâneas) é esclarecedor para entendermos o que está por trás desse conjunto de modificações que, nos últimos anos, vem ocorrendo em termos de flexibilização das leis do trabalho, das leis ambientais e das leis que ordenam o território. Mesmo que tais medidas apareçam encobertas pela falácia de “modernização” do Estado brasileiro, diante de uma competitividade institucionalmente assumida, por ruralistas, empresários etc., ligados ao agronegócio, o que está em jogo é a privação dos direitos dos trabalhadores do campo (camponeses, assalariados rurais, etc.) de ter acesso à terra, à água, autonomia de suas vidas, a soberania alimentar, a integridade ambiental, etc.

Como observa a Rede Brasileira de Direitos humanos, o vínculo existente entre a especulação de terras no Brasil, e a expansão territorial do agronegócio monocultor, encharcado de agrotóxicos, não só provocou graves danos ambientais, como comprometeu a vida de populações tradicionais em várias regiões. Os interesses do capital financeiro, sobretudo após a crise de 2008, causou aquilo que Harvey (2004) chamou de expansão geográfica do capital sobreacumulado, cujo efeito maior está sendo as espoliações em massa.

Essa ampliação do interesse pela terra, pela água, pelos recursos naturais, em geral, enquanto forma de gerar lucros rápidos, mesmo que às custas das expropriações no campo, da degradação da vida dos trabalhadores e trabalhadoras, compromete formas de produção fundada na

agroecologia camponesa, na autonomia etc. Enfim, constitui-se um processo ininterrupto de desrespeito de uma infinidade de direitos, levado a frente por uma (i)racionalidade sistêmica que não enxerga nada mais que a lucratividade enquanto horizonte.

2 CRISE DO CAPITAL, REDEFINIÇÃO DO ESTADO E OS REBATIMENTOS SOBRE O TRABALHO

Começamos com uma nota pessoal que representa um elemento metodológico fundamental para a construção da pesquisa em Geografia e do presente texto. O interesse em estudar o presente tema se deu por duas razões elementares. Primeira, pela relevância social que adquire nos tempos de crise civilizatória – quando assistimos o agravamento das condições de vida de milhares de pessoas no mundo –, em que a terra, a água e o trabalho retomam sua centralidade no debate. Segundo, porque é exatamente esse eixo de discussão, que parte dos conflitos territoriais, o elo para compreender um conjunto de relações sociais e com a natureza inseridas nesta nova ofensiva expansionista do capital no século XXI.

É consenso entre um conjunto de intelectuais (Mészáros, 2011; Antunes, 2009; Thomaz Junior, 2011; Harvey, 2004; Chesnais, 2015) que a partir dos anos 1970 inicia-se um processo qualitativamente diferenciado nos processos de acumulação capitalista, por muitos denominados de *financeirização econômica*. Mesmo com divergências acerca do termo a ser usado, não resta dúvida de que a partir de então presenciamos uma tendência geral de mercantilização da natureza, de privatizações e de precarização do trabalho em escala cada vez maior. Basta considerarmos o desemprego estrutural estimado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê cerca de 200 milhões de desempregados no mundo em 2017, para que tenhamos ideia da gravidade do processo em curso. É o mesmo que dizer que um Brasil inteiro estará sem empregos formais. Embora não signifique que estarão sem trabalhar, pois grande parte desses desempregados e/ou trabalhadores descartáveis gestados pelo metabolismo do capital são constantemente incorporados às atividades precárias de serviços.

Tal fato significa que o capital financeiro *sobreacumulado*, sem encontrar formas de investimentos lucrativos, faz reviver formas brutais de acumulação em diversas regiões do mundo, que são típicas às que Rosa Luxemburgo já evidenciava no início do século XX, e que vai ter na acumulação por *espoliação* sua expressão contemporânea, recolocando milhares de seres humanos num estado de insegurança constante (HARVEY, 2004).



A partir do momento que os meios essenciais que garantem a vida de populações inteiras são convertidos em mercadorias, o resultado é uma expropriação em massa dos territórios, convertendo milhares de pessoas em mão de obra “livre” a ser explorada de forma precária e intensa, seja nas fazendas, na indústria civil, nas carvoarias, no corte da cana de açúcar e/ou na fruticultura etc.

O crescimento ilimitado típico da natureza do capital impõe a alienação e a expropriação, sobretudo modificando e sofisticando as formas de controle social. O significado da chamada crise estrutural é evidenciado por Thomaz Junior (2011) enquanto a instauração da civilização da barbárie, cuja repercussão social e territorial dos efeitos e dos problemas gerados na acumulação do capital financeiro, se expressam com maior intensidade sobre os diferentes setores produtivos. Como mostra o autor, tais repercussões no mundo do trabalho, não dizem respeito apenas a intensificação dos ritmos, tempos e processos de trabalho, mas da constante redefinição e múltiplas formas que o trabalho assume no século XXI. Há por esta razão, segundo o autor supracitado, algumas

limitações dos referenciais explicativos diante do universo do trabalho, no qual convivem, *pari passu*, formas essencialmente capitalistas de trabalho (assalariado típico), formas mais precarizadas, tais como as diferentes formulações da informalidade, as formas temporárias, para nos referirmos aos *part-time-workers*, *temporary-workers*, *casual-workers*, vinculados à formulação fundante de Huw Beynon, de “hyphenated workers”, ou trabalhadores hifenizados. Da mesma maneira que o teletrabalho, as expressões da terceirização, formas não capitalistas, como o camponês (posseiro, extrativista, pescador artesanal, arrendatário/meeiro etc.), toda a plêiade da informalidade, trabalho autônomo, domiciliar etc. (THOMAZ JUNIOR, 2011, p. 312)

Esta talvez seja a face contemporânea do processo que Marx descreveu como *acumulação primitiva* em *O Capital*, em que a separação dos meios de produção dos trabalhadores relativamente autônomos (muitos, dependentes da terra), representou não apenas a perda de um modo de vida específico, permeado de cultura e costumes, como descreve Thompson (1998) em *Costumes em Comum*, mas o início de uma nova sujeição do conjunto de trabalhadores e trabalhadoras a um ritmo de ocupação do qual eles não possuíam mais domínio, pois as máquinas e o sistema técnico à elas articulado passaria a controlar os sujeitos, ditando quando, quanto, onde e como deveriam realizar suas atividades.

Desta maneira, aquele tempo de trabalho *guiado pelas tarefas* do cotidiano, caracterizado por uma maior liberdade, típico do sujeito que trabalhava com seus próprios meios, tendeu a dar lugar a um tempo controlado da “fábrica” que, em última instância, significou um controle amplo e totalizante sobre a vida. O termo entre aspas significa que a atualidade complexifica, ainda mais, as

formas de controle social, tendo em vista a emergência de novos arranjos dos processos produtivos que articulam os diferentes setores.

Entretanto, com o advento do que muitos autores denominam de pós-fordismo ou de regime de *acumulação flexível* observamos uma inversão do controle social que tende, de maneira geral, a partir da ideologia do empreendedorismo, ou de um suposto “faça você mesmo”, estabelecer um sistema de *autocontrole* da força de trabalho em que os próprios sujeitos passam a ampliar seus ritmos e jornada de trabalho em função dos imperativos do mercado e da sua própria necessidade de sobreviver num mundo em que se reduzem drasticamente os empregos formais e a seguridade social.

Nesta perspectiva, a análise geográfica que parte do território, não enquanto algo dado e acabado, mas enquanto processo contínuo de transformações decorrentes da luta de classes e da mobilidade do trabalho, que identifica a partir das singularidades de tais processos elementos generalizantes de emancipação, contribui significativamente para revelar as tramas de relações daí decorrentes.

Iniciar a discussão nesta perspectiva significa dar atenção a dimensão relacional dos processos sociais *geograficizados* no território (MOREIRA, 2002), bem como vislumbrar o papel dos sujeitos que se articulam aos embates e na resistência anticapitalista. Visamos com isso não apenas apreender *aprioristicamente*, a partir de um conjunto categorial, a racionalização instrumental exercida sobre o território pelos agentes hegemônicos, tendo no Estado o ente de legitimação do controle territorial pelo capital. Mais que isso, buscamos visualizar que, concomitantemente à contradição da dominação, recriam-se constantemente formas de resistências que sinalizam a necessidade e a possibilidade histórica de superar a exploração do trabalho.

3 CONFLITOS TERRITORIAIS NO BRASIL E AS ESPECIFICIDADES DAS ÁREAS DE FRUTICULTURA IRRIGADA NO VALE DO SÃO FRANCISCO-PE E NA CHAPADA DO APODI-CE/RN

A interpretação acerca dos conflitos territoriais que vem ganhando espaço em várias regiões do Brasil, sobretudo os que marcam a luta pela terra, pela água e pela autonomia dos territórios, necessariamente se vincula aos processos de resistências do trabalho contra a expropriação e pela retomada dos meios que podem garantir sua reprodução social emancipada da exploração. Independente dos níveis de consciência social que emergem dos conflitos, mediados por diversos movimentos sociais em luta, variando quanto às formas de organização e pelas limitações materiais,



a *geograficidade* (MOREIRA, 2002)¹ da luta de classes, revela a iminência das lutas que brotam constantemente do próprio processo contraditório de territorialização do capital no campo.

De acordo com Thomaz Junior (2009) os conflitos territoriais têm se alastrado de maneira mais rápida e avassaladora, especialmente nas áreas hegemônicas pelo *agrohídronegócio*, ao se referir a apropriação desenfreada e destrutiva que o capital provoca sobre as melhores, as mais planas e as mais férteis terras do Brasil. Tal denominação torna-se operacional analiticamente, pois geralmente quando consideramos que o Brasil intensificou a produção de *comodities*, nos últimos anos, fazendo com que as melhores terras estivessem à disposição de grandes corporações, nem sempre consideramos que tais terras se encontram sobre os principais corpos hídricos superficiais e subterrâneos. É assim com a cana de açúcar no estado de São Paulo, onde além da disponibilidade dos rios, o capital tem a sua disposição cerca de 50 bilhões de metros cúbicos do aquífero Guarani que está presente no subterrâneo.

Ainda conforme o autor supracitado:

o acesso às terras, seja pela titularidade (legal ou grilada), seja por meio de contratos de arrendamento etc., é a garantia que o capital, identificado como agronegócio (grandes grupos econômicos nacionais e transnacionais), requer para reproduzir-se e apropriar-se dos meios de produção e controlar o tecido social, mediante o acionamento dos dispositivos das esferas da produção, da circulação, da distribuição, do consumo, bem como especulativos. Esse reinado do capital agroindustrial (agronegócio), ainda pouco estudado, considerando-se as múltiplas determinações do processo de consolidação do capital no campo e as redefinições campo-cidade em marcha nesse início do século XXI, com ênfase à soja, ao milho e à cana-de-açúcar, no Brasil, nos estimula a pensar na hipótese do Polígono do Agrohídronegócio, em extensão à denominação Polígono do Agronegócio [...] (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 303).

De maneira particular, também observamos que a ofensiva sobre às terras na região semiárida do Nordeste, representa um interesse crescente na grande disponibilidade hídrica ao longo da bacia do Rio São Francisco (e na região da Chapada do Apodi), principalmente no submédio, onde se encontra o Polo fruticultor de Juazeiro-Petrolina. Nestas áreas desenvolve-se uma agricultura completamente tecnificada que segue os moldes da monocultura tradicional estabelecida pela *modernização conservadora*, com destaque para quimificação dos solos e das plantas, o uso intenso de água, a padronização bio-genética de espécies vegetais, etc.

Há, neste sentido, uma racionalização instrumental desse espaço com a finalidade centrada na acumulação de capital que desconsidera qualquer tipo de especificidade natural/climática da

¹ Termo utilizado por Ruy Moreira (2002) para designar a dimensão espacial da luta de classes ou até dos processos sociais que não existem, independente da dimensão espacial, mas, contrariamente, possuem uma interdependência constante.

região semiárida, invertendo à lógica da convivência pela lógica destrutiva do *combate à seca*. Esta última, por sua vez, ao invés de preconizar o uso sustentável da terra e da água para a produção de alimentos limpos e saudáveis, destinados a uma grande quantidade de pessoas, contrariamente, busca legitimar o financiamento de grandes obras de irrigação (canais e açudes etc.), que além de financiados com dinheiro público, são apropriados por poucos grupos de empresários do agronegócio e privam milhares de pessoas de ter acesso, o que faz do maior problema do semiárido continuar sendo “*as cercas e não a seca*”.

O exemplo dos Perímetros Irrigados (PIs) são esclarecedores dos processos de mercantilização, apropriação e privatização mencionados anteriormente. Tais perímetros, correspondem a um ordenamento territorial orquestrado pelo Estado, visando à transferência de terras e águas públicas ao capital privado de grupos investidores, com origem em várias nacionalidades (SOUZA, 2015).

Atualmente, a grande quantidade dos PI's em funcionamento e em fase de implantação² no Nordeste semiárido, demonstra a continuidade e a ampliação da intervenção “pública”, seja através do Departamento de Obras Contra Secas (DNOCS) e/ou da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), que consistem nos órgãos executores das obras que facilitam a territorialização das empresas. Tal política de intervenção do Estado consiste no lançamento de editais de Parcerias Público-Privadas-PPP, destinadas a conceder o uso da terra e da água³ a empresas do setor agroexportador.

Nestes casos mencionados acima, sobretudo nas experiências mais recentes, tem provocado um conjunto massivo de conflitos territoriais, pois tais medidas hierarquicamente pensadas de “cima” atingem os territórios, representando não apenas uma maneira de flexibilização das leis e da facilitação à apropriação privada dos recursos, mas a recriação, atualização e legitimação de “velhas formas” de subordinação do trabalho, como o trabalho por produção, os contratos temporários, e o regime de integração, que se assemelha ao antigo colono das fazendas descritos por Octávio Ianni (1984) em *As Origens Agrárias do Estado brasileiro*, ou até aos moradores de condição narrados por Manuel Correia de Andrade em *A Terra e o Homem no Nordeste*. Ambos os casos só evidenciam que nesta região o “arcaico” e o “moderno” estão muito imbricados na configuração territorial do presente.

Ora, ao mencionar a base das relações existentes entre o grande capital e o mercado de terras no Brasil, Delgado (2012) explicita a funcionalidade estatal e do que chama de uma

² Até novembro de 2014 existiam 36 Perímetros Irrigados (PI's) coordenados pelo DNOCS, distribuídos em 6 Estados. Além desses, haviam 34 PI's em plena produção, 6 em fase de implantação e 3 em fase de estudos, que totaliza 43 PI's sob a tutela da CODEVASF (2014).



tecnoburocracia destinada a viabilizar os ganhos de capitalistas a partir da criação de condições favoráveis à determinadas empresas ou determinados grupos que terão acesso a benefícios especiais. Tais vantagens se assemelham com as formas de concessão de terras e águas existentes na política implementadas no Vale do rio São Francisco, onde:

[...]essas mesmas condições credenciadoras – referidas pelo autor citado –, elegem *a priori* um grupo determinado de empresas ‘hábeis’ a receber determinados favores (áreas públicas a colonizar, infraestruturas públicas em novas áreas, etc.), tornando-as beneficiárias exclusivas de **uma renda da terra capitalizada**. Isso tudo implica, na prática, em patrocinar ganhos monopólicos àqueles capitais mais ágeis em integrar aos requisitos e as exigências institucionais. Este processo, que em última instância corresponde à transferência de funções do direito público para o domínio privado, engendra formas de uma virtual privatização do Estado (DELGADO, 2012, p. 62. Grifo nosso).

Um fato importante a ser enfatizado consiste que a arbitragem da esfera “pública” destinada à criação das condições para a apropriação privada da terra, sobretudo nos casos que estudamos, não busca apenas criar para o capital a possibilidade de obter a renda da terra, pois as redefinições das formas de propriedade viabilizada por tal reordenamento territorial, em função da fruticultura capitalista, também implica em maior precarização dos trabalhadores envolvidos sob diferentes maneiras com tal setor. Ou seja, a fruticultura atual tem intensificado os processos de flexibilização e precarização pré-existentes, como podem ser vistos nos casos de integração de pequenos produtores à cadeia produtiva de grandes empresas.

As PPPs consistem numa maneira de promoção do capital a partir das concessões, estabelecendo mecanismos jurídicos diferenciados que permitem, dentro de uma “legalidade” jurídica pré-estabelecida e imposta, transferir recursos públicos para empreendimentos de uso privado. Nesta perspectiva, visa reduzir a responsabilidade estatal-pública no que tange a melhoria das condições de vida e de trabalho em geral (como concessão de terras para pequenos colonos, que mesmo diante das falhas ainda garantiam alguns ganhos), que provocam graves problemas de gestão, fiscalização pública de recursos, flexibilização e precariedade.

Neste caso das concessões de terra/água assumem algumas particularidades, concernentes à intensificação da exploração de trabalhadores e trabalhadoras, envolvidas direta e indiretamente com a produção fruticultora, pois muitos trabalhadores são privados do acesso à terra e a água pela expansão avassaladora com que os grupos se territorializam, não havendo outra alternativa se não os processos de trabalho pela via da integração precária, da perda dos vínculos trabalhistas, etc. Em suma, é desta maneira fatalista que o capital impõe a precariedade aos trabalhadores enquanto inevitável, e como se não houvesse outra alternativa de desenvolvimento para o semiárido.

Os grandes grupos do agrohidronegócio (THOMAZ JUNIOR, 2009), além de privatizarem os bens naturais recria este conjunto de trabalhadores descartáveis e excedentes, que são superexplorados nestes territórios. Tal processo, como mencionamos anteriormente, provoca rebatimentos direto sobre o território, expressando uma generalizada onda de privatização da natureza, ampliando os conflitos territoriais e os impactos sociais, como observaremos, a seguir, nos casos das PPPs em Petrolina-PE.

O caso das concessões de terra e de água realizada pela Companhia do Vale do São Francisco e do Parnaíba constitui um bom exemplo dessa relação entre um Estado a serviço do capital. Em um dos trechos que consta no edital número 060 de 2012, tratando-se da questão de concessão patrocinada do PI Pontal, que destinará o uso da terra, observamos claramente a “atividade integrada” enquanto critério “técnico” necessário às empresas. Nos termos do próprio documento oficial, lemos o seguinte: *“para a prestação do serviço público de irrigação será apurado por meio do número de hectares da Área Irrigável do Perímetro Pontal na qual a Licitante se compromete a promover a produção agrícola sob o regime de Integração.”*

Em síntese, o sistema mencionado funcionaria da seguinte maneira: as terras seriam concedidas a(s) empresa(s) vencedora(s) de um processo licitatório. Esta(s), por sua vez, seria(m) responsável pela conversão de no mínimo 25% de pequenos produtores articulados à sua cadeia produtiva. Deste modo, as empresas teriam a sua disposição a força de trabalho, mesmo inexistindo qualquer vínculo empregatício formal. Trata-se, portanto, de uma (“bela”) maneira de subordinar ainda mais a condição do trabalhador às condições de acumulação flexível da era pós-fordista ou até de recriar antigas formas de sujeição do trabalho, como observamos nos trabalhos de campo nas áreas de fruticultura.

Como podemos observar em outros documentos presentes no próprio site da CODEVASF, a propaganda explícita destinada a atrair investidores, seja exaltando vantagens ambientais-climáticas do Vale do São Francisco, como a disponibilidade de terras e de água para o agronegócio, seja enaltecendo a disponibilidade de infra-estrutura pública, evidencia cada vez mais essa indissociável articulação do poder estatal com o capital no processo de mercantilização em curso:

O projeto de irrigação Pontal está localizado no Município de Petrolina, na região semi-árida do Estado de Pernambuco no nordeste do Brasil (Vale do rio São Francisco). A região de Petrolina atualmente exporta mais de US\$ 100 milhões em frutas/ano, em sua maior parte em terras irrigadas. A região do Pontal **possui uma infra-estrutura logística estabelecida para exportação, incluindo três portos e estradas em boas condições**. Além disso, o aeroporto de Petrolina, a aproximadamente 40 km do Pontal, já está administrando aviões de carga que exportam frutas para outros continentes [...] é uma oportunidade atrativa para empresas de desenvolvimento de infra-estrutura se envolverem em uma concessão



de longo prazo para construção e operação de infra-estrutura de irrigação no setor de agronegócio brasileiro, que se encontra em fase de rápido crescimento. É também uma oportunidade única para investidores do agronegócio se posicionarem em uma região **com vantajosas condições para produção de frutas, tanto em termos de clima e disponibilidade de água como de uma estabelecida cadeia logística para exportação à mercados internacionais.** (Grifo nosso)⁴.

Da mesma maneira, no Estado do Ceará-CE, podemos observar a ênfase destinada às características da natureza enquanto elemento para o capital obter vantagens com seus empreendimentos na Chapada do Apodi⁵. Diz o texto que enfatiza as condições ambientais:

A área apresenta grande uniformidade do ponto de vista topográfico, já que constitui apenas uma fração do vasto planalto da Chapada do Apodi. O relevo é plano com declividade dominante inferior a 2%, observando-se apenas pequenas áreas ligeiramente deprimidas como variação nas condições da morfologia geral da área. As condições do relevo são, assim, amplamente favoráveis para a mecanização agrícola. **Para irrigação por gravidade, as necessidades de movimentação de terras para sistematização serão mínimas, haja vista a grande uniformidade do terreno e os declives pouco acentuados.** A ocorrência de áreas com relevo sub-côncavo, características de terrenos desenvolvidos sobre materiais calcários, constitui condicionante em relação à drenagem, já que, na maioria dos casos, conformam depressões fechadas que acumulam água na estação chuvosa. Na área do perímetro irrigado são encontrados diversos tipos de solos, destacando-se o cambisol, o podzólico, e o litólico eutrófico.

O que fica claro nos exemplos pontuais mencionados acima e que expressam processos bem mais amplos em andamento, é de que na era da financeirização da economia, assistimos essa intensificação desenfreada dos processos de privatização e mercantilização da natureza, que por sua vez não estão desvinculados da onda crescente de precarização das condições de vida e de trabalho nos diversos setores produtivos. Neste caso, a fruticultura e outras atividades existentes no semiárido nordestino assumem algumas particularidades, de modo que, neste ambiente, a degradação dos seres humanos que trabalham tende a ser ainda mais cruel, intensa e desrespeitadora aos direitos.

Outro exemplo desses processos de ofensiva do capital sobre a terra pode ser observado nas experiências dos conflitos existentes na Chapada do Apodi, tanto no Estado do Ceará quanto no Rio Grande do Norte. No primeiro, enfatizamos os embates em torno do Perímetro Jaguaribe Apodi,

⁴ Disponível em: <http://ppp-projetopontal.codevasf.gov.br/licitacoes/ppp-projetopontal>.

⁵ “A Chapada é constituída de arenitos da formação açu e calcários da formação Jandaíra, sendo este último responsável pela cobertura da parte superior da Chapada, proporcionando a formação de solos do tipo cambissolos. A permoporosidade das rochas sedimentares permite a infiltração d’água durante as chuvas, contribuindo para a alimentação do Aquífero Jandaíra (SOUZA, 2002; COSTA, 2009 apud Dossiê dos Perímetros Irrigados/ Jaguaribe Apodi). Tal formação abrange tanto o estado do Rio Grande do Norte quanto o Ceará e torna indispensável para os movimentos sociais pensar estratégias conjuntas tanto em relação a gestão conjunta das águas quanto em organizar frentes de lutas em comum, como vem ocorrendo durante o evento que revive a memória do mártir Zé Maria do Tomé, que foi assassinado em 21 de abril de 2010.

localizado no município de Limoeiro do Norte-CE e que foi formado nos anos 1980 (ADECE, 2011), sob a tutela do Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS). Atualmente tal PI conta com uma área de ampliação do projeto, onde serão feitas novas concessões para empresas do agronegócio. Desde sua implementação inicial, tal projeto trouxe consigo as marcas reais do destrutivismo imanente do capital (MÉSZÁRUS, 2011; THOMAZ JUNIOR, 2011), pois além dos conflitos socioambientais (MARINHO, 2010; PEREIRA, 2013) provoca a expropriação em massa.

Tal característica destrutiva foi evidenciada por Freitas (2011), que ao analisar os documentos do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária e DNOCS, referentes à seleção de irrigantes entre 1991 e 1992, constatou que dos 268 desapropriados, 71 (22%) deles não foram selecionados para a primeira etapa do PI, ou seja, foram expropriados. Em 2002, foi formada a Associação dos Ex-irrigantes do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (AIJA) em resposta a expropriação de cerca de 100 famílias. Além disso, tal pesquisa evidencia as mudanças na estrutura do Estado neoliberal que incentivou a chegada de empresas transnacionais e nacionais no PI's, o que contribuiu significativamente para a espoliação dos povos da chapada.

Além disso, a partir dos trabalhos de campo que realizamos nas localidades, observamos que é comum identificarmos trabalhadores que se encontram (ou estiveram por algum momento) vinculados às empresas e envolvidos nos processos de luta pela terra. Constituem, portanto, sujeitos que necessitam se assalariar temporariamente, mesmo em atividades precárias e/ou nos contratos temporários, para alimentar as lutas pelo acesso à terra e a água, bens cada vez mais escassos com a ofensiva do capital. Retomando as ideias de Thomaz Junior (2011) teríamos grandes limites explicativos se desconsiderássemos o que ele chama de *plasticidade do trabalho*, que permite identificar os processos de mobilidade tanto funcional quanto territorial do ser que trabalha.

À medida que os grupos empresariais da fruticultura (Del Monte, Frutacor etc.) promovem uma intensificação dos processos de privatização da natureza e redefinem as formas de exploração e mercantilização do trabalho, notamos, concomitantemente, a ação organizada dos movimentos sociais (movimento 21)⁶ que buscam construir um ambiente de resistências destinados a pressionar o Estado (DNOCS) a distribuir terra e água aos trabalhadores dentro da segunda etapa do PI Jaguaribe-Apodi. Com esse intuito, as ocupações, as passeatas, as interdições de canais fluviais que abastecem as empresas são as ações mais frequentes dos movimentos. Todos esses conflitos se dão

⁶ O Movimento 21 corresponde a um conjunto de movimentos sociais que decidiram se juntar, a partir de 2010, para fazer frente às empresas nacionais e multinacionais do agrohidronegócio, na Chapada do Apodi (CE). A referência ao dia 21 de abril tem relação com a data em que foi assassinado o militante ambientalista Zé Maria do Tomé, residente na Comunidade do Tomé, no município de Limoeiro do Norte-CE.



principalmente devido à natureza da política de PI ser atrelada aos interesses do capital e contribuir muito mais à dominação que a emancipação dos trabalhadores⁷

Os casos de precariedade mencionados acima, em que diversos sujeitos veem suas jornadas de trabalho intensificadas nas áreas de perímetro irrigado em Petrolina-PE, mesmo diante das redução e/ou extinção dos vínculos formais, articulam tais processos específicos às tendências gerais impostas pelo modelo flexível de acumulação, que mencionamos em páginas anteriores.

Como vimos, as PPPs significaram a reconfiguração institucional voltada a apropriação de novas terras, bem como da privatização das águas (superficiais e subterrâneas), nos últimos anos, o que necessitou uma reconfiguração institucional de leis que ordenam o território aos moldes da reprodução do capital. Assim sendo flexibilização das leis ambientais, das leis de concessões, das leis do trabalho representam um conjunto complexo desse movimento do sociometabolismo em seu afã por exploração dos recursos territoriais. O que se coloca em questão é que a privação dos direitos aos trabalhadores do campo de ter acesso à terra, à água, autonomia de suas vidas, a soberania alimentar, a integridade ambiental etc., significa um problema amplo a ser superado à medida que as ações do Estado tendem a expandir tal desenvolvimento destrutivo.

Portanto, longe de tratar-se de uma mera problemática jurídica, as concessões sinalizam um amplo processo de controle territorial, de reordenamento e refuncionalização do território em favor de interesses estratégicos do capital, pois a superexploração da terra/água, do trabalho inerentes ao território, se constitui, cada vez mais, uma condição que garante a acumulação, diante das crises enfrentadas pelo capital.

O regime de acumulação flexível se configura, principalmente, por estabelecer uma nova maneira de acumulação capitalista em diversos setores. Na era de predominância do fordismo do pós-guerra (mesmo não atingindo uma plenitude nos países periféricos como o Brasil)⁸, a característica da seguridade e da estabilidade constituía uma realidade, pelo menos em um número reduzido de países de capitalismo central, onde o Estado aparecia não apenas como forte interventor na economia, mas também como responsável pela seguridade social (HARVEY, 2004).

No chamado pós-fordismo, ao contrário, inicia-se um conjunto de modificações que buscam valorizar a ideologia da “redução estatal”, estimulando processos de flexibilizações, tanto de leis quanto das formas de trabalho existentes. Como mostra Harvey (2004, p. 130):

⁷ Essa recusa pode ser vista em algumas notícias veiculadas pelo próprio DNOCS. Ver: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/05/dnocs-refuta-solicitacao-do-mst-sobre-perimetro-jaguaribe-apodi>> 11-02-15.

⁸ Vale ressaltar que no Brasil, como em grande parte dos países da América Latina, o capitalismo tardio aqui desenvolvido, não só não completou as reformas básicas de uma nação capitalista desenvolvida, como uniu o arcaico ao moderno, modernizando o latifúndio e, com isso, intensificando as desigualdades e os problemas sociais. Ver a esse respeito: Fernandes (2015), Osório (2014).

Só depois de a crise geral de sobreacumulação ter-se tornado aguda veio o movimento [neoliberal] ser levado a sério como alternativa ao arcabouço Keynesiano e a outras estruturas mais centradas no Estado de formulação de políticas. E foi Margaret Thatcher quem, buscando uma estrutura mais adequada para atacar os problemas econômicos de sua época, descobriu e voltou-se para seu corpo de pensadores em busca de inspiração e de recomendações depois de eleita em 1979.

Ora, Harvey (2004) argumenta que os governos autoritários de Thatcher e Reagan redefiniram a orientação do Estado, que logo abandonou a busca do bem-estar social e passou a implementar ativamente os processos de acumulação de capital. Seguindo este processo, o FMI e o Banco mundial mudaram rapidamente seus parâmetros de política, de modo que, em pouco tempo, a doutrina neoliberal passou predominar. Primeiramente no mundo anglo-saxão e mais adiante em boa parte da Europa e do mundo. Com a supremacia de tal doutrina, que passaria a guiar as ações estatais, a liberação e a privatização constituíram a principal marca. Deste contexto, derivou-se os mais violentos processos de espoliação – sobretudo no mundo subdesenvolvido –, onde um conjunto de bens públicos e ativos de propriedade estatal foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular.

Os processos de privatização ou de “desestatização”, como costumam denotar muitos dos defensores desta política, decorreram do movimento tendencial ora mencionado por Harvey (2004). Daí surge um questionamento que se faz pertinente em nosso presente e para os casos particulares que estamos preocupados neste texto: com as PPPs – exemplificadas nos casos supracitados – estaríamos diante uma retirada do Estado ou de uma reconfiguração, ou seja, de um reposicionamento de suas funções que tiveram de se remodelar às exigências do novo modo de acumulação, que necessariamente passa por uma redefinição das formas de controle territorial?

O mito neoliberal que preconiza a “ausência” do Estado obscurece o processo de reconfiguração deste, destinada a criar as condições para o capital. Esta permanência estatal se expressa nos 200 bilhões previstos para o financiamento empresarial, no plano safra (2016/2017). Como mostra Hirsch (2010), a retórica da privatização e da desregulamentação, expressa nas PPPs, por exemplo, não representaria senão uma nova entrada do Estado na sociedade, pois, em último caso, desregulamentação significa novas formas de regulamentação mais flexíveis. Portanto, o autor mencionado afirma que não poderíamos falar de retirada estatal mesmo que se modifiquem a forma de intervenção. Ainda segundo Hirsch (2010),

uma importante função do Estado no quadro do regime de acumulação – diz ele – pós-fordista é a criação das precondições jurídicas e de infraestrutura para a



penetração capitalista em novas áreas sociais, especialmente da mercantilização dos recursos naturais e do saber (HIRSCHI, 2010, p. 188).

Neste contexto, tomando como base as PPPs, enquanto novas formas de regulamentação, o autor supracitado argumenta que em tais parcerias a relação entre Estado e sociedade civil assume um caráter ainda mais intenso e complexo, pois não apenas os processos decisórios se tornam menos transparentes e incontrolados, como a responsabilidade política torna-se mais volátil e difusa.

Deste modo, percebemos enquanto acertada a concepção de Harvey (2004) para quem:

O Estado constitui a entidade política [...] mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajoso para os interesses capitalistas dominantes que trabalham neste âmbito (Harvey, 2004, p. 111).

É por mecanismos pensados e executados no âmbito institucional estatal, como vimos no caso das PPPs, que se destinam à fruticultura irrigada, que se (des)regulamenta e busca-se legitimar os processos de espoliação e de precarização do trabalho. Assim, o Estado tem poder de converter um conjunto de recursos naturais, como terra e água, e transferi-los para empresas privadas que passam a serem incorporados à lógica do lucro de corporações mundiais sedentas de investimentos lucrativos (HARVEY, 2004). Há, portanto, uma relação intrínseca entre as transformações das formas de propriedade prescritas pelo capital e as formas de exploração da força de trabalho nos territórios ameaçados pelo agrohidronegócio fruticultor.

Várias pesquisas já demonstram o caráter insustentável inerente à natureza do agronegócio, principalmente por impulsionar um tipo de atividade intensiva em utilização de agrotóxicos, provocando a exaustão e contaminação das terras, das águas e do ar; por comprometer a saúde ambiental das populações que habitam às proximidades das monoculturas; por descumprir e/ou flexibilizar muitas normas dos direitos trabalho já consolidadas, etc. (PONTES *et al*, 2013; RIGOTO, 2003; DOSSIÊ ABRASCO, 2015). Em suma, trata-se de uma forma de produção vinculada a uma concepção de mundo e de relação com a natureza fundamentalmente instrumental, que não considera outra coisa a não ser a lucratividade, mesmo que para atingir tal fim tenha de provocar grandes danos sociais e ambientais como as experiências demonstram.

Enfim, resta finalizar o presente texto com outra nota pessoal que marca a posição político-ideológica presente no fazer científico e que é por nós compartilhada. Partir das experiências cotidianas das lutas sociais que se materializam em cada acampamento e/ou assentamento de reforma agrária (que se colocam enquanto questionadores do ordenamento territorial imposto)

significa um caminho metodológico que permite apreender não apenas a dinâmica social e territorial do trabalho do ponto de vista ocupacional, mas *entender*, *vivenciar* e *contar* as lutas travadas pelo trabalho, envolvido no longo processo de emancipação humana, para o qual a retomada dos meios de produção e do controle social sobre a terra e a água são indispensáveis. Se dos processos contraditórios que marcam a territorialização do agrohidronegócio emergem, constantemente, os processos de resistências e insubordinação, exatamente aí está a chave para desvendarmos a trama de relações sociais contidas em cada lugar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É em meio a esse cenário conflituoso gerado pela expansão destrutiva do capital no campo que surgem as resistências dos movimentos sociais, mediante reivindicações quanto ao direito à terra, à água e à vida, que passam necessariamente pelo viver no território. Embora as reivindicações dos mais variados sujeitos (camponeses, assalariados e etc.) pareçam imediatas, a priori, marcam um rito de passagem quanto ao uso da propriedade privada como forma de dominação e de controle desses grupos sociais. Neste sentido, ao mesmo tempo em que tais sujeitos negam a dominação, afirmam a possibilidade histórica de superação da sociabilidade imperante sob o capital.

Os sistemas de controle tornaram-se, em nosso presente, as formas de adestramento/manipulação territorial na medida que prescrevem formas de uso privado de bens que deveriam ser de uso comum, mas que devido a finalidade dos processos de acumulação, acabam guiados ao atendimento das demandas de reprodução do capital.

Com os casos das PPPs enquanto formas institucionais ligadas a intensificar a *mercadificação* da natureza, tornando-se clara, nos casos descritos, a articulação do Estado capitalista enquanto um *ente* atrelado ao processo de metabolismo do capital, que consiste no fundamento de existência do *ser* do Estado. Deste modo, tal visão desfaz qualquer ilusão que pense, na figura estatal, uma estrutura que preconiza o “bem de todos”, o “bem-estar”, ou a “vontade geral” em termos *rousseaunianos*.

Em se tratando de uma estrutura que surge de uma divisão hierárquica e de exploração do trabalho, tal arcabouço político – embora advogue o caráter de imparcialidade acima das classes – tende a reproduzir as desigualdades criadas no seio da socialização desigual da propriedade. Na lógica do Estado, as desigualdades não são para ser sanadas ou extintas, mas quando muito administradas, suavizadas com alguns remédios paliativos.



O que presenciamos com as novas formas de regulação que vem sendo discutido por alguns autores (HIRSCH, 2010; MASCARO, 2013; OSÓRIO, 2014), bem como com as variadas intervenções nos processos de acumulação, só nos revela que longe de termos uma retirada do Estado da economia, temos sua reorientação ampliada para tentar sanar as contradições e limites de um sistema que enfrenta graves problemas com a crise estrutural vivenciada.

Seja através das desregulamentações de leis ambientais, das leis trabalhistas e/ou das flexibilizações de normativas que garantem o uso privado da terra, da água e do território, o Estado tende a revelar sua face de *ente* do capital, à medida em que busca penalizar o conjunto da nação aos programas de austeridades demandas pelo sistema sociometabólico (MÉSZÁROS, 2015).

Assim sendo, os casos que analisamos das PPPs, relacionadas a concessões de terras públicas ao agronegócio, constituem apenas uma pequena porção que marcam as ações estatais no Brasil contemporâneo, revelando que mesmo sendo derivadas do mesmo processo de acumulação global, a privatização da natureza e a precarização geral do trabalho se materializam de forma mais intensa em países de capitalismo dependente, tornando a superexploração do território muito mais destrutiva nas porções dominadas pelo agrohidronegócio fruticultor.

Entretanto, desconsiderar lutas sociais existentes nos territórios, e dar ênfase apenas aos mecanismos de controle territorial que se instauram na região semiárida – de forma particular pela fruticultura – consiste em reduzir a realidade dos conflitos existentes nestas localidades. Por tal razão, as resistências que surgem inerentes à expansão do capital no semiárido devem ser consideradas como esperança de superação da sociabilidade fundada no valor de troca, na mercantilização da natureza, na pilhagem territorial (Perpétua, 2016), por uma relação que considere a biodiversidade, a produção de alimentos limpos de agrotóxicos, o uso sustentável da terra e da água, a autonomia do trabalho, etc.

Certamente o Movimento 21 de abril, surgido enquanto reação às pressões exercidas pela fruticultura sobre o território, que ao instaurar um modelo intensivo quanto ao uso de água, de terras e agrotóxicos, estabelece um meio inadequado ao estabelecimento da saúde ambiental de populações camponesas e trabalhadoras do campo. No tocante a violência advinda do modelo hegemônico, a morte do Zé Maria do Tomé representa a semente das lutas germinadas da “unidade-diversidade” desse necessário (re)fazer-se da sociedade vislumbrado na fala Eduardo Galeano:

em todo caso é certo, que por pior que estejamos, não estamos acabados. E que se não estamos acabados podemos reinventar-nos, fazer-nos de novo, fazer-nos de outra maneira. Para que o mundo seja uma casa de todos e não um campo de concentração para a maioria de seus habitantes. E para que sejamos capazes de recuperar a visão do outro, do próximo. Desse que passa pela rua. Desse homem ou

dessa mulher, desconhecidos que andam por aí, e deixar de vê-los como uma ameaça para começar a vê-los como uma promessa”⁹.

REFERÊNCIAS

ADECE. Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. **Perímetros Públicos Irrigados do Ceará**. Governo do Estado do Ceará. Conselho de Desenvolvimento Econômico. 2011.

CHESNAIS, F. **Notas sobre el momento actual del capitalismo**. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/herramientaweb16/notassobreelmomentoactualdelcapitalismo-primeraparte>. Acesso em 13 de março de 2015.

CODEVASF. **Projeto de Irrigação Pontal**. Disponível em: <<http://www.pontal.org/projeto.htm>> acesso em 15 de setembro de 2014.

DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século. Porto Alegre: UFRGS, 2012

DOURADO, J. A. L. **Das terras do sem-fim aos territórios do agrohídronegócio**: conflitos por terra e água no vale do São Francisco (BA). (Tese de Doutorado em Geografia). Presidente Prudente-SP: FCT-Unesp, 2015. 361p.

DNOCS. **DNOCS anuncia liberação de recursos para perímetro irrigado de Apodi**. 19 de maio de 2014. Disponível em: <<http://nominuto.com/noticias/brasil/dnocs-anuncia-liberacao-de-recursos-para-perimetro-irrigado-de-apodi/110536/>> acesso em 7 de setembro de 2014.

FERNANDES, F. **A contestação necessária**: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários. Expressão Popular: São Paulo, 2015.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 201p.

IANNI, O. **As origens Agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MESZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MESZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOREIRA, R. Teses para uma geografia do trabalho. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru, v. 2, n. 22, p. 19-23, ago. 2002.

OSÓRIO, J. **O Estado no centro da mundialização**: A sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras expressões, 2014.

PERPETUA, G. M. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha**: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo. (Tese de Doutorado em Geografia). Presidente Prudente-SP: FCT-Unesp, 2016. 370 p.

⁹ Transcrição da fala de Eduardo Galeano contida no documentário Era da Utopias, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3RHGur-OIV8&list=PLmNZPEEECG6TwCnSVb1ZAMrc7r56sGGwk>



PONTES, *et al*, Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. *In: Revista Ciência e Saúde Coletiva*. 18 (11), 2013, pp. 3213-3222.

RIGOTTO, Raquel. Saúde Ambiental & Saúde dos Trabalhadores: uma aproximação promissora entre o Verde e o Vermelho. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. Vol. 6. N. 4. 2003. pp. 388-404.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 997p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

THOMAZ JUNIOR, A. Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). São Paulo, *Revista da ANPEGE*, V.7, Nº 1, 2011. p. 307-329.

THOMPSON, E. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Recebido em setembro de 2016
Aprovado em novembro de 2016



A AGRICULTURA URBANA: UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR NA COMUNIDADE

URBAN AGRICULTURE: A LOCAL DEVELOPMENT STRATEGY FOR FOOD SAFETY IN THE COMMUNITY

LA AGRICULTURA URBANA: UNA ESTRATEGIA DE DESARROLLO LOCAL PARA LA SEGURIDAD ALIMENTARIA EN LA COMUNIDAD

Wendy Castañeda Abad

Profesora Instructora - Departamento de Geografía Económica
Facultad de Geografía de la Universidad de La Habana
Email: wendy.castaneda@geo.uh.cu - wendyabadabad@gmail.com

Roberto González Sousa

Profesor Titular del Departamento de Geografía Económica
Grupo de Desarrollo Regional y Local - Facultad de Geografía de la Universidad de La Habana
E-mail: rgsousa@geo.uh.cu - rgsousa2007@gmail.com

RESUMO

O trabalho apresenta uma caracterização do desenvolvimento da agricultura urbana em Havana e, como um estudo de caso, analisa a estrutura e o funcionamento do “Organopônico de Alto Rendimiento Playa”, localizado no conselho popular Cubanacán, província de Havana, e seus vínculos com a comunidade residente na sua área de influência. A partir dos antecedentes da atividade se reflete sobre o seu surgimento e sua relação com a crise econômica que começou no início dos anos 90. A análise do papel que desempenha a organoponia no território como uma forma de apropriação e valorização do espaço, e seu impacto sobre a segurança alimentar da população é a sua principal contribuição.

Palavras-chave: território; agricultura urbana; segurança alimentar.

ABSTRACT

The paper presents a characterization of the development of urban agriculture in Havana and, as a case study, analyzes the structure and functioning of the "Alto Rendimiento Playa Organopónico", located in the Cubanacán popular council, Playa municipality, Havana Province, and its ties with the resident community in their area of influence. From the background of the activity is reflected on its emergence and its relationship with the economic crisis that began in the early 90's. The analysis of the role that the organoponia plays in the territory as a form of appropriation and appreciation of space, and its impact food safety is their main contribution.

Keywords: territory; urban agriculture; food safety.

RESUMEN

El trabajo contiene una caracterización del desarrollo de la agricultura urbana en La Habana y, como estudio de caso, analiza la estructura y funcionamiento del “organopónico de alto rendimiento playa”, que se localiza en el consejo popular Cubanacán, municipio playa, provincia La Habana, y sus vínculos con la comunidad residente en su área de influencia. En los antecedentes de la actividad se reflexiona acerca de su surgimiento y su relación con la crisis económica que se inicia en la década de los años 90. El análisis de la función que desempeña la organoponía en el territorio como una forma de apropiación y valorización del espacio, y su incidencia en la seguridad alimentaria de la población es su principal contribución.

Palabras clave: territorio; agricultura urbana; seguridad alimentaria.

1 INTRODUCCIÓN

El intenso proceso de urbanización que vive el planeta desde la segunda mitad del pasado siglo, que se evidencia territorialmente en la expansión de los espacios urbanos, ha sido posible gracias al crecimiento de la producción agrícola, resultado de la ocupación de nuevas tierras, el desarrollo de nuevas tecnologías para su explotación y los adelantos de la ciencia en diferentes áreas del conocimiento que le han favorecido. A este aumento de la producción agropecuaria desde las primeras civilizaciones, señala Zárate (2015), han contribuido las tierras localizadas en las inmediaciones de las ciudades y en su interior. Así se han fomentado la horticultura, la ganadería y otros usos agrícolas en tierras que han quedado atrapadas en la trama urbana o que se localizan en su periferia.

2 ANTECEDENTES

La ciudad (provincia) de La Habana estadísticamente se considera totalmente urbana, aunque presenta espacios no construidos que podrían ser calificados como rurales. Cuenta con una población de algo más de 2.154 454 de habitantes y una superficie de 728,26 km² (Anuario Estadístico de Cuba, 2012). La agricultura urbana que se desarrolla en este territorio presenta una diversidad de formas productivas vinculadas a las comunidades locales, con una dinámica creciente y que enfrenta numerosos retos a mediano y largo plazo, a partir de los cambios que se introducen en el modelo económico y el nuevo contexto político y económico que se crea a partir del restablecimiento de las relaciones con el gobierno de los EEUU.

Si bien es cierto que la práctica de la agricultura en espacios urbanos y periurbanos en Cuba antecede con mucho al inicio de la crisis económica y alimentaria de la década de los años 90 del pasado siglo, su crecimiento a gran escala está asociado a la compleja situación económica y política que se crea en el país, a partir de la debacle del sistema socialista en los países de Europa del Este, en particular, en la otrora Unión de Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS). Las acciones que se promueven para impulsar la producción de alimentos en estos espacios, se consideran y valoran como una estrategia ante la crisis alimentaria, proceso que en sus inicios y de forma espontánea hace que la población se convierta en una especie de agricultores urbanos e intente como productores satisfacer sus necesidades de alimentos, estrategia de supervivencia que posteriormente se transforma en una política de gobierno para enfrentar el enorme déficit en la producción nacional de alimentos y la fuerte reducción de recursos financieros para su importación.

No obstante, no es posible obviar que esta actividad adquiere especial relevancia a partir de los primeros años de la década de los años 60, y en ello está presente la decisión del Comandante en

Jefe Fidel Castro Ruz de crear un Programa de Huertos Escolares que mantiene su vigencia en la actualidad. Su objetivo era promover una cultura alimenticia de productos vegetales en los infantes y fomentar el trabajo y el estudio, para lo que se estimuló la organización de huertos en cada escuela con la supervisión de los profesores. Además, se inició el desarrollo del Programa de Huertos Especiales con la finalidad de incorporar especies poco conocidas y consumidas por la población o en peligro de desaparecer de su dieta cotidiana.

La rápida expansión de la agricultura urbana en el país es considerada como una de las primeras reacciones de la población ante el déficit en el abasto alimentario y la inseguridad alimentaria que se origina en esos años. El fomento del cultivo de hortalizas y vegetales dentro de la trama urbana y en su periferia, permite superar algunos de los factores que dificultaban el acceso de la población a los productos agrícolas, tales como, la carencia de combustible, equipos y recursos en general para la transportación de la fuerza de trabajo y de los alimentos producidos en áreas distantes a las ciudades, al acercar los productos al consumidor, disminuir los gastos en combustible y reducir los costos en momentos de escasez de recursos financieros para su importación.

3 FUNDAMENTACIÓN TEÓRICA

El modelo de desarrollo económico que prevaleció en Cuba a partir del triunfo de la Revolución y hasta finales de la década de los años 80 del pasado siglo XX, tenía dos grandes objetivos: promover el desarrollo económico y construir una sociedad más justa y equitativa para toda la población, sin discriminación de ninguna índole. La posibilidad de éxito estuvo, desde los primeros años de 1960, vinculada a las favorables relaciones que se establecieron con los entonces países socialistas y, en especial, con la Unión Soviética. Este modelo estaba sustentado en dos leyes de reforma agraria y en un profundo programa de transformaciones sociales, económicas e institucionales, orientado a cumplir con los postulados del gobierno revolucionario, asediado desde los primeros años por las acciones injerencistas de los EEUU. Después de los intentos iniciales de promover diferentes formas de organización cooperativa en este sector, se dará prioridad a la propiedad del Estado sobre la tierra y la organización de grandes planes de desarrollo agrícola estatal, que tienen como soporte tecnológico, el consumo de grandes volúmenes de insumos agrícolas según los paquetes tecnológicos aplicados.

La declinación del sector campesino (pequeña propiedad) en número y área desde finales de los años de 1960, y que Figueroa (2005:13) señala como causa, las políticas aplicadas entre 1967 y 1974 que promovieron la socialización estatal de la finca campesina. La tierra, los restantes medios de producción y el productor pasaron a formar parte de planes estatales en detrimento de la pequeña



propiedad campesina. En esos años, destaca este autor “floreció la tesis idealista que negó, al mismo tiempo, al modelo cooperativo y al campesino en la construcción socialista”.

Figueroa (2005:16) al referirse a la introducción de la vía estatal de socialización del campesinado, con la ruptura de su conciencia de propietario y de su modo de vida tradicional, señala que:

El salto social y cultural a que se aspiraba resultó en dolor callado y acumulado para muchos, no obstante el avance civilizatorio y humano que significaba el tránsito del bohío al apartamento, totalmente gratuito, en un edificio de varios pisos. Esto no dejó de ser traumático, aunque humanista, si se contrapone al lodo y la sangre que supuso la acumulación originaria capitalista.

No obstante, una valoración crítica del desarrollo del modelo agrario hasta finales de los años 80 del siglo XX, no puede ignorar los cambios estructurales, productivos, económicos y sociales en el medio rural, donde se destacan la denominada modernización tecnológica de la agricultura, en la cual se aplican los conceptos de la Revolución Verde como principio rector, orientada a la elevación de los rendimientos agrícolas, la humanización del trabajo y la promoción del desarrollo humano (empleo pleno, vivienda, educación, salud, deporte, cultura y seguridad social).

En los años 90 del siglo XX, el modelo de desarrollo y gestión de la agricultura y, en general, el modelo de desarrollo económico del país, que descansaba en un crecimiento del empleo de los recursos materiales y financieros, que no se correspondía con los resultados productivos, no pudo superar los retos que impuso la desintegración del bloque de países socialistas europeos. Entre las modificaciones que se introducen para su perfeccionamiento se destacan la transformación de las granjas estatales en cooperativas de producción agropecuaria (Unidades Básicas de Producción Cooperativas-UBPC) mediante la entrega de tierras en usufructo gratuito a personas jurídicas, la entrega de tierras en usufructo gratuito a personas naturales, la creación del mercado agropecuario para la comercialización de los productos agrícolas, entre otras. La creación de las UBPC significó la acción de mayor alcance territorial en la organización de la agricultura cubana y señala un momento de cambio, cuando las empresas estatales socialistas dividen sus grandes extensiones de tierra y se convierten en cooperativas de producción agrícola con menor área. Este cambio afectó al 28% de la superficie ocupada por las distintas formas de tenencia en el año 1994. Estas medidas productivo-organizacionales-administrativas con soporte legal, pueden considerarse como un primer intento de avanzar en el camino hacia la descentralización, con la incorporación de nuevos agentes económicos en el territorio y, por esta vía, superar uno de los rasgos que caracterizó al modelo de desarrollo y gestión agrario precedente, altamente centralizado.

A su vez, evidenció que el futuro de la agricultura en Cuba no era posible concebirlo sin la pequeña propiedad, eslabón muy importante en el logro de la seguridad y soberanía alimentaria. El reconocimiento social que alcanza el pequeño agricultor en el nuevo contexto de desarrollo de la sociedad cubana alcanza notable dimensión y se convierte en un marco de referencia obligado para los estudiosos de la cuestión agraria cubana. Este pequeño agricultor cuya participación se incrementa en el modelo de desarrollo y gestión de la agricultura cubana en transformación, no está ajeno al empleo de técnicas agroecológicas, programas y metodologías como por ejemplo, la de campesino a campesino que promueve la Asociación Nacional de Agricultores Pequeños, la cual tiene por objetivo el desarrollo y la implementación entre el campesinado de una visión agroecológica en su actividad.

La agricultura urbana y periurbana que se promueve a partir de esos años de crisis se apoya en seis conceptos básicos: lograr una agricultura agroecológica y sustentable; alcanzar la diversificación de la producción; desarrollar cultivos a pequeña escala en las diversas formas de tenencia; alcanzar una adecuada estimulación económica al productor; lograr armonía con el entorno urbano y, por último, mantener la concepción de la voluntad ciudadana para alcanzar su alimentación.

El objetivo social y la función de los trabajadores de los organopónicos es producir alimentos de origen agrícola y en menor medida pecuario, para su comercialización en puntos de venta localizados generalmente en el mismo establecimiento productivo, además suministran sus productos a los comedores de otros establecimientos productivos a los cuales están vinculados. Esta condición lo señala o clasifica como un obrero agrícola urbano. Se diferencia del campesino, en que este último tiene un total dominio sobre el sistema de producción establecido en su finca, y cuya familia le apoya de manera activa en la producción agropecuaria para autoabastecerse, la llamada “agricultura familiar”, actividad que le permite mantener determinadas relaciones de mercado a partir del excedente de producción y garantiza una reproducción agropecuaria de forma sostenida de su finca.

El trabajador que se localiza en estos espacios no convencionales para la agricultura realiza las funciones asignadas según el esquema trazado por la empresa estatal a la cual se subordina, a las instituciones que deciden la tecnología a aplicar, no es dueño de la producción, ni de la parte que produce, aunque se le asigna una pequeña cuota de productos diarios; las relaciones de mercado es el objetivo fundamental de la unidad productiva y de esa relación obtiene su beneficio, sin que en ello medien intermediarios u otras figuras insertas en la comercialización de los productos obtenidos.



4 ORGANIZACIÓN, ESTRUCTURA Y FUNCIONAMIENTO DE LA AGRICULTURA URBANA

En la actualidad el desarrollo de la agricultura urbana se organiza en correspondencia con las distintas formas de tenencia existentes en el país y que también están presentes en la agricultura tradicional, como son la Empresa Estatal, las Unidades Básicas de Producción Cooperativa (UBPC), las Cooperativas de Producción Agropecuaria (CPA) y los pequeños productores agrupados o no en las Cooperativas de Crédito y Servicios (CSS)¹.

Esta modalidad de producción agrícola en los espacios urbanos tiene como principio, descentralizar la producción, la comercialización y el suministro de los aseguramientos técnicos-materiales. La descentralización de la producción marcha asociada a la desconcentración territorial, donde la diversidad de formas de producción que asume la agricultura urbana, van desde los patios de las casas hasta formas de producción cooperativas, organopónicos, huertos intensivos, áreas de autoconsumo, fincas estatales, entre otras, y proporcionan la mayor parte de los alimentos frescos que consumen en la actualidad la población residente de manera permanente o temporal (visitantes, turistas, etc.) en las ciudades y pueblos.

La agricultura urbana en Cuba puede ser considerada como un sistema, donde están presentes, además de los espacios productivos, un componente de aseguramiento técnico material que funciona como una vía para la extensión, que irradia conocimientos en una gran variedad de direcciones y que está integrado por: a) los consultorios - tiendas agropecuarios (transmiten los conocimientos de la agricultura orgánica a cada una de las personas que la practican y que están presentes en la ciudad, ofrecen servicios de venta de semillas, posturas de frutales, hortalizas, forestales, medicinales y ornamentales; mejoradores de suelo mediante materia orgánica, humus de lombriz; literatura técnica, servicios técnicos, capacitaciones, visitas promocionales, asesorías); b) las clínicas veterinarias que dan atención médica y, a la vez, asesoría sobre cómo conducir la cría y reproducción de los animales; c) los centros de producción de materia orgánica que promueven las

¹ **Estatal:** Constituidos por los Organismos de la Administración Central del Estado, los Órganos Locales del Poder Popular, las Empresas y Uniones de Empresas, los Institutos de Investigaciones, las Unidades Presupuestadas Independientes y cualquier otra entidad del Estado que posea tierras; **UBPC** (Unidades Básicas de Producción Cooperativa): “Están constituidas con trabajadores provenientes de las empresas estatales, las tierras que les han sido traspasadas en calidad de usufructo y los medios de producción comprados al Estado” (ONEI, Oficina Nacional de Estadística e Información, 2010, p. 2); **CPA** (Cooperativas de Producción Agropecuaria): “Constituyen una forma colectiva de propiedad social y se crean a partir de la decisión de los campesinos de unir sus tierras y demás medios de producción fundamentales” (ONEI, 2010, p. 2); Campesinos dispersos: “Aquellos que no pertenecen a ninguna forma de cooperativización y son atendidos por las empresas del MINAZ [Ministerio del Azúcar actualmente grupo estatal AZCUBA, subordinado al MINAG] y MINAG” (ONE Oficina Nacional de Estadística, 2008, p. 47); y **CCS** (Cooperativas de Créditos y Servicios): “Son organizaciones primarias de carácter colectivo que posibilitan el uso común del riego, de algunas instalaciones, servicios y otros medios, sus equipos y la producción resultante siguen siendo privadas” (ONEI, 2010, p. 2).

técnicas del compostaje, el uso de la lombricultura y del abono orgánico para mejorar el sustrato donde se cultivan las plantas; d) los centros de reproducción de entomófagos y entomopatógenos (CREE), que han revolucionado el control de plagas y enfermedades por medio de controles biológicos de forma masiva dentro de la ciudad; e) las aulas de capacitación que complementan esta modalidad de desarrollo agrícola.

En la investigación se profundiza en la modalidad de organopónico como una de las formas de producción agrícola de la agricultura urbana de mayor impacto en la ciudad, en cuanto a volúmenes de producción por área de explotación, en la oferta de hortalizas y condimentos frescos a menor precio que los comercializados en los mercados oferta-demanda, a los empleos generados y al uso productivo de espacios desaprovechados (Marzo, 2006, p. 13). Es una modalidad de producción intensiva basada en un amplio uso de abonos orgánicos aplicados a áreas con suelos infértiles o con serias limitantes para su explotación, incluso en superficies artificiales creadas para esta actividad.

La agricultura urbana en su programa de desarrollo promueve la creación de fincas² de semilla en cada municipio del país, objetivo que no se logra en los municipios localizados en la parte central de la capital, donde los espacios construidos dominan en su mayor parte. En los municipios de la periferia están presentes estas fincas, y su actividad productiva y suministradora de semillas se extiende al resto del territorio de la provincia. En la actualidad se cuenta con este tipo de establecimientos en 152 de los 168 municipios del país. Estas producciones, al igual que las de abono orgánico y bioproductos que se producen en la casi totalidad de los municipios, garantizan a escala local la disponibilidad de estos insumos para el desarrollo de la organoponía y contribuyen a la sustitución de importaciones.

En La Habana se trabaja la organoponía en 96 establecimientos agrícolas que ocupan un área de 336,80 ha. Los organopónicos existentes en la capital se subordinan administrativamente a los Ministerios de Agricultura (MINAG), de Educación (MINED), de Salud Pública (MINSAP), del Interior (MININT) y de las Fuerzas Armadas Revolucionarias (MINFAR), aunque es mayoritaria su subordinación al MINAG. En lo que concierne a la asesoría técnica, al Instituto de Investigaciones Fundamentales en Agricultura Tropical “Alejandro Humboldt” (INIFAT).

Cada municipio debe producir gran parte de las semillas que necesita para el cultivo de los productos agrícolas que planifica obtener y, en sentido general, ser autosuficientes en este sentido. Con esta finalidad se dedican canteros en los organopónicos a la producción de la mayor parte de

² Propiedad, predio o heredad inmueble, ya sea urbano o rural. Jurídicamente exige la unidad del dominio, pertenezca a un solo dueño o a varios individuos. Materialmente no es requisito esencial de las fincas la continuidad; puesto que, por denominación tradicional, inscripción en el Registro, enajenación de alguna de sus partes, o adquisición de porciones cercanas/puede existir una compuesta por varios trozos o parcelas.



las semillas que utilizan, excepto aquellas que al no poderse lograr por causas técnicas o climáticas son importadas. La magnitud del área dedicada a su obtención en cada organopónico está en correspondencia con el espacio disponible según su área total. Para algunos de estos establecimientos dedicados a la organoponía, la producción de semillas no es rentable, por disponer de espacios limitados, tal es el caso de los organopónicos que se localizan en los municipios Plaza de la Revolución y Centro Habana.

En este entramado de relaciones para el desarrollo de esta actividad, resaltan en la capital la Empresa Agropecuaria Metropolitana, Empresa Metropolitana La Habana, Empresa Agropecuaria Bacuranao y Empresa Agropecuaria Habana, subordinadas al MINAG, que trazan junto con las cooperativas a las cuales pertenecen los organopónicos (UBPC, CCS y otras entidades) un plan de producción y de destino de los productos acopiados, ya sea al consumo social (hospitales, hogares de ancianos y veteranos, escuelas, círculos infantiles, policlínicos, hospitales) en los municipios donde se localizan o directamente se comercializa a la población de la localidad. Esto no significa que los organopónicos producen para el consumo social y lo que queda se destina a su venta a la población local como en ocasiones se interpreta. Se produce para la población, el consumo social forma parte del consumo que realiza la población, aunque el estado cubano prioriza a las instituciones antes mencionadas.

Los organopónicos cuentan con una localización irregular en dependencia del espacio disponible en los municipios. Es importante resaltar que de los 106 consejos populares en que se divide el territorio de la provincia de La Habana, solo cuentan con organopónico 52 consejos, lo que evidencia las posibilidades que se tienen para seguir incentivando el trabajo en esta modalidad de producción agrícola, muy vinculada a la comunidad y al desarrollo local.

Según la política trazada por el INIFAT, institución encargada del desarrollo técnico de la agricultura urbana y periurbana, este tipo de unidades productivas debe incrementar su presencia en los territorios de la provincia, aunque en la investigación de campo realizada esta tendencia de crecimiento no pudo constatar. Desaparecen organopónicos por diversos problemas en un municipio, por ejemplo, el organopónico 45 Aniversario del Municipio Plaza de la Revolución, y no son reemplazados por otros.

En cuanto a la localización respecto a las principales vías de comunicación predominan los organopónicos localizados en vías primarias y secundarias, lo que si bien garantiza una mejor accesibilidad de la población al punto de venta, si cuenta con esta comercialización directa a la población, plantea algunas interrogantes sobre los efectos de los gases emitidos por el transporte en los cultivos que en ellos se producen.

Los organopónicos pueden contar o no con punto de venta anexo al área productiva en dependencia del espacio disponible para ello. Si el punto de venta no se localiza anexo al organopónico, la forma de gestión a la cual pertenecen (UBPC, CPA, CCS, etc.) puede realizar la comercialización de sus productos en otras localizaciones. Se reportan diversidad de situaciones, detectadas durante la investigación de campo; existen casos en los que la producción completa va a una entidad estatal determinada (MINED o MININT). Por ejemplo, el Organopónico Villena Revolución que pertenece al Ministerio de Educación, el 90% de su producción va a la escuela del mismo nombre y el 10% al autoconsumo de los trabajadores.

El autoconsumo de los trabajadores según la estructura de siembra y su distribución en el tiempo, está presente en todos los organopónicos, excepto en el Organopónico Casino Deportivo, localizado en el municipio Cerro. Los trabajadores de esta unidad reciben cada mes productos del organopónico por un valor aproximado de 25 pesos moneda nacional; en otras unidades sus trabajadores satisfacen aproximadamente una cuarta parte de sus necesidades de vegetales y hortalizas a partir de la producción obtenida.

Entre los principales problemas detectados en la investigación se destaca la falta de vehículos para transportar la producción, para buscar las semillas en otros municipios adyacentes según se establece en sus contratos, aunque en ocasiones en sus propios municipios cuentan con varias Consultorios Tiendas Agropecuarias, donde pueden adquirir las semillas. Otros problemas están relacionados con la contaminación atmosférica e hídrica; algunos presentan contaminación por desechos de basura arrojados por la población, testigo de una insuficiente educación ambiental de la población local. Los recorridos de campo realizados evidencian las potencialidades existentes para la creación de nuevas unidades productivas en zonas densamente pobladas, acción que espera por su materialización.

Los organopónicos son actividades importantes en los municipios, pues proporcionan seguridad alimentaria a la población local, funcionan como centros de capacitación, donde se desarrollan círculos de interés, y realizan las prácticas laborales los estudiantes de escuelas politécnicas agropecuarias. A su vez, generan empleos, elevan la cultura alimentaria pues deben cultivar variedades vegetales no usualmente conocidas por la población (brócoli y coliflor entre otros), tienen un impacto positivo en la economía familiar y fortalecen el desarrollo local.

Existe un elemento preocupante en la relación organopónico-territorio-comunidad. La comunidad, en ocasiones, se siente distante de esta producción, incluso la propia unidad productiva se proyecta en este sentido. En entrevistas realizadas a los administradores se les preguntó hacia donde se dirige la producción y en sentido general respondieron, al consumo social y el resto se



vende a la población. La población no visualiza este autoabastecimiento y aunque compren productos del organopónico no se sienten identificadas con esta unidad de producción ubicada en su localidad. No son pocas las ocasiones en que prefieren ir al mercado agropecuario y, en última opción, al punto de venta del organopónico, donde puede estar influyendo un surtido mucho más amplio de productos en el primero aunque sus precios sean más altos, también, que al ser productos con precios menores se termina la oferta rápidamente y toda la población no alcanza a acceder a esos productos. El menor precio de los productos que se comercializan en el organopónico responde a su localización, pues al estar localizado en el municipio no se ven afectados por el impuesto de la transportación.

El “organopónico de alto rendimiento playa” es un ejemplo en esta modalidad de la agricultura urbana, seleccionado como caso de estudio por el Grupo de Desarrollo Regional y Local. El centro se encuentra localizado en Ave 25 e/146 y 150, perteneciente al consejo popular Cubanacán, en el municipio Playa. Se encuentra en la avenida 146, importante vía de comunicación y colinda con los consejos populares Cubanacán y Siboney-Atabey, ambos en zona residencial, y Versalles-La Coronela, este último pertenece al municipio la Lisa. Esto quiere decir que no solo abastece de productos frescos al territorio que pertenece sino a los territorios adyacentes.

El organopónico ejerce su influencia sobre estos tres consejos populares. Su administrador, Pablo Frías Hernández (jubilado de las Fuerzas Armadas Revolucionarias), califica esta actividad como estratégica, pues refiere (en comunicación personal), que en el año 2005 cuando afectó a La Habana el ciclón Iván, donde prácticamente las vías de comunicación en la ciudad estaban obstruidas y el consejo popular incomunicado, en ese territorio había alimentos provenientes del organopónico, que con una adecuada administración de los productos posibilitó que alcanzaran para el abasto a la población de la localidad hasta recibir la ayuda del gobierno.

En el territorio donde se localiza en la actualidad este organopónico, en los años 90 estaba proyectado construir la Facultad de Biología de la Universidad de La Habana, pero dada la carencia de financiamiento producto de la crisis económica y el inicio del Período Especial, el estado decidió construir el organopónico de referencia en 1995. Su finalidad o la idea que promueve esta acción y que prevalece en el tiempo, es que la población local tuviera acceso a alimentos frescos e inocuos, cultivados con materia orgánica y compost, sin el empleo de productos químicos y promoviendo una mayor biodiversidad en ese territorio.

Esta unidad productiva constituye un centro capacitador (centro escuela) de estudiantes del territorio, de niveles preuniversitario, técnico y universitario que estudian carreras relacionadas con la agricultura, por ejemplo, el politécnico Estrella Roja, el Instituto Superior de Ciencias Agrarias,

entre otros. Además, mantiene un círculo de interés vinculado a la escuela primaria Ignacio Adolfo González. A su vez, brindan capacitación a visitantes extranjeros que quieren transmitir la experiencia en sus países de procedencia.

La fuerza de trabajo de este establecimiento productivo la integran 38 trabajadores; de ellos, obreros en el campo 32, en la administración solo tres personas y tres custodios. La plantilla de los trabajadores es estable, lo que refleja el fuerte vínculo que se establece entre los trabajadores y su unidad de producción, donde indiscutiblemente influyen factores económicos (ingresos devengados), condiciones de trabajo y las propias características de la fuerza de trabajo. Respecto a las edades de sus trabajadores, la composición es la siguiente: cinco trabajadores entre 17-35 años, 12 trabajadores entre 36-50 años, 15 entre 51-65 años y seis con más de 65 años.

Algunos de los trabajadores jóvenes que integran la plantilla de este establecimiento productivo se caracterizan por un bajo rendimiento académico en sus escuelas, por lo que su actividad en el organopónico les brinda una preparación que les permite participar de forma activa e inclusiva, en el desarrollo económico y social del país. El entrenamiento que reciben les convierte en ciudadanos capaces de desempeñar una función productiva, a la vez que contribuyen a la economía de la familia y mejora su calidad de vida. Los niveles escolares de la fuerza de trabajo oscilan desde el nivel universitario (dos trabajadores), técnicos de nivel medio (seis), trabajadores con 12mo grado aprobado (18), con 6to grado aprobado (cinco) y siete trabajadores con menos de 6to grado.

Los trabajadores provienen de otras provincias, principalmente del oriente del país, que han radicado su lugar de residencia en La Habana en años anteriores al establecimiento de su vínculo laboral con el organopónico. Durante la investigación, en las encuestas realizadas, solo cinco de ellos residen en el propio municipio Playa y el resto en municipios adyacentes: La Lisa y Marianao. Los mismos se transportan para llegar al organopónico en ómnibus o a pie, dependiendo de la cercanía al centro de trabajo. Las ganancias fruto del trabajo realizado y los resultados obtenidos se retribuyen al colectivo en un 80% y el 20% restante pasa al Estado. El dinero es distribuido a los trabajadores de acuerdo al trabajo realizado.

En la alta productividad que reportan en su actividad influye no solo la existencia de un gran número de canteros (268), sino también la diversidad de cultivos que planifican y que les permite cultivar hasta tres tipos de productos en cada cantero (Figura 1). Los canteros se encuentran organizados en 10 bloques y entre bloques existen calles que son las divisiones, espacios por donde transitan los trabajadores para dirigirse en su área de trabajo.



Figura 1. Cantero del organopónico.

Fuente: Tomada por los autores, abril de 2015.

El salario es elevado entre los 1600 y 1800 pesos moneda nacional por mes. Estos resultados económicos hacen, que tanto jóvenes como jubilados dejen de ser una carga para la sociedad y las familias, de hecho se transforman en actores importantes en las economías domésticas y en sus comunidades. En el caso de los jóvenes, es de destacar que se reporta un cambio de actitud de los restantes miembros de la familia hacia ellos, al convertirse, en algunos casos, en los mayores aportadores de ingresos a la economía familiar. Además, ello contribuye a que tanto el joven como el jubilado, se sientan personas que desempeñan una función creadora y aportadora a la sociedad y la familia.

En los momentos de realización de la encuesta y durante las visitas a este organopónico en el mes de abril de 2015, en esta unidad realizaban sus prácticas laborales dos muchachas en calidad de técnico medio. Respecto a la estructura por sexo de la fuerza de trabajo de la unidad productiva, en el centro solo trabajan siete mujeres, el resto son hombres, lo que evidencia una baja incorporación de la mujer a esta actividad, que puede estar asociada a los rigores de la misma, los esfuerzos que demanda y las condiciones de trabajo. No obstante, es de destacar que la especialista principal es una mujer, ingeniera agrónoma de profesión y que tiene una experiencia de 13 años en el centro. Las mujeres de la localidad constituyen una reserva de fuerza de trabajo importante para seguir avanzado en el desarrollo de este organopónico y de la agricultura urbana como actividad.

La unidad productiva cuenta con un punto de venta donde se comercializan los productos sin intermediarios, y está abierto al igual que el organopónico todo el año. Teniendo en cuenta la demanda de la población, la estación del año y la producción, el organopónico establece los precios

de los productos que oscilan sobre los 5 pesos moneda nacional por libra (460 gramos); todos los productos se venden mediante pesaje, lo que representa una garantía para el consumidor y son comercializados en el punto de venta situado en el propio organopónico (Figura 2).

Figura 2. Precios de los productos en el punto de venta dentro del organopónico.



Fuente: Tomada por los autores, abril de 2015.

Los productos que se cosechan son mayormente orgánicos, pues rara vez se utilizan productos químicos, y cuando se han utilizado responde a la presencia de determinadas plagas difíciles de combatir por medios biológicos, aunque se evita su uso. El área del organopónico es de 2,4 ha y los productos que se cultivan son vegetales de hoja de ciclo corto (cultivos temporales).

Se pueden encontrar en los canteros hortalizas, plantas aromáticas, medicinales y algunos bulbos y raíces. También se cultiva: apio, perejil, cilantro, nabo, espinaca, lechuga, acelga, albahaca, hierba buena, cebollino, zanahoria, calabacín, remolacha, romero; los bordes o límites de la unidad productiva están cubiertos con árboles frutales (aguacate, mango, plátano, chirimoya, naranja agria, limón). Además, como política estatal se busca la diversificación de los productos alimenticios para elevar la cultura alimentaria. Algunos productos que se han incorporado con esta finalidad en este organopónico son: brócoli, espárragos y la coliflor. La lechuga es la hortaliza que más se cultiva. Las semillas se compran a la Empresa Metropolitana Agropecuaria y una parte se cultiva en el centro, de manera protegida para garantizar la condición ideal de desarrollo de las posturas (Figura 3).

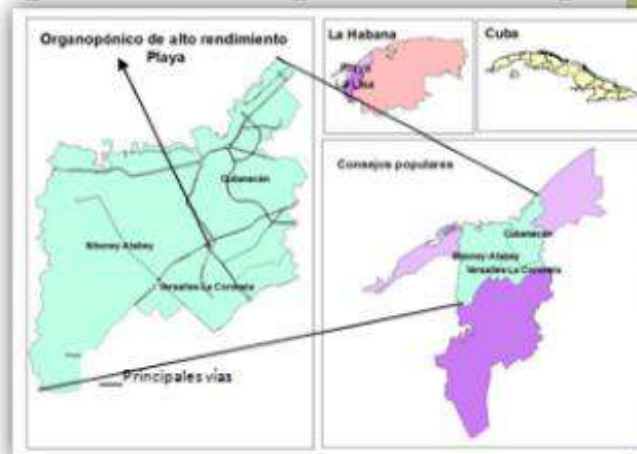
Figura 3. Posturas protegidas

Fuente: tomada por los autores, abril 2015.

Los caracoles, babosas y los pájaros son las principales plagas de los productos vegetales en el establecimiento productivo. Estos últimos afectan mucho a la habichuela y la acelga. La indicación dada a los trabajadores respecto a estos animales que afectan los resultados productivos, es que consideren el área como un sistema donde todos tienen que vivir; por tanto acordaron que se hicieran solo palmadas para ahuyentarlos. Otra alternativa puesta en práctica por los trabajadores, es adelantarse en su siembra y cosecha a la época en que los pájaros atacan los sembrados. Por ejemplo, la habichuela que es uno de los productos más importantes que se cosechan en el verano, generalmente se siembra en marzo, pero en el organopónico la siembra se realiza alrededor del 10 de febrero, para que empiece la cosecha a finales de marzo o principio de abril y con esta acción se evita la pérdida de aproximadamente el 50% de la producción de habichuela, al reducir las pérdidas por la acción de los pájaros. Con similar propósito se siembra espiga de millo, su cultivo se hace coincidir con la época de mayor presencia de los pájaros, aumentando la cantidad de millo alrededor del organopónico, como cortina o barrera, organizada de forma escalonada para mantenerlos ocupados durante los meses de mayo, junio y julio, y poder obtener una alta cosecha de la habichuela.

La disposición de los canteros es de acuerdo a los normas que establece el Ministerio de Agricultura. El organopónico cuenta con 10 bloques y cada uno de estos está constituido por conteros (Figura 4). En cuanto a diversidad de los productos sembrados en cada cantero, su número es de dos o tres tipos, los que se encuentran en el centro del área del establecimiento son los que van dirigidos al punto de venta, el resto que son los que están en la cabecera de los canteros, son plantas repelentes para alejar a los insectos, lo que les permite no emplear químicos en el combate de las plagas. Además, se combinan los canteros con productos alimenticios que expiden olor como el cebollino, albahaca con la doble función de barrera de olor y producto alimenticio.

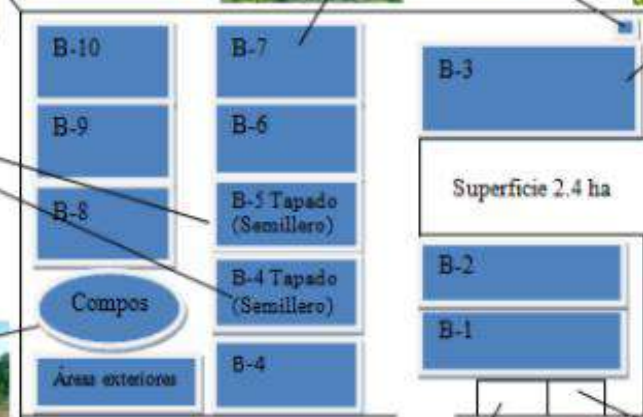
Fig. 4. Localización, área de influencia en el territorio y estructura del "Organopónico de alto rendimiento Playa"



Frutales en los límites del organopónico



Bomba de agua y pozo



Entrada



Administración



Punto de Venta

Fuente: Elaborado por los autores a partir de las visitas al organopónico y la base cartográfica digital. B (bloque).

También se realizan cultivos intercalados por diferencias de colores entre el cultivo principal y el resto de los cultivos, aprovechando que los insectos se ubican por los olores y colores, eso los desorienta y no saben a cuál planta van a atacar. Estas acciones disminuyen las incidencias de plagas y muestran el desarrollo de tecnologías y manejos sustentables que se aplican en la unidad de producción.

El organopónico tiene un plan anual de 130 toneladas de producción agrícola, que son aproximadamente 12 toneladas mensuales; por lo general, estas cifras de producción se cumplen y generalmente se superan. Por ejemplo, en abril de 2015 tenían 105% de cumplimiento del plan; en los meses más calientes ocurre una disminución del rendimiento de los cultivos aunque el trabajo no disminuya. La rutina diaria se inicia en la mañana cuando se orienta lo que hay que cosechar, después se preparan los canteros y en la tarde se realizan las siembras.

También se realizan cultivos intercalados por diferencias de colores entre el cultivo principal y el resto de los cultivos, aprovechando que los insectos se ubican por los olores y colores, eso los desorienta y no saben a cuál planta van a atacar. Estas acciones disminuyen las incidencias de plagas y muestran el desarrollo de tecnologías y manejos sustentables que se aplican en la unidad de producción.

La técnica de riego empleada en el organopónico es por aspersores que son comprados por la unidad productora en el mercado nacional. Este equipo lo monta el Instituto de Riego que cuenta con los especialistas para ello. Con anterioridad las mangueras se importaban desde Israel, pero hoy en día el país produce las mangueras utilizadas en el riego. El agua que utilizan no es del acueducto, la obtienen de un pozo de 26 m de profundidad y hasta el momento ni en épocas de sequía han tenido problema con el riego. El riego se maneja según las normas técnicas, si hay poca lluvia se disminuye el trabajo de la bomba, buscando que el manto freático se mantenga, con dos riegos al día uno en la mañana y otro en la tarde. Si existe algún cultivo que requiere más agua se programa, pero siempre bajo un estricto control.

En cuanto a los implementos de trabajo en su mayoría son elaborados por los trabajadores, son rústicos. El estado vende el resto a precios accesibles, por ejemplo, guataca, mochila de fumigar, vagones, entre otros.

El organopónico cuenta con un área destinada al compost, elaborado a partir del residuo de las cosechas y del estiércol vacuno. Los biofertilizantes no se hacen en el establecimiento, estos se compran a centros especializados en la elaboración de ese tipo de productos, que además producen humus de lombriz, humus líquido y compost. Gracias a la ventaja en cuanto a superficie que tiene este organopónico, les resulta rentable producir el compost que necesitan, pero existen otros

organopónicos más pequeños que les resulta más rentable comprar este tipo de productos que destinar un área para estos fines. Lo ideal es hacerlo en el lugar, pero si no se dispone del área necesaria para ello, se dificulta. Además, es una actividad que requiere de mucho trabajo diario.

5 CONCLUSIONES

Es indudable que la crisis económica que se refleja hoy en todos los sectores de la sociedad cubana, aunque en magnitud variable dada el avance del proceso de actualización del modelo económico que experimenta el país, y la importancia dada a la soberanía alimentaria como cuestión de prioridad nacional, marcan nuevos derroteros en el mediano y largo plazos para la agricultura en Cuba, donde la agricultura urbana está llamada a ocupar un significativo lugar en la producción de alimentos, el logro de la seguridad alimentaria y la sustitución de importaciones.

El desarrollo que hoy se evidencia en la agricultura urbana en el país muestra, tanto el avance del pensamiento teórico y la experiencia empírica, resultado del quehacer científico de numerosos profesionales y técnicos cubanos en la materia, como su aporte a la seguridad alimentaria nacional.

El “organopónico de alto rendimiento playa” tiene una incidencia en la comunidad, no solo como abastecedor de productos alimenticios frescos, inocuos y orgánicos, sino también por la función social que realiza como centro de capacitación para jóvenes a través de un programa docente. Incorpora a jubilados a esta actividad y sus resultados económicos no son nada despreciables, manifestándose en el salario de los trabajadores y su contribución a la economía familiar. Las ganancias obtenidas se distribuyen según el resultado del trabajo de cada trabajador, lo que representa un estímulo al incremento de los indicadores de producción.

Este organopónico es un ejemplo de un correcto manejo ambiental, se utiliza el agua del pozo de forma racional, con un sistema de regadío adecuado, que impide que el manto freático disminuya drásticamente. Además, desde la perspectiva de la seguridad alimentaria, es la primera respuesta a la localidad en el abasto de productos alimenticios frescos ante fenómenos atmosféricos, que impidan la comunicación con el resto de la ciudad.

Esta actividad en la ciudad contribuye al logro de la soberanía y seguridad alimentaria a escala local, además de crear un nuevo actor en la sociedad urbana, el obrero agrícola urbano con sus propias características distintivas que lo hacen un agente importante de transformación en el territorio.



REFERENCIAS

COMPANIONI, N.; OJEDA, Y.; PÁEZ, E.; MURPHY, C. (2001). **La agricultura Urbana en Cuba**. Instituto de Investigaciones Fundamentales en Agricultura Tropical (INIFAT), Delegación del Ministerio de la Agricultura. Ciudad de La Habana.

DEFINICIÓN DE FINCA. Disponible en: <http://universojus.com/definicion/finca>. Diccionario de derecho. Recuperado el 28 de junio del 2016.

DELISLE, M. (2014). **Diagnóstico para identificar las principales demandas de usufructuarios cultivadores de arroz en el municipio, Calimete, provincia Matanzas**. (Tesis de Maestría no publicada). Instituto de Investigaciones Fundamentales de Agricultura Tropical. Ministerio de la agricultura. La Habana, Cuba.

FAO (1996). **Estado Mundial de la Agricultura y Alimentación 1996**. Análisis Mundial. (<http://www.fao.org/docrep/003/w1358s/w1358s07.htm>).

FIGUEROA, V. (1999). **Revolución agraria y desarrollo rural en Cuba (1959-1993). Notas para la interpretación de la necesidad de la reforma económica en la agricultura en 1993**. Universidad Central “Marta Abreu” de Villa Clara. Cuba, 250p.

FIGUEROA, V. (2005). Los campesinos en el proyecto social cubano. **Temas**, 44, 13-25. La Habana.

GÓMEZ, J (2012, agosto). Más de 70 000 jóvenes en la agricultura urbana y suburbana. **Periódico Juventud Rebelde digital**. digital@juventudrebelde.cu.

HERNÁNDEZ, D. (2015). **Análisis de las condiciones en que se desarrolla la Agricultura Urbana y Suburbana en el municipio Marianao y su factibilidad**. Facultad de Geografía. Universidad de la Habana. La Habana, Cuba.

HERRERA, A. (2009). Impacto de la agricultura urbana en Cuba. **Novedades en Población**, ISSN: 1817- 4078, Número 9. La Habana, Cuba.

HERRERA, A; GONZÁLEZ, R; MÁRMOL, E. (2013). **Cuba: Modificaciones en la tenencia de la tierra y el desarrollo de la agricultura urbana: avances en seguridad alimentaria**. FAO/Facultad de Geografía. La Habana, Cuba.

PAT, L (2010). **Seguridad alimentaria en cuatro comunidades mayas con diferente actividad económica del norte de Campeche, México**. Tesis Doctoral no publicada. México.

PROGRAMA ALIMENTARIO (1991). Ed. José Martí. La Habana, Cuba.

ZÁRATE. M. A. (2015). Agricultura urbana, condición para el desarrollo sostenible y la mejora del paisaje. **Anales de Geografía**, 35, (2), 167-194.

Recebido em setembro de 2016
Aprovado em novembro de 2016



O BAIRRO RURAL DE SANTANA NO MUNICÍPIO DE PIRACICABA-SP E SUA AGRICULTURA FAMILIAR

THE NEIGHBORHOOD RURAL SANTANA IN MUNICIPALITY PIRACICABA-SP AND HIS FARMILY FARMING

EL BARRIO RURAL DE SANTANA EN EL MUNICIPIO DE PIRACICABA-SP Y SU AGRICULTURA FAMILIAR

Marcela Bianca Malosso Graça

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP

Bolsita CAPES, vinculada ao Núcleo de Estudos Agrários (NEA-Unesp/Rio Claro)

E-mail: marcelagraca@yahoo.com.br

Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP

Líder do Núcleo de Estudos Agrários (NEA-Unesp/Rio Claro)

E-mail: darlene@rc.unesp.br

Cibele Marto de Oliveira

Licenciada, Mestre e Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP

Bacharel em Turismo pela Universidade Paulista – UNIP, vinculada ao Núcleo de Estudos Agrários (NEA-Unesp/Rio Claro)

E-mail: martocibele@yahoo.com.br

RESUMO

O trabalho tem por objetivo foi identificar as estratégias econômicas e sociais dos moradores do Bairro Rural de Santana, a partir da verificação das fontes de obtenção de renda desses moradores. Assim, a pesquisa analisou o que pode ser entendido por ocupações rurais agrícolas e não - agrícolas e a pluriatividade. O intuito desta investigação foi analisar como estão atualmente as vidas dos produtores rurais, quais são as atividades que exercem, quantas são as pessoas da família que trabalham no campo em atividades agrícolas e aqueles que se dedicam a atividades não agrícolas. O procedimento metodológico da pesquisa foi a revisão bibliográfica e a realização de trabalho de campo com aplicação de questionários com os moradores do bairro rural de Santana – Piracicaba – São Paulo, o qual se constitui no recorte espacial da pesquisa. Assim foi possível verificar que os moradores do bairro se dedicam ou dedicaram suas vidas nas ocupações agrícolas como herança.

Palavras – chave: bairro rural; agricultura familiar; novo rural; ocupações rurais não-agrícolas; pluriatividade.

ABSTRACT

The study aims to identify the economic and social strategies of the residents of the Rural District of Santana, from the verification of sources of obtaining income of residents. Thus, the research analyzed what can be understood by rural occupations agricultural is non - agricultural and pluriactivity. The purpose of this research was to analyze how are currently the lives of farmers, which are the activities they carry out, how many are family people working in the field in agricultural activities and those who engage in non-agricultural activities. The methodological research procedure was the literature review and conducting application fieldwork, questionnaires to the residents of the rural district of Santana - Piracicaba - Sao Paulo, which constitutes the spatial area of research. Thus, it was possible to verify that the residents of the neighborhood are devote or dedicate their lives in agricultural occupations as heritage.

Keywords: rural neighborhood; Family farming; new rural, rural occupations non - agricultural; pluriativity.

RESUMEN

El estudio tiene como objetivo identificar las estrategias económicas y sociales de los residentes de la zona rural de Santana, a partir de la verificación de las fuentes de obtención de ingresos de los residentes. La investigación analizó lo que puede ser entendido por las ocupaciones rurales agrícolas y no agrícolas y la pluriactividad. El propósito de esta investigación fue analizar cómo están actualmente las vidas de los agricultores, cuales las actividades que llevan a cabo, cuantas son las personas de la familia que trabajan en el campo en las actividades agrícolas y los que se dedican a actividades no agrícolas. El procedimiento de investigación metodológica fue la revisión de la literatura y la realización de trabajo de campo con encuestas a los residentes de la zona rural de Santana - Piracicaba - São Paulo, que constituye en el recorte espacial de la investigación. Así fue posible verificar que los residentes de la vecindad se dedican o han dedicado sus vidas en ocupaciones agrícolas como herencia.

Palabras – clave: barrio rural; agricultura familiar; nuevo rural; ocupaciones rurales no-agrícolas; pluriactividad.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute conceitos como bairros rurais, novo rural e pluriatividade, buscando alcançar o objetivo do trabalho que foi identificar as estratégias econômicas e sociais dos moradores do Bairro Rural de Santana no município de Piracicaba/SP, a partir da verificação das fontes de obtenção de renda, o cotidiano e a relação com a agricultura desses moradores.

A palavra Bairro está presente no cotidiano das pessoas e compõe o que chamamos de cidades. Os bairros definem características de regiões dentro de uma cidade a partir de processos locais, nos quais o crescimento populacional das cidades faz multiplicar o número desses bairros. Nos dias de hoje os bairros são identificados no interior das cidades, porém os primeiros bairros existentes foram os bairros rurais, aglomerações populacionais no interior das grandes fazendas.

O bairro rural de Santana tem essa formação originalmente e hoje tem uma organização baseada em atividades agrícolas e não agrícolas, estas últimas, resultado das transformações ocorridas no campo como a modernização da agricultura brasileira. Tal fato desenvolveu outras perspectivas de ocupações não especificamente vinculadas às atividades agropecuárias para os agricultores, os quais buscam nestas ocupações de trabalho outra fonte de obtenção de renda.

Os procedimentos utilizados para a pesquisa foram revisão bibliográfica sobre os conceitos aplicados e a busca em dados secundários sobre o município de Piracicaba-SP e a realização de trabalho de campo com aplicação de questionários em moradores do bairro rural de Santana – Piracicaba – São Paulo, o qual se constitui no recorte espacial da pesquisa.

2 BREVES REFLEXÕES SOBRE BAIROS RURAIS

Muitos estudiosos se debruçaram no conhecimento sobre os bairros rurais. Como autora das mais citadas nesta temática Liliana Laganá Fernandes (1971) assinala que a expressão “Bairro Rural foi largamente difundida na zona rural do Estado de São Paulo. Essa expressão indica determinada

área, de limites imprecisos, que são definidos pela população local a partir de suas relações sociais e da identidade de grupos” (FERNANDES, 1971, p. 7).

A história da organização social do rural paulista é marcada pelo surgimento dos bairros rurais habitados por grupos familiares que tivessem características comuns. A partir dessas aglomerações de casas começam a surgir armazéns, capelas e escolas caracterizando um núcleo de bairros.

A comunidade rural é uma forma de agrupamento social, que organiza, segundo modalidades historicamente determinadas, um conjunto de famílias fixadas no solo. Estes grupos elementares possuem, por um lado, bens coletivos e indivisos, e por outro, bens privados, conforme relações variáveis, mas, sempre, historicamente determinadas. Encontram-se ligados por disciplinas coletivas e designam – tanto tempo quanto a comunidade guarda uma vida própria – mandatários responsáveis para dirigir a realização dessas tarefas de interesse geral (LEFEBVRE, 1986, p. 156).

Os bairros rurais surgem como resultado da produção do espaço local que reflete o trabalho nele exercido e a transformação cotidiana do meio natural e da continuidade de vida. Mediante esses aspectos das comunidades rurais é possível analisar a existência de uma relação de trabalho, familiaridade e podemos dizer até “camaradagem” nessas organizações dos bairros, figurando neles um dos personagens típicos do interior de São Paulo, conhecido como caipira,

[...] cujo nível de vida é próximo ao mínimo necessário para garantir a sobrevivência. As casas eram ranchos rústicos, a alimentação baseada nos produtos cultivados pela família, e as roupas e os utensílios, fabricados na propriedade ou adquiridos mediante trocas entre os vizinhos. Atualmente, o quadro é bastante diverso, pois a maioria das casas é de alvenaria e todos os bairros rurais [...] têm acesso aos serviços de energia elétrica e água. Outras diferenças referem-se à alimentação, pois boa parte dos itens da cesta básica é adquirida no mercado local, bem como às roupas e utensílios domésticos e de trabalho que não são, muitas das vezes, produzidos no âmbito da propriedade, mas comprados no núcleo urbano. (MOREIRA, 2012, p. 227).

Outro estudioso dos bairros rurais, Antônio Candido (1964), afirma que tais organizações fazem a intermediação entre indivíduo/família e a cidade. Trata-se de um grupo de vizinhança, importante para a sociabilidade caipira, agrupando famílias de nível social semelhante e com o mesmo sentimento de localidade que convivem em práticas de auxílio mútuo e atividades lúdico religiosas.

Além da representação caipira, o bairro rural no final do século XIX incorpora novos elementos socioculturais à paisagem rural paulista a partir da imigração europeia, pessoas estas que



com o tempo passaram a residir e constituir colônias nesses bairros (QUEIROZ, 1973). É neste contexto que o Bairro de Santana, no município de Piracicaba-SP, irá se formar.

3 REFLEXÕES SOBRE AS MUDANÇAS NO CAMPO E AS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS

O “Novo Rural” (GRAZIANO, 1996) é resultado das transformações ocorridas no campo a partir da modernização da agricultura brasileira. Tal fato desenvolveu outras perspectivas de ocupações, não especificamente vinculadas às atividades agropecuárias, para os agricultores, os quais buscam nelas outra fonte de obtenção de renda.

O desdobramento da modernização da agricultura fez com que as características do campo fossem redefinidas, principalmente alterando a separação rígida entre o rural e o urbano, e onde esse processo se generalizou, considera-se que os mesmos podem ser entendidos como uma continuação do outro, uma vez que a base econômica e espacial se mistura e assim “[...] as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária” (GRAZIANO, 1997, p. 1).

Essas transformações redundaram no surgimento do que se designou de novo rural. Com a industrialização do campo e sua mecanização, as pessoas passam a ter mais tempo para desenvolver outras atividades, ou seja, a liberação da força de trabalho pela introdução da máquina proporcionou tempo livre para membros da família dos produtores rurais desenvolverem outras atividades,

[...] não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vem se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. (GRAZIANO, 1997, p. 4).

Essa é a sua característica nova, uma conjunção de atividades agrícolas e não-agrícolas. Trata-se de um conjunto de atividades que eram realizadas sem haver uma monetarização e depois passam a ser pagas por quem as demanda ou cobradas por quem as oferece. Dessa maneira, o novo rural brasileiro com as atividades não-agrícolas pode ser caracterizado conforme o autor José Graziano da Silva (1997, p. 12),

[...] em primeiro lugar, aquelas relacionadas com a proliferação de indústrias, em particular das agroindústrias, no meio rural. Em segundo lugar vem aquelas atividades relacionadas à crescente urbanização do meio rural (como moradia,

turismo, lazer e outros serviços) e a preservação do meio ambiente. Finalmente, em terceiro lugar, mas não menos importante nesta rápida caracterização das atividades não-agrícolas que vem se desenvolvendo no nosso meio rural, é preciso destacar a proliferação dos sítios de recreio, ou simplesmente chácaras, como são chamadas no interior do estado de São Paulo. São pequenas áreas de terra destinadas ao lazer de famílias de classe média urbana, geralmente inferiores a 2 hectares, localizadas nas periferias dos grandes centros urbanos, na orla marítima ainda não densamente povoada ou em áreas próximas a rios, lagos, represas ou reservas florestais, e com fácil acesso através das principais rodovias asfaltadas do país. (GRAZIANO, 1997, p. 12).

Torna-se importante salientar que as transformações que vêm ocorrendo no espaço rural deram-se principalmente por causa da queda da rentabilidade agrícola verificada na década de 1990, à qual vinculam-se “[...] três elementos fundamentais: a queda dos preços dos produtos agropecuários; a elevação dos custos do trabalho e do crédito rural; e à redução do ritmo de inovação no setor agropecuário” (GRAZIANO da SILVA; DEL GROSSI, 2001, p. 1).

Os proprietários sem condições de investir em suas produções acabam perdendo espaço no setor agropecuário, e aqueles que não desistem do campo buscam novas atividades para obtenção de renda, tornando-se um agricultor pluriativo, o qual busca desenvolver dentro ou fora da sua propriedade atividades não-agrícolas.

A pluriatividade marca a aproximação entre o rural e o urbano que passam a se aproximar, sendo designado pelo autor Sérgio Schneider (1999, p. 169) como periurbano “[...] esse novo espaço, [...] representa uma situação intermediária ao rural e ao urbano e, sobretudo, porque nele parece emergir um tipo próprio e característico de relação de trabalho que se baseia na pluriatividade das famílias de trabalhadores”.

Conforme o estudo realizado por Antonello (2009, p. 11), observa-se que o grupo familiar, que reside na propriedade rural, utiliza-se da “[...] flexibilização numérica que se refere à possibilidade de disponibilizar da mão de obra em função da demanda da produção, entra em cena o contrato temporário de trabalho. Além da questão da liberação de membros ativos da família para atividades em tempo parcial.

Assim, observamos que os produtores rurais, particularmente os pequenos, se adequam à nova realidade presente no espaço rural, pois tais mudanças promovem a possibilidade de alternativas de obtenção de renda para a manutenção da família neste espaço. Nessa direção caminha a constatação de Graziano e Del Grossi (2001) ao apontarem que

[...] o que segurou gente no campo brasileiro não foram às atividades agropecuárias “*strictu sensu*”, mas sim as ocupações não-agrícolas: cerca de um milhão de pessoas residentes em áreas rurais encontraram em ocupações diversas das



atividades agrícolas, novos postos de trabalho entre 1981 e 1997 no país (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2001, p. 2).

Nesse contexto, destacamos a aproximação entre a cidade e o campo, no sentido que podemos observar que nos últimos anos as pessoas buscam o campo nos finais de semana, feriados, férias para poder descansar e deslumbrar-se com suas paisagens, comidas e festas. Portanto, o campo passou a ter a função de local de residência ou de lazer e não apenas de produção de alimentos e matérias primas.

Conforme Antonello,

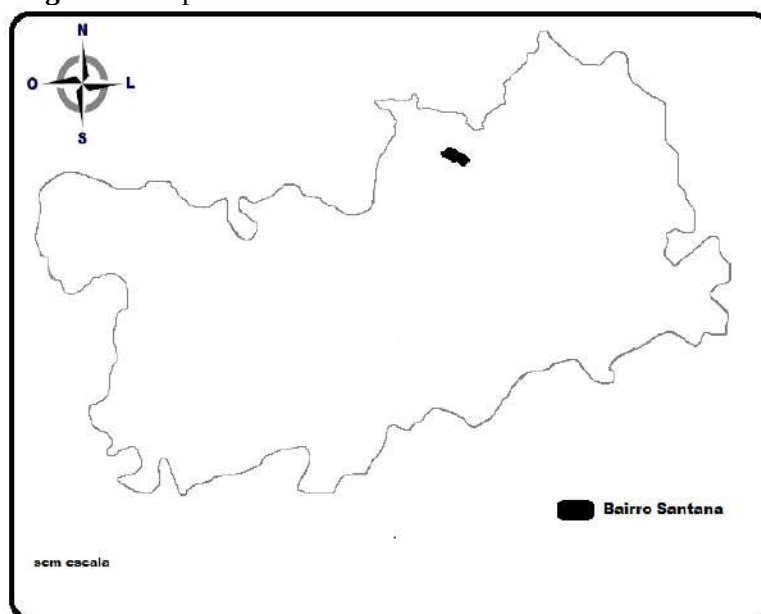
[...] considera-se que não é mais possível analisar o espaço rural apenas pautado no agrícola, no momento que se desenvolve um conjunto de atividades não voltadas simplesmente para o agropecuário, como a prestação de serviços, envolto em ocupações como, por exemplo, o turismo rural ou ecológico, comércio e indústria, as quais estão se tornando prementes para a população rural se manter no rural. (ANTONELLO, 2005, p. 11).

Podemos inferir que o bairro rural de Santana sofreu muitas destas transformações e principalmente, está situado em um município de grande desenvolvimento urbano-industrial. Em que medida é possível afirmar que a pluriatividade está presente entre seus moradores?

4 O BAIRRO RURAL DE SANTANA: HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO

O município de Piracicaba é considerado um dos principais centros urbanos do interior paulista que está a 152 km da capital do Estado, integrando a Região Administrativa de Campinas e a Aglomeração Urbana de Piracicaba, criada por lei estadual em 2012. Segundo o Censo de 2010 o município tem uma população de aproximadamente 364.571 habitantes, sendo deste total 97,8% urbana e menos de 3% rural. Ganhou o status de município no dia 10 de agosto de 1822 e atualmente é composto por 6 distritos - Anhumas, Artemis, Guamium, Ibitiruna, Santa Terezinha e Tupi e mais alguns bairros rurais, sendo os mais conhecidos Santana e Santa Olímpia, considerados domicílios urbanos.

O bairro rural de Santana fica a noroeste do centro do município de Piracicaba. O acesso é feito pela rodovia estadual Hermínio Petrin (SP-308) e está distante cerca de 20 quilômetros do centro desse município (Figura 1).

Figura 1: Mapa do Bairro de Santana – Piracicaba – SP

Santana tem na atualidade aproximadamente 750 habitantes, sendo a grande maioria aparentada entre si. Essa condição se deve ao relativo isolamento do bairro durante décadas, o que gerou o casamento entre primos e familiares.

O fato de serem ascendentes de imigrantes da região de Trento, Itália, oportunizou que Santana faça parte do Círculo Trentino (*Circoli Trentini del Brasile*). Essa entidade visa desenvolver um trabalho de conservação cultura trentina. A sede do *Circolo Trentino di Piracicaba* fica no próprio bairro desde o ano de 1987 quando foi criado. Muitos dos costumes de seus antepassados ainda são praticados do dia-a-dia e de maneira bastante evidente quando são realizadas as festas.

Mesmo havendo em Santana moradores que trabalham toda a vida fora do bairro, nunca cogitaram a ideia de se mudar da comunidade. Parte dessa condição é em função da integração que há entre os habitantes e o desejo da conservação da cultura e do modo de vida. Nem mesmo as difíceis condições de infraestrutura no decorrer da história do bairro não representaram um fator determinante para as pessoas saírem do bairro. A luz elétrica chegou a Santana no final da década de 1940 e a água encanada na década de 1970, porém ainda há muitos moradores que utilizam poço artesiano e nem todas as ruas do bairro possuem asfalto.

É possível afirmar que a música fez parte do cotidiano da comunidade e atualmente Santana possui uma banda com integrantes do bairro que promovem a música italiana e participam de todas as festas promovidas no bairro (Figura 2).

Figura 2: Foto da Banda de Santana na década de 1930



Fonte: Leme (2001)

No bairro hoje existe uma cantina, que funciona somente aos finais de semana; um minimercado; uma venda e uma padaria, todos localizados no núcleo. Santana ainda possui um posto de saúde que conta com a presença diária de uma médica e duas enfermeiras (Figura 3). Essas além de executarem o trabalho na unidade de saúde percorrem todo o bairro exercendo um controle preventivo de doenças.

Figura 3: Posto de Saúde do Bairro Santana



Fonte: Arquivo das autoras (2016)

A religiosidade é outro elemento aglutinador da comunidade. A religião católica é a única a ser praticada de forma explícita em Santana, não havendo praticamente espaço para a introdução de outra religião. Caso algum morador queira praticar e seguir outra religião, terá de fazê-lo fora do

bairro. Santana foi assistida desde o seu começo pelos frades capuchinhos, de origem trentina, que além de frequentarem a comunidade prestavam orientação à população.

Quando os primeiros imigrantes compraram as terras da Fazenda Sant'Anna, não havia no lugar nenhuma capela. As rezas então eram feitas nas casas. O início da construção da primeira igreja só aconteceu a partir de 1929, e o lugar escolhido foi no centro do bairro, em terreno doado por Paulo Vitti e seus filhos. A benção da igreja e a primeira missa só foram realizadas pelo Cônego Gerônimo Gallo, em 27 de junho de 1929 (Figura 4). A partir de 1962 a comunidade decidiu derrubar a edificação da igreja e fazer outra devido aos problemas de estrutura. No dia 29 de julho de 1962 foi feita a primeira missa. Desde então inúmeras melhoras foram realizadas por meio da mobilização de toda a comunidade que sempre contribuiu trabalhando, doando dinheiro, material e até mesmo parte da produção do cultivo de cana (Figura 5).¹

Figura 4: Missões realizadas no bairro de Santana em 1942. Ao fundo a antiga igreja



Fonte: Leme (2001)

¹ VITTI, Maria Emília. 50 anos de inauguração da Igreja 26 de setembro de 1965. 4 p. Trabalho não publicado. 2015.



Figura 5: Igreja de Santana no ano de 2015



Fonte: Arquivo das autoras (2015)

Há na entrada do bairro de Santana um monumento construído em conjunto com o bairro de Santa Olímpia (Figura 6). Essa construção foi edificada em função da comemoração dos 100 anos de imigração e tem como objetivo enaltecer a história do lugar, bem como enaltecer o sinal de fé, religiosidade e adoração a Deus. O símbolo de Santana é um buquê de flores do campo, que faz alusão a música *Massolin di Fiori*, que os primeiros imigrantes e seus descendentes cantaram muito.

Figura 6: Monumento na entrada dos bairros Santana e Santa Olímpia



Fonte: Arquivo da autora (2016)

Em 1923, por meio da intervenção e iniciativa de “Zia Maria”², moradora de Santa Olímpia, e José Vitti, morador do Santana, foi construída, em terreno doado pela família Vitti a primeira escola do bairro de Santana, na divisa com o bairro de Santa Olímpia, denominada de “Escolas Reunidas de Sant’Ana” (Figura 7). A unidade escolar era constituída de cinco salas e atendia os dois bairros além das crianças da Fazenda Negri. Antes dessa construção as crianças recebiam o ensino em casa (LEME, 2001).

Figura 7: Escola Reunidas de Sant’Anna no ano de 1923 – prédio demolido em 1966



Fonte: E. E. Samuel de Castro Neves (2012)

A partir de 1944, por meio do Decreto nº 14.058, de 28/06/1944, a escola passou a ser chamar “Grupo Escolar Dr. Samuel de Castro Neves”. O nome foi uma homenagem ao então deputado estadual por esse ter realizado uma gestão satisfatória aos bairros de Santana e Santa Olímpia. O primeiro prédio foi demolido em 1966, devido as precárias condições de sua edificação, e uma nova unidade escolar foi reconstruída e a escola voltou a funcionar no ano de 1967 em área cedidas por Lázaro e João Gobeth, moradores do bairro de Santana (E.E. DR. SAMUEL DE CASTRO NEVES, 2012).

Hoje a Escola atende ao Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio. Atualmente há também no bairro uma escola de Ensino Infantil, E.M.E.I. Santana, que atende crianças a partir de 3 a 5 anos de idades (Maternal e Jardim) (Figura 8). Dessa forma os moradores só necessitam sair do bairro para estudarem a partir do ensino superior, ou se desejarem fazer cursos técnicos e de formação complementar.

² Maneira como a moradora do bairro era chamada



Figura 8: E.M.E.I. Santana



Fonte: Arquivo das autoras (2016)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das vinte famílias de moradores que estavam em suas casas e que responderam às perguntas, treze estão aposentados, alguns poucos da lavoura da cana de açúcar, outros das indústrias e de empresas de Piracicaba.

Em relação à agricultura, dos moradores entrevistados, dezessete têm produção agrícola, mas para o consumo próprio como hortas, galinhas, pomar onde utilizam os métodos tradicionais. O que prevalece em grande quantidade e que todos cultivam ou já cultivaram é a cana de açúcar, existindo entre eles os arrendatários e os arrendadores.

O que pode se verificar da produção não agrícola é a vinícola que os moradores montaram, onde se produz o vinho, e é vendido ali no próprio local, para moradores de outros bairros de Piracicaba - SP que vão até lá para comprar. Também é bem vendido na Festa do Vinho que ocorre todo ano no mês de junho e conta com a participação de toda a comunidade. O trabalho na vinícola é feito por voluntários e o lucro revertido para a fabricação do vinho e para a comunidade. E os responsáveis tem a pretensão de passar o conhecimento para os mais novos e montarem uma vinícola maior.

Os filhos dos moradores, na sua maioria os que estão em idade de trabalhar, trabalham nas empresas, lojas, indústrias de Piracicaba.

É a partir dessas constatações, e dos questionários aplicados às famílias e por meio da história contada, pode-se considerar como rural, o bairro de Santana, e devida à tradição deixada pelas famílias permanece o vínculo com a agricultura mesmo que seja pela subsistência.

REFERÊNCIAS

ANTONELLO, I. T. Espacialização do Capital no Espaço Rural Norte Paranaense. In: **14º Encontro Nacional de Geógrafos**. 44ª Assembleia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Rio Branco/Acre: AGB, 2006. p. 1-12.

_____. Reestruturação do Mercado de Trabalho no Espaço Rural na Contemporaneidade. In: **XXI Semana de Geografia “O Brasil frente aos arranjos espaciais do século XXI”**, Londrina, 2005, Anais..., Londrina: UEL, 2005. p. 1-20, CD ROOM.

_____. Reestruturação produtiva no espaço rural: Forjando mutações nas relações urbano-rurais. **Revista Temas/ Matizes**, Cascavel: UNIOESTE, vol. 8, nº 16, p. 24-51, 2009.

CATI- **Coordenadoria de assistência técnica integral**. Disponível em <<http://www.cati.sp.gov.br/new/index.php>> Acesso em: 21 de março de 2015

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo do caipira paulista e a transformação dos meios de vida**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora 1964.

CIRCOLO TRENTINI DI PIRACICABA. Disponível em <piracicaba@trentininelmondo.it>; capturado em 10 de julho de 2015.

DORETTO, M.; DEL GROSSI, M. E; LAURENTI, A. C. Rendas agrícolas e não-agrícolas das famílias rurais: estudo de caso com pesquisa quantitativa de campo no Patrimônio Espírito Santo, município de Londrina, PR. In: CAMPANHOLA, C; GRAZIANO, J. da Silva (Editores técnicos). **O novo rural brasileiro: rendas das famílias rurais**. Brasília: EMBRAPA, vol. 6, cap. 9, 2004, p. 205-262.

FERNANDES, Liliana Laganá. **O bairro rural dos Pires: estudo de geografia agrária**. São Paulo, 1971, Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA, B.; BALSADI, O. V.; FREITAS, R. E.; ALMEIDA, A. N. Ocupações agrícolas e não-agrícolas: trajetória e rendimentos no meio rural brasileiro. In: DENEGRÍ, J. A.; DENEGRÍ, F.; COLEHO, D. **Tecnologia, Exportação e Emprego**. Brasília: IPEA, 2006. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 08 ago. 2007.

GRAZIANO, J. da S.; DEL GROSSI, M. E. **A evolução da agricultura familiar e do agribusiness nos anos 90**. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/Rattner.html>>. Acesso em: 21 jan. 2001.

GRAZIANO, J. da S. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996

_____. O novo rural brasileiro. **Nova economia**, Belo Horizonte, 7(1) p. 43-81, maio 1997.



GRAZIANO, J. da S; DEL GROSSI, Mauro. CAMPANHOLA, Clayton. O Que Há de Realmente Novo no Rural Brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 19, nº. 1, p. 37-67, jan/abr. 2002.

IPPLAP – **Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba**. Disponível em: < www.ipplap.com.br >

LEFEBVRE, Henri. **Perspectivas da Sociologia Rural**. In: MARTINS, J. de Souza. **Introdução e Crítica a Sociologia Rural**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 163-178.

LEME, Maria Luísa de Almeida. **Educação, Cultura e Linguagem**: a comunidade tirol-trentina da cidade de Piracicaba – SP. 2001 275 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, Campinas, 2001. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000243423> > Acesso em: 15 jul. 2016.

MOREIRA, Érika Vanessa. **A ruralidade e a multifuncionalidade nos espaços rurais de Piedade e Pilar do Sul-SP**. SP. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas**: dinâmica das relações bairro rural – cidade. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SOUZA, Paulo César de; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Bairros rurais e resistência: a formação das comunidades rurais no oeste paulista. **CAMPO-TERRITÓRIO**: Revista de geografia agrária, n. 10, v. 5, p. 168-193, ago. 2010.

TEIXEIRA, V.L. A evolução das ocupações não agrícolas no meio rural Fluminense nas décadas de 80 e 90. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO da SILVA, J. (Editores técnicos). **O Novo Rural brasileiro**: uma análise estadual: Sul, Sudeste e Centro – Oeste. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, v. 3, 2000, p. 119-149.

VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, n. 51, p. 51-67, maio-ago. 2004.

Recebido em setembro de 2016
Aprovado em novembro de 2016



A TERRITORIALIZAÇÃO DA EMPRESA SUZANO NO CAMPO EM SÃO PAULO E NO MARANHÃO¹

THE TERRITORIALIZATION SUZANO COMPANY IN THE FIELD IN SÃO PAULO AND MARANHÃO

LA TERRITORIALIZACIÓN DE LA EMPRESA SUZANO EN EL CAMPO EN SÃO PAULO E MARANHÃO

Marta Inez Medeiros Marques

Profa. Dra. - Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo

Grupo de Pesquisa: Desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo: o campo e a cidade em movimento

E-mail: mimmar@usp.br

RESUMO

Este artigo analisa a expansão territorial da monocultura de eucalipto realizada pela Empresa Suzano Papel e Celulose nos estados de São Paulo e Maranhão e alguns impactos desta atividade. Evidencia-se a força transformadora desse movimento e suas nuances históricas e geográficas. Destaca-se a organização crescente, embora ainda pontual, de movimentos e organizações sociais que resistem ao avanço da produção de eucalipto. O estudo baseou-se em levantamento de material documental, cartográfico e em pesquisa direta, além da análise de dados estatísticos oficiais e de entidades de representação do setor de produção de madeira, papel e celulose.

Palavras-chave: Suzano Papel e Celulose; monocultura de eucalipto; uso da terra; São Paulo; Maranhão.

ABSTRACT

This article assay the territorial expansion of the eucalyptus monoculture held by the company Suzano Papel e Celulose in the States of São Paulo and Maranhão and some impacts of this activity. It see the transforming power of this movement and its historical and geographical nuances. It demonstrates the growing organization, while still small, of social movements and organizations that resist the advance of the eucalyptus production. The study was based on survey of documentary and cartographic material, direct research, in addition to the examination of statistical data produced by official institutions and by representative bodies of wood, pulp and paper sector.

Keywords: Suzano Papel e Celulose; eucalyptus monoculture; land use; São Paulo; Maranhão.

RESUMEN

Este artículo analiza la expansión territorial del monocultivo del eucalipto realizada por la Empresa Suzano Papel e Celulose en los estados de São Paulo y Maranhão y algunos impactos de esta actividad. Se ha evidenciado la fuerza transformadora de ese proceso y sus matices históricos y geográficos. Destacase la actuación creciente, aunque todavía puntual, de movimientos y organizaciones sociales que han resistido al avance de la producción del eucalipto. El estudio se ha basado en levantamiento de material documental, cartográfico y en investigación directa, además de análisis de datos estadísticos oficiales y de entidades de representación del sector de producción de madera, papel y celulosa.

Palabras-clave: Suzano Papel e Celulose; monocultura de eucalipto; uso de la tierra; São Paulo; Maranhão.

¹ Este artigo apresenta alguns resultados da pesquisa intitulada “Análise geográfica da expansão recente da indústria de papel e celulose no campo brasileiro: o caso da Suzano Papel e Celulose”, realizada sob a minha coordenação com o apoio financeiro do CNPq - Processo: 401680/2011-8, Chamada CNPq /CAPES N ° 07/2011 - e da Universidade de São Paulo.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a expansão territorial da monocultura de eucalipto realizada pela Empresa Suzano Papel e Celulose nos estados de São Paulo e Maranhão, visando assegurar o seu fornecimento de madeira - matéria-prima para suas indústrias de papel e celulose, e alguns impactos desta atividade.

A Suzano é uma empresa verticalizada, ou seja, desenvolve todas as etapas do processo produtivo de forma integrada, desde a pesquisa e experimentação de espécies e variedades mais produtivas, a produção da muda em viveiros, o plantio e manejo do eucalipto, a colheita e o transporte da madeira, até a produção da celulose e do papel e sua distribuição. Em algumas dessas etapas produtivas, a empresa subcontrata os serviços de empresas menores especializadas em atividades específicas como a produção de mudas, o manejo e o corte da madeira.

Do ponto de vista da gestão, a empresa está dividida em três Unidades de Negócio distintas: “Florestal”², Celulose e Papel. A Unidade de Negócio “Florestal”, para além do fornecimento de madeira para a Unidade Celulose, também tem por atribuição buscar outras oportunidades de negócios. A Unidade Celulose está voltada para o abastecimento da Unidade Papel, mas a maior parte do que produz é comercializada no mercado externo e atualmente tem-se buscado ampliar ainda mais essa participação. A Unidade Papel busca o aperfeiçoamento do que já produz e a diversificação com o lançamento de novos produtos (SUZANO, 2009).

A Suzano Papel e Celulose (2012, p. 11) se auto define como “uma empresa de base florestal dedicada aos segmentos de celulose, papel e biotecnologia”. Ela possui unidades industriais nos estados de São Paulo, Bahia e Maranhão, assim distribuídas: duas unidades no município de Suzano,³ uma em Embu e uma em Limeira, no Estado de São Paulo; uma em Mucuri, na Bahia; e uma em Imperatriz no Maranhão. Mantém escritórios comerciais na China, nos Estados Unidos e na Suíça, laboratórios de pesquisa em Israel e na China, e subsidiárias na Inglaterra (Sun Paper) e Argentina (Stenfar).

Em 2014, as vendas de celulose representaram 53% de suas receitas, sendo cerca de 84% deste percentual referentes a exportações, assim distribuídos: 40,8% para a Ásia; 30,3% para a Europa; 12% para a América do Norte e 1,05% para a América do Sul e Central. Com o início das operações no Maranhão no final de 2013, a produção de celulose para exportação ultrapassou os 3 milhões de toneladas (SUZANO, 2014, p. 17).

² Os termos floresta e florestal aparecem aspeados quando desejamos indicar o uso ideológico desta denominação feito por empresas, órgãos do Estado e outros. Originariamente o termo se refere a uma formação vegetal natural que apresenta biodiversidade, entre outras características ausentes nas áreas de monocultivo de árvores.

³ Unidade Industrial Suzano e Unidade Industrial Rio Verde.

A escolha da Suzano Papel e Celulose como objeto de pesquisa se apoiou nos seguintes fatos: ela é uma das maiores e mais tradicionais empresas nacionais atuantes no setor e a primeira dentre elas a abrir o seu capital em bolsa de valores, o que se deu em 1980; tem papel protagonista no desenvolvimento de tecnologia nacional para a melhoria genética do eucalipto aplicada à produção de celulose, com pesquisa de ponta na área de biotecnologia;⁴ atua ativamente nos novos mercados criados pela economia verde, foi a primeira empresa com plantação de eucalipto a vender crédito de carbono na Chicago Climate Exchange em 2004; tem a região do MATOPIBA⁵ como principal área de expansão para seus novos investimentos produtivos.

Foi adotada uma metodologia de pesquisa qualitativa, com a realização do levantamento de material bibliográfico, de imagens e de dados estatísticos do governo (IBGE, BNDES) e entidades representativas do setor (BRACELPA e ABRAF), relativos à indústria de papel e celulose no país. Foi realizado o levantamento de documentos e artigos sobre o tema produzidos pela própria Suzano Papel e Celulose e pela imprensa (local e nacional), por representantes da sociedade civil (movimentos sociais e ONGs) e pela academia. Também foi realizado trabalho de campo em áreas da Suzano localizadas nos estados do Maranhão e de São Paulo. Foram visitadas as regiões de Imperatriz (MA)⁶ e do Leste Maranhense (MA)⁷ e os municípios de São Luís do Paraitinga (SP), Salesópolis (SP) e São Miguel Arcanjo (SP)⁸.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas junto a funcionários da empresa, moradores, autoridades locais, trabalhadores do setor e lideranças sindicais e de movimentos sociais. De um modo geral foi difícil o acesso aos funcionários da Suzano dadas as barreiras criadas pela empresa, apesar disso, foram entrevistados dois funcionários da gerência socioambiental da Unidade Florestal do Maranhão e um da área de produção da Unidade Florestal em São Paulo, além de um ex-funcionário aposentado do segmento da produção agrícola em São Paulo.

⁴ A Suzano tem investido no desenvolvimento de variedades transgênicas do eucalipto por meio de sua subsidiária FuturaGene Brasil. Em 9 de abril de 2015, a empresa obteve da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) o licenciamento para uso comercial de uma variedade de eucalipto transgênico batizada de H421. Ela será a primeira empresa no mundo a usar em escala comercial o eucalipto transgênico. (O Estado de São Paulo [online], 10/04/2015. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,suzano-usara-1-eucalipto-transgenico-do-mundo-imp-,1667120>, acesso em 10/04/2015)

⁵ A região de MATOPIBA é considerada a última fronteira agrícola do país e sua denominação é um acrônimo formado com as iniciais dos estados que a compõem (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Em 6 de maio de 2015 foi assinado o Decreto nº 8.447 que dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA (PDA-MATOPIBA).

⁶ Agradecemos o apoio fundamental que nos foi dado na ocasião por Francisco Lima e Luciléa Lopes, professores Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

⁷ Nesta viagem fomos acompanhados por José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior, orientando de mestrado à época e integrante da equipe de pesquisa; e por Josoaldo Rego, professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e estudioso da região.

⁸ O campo em São Paulo contou com a participação Taciana Ribeiro e Olga Geremias, alunas de graduação em geografia da Universidade de São Paulo e integrantes da equipe de pesquisa.

2 SUZANO E A EXPANSÃO DA MONOCULTURA DE EUCALIPTO EM SÃO PAULO E NO MARANHÃO

A Suzano produz de forma integrada, obtendo a maior parte da matéria-prima de que precisa a partir de suas próprias terras. O fornecimento de madeira para suas indústrias de papel e celulose é assegurado por monoculturas de eucalipto realizadas majoritariamente em terras próprias, adquiridas por meio de diferentes mecanismos. Também arrendam terras, principalmente no estado de São Paulo, onde o preço do hectare é mais alto, e compram madeira produzida por outros para complementar o seu abastecimento. Neste último caso, a Suzano desenvolve programas de fomento “florestal”⁹ nas regiões onde atua visando integrar à sua produção propriedades localizadas próximo às suas fábricas.

Destaca-se a existência de diferenças regionais importantes entre os mercados de terra e de madeira nos estados onde a Suzano possui unidades industriais e parte significativa de sua base “florestal”. Chama a atenção o fato de em São Paulo o arrendamento ser a estratégia complementar mais importante adotada por empresas de base “florestal” como a Suzano,¹⁰ correspondendo a 24,4% da área plantada, enquanto na Bahia, é o fomento que alcança cerca de 25,3% da área plantada (ABRAF, 2013, p. 51).

Sua base “florestal” no Brasil abrangia aproximadamente 1,06 milhão de hectares em 2014, dos quais 519 mil hectares destinados aos plantios de eucalipto nos estados de São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Piauí, Tocantins, Pará e Maranhão (SUZANO, 2014, p. 12), configurando um amplo território sobre o qual exerce o seu controle. A expansão territorial em regiões distintas do país, caracterizadas por grandes diferenças quanto à economia, infraestrutura, localização, cultura e meio ambiente, confere à Suzano maior flexibilidade para lidar com os riscos característicos de suas atividades.

Em São Paulo, ela disputa com outras empresas a exploração de extensos eucaliptais distribuídos por vastas áreas, tendo como um de seus principais centros a mesorregião de Itapetininga que, juntamente com a de Bauru, forma uma imensa área coberta pela monocultura de

⁹ O termo fomento geralmente se refere a projetos e programas de incentivo a atividades na área rural, seja a agricultura, a pecuária, ou a atividade “florestal”. O fomento “florestal” incentiva o cultivo de espécies arbóreas, visando tanto atender a fins econômicos como à formação de florestas de preservação ou à reposição florestal. O fomento “florestal” pode ser de iniciativa pública, privada ou conjunta, quando envolve ações públicas e privadas.

¹⁰ A empresa papelreira International Paper possui extensas áreas arrendadas em São Paulo por se tratar de empresa estrangeira. Segundo artigo 5º do Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974, que regulamenta a Lei nº 5.709, de 9 de outubro de 1971, que dispõe sobre a aquisição de imóvel rural por estrangeiros residente no país ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil: “A soma das áreas rurais pertencentes a pessoas estrangeiras, físicas ou jurídicas, não poderá ultrapassar 1/4 (um quarto) da superfície dos Municípios onde se situem comprovada por certidão do Registro de Imóveis, com base no livro auxiliar de que trata o artigo 15.”

eucalipto, responsável por cerca de metade da produção do estado (as duas somaram uma produção de mais de 10 milhões de m³ de madeira em 2012). No caso da Bahia, a Suzano e a Fibria controlam a região do Extremo Sul, caracterizada por um elevado grau de especialização produtiva, onde está condensada cerca de 87% da produção estadual. No Maranhão, por sua vez, a Suzano não tem concorrentes importantes e possui uma ampla área destinada ao abastecimento da fábrica instalada em Imperatriz. Parte das terras situadas no Pará, Piauí e Tocantins, ainda se encontra em fase de formação.

Neste artigo será analisada a expansão da Unidade Florestal da Suzano, ou seja, a sua territorialização no campo visando direta ou indiretamente à produção de madeira para suas indústrias. Para isso, será considerada especialmente sua atuação em São Paulo, seu estado de origem, e no Maranhão, onde se verifica atualmente sua mais nova frente de investimentos.

A presença da Suzano em São Paulo se confunde com a história de expansão dos plantios de eucalipto neste estado desde muito cedo. É onde a empresa começou as suas atividades e possui hoje o maior número de unidades industriais, são ao todo 4 unidades.¹¹ A sua base “florestal”, concentrada nas áreas de entorno de suas indústrias, está inserida em “polos de reflorestamento” do estado.

A definição da atual configuração espacial das áreas de monocultivo de eucalipto no estado tem início com a instalação dos plantios da Companhia Paulista. Foi em São Paulo onde se deu a introdução de espécies exóticas com o propósito de estabelecimento de plantios de rápido crescimento, primeiramente para uso das ferrovias e depois para fins industriais. Foi importante da mesma forma, a localização das indústrias de papel e celulose, que por sua vez, buscaram se situar em áreas próximas da metrópole, principal mercado consumidor de papel. Por fim, é preciso lembrar que os vastos estímulos governamentais que marcaram o final dos anos 1960 e sobretudo os anos 1970 contribuíram para uma espacialização concentrada dos plantios “florestais”, visando uma maior racionalização do processo e para evitar a dispersão dos recursos investidos.

Kronka *et al.* realizaram um diagnóstico e elaboraram o “Inventário florestal das áreas reflorestadas do Estado de São Paulo” em 2002, em que identificaram cinco grandes áreas de concentração das plantações de eucalipto e de pinus no estado ou “polos de reflorestamento”: (1) Itapeva / Capão Bonito / Buri; (2) Itapetininga / Sorocaba / Pilar do Sul; (3) Botucatu / Itatinga / Agudos; (4) Luis Antonio / Itirapina / Mogi-Guaçu e (5) Salesópolis / Bragança Paulista / Campos do Jordão.

¹¹ Assim distribuídas: duas indústrias no município de Suzano, uma no Embu, e uma em Limeira.

A Suzano possui sua base “florestal” distribuída em todos os “polos de reflorestamento” acima referidos, englobando 51 municípios, que são agrupados pela empresa em sete Núcleos de Produção, com sedes em Biritiba Mirim (SP1), São Miguel Arcanjo (SP2), Itatinga (SP3), Itararé (SP4), Lençóis Paulista (SP5), Itirapina (SP6) e Araraquara (SP7). Tais núcleos são reunidos em duas regionais situadas em contextos geográficos distintos: a *Suzano Sul*, que engloba a SP1, SP2, SP3 e a SP4 e está voltada para o abastecimento das unidades industriais em Suzano; e a *Suzano Norte*, composta pelas SP5, SP6 e SP7 e integrada às fábricas de Limeira e Embu.¹²

Na área que corresponde à atuação da *Suzano Sul*, a empresa é proprietária de grande parte das terras plantadas para abastecer suas indústrias e o arrendamento corresponde a apenas 5% das terras que cultiva.¹³ Enquanto a *Suzano Norte*, situada em área cujo preço da terra é mais elevado, possui cerca de 30% de seus plantios em terra arrendada. Isso pode ser explicado por dois motivos: porque durante o período em que a Suzano possuía a indústria de Limeira em sociedade com a Votorantim optou-se conjuntamente por não se fazer investimento em terra; ou como uma estratégia para reduzir o impacto do alto preço da terra praticado na região nas contas da empresa.

A *Suzano Sul* é composta pelos municípios de Avaré, Alambari, Angatuba, Biritiba Mirim, Bofete, Capão Bonito, Guararema, Guareí, Itapetininga, Itatinga, Itararé, Itu, Mogi das Cruzes, Paraibuna, Pardinho, Pilar do Sul, Porangaba, Salesópolis, Salto de Pirapora, Santa Rosa do Viterbo, Santo André, São José dos Campos, São Luis do Paraitinga, São Miguel Arcanjo, São Simão, Sarapuí e Suzano. A *Suzano Norte*, estruturada a partir da aquisição da totalidade da fábrica de Limeira em 2010, juntamente com a sua base “florestal”, apresenta uma distribuição espacial mais dispersa, com áreas em Araraquara, Itirapina, Lençóis Paulista, Limeira, São Simão e municípios do entorno destes (SUZANO, 2009 e 2012).¹⁴

A *Suzano Sul* está situada em região ocupada pela atividade pecuária juntamente com uma diversidade de culturas, muitas voltadas para o abastecimento da metrópole paulistana. De acordo com os dados do “Inventário florestal das áreas reflorestadas do Estado de São Paulo”, a área em que se localiza o Polo de Itapetininga / Sorocaba / Pilar do Sul foi uma das primeiras onde o eucalipto foi introduzido pela Cia. Paulista e obteve rápido crescimento. Hoje a silvicultura divide importância na região com a pecuária de corte, a produção de cereais e a fruticultura.

Desde cedo, devido às características do solo e à topografia pouco favoráveis ao cultivo da cana-de-açúcar e do café, a expansão econômica para o oeste do estado manteve a região de Sorocaba e Itapetininga como base florestal nativa para uso em construção civil, queima etc., além

¹² Conforme informação obtida em entrevista com funcionário da empresa.

¹³ Segundo informação obtida com funcionário da Unidade Florestal da *Suzano Sul* em novembro de 2013.

¹⁴ Não foi possível obter a informação precisa sobre os municípios que compõem a *Suzano Norte* seja por meio de documentos, seja por meio de entrevista.

de lócus para atividades de silvicultura visando o fornecimento para indústrias de celulose e papel, resinas, móveis e produtos de madeira.

Mais tarde, com as políticas de estímulo ao “reflorestamento” na década de 1970, essa região alcançou a importância que mantém até hoje em termos de área plantada com eucalipto, com o avanço deste cultivo em terras de agricultura e áreas de floresta. Porém, entre 1971 e 2000, a região que mais se destacou no estado de São Paulo quanto ao crescimento de áreas plantadas com eucalipto foi o Vale do Paraíba (FANZERES *et al.*, 2005, p. 171).

Na região do Vale do Paraíba, a produção leiteira e de gado de corte perdeu espaço para a silvicultura e as empresas de papel e celulose têm arrendado e comprado terras tradicionalmente utilizadas para esta atividade e também para a atividade agrícola, transformando-as em plantios de eucalipto. Trata-se de uma região que ainda apresenta marcada presença de produtores camponeses e onde são frequentes os conflitos entre essas empresas e as comunidades locais envolvendo questões fundiárias e ambientais.

O eucalipto foi implantado em São Luís do Paraitinga-SP em 1970 pela Suzano e avançou em diversas áreas do município nas décadas seguintes, promovendo um processo de concentração de terras e gerando impactos econômicos, sociais, ambientais e culturais.¹⁵ Como reação a isso, foi criado o Movimento em Defesa dos Pequenos Agricultores (MDPA) que buscou apoio junto à Defensoria Pública de Taubaté para conter a expansão desta monocultura, quando foi ajuizada a Ação Civil Pública (ACP) nº 593/2007 contra Votorantim Celulose e Papel (VCP), atual Fibria, a Suzano Papel e Celulose e o município de São Luís do Paraitinga.

Foram destacados ainda os impactos culturais da monocultura, seja afastando a população das zonas rurais, um dos últimos resquícios da chamada “cultura caipira” do interior de São Paulo, seja impedindo o acesso e a conservação de Igrejas rurais, capelas e casas de fazendas. De acordo com o documento, “segundo moradores dos bairros Pico Agudo e Ribeirão Claro, Sertãozinho e Toca da Cotia e Selado, as empresas, Cia. Suzano de Papel e Celulose e Votorantim Celulose e Papel (VCP), ao adquirirem propriedades para o plantio de eucalipto, fecharam caminhos antigos que davam acesso às Igrejas e Capelas, impedindo dessa forma a continuidade das celebrações devocionais e festivas da comunidade com os seus santos de fé e devoção”. (Cultura e mercado, 8/12/2007).

Em 2008 o Tribunal de Justiça do Estado proibiu o plantio de eucalipto em novas áreas em São Luís do Paraitinga e condicionou a sua retomada à elaboração prévia de um Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) (TOLEDO, 2012).

¹⁵ Segundo dados do censo agropecuário do IBGE de 2006, o município de São Luís do Paraitinga apresenta poucos estabelecimentos agropecuários dedicados à silvicultura e extensas áreas cortadas de eucalipto, o que indica a ocorrência de uma elevada concentração de terras no tocante a essa atividade.

Na região de Biritiba Mirim, Salesópolis, Mogi das Cruzes e Suzano, com forte presença de imigrantes japoneses, destaca-se a produção hortifrutigranjeira e de eucalipto. Em Salesópolis, com topografia acidentada e cerca de metade de sua área ainda coberta por Mata Atlântica - o que inclui o Parque Estadual Nascente do Tietê e uma porção do Parque da Serra do Mar -, observam-se extensas áreas de silvicultura.¹⁶ Neste município muitos proprietários rurais participam de programas de fomento “florestal” e estão organizados na Cooperativa Agrícola Mista do Alto Tietê (CAMAT) - que reúne cerca de 200 cooperados entre pequenos e médios produtores de eucalipto e comercializa a madeira por eles produzida. No início dos anos 2000, ela desempenhou um papel importante na relação entre grandes empresas que atuam na região como a Suzano e os produtores que com elas mantinham contratos de fomento, lhes assegurando maior poder de negociação. Hoje, porém, a Suzano retirou a CAMAT da transação e trata direto com o produtor.

A *Suzano Norte* reúne municípios do Polo de Luis Antonio / Itirapina / Mogi-Guaçu e do Polo Botucatu / Itatinga / Agudos delimitados por KRONKA et al. (2002), onde o plantio de eucalipto convive com as culturas de cana-de-açúcar e laranja. O domínio dessas culturas se consolidou na região nos anos 1970 com o avanço da modernização de sua base técnica e a instalação de unidades industriais para a produção de álcool e de suco de laranja, pressionando o preço da terra para cima e inicialmente deixando para o eucalipto os terrenos de pior qualidade. Nos últimos quinze anos, porém, devido a oscilações observadas nos mercados de produtos derivados da cana e da laranja, tem-se verificado certa reconfiguração territorial da produção na região, com a laranja perdendo espaço para a cana em algumas áreas e, em outras, com o eucalipto entrando em terras onde havia cana.

É neste contexto que a Suzano passa a realizar na área os investimentos que irão resultar na formação da regional *Suzano Norte*, passo importante para a sua consolidação como exportadora de celulose de mercado e empresa de caráter mundial. Desde a implantação de sua unidade industrial em Mucuri na Bahia no início dos anos 1990, a Suzano tem buscado se constituir como uma grande empresa e seu novo plano de expansão no estado do Maranhão e entorno vem corroborar esse propósito.

A Suzano possui hoje uma fábrica de celulose no município de Imperatriz no Maranhão, que entrou em funcionamento em dezembro de 2013. Em seu plano de expansão divulgado em 2008, além desta nova unidade industrial, a empresa previa a instalação simultânea de uma fábrica de

¹⁶ Segundo dados do censo agropecuário do IBGE de 1996, o município de Salesópolis apresentava 493 estabelecimentos agropecuários, o que correspondia a 49,88% da área total dos estabelecimentos, ocupados com matas e “florestas artificiais”. Segundo dados do mesmo censo, predominavam no município pequenos estabelecimentos, com cerca de 20 ha.

pellets de madeira em Chapadinha, no nordeste do mesmo estado,¹⁷ seguida de mais uma outra fábrica de celulose, no Piauí.

Mas, devido a mudanças no mercado em razão da crise econômica mundial e também em decorrência das ações movidas pelo Ministério Público Federal no Maranhão, Piauí e Tocantins questionando o processo de licenciamento de seu projeto na região do Baixo Parnaíba, a Suzano adiou por tempo indeterminado a implantação de novas unidades industriais na região.

Mesmo assim, a formação da base “florestal” a ser utilizada por essas três indústrias, que teve início há bastante tempo, continuou em andamento nos três estados. Em publicação de setembro de 2013 a Suzano anunciou possuir 405 mil ha de terras nos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins, sendo 119 mil ha de área plantada (SUZANO, 2013a, p. 8).

Na década de 1980 a Suzano iniciou a compra de terras e o plantio de eucalipto em oito municípios do Leste Maranhense, com o objetivo de instalar plantios comerciais, por meio da Comercial Agrícola Paineiras Ltda., sua subsidiária (PAULA ANDRADE *et al.*, 2012, p. 26). Porém, devido a problemas de adaptação das espécies utilizadas, ela desacelerou a implantação dos cultivos e passou a realizar pesquisa para o desenvolvimento de variedades ajustadas às condições de clima e solo da região (STCP, 2010, p. 32).

Em 1991 foi criada na região a Maranhão Gusa S.A. (MARGUSA) e seu braço “florestal” a Maranhão Reflorestadora Ltda. (MARFLORA) com o objetivo de explorar a mata nativa para produção de carvão vegetal. Conforme explica Paula Andrade *et al.*:

A MARGUSA foi fundada em 1991 pelo grupo japonês Yanmar (Yanmar do Brasil S/A), e permaneceu em operação até 1995, transformando madeira nativa em carvão. Em 1996 a empresa foi desativada, permanecendo assim até 1997, quando foi comprada pela Calsete Siderurgia Ltda., de Minas Gerais. Entrou em funcionamento novamente e assim permaneceu de 1997 a 2003. Em dezembro de 2003 foi adquirida pelo Grupo Gerdau, cuja fábrica de maior capacidade produtiva se localiza em Contagem, Minas Gerais. Percebe-se, deste modo, uma profusão de razões sociais e de empreendimentos econômicos distintos, porém com a permanente intenção de açambarcar grandes extensões de terra para fins de exploração da floresta nativa ou sua extinção para implantação de plantios homogêneos (2012, p. 26).

A base “florestal” da MARGUSA foi estabelecida a partir do arrendamento de 42 mil ha de terras da Comercial Agrícola Paineiras Ltda., área que hoje faz parte da base “florestal” da Suzano, em projetos de produção de *pellets* e celulose.

¹⁷ Região conhecida pela denominação de Baixo Parnaíba e classificada pelo IBGE como mesorregião do Leste Maranhense, é formada pelas microrregiões de Chapadinha, Coelho Neto, Baixo Parnaíba Maranhense, Chapadas do Alto Itapecuru, Codó e Caxias.

E, embora as finalidades do empreendimento da MARGUSA e da Suzano fossem distintas, continuou valendo o EIA RIMA elaborado pela primeira para o novo empreendimento proposto pela segunda, o que embasou o processo de licenciamento realizado em 2009 para instalação e operação do projeto da Suzano. A Secretaria do Meio Ambiente do Maranhão realizou o licenciamento ambiental sem uma avaliação bem fundamentada dos impactos do projeto, sem ouvir as demandas das comunidades existentes na área, inclusive das comunidades de remanescentes de quilombos, e sem considerar a existência de conflitos fundiários envolvendo terras reivindicadas pela Suzano.

O Procurador Alexandre Soares do Ministério Público Federal no Maranhão (MPF-MA)¹⁸ esclareceu que, por se tratar de um projeto de caráter regional, envolvendo três estados (Maranhão, Piauí e Tocantins), a licença para a realização do empreendimento deveria ser federal e não estadual, como foi feito. Por isso, foi movida uma ação civil pública, com pedido de liminar, contra a Suzano Papel e Celulose e o Estado do Maranhão em 2010 para a federalização do licenciamento. Em resposta a essa ação, o Tribunal Regional Federal suspendeu a licença concedida pela SEMA-MA no primeiro semestre de 2012, o que foi confirmado pelo Supremo Tribunal de Justiça. Em junho também foi suspensa a licença prévia referente à unidade industrial da Suzano no Piauí por ação do MPF-PI. O MPF-TO também entrou com ação semelhante.

Apesar da suspensão do licenciamento das atividades da Suzano na região do Leste Maranhense encontramos áreas sendo pulverizadas com agrotóxico em suas terras na estrada que leva à Comunidade de Ingá, Santa Quitéria - MA (Figura 1).

Figura 1: Máquinas de empresa terceirizada utilizadas para a aplicação de agrotóxicos em área de plantio de eucalipto da Suzano em Santa Quitéria - MA, em 13/08/2012.



Autoria: José Arnaldo Ribeiro Jr., ago/2012.

¹⁸ Em entrevista realizada em 15 de agosto de 2012.

Outra derrota da Suzano na área nos foi relatada por lideranças das comunidades de Coceira e Lagoa das Caraíbas no município de Santa Quitéria¹⁹. Segundo elas, a MARFLORA desmatou terras de chapada com o uso de motosserra para fazer carvão utilizando como mão de obra pessoas do lugar, mas aos poucos a madeira foi escasseando e a demanda por trabalhador também. Nos anos 2000, quando a Suzano começou a formar campos de eucaliptos, ela desmatou extensas áreas com o uso do correntão. Foi quando as comunidades perceberam que a madeira ia acabar e que estavam ficando cercadas, e passaram a se organizar para resistir a partir de 2004.

As comunidades São José, Lagoa das Caraíbas, Baixão do Coceira e Coceiras delimitaram uma área com cerca de 6.000 ha e reivindicaram para eles, mas a Suzano alegou ser proprietária das terras. Em 2006 a justiça deu reintegração de posse em favor da Suzano, mas as comunidades resistiram e ameaçaram queimar as máquinas da empresa que vieram para entrar na área. A polícia interveio e conseguiu a retirada dos tratores. O processo prosseguiu, o ITERMA e o INCRA fizeram a vistoria da área. Em abril de 2012 a Suzano apresentou às comunidades uma proposta nos seguintes termos: 3.600 ha da área reivindicada seriam destinados a elas (1.000 ha para Coceira; 1.000 ha para Baixão do Coceira; 1.000 ha para Lagoa das Caraíbas; e 600 ha para São José) e os 2.400 ha restantes seriam transformados em área de preservação para atender a exigências quanto à criação de áreas de reserva legal nas terras da empresa. As comunidades não aceitaram a proposta e finalmente, em agosto de 2012, conquistaram o reconhecimento do direito de posse sobre a área reivindicada.²⁰

O Leste Maranhense ainda apresenta muitas comunidades de posseiros vivendo em terras devolutas e com o uso comum de áreas de cerrado e cerradão. Porém essas comunidades têm sido alvo de ações de grilagem, seja por parte de empresas do setor “florestal”, seja pelos produtores de soja, que têm expandido amplamente as suas atividades na região desde os anos 2000. Moradores dessas comunidades afirmam que os sojeiros, mais conhecidos como *gaúchos*, são mais violentos do que a Suzano e também disputam terra com essa empresa em alguns municípios da região²¹.

Para o abastecimento da fábrica de Imperatriz, a meta declarada para aquisição de terras é de 173 mil ha, sendo 65% no Maranhão e 35% no Tocantins. No Pará, a Suzano estabeleceu inicialmente parceria com o Fundo de Investimento Vale Florestar, com quem firmou contrato de compra de madeira no período entre 2014 e 2028, porém em junho de 2014 a empresa comprou o

¹⁹ Em entrevistas concedidas durante o trabalho de campo que realizamos na área em agosto de 2012.

²⁰ Para levar à frente essa luta, as comunidades contaram com o apoio do Centro de Defesa dos Direitos Humanos no Município de Santa Quitéria, do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Barreirinhas e da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, com sede em São Luís.

²¹ Sobre os conflitos com os *gaúchos* no Leste Maranhense, ver PAULA ANDRADE, 2012.

fundo, tornando-se proprietária de seus 45 mil ha de eucalipto no estado (RÓSTAS, 2014). A área total prevista para fomento é de cerca de 12 mil ha. (SUZANO, 2011 e 2013)

No Maranhão, o projeto da unidade industrial de Imperatriz está inserido na região do pólo integrado Estreito /Porto Franco /Imperatriz, considerada pólo de desenvolvimento industrial e agroflorestal, que engloba municípios das mesorregiões Oeste e Sul. A área de interesse do projeto abrange 22 municípios neste estado: João Lisboa, Imperatriz, Senador La Roque, Grajaú, Buritirana, Davinópolis, Gov. Edson Lobão, Montes Altos, Sítio Novo, Ribamar Fiquene, Lajeado Novo, Campestre, São João, Porto Franco, Formosa da Serra Negra, Estreito, São Pedro dos Crentes, Fortaleza dos Nogueiras, Feira Nova do Maranhão, Carolina, Nova Colinas, Riachão. No Tocantins, a região em foco compreende cerca de 20 municípios e no Piauí, 38 municípios (SUZANO, 2011).

A região de influência do projeto passou a apresentar expressivo crescimento econômico a partir da década de 1970 com o Programa Grande Carajás e a implantação da Ferrovia Carajás-Itaqui para o transporte de minério. Em 1988, foi implantada a Ferrovia Norte-Sul e, em 1992, a Celulose do Maranhão S.A. (CELMAR S.A.),²² que previa a implantação de uma indústria de celulose e investimentos de mais de US\$ 1 bilhão em plantios de eucalipto. A consolidação do pólo Guseiro se deu a partir dos anos 1990 com a implantação de seis usinas no município de Açailândia (SUZANO, 2011 e STCP, 2010).

Imperatriz é o maior entroncamento comercial, energético e econômico do estado, sendo ainda o segundo maior centro populacional, econômico, político e cultural do Maranhão e possui um posicionamento estratégico útil não só ao estado mas também para todo o norte do país. Imperatriz está num cruzamento entre a soja de Balsas, no sul do Maranhão, a extração de madeira na fronteira com o Pará, a siderurgia em Açailândia e a agricultura familiar no resto do estado, com destaque para a produção de arroz. (PÖYRY, 2010, p. 79).

Foram fatores importantes para a escolha dessa região para a instalação da unidade de produção de celulose: a disponibilidade de terras baratas; a existência prévia de plantios de eucalipto, garantindo o suprimento inicial da fábrica enquanto a sua base “florestal” está em processo de formação; e a logística, com acesso via Ferrovia Norte-Sul ao Porto de Itaqui.

Os plantios de eucalipto estão se expandindo nas áreas de chapada, onde predomina a vegetação de cerrado: “Antes do eucalipto era cerrado, a chapada ninguém queria, e hoje o que vale

²² A CELMAR S.A. é um bom exemplo das ligações interempresas que caracterizam o setor de papel e celulose a partir dos anos 1990. Ela foi criada tendo como sócios a Risipar S.A. (55% do capital), a CVRD (30%) e a empresa japonesa Nissho Iwai Corporation (15%). A Risipar, por sua vez, foi criada por dois grandes grupos de São Paulo, a Papel Simão (comprada logo em seguida pelo grupo Votorantim) e a RIPASA (SOUZA, 1995, p. 137).

mais é a chapada” (Depoimento de João Mendonça,²³ agosto de 2012). Porém, a região vem sofrendo desmatamento desde 1970, com a retirada de madeira para uso comercial e como matéria-prima para a produção de carvão e também devido à instalação de pastagens para criação de gado bovino.

Na região de Imperatriz o projeto de instalação da fábrica foi bem recebido pela população em geral pois trouxe a perspectiva de geração de empregos e a promessa de desenvolvimento para a região. No que diz respeito às comunidades rurais, houve muitos casos de deslocamentos e expulsão de comunidades de suas posses. Porém, a Suzano adotou uma estratégia de aproximação mais cuidadosa, contratando pessoas com reconhecido trabalho junto a comunidades rurais na região e propondo projetos sociais vários, inclusive cedendo pequenas áreas em suas terras para o cultivo de milho, feijão e arroz. Tal estratégia parece ter sido exitosa até o momento, poupando a empresa de maiores conflitos e processos judiciais.

Curiosamente, isso se deu mesmo sendo a região reconhecida por sua tradição de lutas e organização social no campo. As principais organizações sociais que aí atuam são o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), a entidade ambientalista Fórum Carajás e o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) - que apoia os agricultores camponeses nas áreas de capacitação tecnológica e cidadania (STCP, 2010).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da monocultura de eucalipto nos estados de São Paulo e Maranhão para atender às demandas da Empresa Suzano gerou importantes mudanças no uso da terra nas áreas afetadas e tem encontrado uma resistência crescente em algumas comunidades atingidas.

A territorialização da Suzano tem criado áreas de domínio do “mar de eucalipto”, marcadas pela presença de extensos eucaliptais, constituindo “polos de reflorestamento”. Essa realidade se expressa de forma visível em paisagens homogêneas e no denominado “deserto verde”, um campo esvaziado da presença humana e também de animais. Por sua abrangência e caráter exclusivista, varrendo de suas áreas outras formas de produção e produtores, estabelecendo o domínio da monocultura do eucalipto, assim como impactando fortemente o solo, a fauna e os recursos hídricos de onde se instala, a territorialização da Suzano no campo apresenta uma face fortemente espoliadora.

²³ Dono de viveiro de mudas de eucalipto em Urbano Santos - MA.

REFERÊNCIAS

ABRAF. **Anuário estatístico ABRAF 2013** (ano base 2012). Brasília, ABRAF, 2013. Disponível em: <http://www.abraflor.org.br/estatisticas/ABRAF13/ABRAF13_BR.pdf>. Acesso em 20 dez 2014.

FANZERES, A. (Org.) (2005). **Temas conflituosos relacionados à expansão da base florestal plantada e definição de estratégias para minimização dos conflitos identificados**. Brasília, Relatório para o Programa Nacional de Florestas, Ministério do Meio Ambiente / FAO.

KRONKA, F. J. N, et al. (2002). **Inventário florestal das áreas reflorestadas do Estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto Florestal.

SUZANO (2014). **Relatório de Sustentabilidade 2014**. Disponível em file:///C:/Users/Z/Downloads/relatorio_sustentabilidade_2014.pdf. Acesso em 05 de out 2015.

_____. (2013a.). **Apresentação institucional**. Disponível em: <http://ri.suzano.com.br/ptb/4638/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Institucional_final-na.pdf>. Acesso em 05 jan 2014.

SUZANO (2011). **Resumo público – Maranhão e Tocantins, Plano de Manejo Florestal**, 2011. Disponível em: <<http://www.suzano.com.br/portal/suzano-papel-e-celulose/plano-de-manejo.htm>>. Acesso em 10 mar 2012.

STCP (2010). **Relatório de Impacto Ambiental – Rima da Área de Implantação do Projeto Florestal da Suzano, na Região de Porto Franco, Estado do Maranhão**. Curitiba, janeiro de 2010. Disponível em www.suzano.com.br. Acesso em 28/08/2012.

PAULA ANDRADE, M. de et alii. (2012) **Conflitos socioambientais no Leste Maranhense: problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados gaúchos no Baixo Parnaíba**. 231f. Relatório de pesquisa - Grupo de Estudos Rurais e Urbanos, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

PÖYRY. **Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental referente à implantação da unidade industrial da SUZANO PAPEL E CELULOSE para fabricação de celulose branqueada e papel, no município de Imperatriz - MA**. São Paulo, 2010. Disponível em: <www.suzano.com.br>. Acesso em 26 ago. 2011.

ROSTÁS, Renato. Suzano compra Fundo Vale Florestar por R\$ 528,9 milhões. Valor Econômico [online], São Paulo, 04 de junho 2014. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/impresso/empresas/102/423053/suzano-tem-mais-de-r-4-bilhoes-a-mao-no-bndes>>. Acesso em: 07 ago. 2016.

TOLEDO, Marcelo H. S. (2012). O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais. **Cadernos IHUideias**, ano 10, n. 167, 2012. São Leopoldo, UNISINOS.

WEBSITES CONSULTADOS:

BRASIL ECONÔMICO. Disponível em: <http://www.brasileconomico.com.br/>. Acesso em: 08 jan 2014.

CULTURA E MERCADO. Disponível em: <http://www.culturaemercado.com.br>. Acesso em: 12 dez 2013.

IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: várias datas entre mar de 2012 e dez de 2013.

Recebido em setembro de 2016
Aprovado em novembro de 2016





OS CENÁRIOS PRODUTIVOS DE PINHAL GRANDE/RS: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

THE PRODUCTIVE SCENARIOS OF PINHAL GRANDE/RS: CHANGES AND PERSISTENCE

LOS ESCENARIOS PRODUCTIVOS DE PINHAL GRANDE/RS: CAMBIOS Y PERMANENCIAS

Ivani Belenice Dallanôra

Mestranda em Geografia/PPGGEO-UFSM

Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa Agrários/ NERA/ CCNE/UFSM

E-mail: ivanidallanora@yahoo.com.br

Meri Lourdes Bezzi

Prof^a Dr^a - Departamento de Geociências da UFSM

Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa Agrária/NERA/CCNE/UFSM

E-mail: meribezzi@yahoo.com.br

RESUMO

Esta pesquisa contribuiu para o estudo da organização/reorganização do espaço rural de Pinhal Grande. Seu objetivo consiste em analisar a dinâmica espacial rural deste local, proporcionadas pelas distintas formas de utilização da terra e inserção do capital. Especificamente buscou-se (a) identificar as principais atividades responsáveis pelo desenvolvimento local; (b) analisar as transformações presentes no espaço, proporcionadas pelas diferentes relações de trabalho e uso da técnica e (c) verificar os reflexos destas transformações no desenvolvimento da agricultura familiar. A metodologia foi organizada em torno das matrizes teóricas e da coleta de dados. Neste contexto, conclui-se que a agricultura está desenvolvida de forma contraditória, marcada por espaços dinâmicos onde predomina culturas comerciais, como a soja, e espaços em que a agricultura familiar “tenta” manter-se voltada para autoconsumo e venda do excedente como forma de agregar renda à propriedade.

Palavras-Chaves: organização espacial; espaço rural; modernização; dualidade produtiva.

ABSTRACT

This research contributed to the study of the organization/reorganization of rural areas of Pinhal Grande. Its purpose is to analyze the spatial dynamics of this rural place, offered by different forms of land use and insertion of the capital. Specifically sought to (a) identify the main activities responsible for local development; (b) analyze the transformations present in place offered by different working relationships and use of the technique and (c) Check the reflexes of these transformations in the development of family farming. The methodology was organized around the theoretical frameworks and data collection. In this context, it is concluded that agriculture is developed contradictory way, marked by dynamic spaces where the predominant commercial tillage such as soy, and spaces in which the family farming attempts to keep, focused on self-consumption and sale of surplus as a way of aggregating income to the property.

Keywords: spatial organization; rural space; modernization; duality productive.

RESUMEN

Esta investigación contribuyó al estudio de la organización/reorganización del campo en Pinhal Grande. Su objetivo es analizar la dinámica espacial rural de este sitio, proporcionada por las diferentes formas de uso de la tierra y la inserción del capital. En concreto se ha buscado (a) identificar los principales responsables de las actividades de desarrollo local; (b) analizar las actuales transformaciones en el espacio proporcionado por las diferentes relaciones de trabajo y el uso de la técnica y (c) verificar las consecuencias de estos cambios en el desarrollo de la agricultura familiar. La metodología se organiza en torno a los marcos teóricos y recolección de datos. En este contexto, se concluye que la agricultura se desarrolla de manera contradictoria, marcado por espacios dinámicos dominadas por cultivos comerciales, como la soja, y las áreas donde la agricultura familiar "intenta" mantenerse en el autoconsumo y venta de los excedentes como manera de añadir ingresos a la propiedad.

Palabras clave: organización espacial; zonas rurales; modernización; dualidad productiva.

1 INTRODUÇÃO

A organização espacial é fruto da ação planejada do homem, o qual, em virtude de suas relações de trabalho, transforma o espaço natural em um espaço socializado, ou seja, o espaço geográfico. Para Castrogiovanni *et al.* (1999, p. 11), “O espaço geográfico é entendido como aquele espaço fruto do trabalho humano na necessária perpétua luta dos seres humanos pela sobrevivência. Nesta luta, o homem usa, destrói, constrói, modifica a si e a natureza”. Do mesmo modo, Corrêa (1986, p. 55) enfatiza que “[...] a organização espacial, ou seja, o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da terra, é assim um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução)”.

Ao longo do desenvolvimento da sociedade o homem através de suas ações vai transformando este espaço, materializando seu trabalho social através de suas relações de produção, criando assim recortes regionais com formas, funções e estruturas diferenciadas.

É no meio rural que se desenvolve uma das atividades mais importantes, a agricultura, surgida primeiramente para atender as necessidades de subsistência do ser humano, mas que ao longo do desenvolvimento da sociedade foram sendo alteradas a partir das novas relações de trabalho construídas mediante a evolução da sociedade e das necessidades impostas principalmente pelo capital.

Na sociedade capitalista, o espaço geográfico organiza-se a partir do desenvolvimento da produção, em que o homem através de suas relações econômicas, políticas e sociais vai transformando este espaço e construindo uma nova reorganização espacial, refletidas nos lugares. Para Corrêa (1986, p. 57) “[...] a organização espacial é assim constituída pelo conjunto de inúmeras cristalizações criadas pelo trabalho social”. No espaço rural estas marcas refletem-se de diferentes formas, ou seja, vão sendo mais intensas nas áreas de subordinação do capital e da técnica, produzindo transformações nas relações de trabalho, produção e comercialização, proporcionando uma maior dinamização do espaço em detrimento de outras áreas que não oferecem possibilidades para o processo de materialização do capitalismo.

A ciência geográfica tem entre suas preocupações entender a organização/reorganização espacial, procurando identificar e compreender as distintas estruturas econômicas, provocadas pelo processo de desenvolvimento capitalista nos recortes espaciais locais/regionais.

Nesta perspectiva, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o processo de organização/reorganização espacial rural do município de Pinhal Grande/RS, identificando as



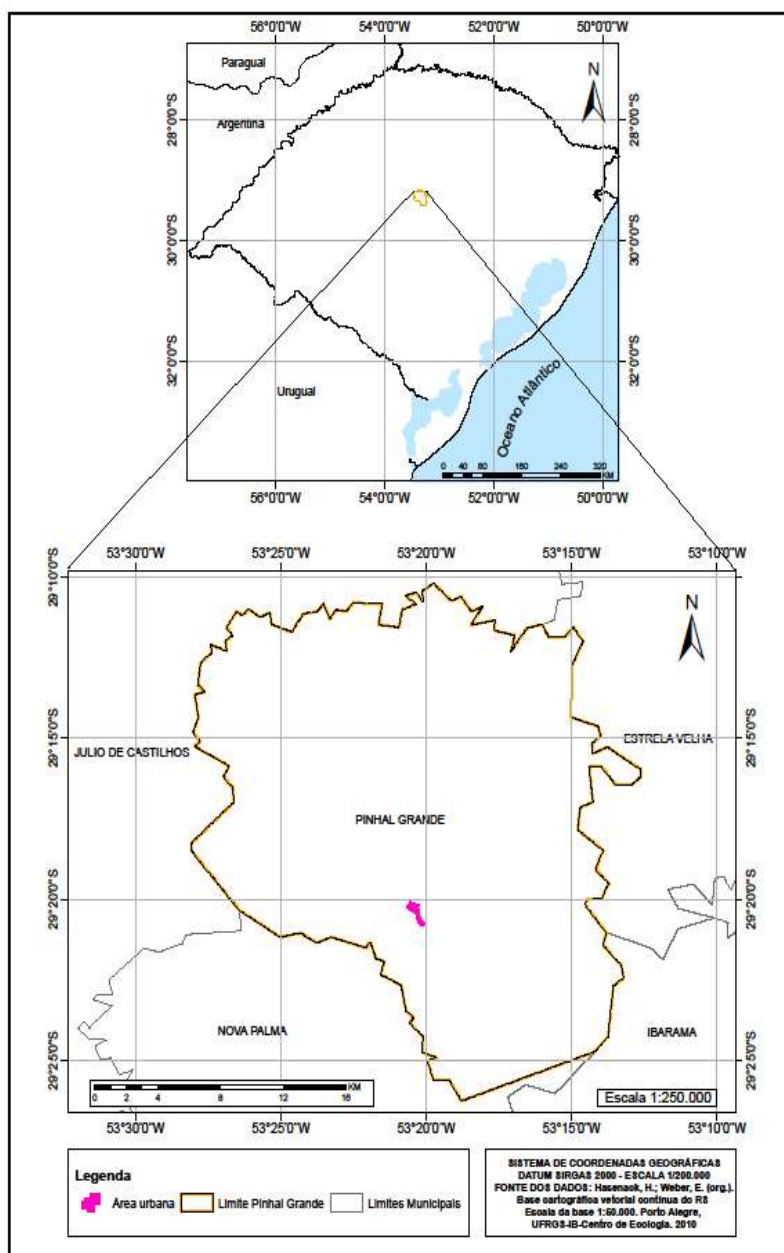
mudanças e permanências presentes neste espaço, proporcionadas pelas diferentes formas de utilização da terra e da inserção da técnica e do capital. Especificamente buscou-se: (a) identificar as principais atividades responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura local; (b) analisar as transformações presentes no espaço, ocasionadas pelas diferentes relações de trabalho e uso da técnica e (c) verificar os reflexos do desenvolvimento da agricultura familiar no município.

De acordo com dados do IBGE (2006), Pinhal Grande está inserido na unidade geomorfológica de Planalto Meridional Brasileiro, representado pelas unidades morfológicas da Serra Geral e da Depressão do Rio Jacuí. A maior parte de sua área está enquadrada no Planalto Médio, com uma altitude média em torno de 394 metros, sendo que o setor sudeste do município está posicionado no rebordo do Planalto, no qual ocorre a presença de uma zona de transição do rebordo para o topo do planalto. O relevo neste setor é tipicamente serrano, com vales encaixados (SCHIRMER, 2012).

O município limita-se ao norte com Júlio de Castilhos, ao sul com Nova Palma, a leste com Estrela Velha e Ibarama e ao oeste com Júlio de Castilhos. Sua localização geográfica é 29° 20' 3" latitude sul, 53° 18' 39" longitude oeste. Segundo o IBGE (2006), o mesmo pertence à Mesorregião Centro-Ocidental Rio-grandense e Microrregião de Santiago, juntamente com outros nove municípios. Atualmente a divisão territorial do município está organizada através de localidades, possuindo no município 23 localidades (Figura 1).

A temática da pesquisa busca compreender a organização e ou reorganização espacial do espaço rural de Pinhal Grande, bem como verificar as transformações socioeconômicas resultante da estruturação da matriz produtiva do município nos últimos 20 anos, tendo como a escala temporal o período de 1996-2016.

Desta forma, a relevância do trabalho é fornecer uma contribuição à geografia agrária, envolvendo o meio rural do município, bem como, proporcionar à sociedade e a administração municipal os resultados obtidos para que se tenha conhecimento sobre a importância do espaço rural para o desenvolvimento econômico deste recorte espacial. Também, a partir dos dados busca-se fornecer subsídios aos órgãos gestores para que estes compreendam como ocorre a organização espacial de Pinhal Grande, através das diferentes formas de relações de produção. Neste sentido, através de políticas públicas é possível dinamizar as áreas menos desenvolvidas do município, buscando inserir novas formas de produção e/ou desenvolvimento das já existentes.

Figura 1: Localização de Pinhal Grande no Estado do Rio Grande do Sul

Fonte: Hasenack, H.; Weber, E. (Org.), 2016

Para o entendimento da organização socioespacial da unidade territorial em estudo procurou-se utilizar técnicas de coletas de dados quantitativos e qualitativos, através de fontes primárias e secundárias. O desenvolvimento da pesquisa estruturou-se metodologicamente em etapas. Primeiramente, realizou-se o levantamento bibliográfico a partir de literaturas específicas sobre a temática em estudo para elaboração da estrutura conceitual do trabalho. A segunda fase consistiu na coleta de dados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (fontes secundárias), nos censos demográficos de 2000, 2010 e contagem populacional 1996, 2006 e nos censos agropecuários de 1995 e 2006 e produção agropecuária de 2014. Estes dados permitiram



conhecer a organização espacial de Pinhal Grande e as transformações espaciais ocorridas ao longo da escala temporal analisada. Na terceira fase foi realizada a pesquisa de campo, a partir de entrevistas com a EMATER (fontes primárias), que permitiram identificar a estrutura produtiva atual e conhecer as políticas públicas municipais que estão sendo desenvolvidas no espaço rural. Por fim, na última etapa buscou-se analisar e interpretar os resultados, visando a compreensão da dinâmica produtiva atual do município.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Organização Espacial de Pinhal Grande

O município de Pinhal Grande foi criado em 20 de março de 1992 com uma área de 474,80 Km². Antes de sua emancipação pertencia ao município de Júlio de Castilho, sendo seu 4º Distrito e ao município de Nova Palma.

O processo de ocupação e colonização do município que hoje é Pinhal Grande ocorreu entre 1917 e 1918 pelos descendentes de imigrantes italianos que chegaram à região Central do Estado, povoando e desenvolvendo o cultivo da terra. Os imigrantes contribuíram através das relações de trabalho, ao longo da evolução histórica do município, para a organização e ou reorganização espacial do espaço rural, que de acordo com as distintas formas de relevo, acesso à terra e ao capital proporcionaram uma diferenciação produtiva que pode ser visualizada na atualidade, através do predomínio das pequenas e médias propriedades familiares.

Sua população atualmente é constituída predominantemente por duas correntes imigratórias europeias; a italiana e a lusa, que trouxeram consigo a tradição agropastoril. Ao longo dos anos a distribuição populacional sofreu grandes alterações, conforme demonstra a Tabela 1.

Tabela 1: Distribuição da população total, urbana e rural no município de Pinhal Grande

Ano	Total	Urbana (%)	Rural (%)
1996	4.358	27	73
2000	4.725	19	81
2006	4.899	39	61
2010	4.471	42	58

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2000 e 2010. Contagem da população/ IBGE 1996 e 2006.

Org.: DALLANÔRA, I. B, 2016.

É visível a distribuição da população entre a área urbana e rural, demonstrando o processo de êxodo rural e, conseqüentemente, uma reorganização espacial no meio rural. O processo de urbanização poderá estar associado a diversos fatores como os climáticos, estruturais, econômicos e sociais, que serão analisados ao longo deste trabalho.

2.2 A dinâmica econômica de Pinhal Grande

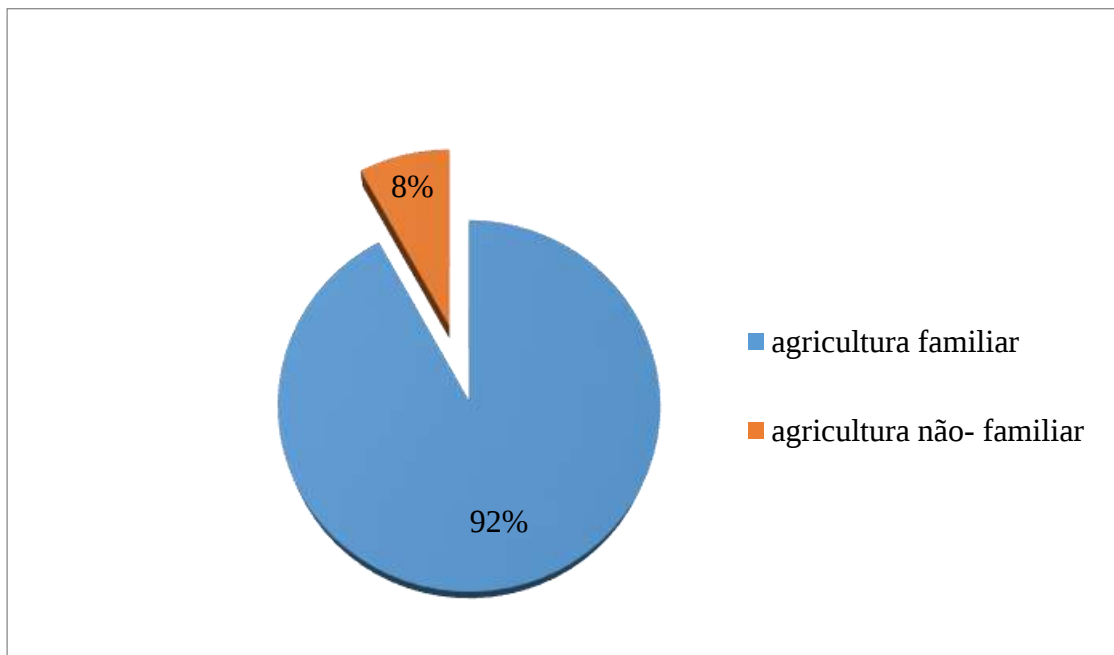
A organização do espaço agrário do município está estruturada através da divisão de duas classes sociais distintas: os agricultores capitalizados, ou seja, aqueles detentores de capital e da posse da terra e os pequenos agricultores que desenvolvem suas atividades agrícolas em áreas de pequenas propriedades. Na primeira categoria social tem-se a presença de agricultores familiares e não-familiares, integrados no modo de produção voltado ao agronegócio. Na segunda, o predomínio do agricultor familiar, que possui suas atividades destinadas ao autoconsumo da família e venda do excedente.

O município está organizado a partir de 23 localidades, sendo que uma delas é formada por uma área de 53 lotes de assentamentos de Reforma Agrária. Entre as localidades rurais atualmente 928 estabelecimentos destinam suas atividades a agropecuária (EMATER, 2016).

Neste contexto, a economia do recorte espacial em análise é baseada no setor agropecuário, tendo a agricultura como principal atividade seguida da pecuária. Também tem destaque o comércio e a indústria os quais são complementares no desenvolvimento econômico do município. Como a agricultura é a atividade predominante, ela é a responsável pelo desenvolvimento das atividades comerciais e industriais existentes no município. Constantemente, seu declínio reflete tanto no setor rural como no urbano.

A organização do setor primário local está estruturada de forma que a agricultura se destaca como a principal atividade e a pecuária de forma secundária. Ambas são desenvolvidas, em sua maior parte, nos estabelecimentos agropecuários familiares, predominantes no município. Neste sentido, a agricultura familiar apresenta-se como aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento e vivem na mesma terra (ABRAMOVAY, 1997). Ela é caracterizada como aquela atividade em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo (Figura 2).



Figura 2: Estabelecimentos agropecuários familiar e não-familiar de Pinhal Grande/RS

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2006).

Org.: DALLANÔRA, I. B., 2016.

É importante salientar que a agricultura vem se expandindo em Pinhal Grande, sendo que seu desenvolvimento se apresenta bastante dicotômico, pois no município de acordo com dados fornecidos pelo IBGE há o predomínio da agricultura familiar, abrangendo 92 % dos estabelecimentos agropecuário, em contrapartida a agricultura não-familiar ocupa apenas 8 %. Esse fator é que repercute nas formas de organização espacial, sendo que as áreas onde predominam a pequena propriedade familiar, sua maior parte não apresenta grandes transformações, pois é um espaço onde os fixos e fluxos são pouco intensos e a capacidade econômica dos agricultores é precária, limitando-os diante da inserção no processo de capitalização. Quanto a lavoura empresarial, esta apresenta uma maior disponibilidade de recursos, destacando-se através do elevado número de capital fixo, como terras, equipamentos e maquinários, além de uma maior facilidade para financiamentos e outros investimentos.

A Tabela 2 apresenta dados que comprovam o predomínio da pequena propriedade familiar no município, pois com base no INCRA (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) ela é classificada quanto a extensão, sendo considerada “pequena propriedade” os estabelecimentos de 1(um) a 4 (quatro) módulos fiscais. Como em Pinhal Grande um módulo fiscal equivale a 35 hectares, as propriedades que possuem até 140 hectares são consideradas pequenas.

Tabela 2: Estrutura das propriedades de Pinhal Grande, RS do ano de 1995 e 2006

Grupo de área total (ha)	1995		2006	
	Estabelecimentos agropecuários %	Área %	Estabelecimentos agropecuários %	Área %
1 a menos de 5	7,28	0,46	9,42	0,52
5 a menos de 10	10,92	1,45	10,12	1,47
10 a menos de 20	20,59	5,37	25,81	7,42
20 a menos de 50	41,18	24,18	38,49	23,45
50 a menos 100	11,48	14,71	7,91	11,11
100 a menos de 200	5,74	15,12	4,53	12,83
200 a menos de 500	1,40	8,76	2,09	11,62
500 a menos de 1000	0,80	11,77	1,16	18,44
Mais de 1000	0,56	18,19	0,35	13,14
Produtor sem área	0,05	-	0,12	-
Total	100	100	100	100

Fonte: Censo agropecuário do IBGE 1995, 2006

Org.: DALLANÔRA, I. B., 2016

Com base nos dados do ano de 1995 e 2006 observa-se que a estrutura fundiária de Pinhal Grande não apresentou significativas alterações. Em 1995, as áreas de pequena propriedade concentravam 91,5 % dos estabelecimentos agropecuários e abrangiam 46,2 % da área territorial do município. Deste modo, 8,5 % das propriedades agrícolas formavam as médias e grandes propriedades, contemplando 53,8 % área territorial. Em 2006, visualiza-se que estes dados não sofreram significativas alterações.

Esta organização espacial, segundo Brum (1988), é reflexo do processo de modernização conservadora da agricultura brasileira que após a década de 1960 visou o aumento da produção e da produtividade agropecuária, a partir do desenvolvimento tecnológico, não alterando sua estrutura agrária e com foco para a implantação da empresa capitalista.

Diante destes dados apresentados é possível inferir que a estrutura fundiária de Pinhal Grande está organizada de forma desigual, sendo que as pequenas propriedades onde predomina a agricultura familiar voltada para diversificação das atividades produtivas possuem a menor área territorial, o que impossibilita o desenvolvimento das práticas agrícolas, sua integração com os mercados regionais e nacionais e sua participação no desenvolvimento da economia do município. Em contrapartida, os agricultores das médias e grandes propriedades são detentores da maior área



territorial, apresentando-se integrados aos mercados, contribuindo para o maior desempenho do setor agropecuário na economia local. Esta estruturação fundiária concentradora não é um processo recente, mas como destaca Silva (1981) caracterizou-se desde a formação da estrutura fundiária brasileira através da concentração da propriedade da terra e a coexistência do binômio latifúndio-minifúndio.

Pode-se afirmar então, que a organização espacial do município é resultado das formas de utilização da terra que se encontra voltada para o desenvolvimento das atividades produtivas. Neste sentido, é possível constatar o predomínio da lavoura temporária que com base nos dados do IBGE vem conquistando, ao longo desses anos, mais de 90 % da terra. Este grande avanço apresentado pelo desenvolvimento das culturas temporárias está diretamente relacionado à diminuição das áreas de pastagem natural e plantadas o que comprova o declínio da atividade pecuarista e a expansão da agricultura no município.

Em relação à Tabela 3 pode-se observar um desequilíbrio em relação a produção dos diversos produtos da cultura temporária no município. Neste sentido, alguns cultivos como a soja e o trigo apresentaram significativo crescimento na área plantada e na quantidade produzida. A cultura da soja apresentou uma expansão de 151 % e o trigo de 300 % em sua área plantada, apresentando variações elevadas na produção e na produtividade. Estas culturas são produzidas, em sua maior parte, na porção norte do município, área localizada na região de planalto, nas quais a potencialidade física, principalmente o solo, favorece a agricultura. Tal fato justifica o predomínio das médias propriedades com culturas voltadas ao mercado interno e externo.

Há que se destacar que o processo de modernização do espaço rural de Pinhal Grande seguiu a mesma estrutura da modernização da agricultura do Planalto Gaúcho que ocorreu após 1970, através do binômio trigo-soja. Brum (1988) salienta que a expansão destas lavouras ocorreu através da incorporação do “pacote tecnológico” que contemplava um conjunto de técnicas inovadoras, baseadas no uso de insumos agrícolas modernos, máquinas, equipamentos, implementos, fertilizantes, defensivos e pesticidas.

Neste contexto, a agricultura desenvolve-se com o objetivo de produzir para abastecer a indústria através da matéria prima, que neste caso é a “soja” e, ao mesmo tempo, transforma-se em um importante mercado para as máquinas e insumos produzidos pela indústria. Esta inter-relação da agricultura com a indústria é o que Brum (1988) destaca como “industrialização da agricultura”.

Tabela 3: Distribuição das culturas mais expressivas no município de Pinhal Grande/RS em 1995, 2006 e 2014

Culturas	Área Plantada (ha)			Produção (t.)			Produtividade Kg/ha		
	1995	2006	2014	1995	2006	2014	1995	2006	2014
Feijão	1.400	1.660	760	637	2790	1.082	911	1.743	1.424
Fumo	619	800	1.000	539	1472	2.100	1.200	1.840	2.100
Milho	3.100	3.700	1.552	6.820	13.320	10.882	3.000	3.600	7.012
Soja	6.500	11.800	16.350	8.905	26.904	54.045	1500	2.280	3.306
Trigo	300	1.680	1.200	486	907	1.800	900	539	1.500

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE 1995 e 2006, produção agrícola municipal do IBGE, 2014.

Org.: DALLANORA, I. B., 2016.

As demais culturas temporárias são produzidas ao sul do município onde está concentrado o maior número de estabelecimentos agropecuários, nos quais predomina a pequena propriedade, em áreas de relevo íngreme, o que dificulta a produção mecanizada. Nestas áreas destacam-se as culturas do feijão que obteve uma queda de 84 % e o milho com queda de 94,7% nas suas áreas plantadas nos últimos vinte anos (ver Tabela 3).

Quanto a cultura do fumo, também desenvolvida na porção sul, obteve-se uma expansão em sua área de 61%. O aumento da área plantada do fumo está diretamente relacionado à diminuição das demais culturas, pois o agricultor familiar em virtude da falta de mão de obra e da desvalorização comercial do feijão e do milho foi buscar na produção do fumo a alternativa para manter sua renda familiar. Conforme Tambara (1983, p. 77), “[...] a pequena propriedade é a mais prejudicada pela capitalização do campo principalmente devido a monocultura”. Como há necessidade de plantar o máximo para garantir o lucro, a pequena propriedade, acaba abandonando a lavoura do autoconsumo. Esta organização espacial reflete a grande dependência da força de trabalho do agricultor familiar ao capital, pois este deixa de produzir os produtos alimentícios básicos para sua sobrevivência para atender aos interesses do capital externo e se inserir no processo produtivo.

O expressivo aumento da produção e da produtividade da soja, milho e trigo está diretamente relacionado à inserção das sementes geneticamente modificadas, seguido do uso de maquinários, insumos e defensivos químicos. Todas as etapas da produção, destes produtos, recebem acompanhamento de técnicos disponibilizados pelas cooperativas Camnpal e Cootrijuc, localizadas respectivamente no município de Nova Palma e Júlio de Castilhos. Essas cooperativas prestam assistência técnica a seus associados, visando o aumento da produção e da produtividade,

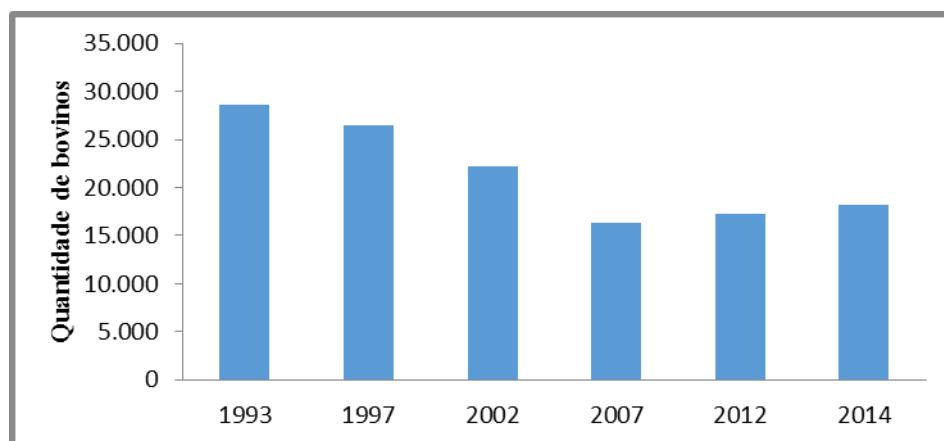


pois recebem toda produção, realizando em parte o beneficiamento do trigo e do milho, enquanto a soja é destinada para a exportação.

Desta forma, é visível a participação do Estado através de políticas de crédito agrícola e das agroindústrias como os viabilizadores do processo de capitalização do campo, redefinindo os papéis desempenhados pelo setor agrícola, através da modernização, visando o aumento da produtividade. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a agricultura nesta área vem atraindo um grande volume de capital, aumentando sua lucratividade em relação aos demais setores, tornando-se uma atividade voltada a atender o processo de industrialização.

No que diz respeito a pecuária no município, ela é desenvolvida de forma secundária, ou seja, paralela as atividades agrícolas, sendo considerada também como uma forma de agregar renda a propriedade (Figura 3).

Figura 3: Efetivos de bovinos no município de Pinhal Grande nos anos de 1993, 1997, 2002, 2007, 2012, 2014



Fonte: Produção Agrícola Municipal do IBGE, 1993, 1997, 2002, 2007, 2012 e 2014

Org.: DALLANÔRA, I. B., 2016

Analizando os dados do IBGE com relação ao rebanho bovino existente no município ao longo da escala temporal presente, observa-se que ela obteve um decréscimo de 46%. Este fato está diretamente relacionado à valorização da soja no mercado externo, à desvalorização do preço do leite e da falta de estrutura necessária para a ordena e armazenamento correto deste produto, o que levou muitos agricultores a abandonarem esta atividade e cederem suas áreas para a cultura da soja, que tem apresentado crescimento significativo e renda garantida aos agricultores.

É interessante salientar que a pecuária leiteira, atualmente vem se reestruturando no município através das políticas públicas. Assim, foi criado o projeto bacia leiteira chamada “Pró-leite”, desenvolvida com apoio da EMATER e Secretaria Municipal de Agricultura, que visa

estimular os agricultores a retornarem a esta atividade como uma forma de agregar renda a sua propriedade (EMATER 2016).

Quanto a pecuária de corte, esta vem apresentando um crescimento nos últimos anos, sendo desenvolvida principalmente paralela ao cultivo da soja, ambas ocupando o mesmo espaço, destinada para o autoconsumo e venda do excedente no mercado local e regional.

Quanto à ocupação da mão de obra utilizada nas atividades agropecuárias no município, a familiar participa com 78%. A temporária só é utilizada como uma forma complementar nos períodos de plantio e colheita dos produtos. É importante salientar que o trabalho familiar nas atividades agrícolas vem perdendo espaço no interior dos estabelecimentos agropecuários, em consequência da migração de muitos jovens para as cidades vizinhas para prosseguimento de seus estudos. Destaca-se também que a maioria dos jovens não retorna a sua origem. Outro fato evidenciado é que esses jovens acabam procurando emprego em atividades consideradas não-agrícolas como forma de contribuir no aumento da renda familiar. O índice pouco expressivo do trabalho assalariado está relacionado ao elevado avanço da mecanização do espaço rural nas áreas de médias e grandes propriedades e da permanência ainda dos “mutirões” nas de pequenas propriedades.

Esta dualidade produtiva presente no espaço rural de Pinhal Grande reflete diretamente na organização espacial. Enquanto que o desenvolvimento da modernização vem se expandindo na porção norte do município integrando, cada vez mais, a agricultura ao capital industrial, viabilizado pelos mecanismos de créditos agrícolas contemplados pelo Estado, proporcionando maior dinamização socioeconômica, a porção sul possui dificuldades para integrar-se ao processo de modernização. As consequências desta desigualdade produtiva estão relacionadas à declividade do solo, a restrita extensão das propriedades, ao reduzido acesso a mecanização e ao capital. Estes elementos apresentam-se como limitantes para a dinamização deste espaço produtivo.

Deste modo, a porção sul desenvolve-se com restrições apresentando imposições do capital. Como consequência visualiza-se intenso processo de descapitalização do agricultor familiar, que em virtude do grande número de dívidas contraídas ao longo dos anos está sendo obrigado a vender ou arrendar suas propriedades ou migrar para a área urbana do município ou de municípios vizinhos, contribuindo para o processo de êxodo rural.

O desenvolvimento de algumas políticas públicas municipais vem sendo introduzidas no meio rural, visando à dinamização deste espaço produtivo e procurando fixar o homem ao campo. Nesse sentido, segundo a EMATER (2016), destacam-se os projetos voltados para o desenvolvimento da piscicultura “Mais Peixe Mais Renda”; Associação do Vale do Pororó, grupo



informal de produtores de hortifrutigranjeiros; organização de feiras locais para comercialização dos produtos agrícolas, além da pecuária leiteira. Essas iniciativas vêm contribuindo para diversificação das atividades produtivas, principalmente nas pequenas propriedades, visando à geração de renda. No entanto, há também outras organizações que contribuem para a dinamização do espaço rural, como as cooperativas e o sindicato dos trabalhadores rurais que contribuem para o desenvolvimento da produção agrícola e comercialização.

Conforme destaca a EMATER (2016), o município apresenta potencialidades que podem ser exploradas, entre elas destacam-se o turismo rural, a apicultura e a expansão das atividades hortifrutigranjeiras. Acredita-se que a diversificação das atividades agrícolas, a partir da introdução dessas culturas e da dinamização da pecuária, através da suinocultura, do gado leiteiro e de corte, integrados a indústria seria uma alternativa para a integração da pequena propriedade. Assim, as unidades familiares poderiam se tornar menos dependentes das empresas transnacionais, já que a incorporação de novas tecnologias se apresenta incapaz de dinamizar a economia local.

As transformações espaciais são lentas e as dificuldades são muitas, pois além da falta de infraestrutura, os agricultores se deparam com a dificuldade de escoamentos dos produtos, pois as estradas são precárias, principalmente as que ligam as localidades aos centros locais e regionais.

Neste contexto, enfatiza-se que o espaço rural de Pinhal Grande está organizado com base em duas realidades distintas e a dinamização dos cenários produtivos requer um olhar diferenciado para cada área do município, pois os anseios da média e da grande propriedade não condizem com os da pequena propriedade, causando problemas sociais no município e, conseqüentemente, interferindo no seu desenvolvimento.

3 CONCLUSÕES

A realização deste estudo contribuiu para o conhecimento do processo de organização/reorganização espacial rural do município de Pinhal Grande/RS. Este município tem sua economia baseada no setor agropecuário e vem desenvolvendo-se a partir de uma dualidade produtiva, refletindo na reprodução do espaço local marcado por “mudanças” e “permanências”.

Neste contexto, podemos afirmar que o espaço rural do município vem passando por mudanças, proporcionadas pelo processo de modernização da agricultura brasileira. Estas transformações não alteraram a estrutura fundiária do município e as relações de trabalho, mas contribuíram para modificar a estrutura produtiva, produzindo uma dicotomia na organização destas atividades, no acesso ao processo de mecanização e do capital. Deste modo, visualiza-se que o

desenvolvimento da agricultura ocorre de forma contraditória, em que a lavoura mecanizada, voltada ao agronegócio vem proporcionando uma maior dinamização do espaço rural local, enquanto que a pequena propriedade se encontra à margem do processo de capitalização.

O desenvolvimento do sistema capitalista no campo não está abrangendo na mesma proporção todos os agricultores familiares, ficando restritas as médias e grandes propriedades localizadas ao norte do município, as quais vêm apresentando significativas mudanças. Em contrapartida, o sul do município apresenta-se como um espaço em que as relações de produção e de trabalho presentes, não contribuem para a dinamização na organização espacial local. Deste modo, observa-se que a organização das atividades produtivas que possui as culturas voltadas a reprodução do capital obteve uma expansão, enquanto que as destinadas ao consumo local, vem apresentando uma desvalorização, refletindo diretamente nas condições socioeconômicas dos pequenos agricultores familiares.

No entanto, a presença destes cenários produtivos tem o capital como elemento decisivo e responsável pelas “mudanças” ou “permanências” neste espaço.

Pode-se dizer que a maior parte dos agricultores localizados ao sul do município ainda permanecem reproduzindo suas atividades de forma tradicional. A organização espacial e as modificações no sistema de produção desenvolvem-se de forma gradativa, mesmo que o espaço rural tenha apresentado novas estruturas, o que não contribuiu para uma substituição do atual modelo agrícola presente.

Portanto, há necessidade de mudança em relação ao que produzir, como produzir e como comercializar os produtos, pois os agricultores familiares apresentam-se dependentes de um modelo de produção que não visa seus interesses próprios, mas aos interesses impostos por um grupo de empresas que se beneficiam e aproveitam-se da falta de informação dos mesmos. Se essas mudanças não acontecerem a estrutura fundiária do município sofrerá alterações nas próximas décadas, pois ocorrerá decréscimos significativos da pequena propriedade, não em virtude da inexistência de financiamentos e tecnologia, mas em decorrência da desvalorização do produto, da falta de incentivo ao pequeno produtor e da desigual estrutura produtiva. Estes fatores irão colaborar para intensificar os movimentos migratórios do agricultor familiar do campo para o meio urbano, contribuindo para o aumento das áreas de periferias, para os índices de desemprego e pobreza urbana, pois a falta de qualificação profissional e o restrito mercado de trabalho nas cidades auxiliarão no aumento destes problemas sociais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre. Ed. da UFRGS, 1997.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 30, nov. 1964. Disponível em: <http://planalto.gov.br> Acesso em: 13 maio, 2016.

BRUM, Jacob Argemiro. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Ijuí: Vozes, 1988.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos et al. (Org.). **Geografia em sala de aula**: práticas e Reflexões. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, AGB, seção Porto Alegre, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 29 abr. 2016.

_____. **Censo Demográfico**. <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 29 abr. 2016.

_____. **Contagem Populacional**. <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 abr. 2016.

SCHIRMER, Gerson Jonas. **Mapeamento geoambiental dos municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Nova Palma e Pinhal Grande – RS**. 2012. 156 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TAMBARA, Eleomar. **RS: Modernização & Crise na agricultura**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

Recebido em setembro de 2016

Aprovado em novembro de 2016